

**Um Futuro**

**Um Território**

**Um Grupo Regional**

**Uma Estratégia**

# Pacto para o desenvolvimento e coesão territorial para a Região de Leiria no período 2014-2020

## **REGIÃO DE LEIRIA 2020**

**D3. Estratégia Integrada do ITI da Região de Leiria**

**D4. Programa de Investimento do ITI da Região de Leiria**

| Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

*Documento de suporte à candidatura submetida a 20 de maio de 2015, em resposta ao convite para apresentação de candidaturas n.º 03/2015, de 17*

*de março de 2015*



**CIMRL**  
Comunidade  
Intermunicipal  
da Região de Leiria

## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO PROMOTOR.....</b>	<b>3</b>
1.1	Concurso .....	3
1.2	Identificação do Promotor .....	3
1.3	Identificação dos Responsável Técnico da Operação .....	4
1.4	Experiência do Promotor.....	4
1.5	Copromotores Não Municipais .....	6
<b>2.</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO PACTO .....</b>	<b>7</b>
2.1	Identificação da área de intervenção do Pacto .....	7
2.2	Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial .....	7
2.3	Estratégia .....	15
<b>3.</b>	<b>PROGRAMA DE AÇÃO .....</b>	<b>25</b>
3.1	Programa de Ação .....	25
3.2	Investimentos, Ações e Metas.....	29
3.3	Realização .....	31
<b>4.</b>	<b>MODELO DE GOVERNAÇÃO .....</b>	<b>34</b>
4.1	Modelo de Governação .....	34
<b>5.</b>	<b>QUADRO DE INVESTIMENTOS .....</b>	<b>40</b>
<b>6.</b>	<b>FICHAS DE PROJETO .....</b>	<b>44</b>
6.1	Eixo I. Gestão dos Recursos e Alterações Climáticas – Leiria + Sustentável.....	44
6.1.1	Medida I.1. Programa Regional Energia Eficiente e Renovável (medida 6 da EIDT) .....	45
6.1.2	Medida I.2. Programa Regional de Proteção Ambiental (medida 7 da EIDT).....	78
6.2	Eixo II. Coesão Social, Educação e Competências – Leiria + Inclusiva .....	104
6.2.1	Medida II.1. Programa + Escola (medida 1 da EIDT).....	105
6.2.2	Medida II.2. Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão (medida 2 da EIDT) .....	130
6.3	Eixo III. Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico – Leiria + Inteligente .....	136
6.3.1	Medida III.1. Empreendedorismo (medida 7 da EIDT) .....	137
6.3.2	Medida III.2. Leiria Digital 3.0 (medida 8 da EIDT) .....	142
<b>7.</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>146</b>
7.1	Anexo 1. Projetos em carteira: PI 4.3 – Apoio à utilização da eficiência energética .....	146
7.2	Anexo 2. Projetos em carteira: PI 5.2 – Desenvolver sistemas de gestão de catástrofes.....	233
7.3	Anexo 3. Projetos em carteira: PI 6.3 – Proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural .....	239
7.4	Anexo 4. Projetos em carteira: OT3/Medida 4 (FEADER) – Infraestruturas coletivas .....	286
7.5	Anexo 5. Projetos em carteira: PI 10.5 – Investimentos em infraestruturas educativas.....	291
7.6	Anexo 6. Projetos em carteira: PI 9.7 – Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde .....	310
7.7	Anexo 7. Projetos em carteira: PI 2.3 – Melhorar o acesso às TIC, bem como à sua utilização e qualidade.....	317

# 1. Caracterização do Promotor

## 1.1 Concurso

Este ponto corresponde a um campo pré-preenchido no Balcão 2020 com a seguinte informação:

### Código e Designação

EIDT-99-2015-02

Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

### Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

## 1.2 Identificação do Promotor

Este ponto corresponde a um campo pré-preenchido no Balcão 2020 com a seguinte informação:

NIF	508035546
Nome ou Designação Social	CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria
Morada (Sede Social)	Edifício Maringá N.º 221, Torre 2 - 2.º andar, Apartado 2904
Código Postal	2400-118
NUTS III	Região de Leiria
Telefone	244811133
Telefax	244822796
Localidade	LEIRIA
NUTS II	Centro
E-mail	cimrl@cimregiaodeleiria.pt
URL	<a href="http://www.cimregiaodeleiria.pt">http://www.cimregiaodeleiria.pt</a>

### Tipologia de Beneficiário

Associações de Autarquias Locais - Comunidade Intermunicipal

### 1.3 Identificação dos Responsável Técnico da Operação

<b>Nome do responsável:</b>	<b>Alcina Costa</b>
<b>Cargo do responsável:</b>	<b>Primeira Secretária da CIM</b>
<b>Serviço/Departamento:</b>	<b>CIMRL</b>
<b>Telefone do responsável:</b>	<b>244811133</b>
<b>Telemóvel do responsável:</b>	
<b>Email do responsável:</b>	<b>alcina.costa@cimregiaodeleiria.pt</b>
<b>Email alternativo:</b>	<b>cimrl@cimregiaodeleiria.pt</b>

### 1.4 Experiência do Promotor

#### EXPERIÊNCIA DO PROMOTOR NA IMPLEMENTAÇÃO DE PACTOS

A CIMRL, criada no âmbito da Lei 75/2013 de 8 de setembro, sucedeu à CIMPL e à CIMPIN, ambas organismos intermédios no âmbito dos Contratos de Delegações de Competências com subvenção global, assinados entre a Autoridade de Gestão, os quais foram automaticamente transferidos para a CIMRL. A CIMRL tem pois uma longa, sólida e positiva experiência na gestão de fundos e programas, pelo que abaixo se descreve resumidamente, o processo de trabalho neste âmbito. O Organismo Intermédio da CIMRL possui uma estrutura dedicada à gestão do processo de contratualização, designada por EAT – Estrutura de Apoio Técnico, composta por um coordenador e uma Estrutura de Apoio Técnico.

A CIMRL tem capacidade instalada para implementar um processo de contratualização, com provas dadas no âmbito do presente quadro Comunitário de Apoio, sendo de relevar a boa performance quer em termos de análise, quer de acompanhamento, quer de execução dos projetos pelos Municípios. A CIMRL, conseguiu a execução da totalidade dos projetos aprovados, sem que nenhum tenha sido anulado, estando nesta fase em processo de encerramento dos projetos, com a análise de conformidade e verificações físicas e documental no local, com uma elevada taxa de êxito em termos de credibilidade dos PA.

O contrato de delegação de competências firmado com a CIMRL (contratualização) teve por base a aprovação pela CCDRC do PTD. Ao longo do Quadro Comunitário, a execução do programa nas vertentes económica, cultural e social influenciou significativamente e de forma

positiva a qualidade de vida das populações deste território. Neste âmbito foram efetuadas as seguintes tarefas pela EAT:

- Organizar os processos relativos a cada projeto de acordo com as normas usuais estabelecidas, com as adaptações e especificidades próprias das tipologias objeto de contratualização
- Instruir e apreciar as candidaturas de projetos, verificando, designadamente, o seu enquadramento nas regras definidas no Regulamento específico das tipologias objeto de contratualização
- Formular pareceres técnicos sobre a viabilidade dos projetos
- Garantir que a programação financeira apresentada na candidatura de cada projeto correspondia a uma estimativa dos pagamentos a efetuar pela entidade proponente durante os anos indicados
- Manter atualizada a informação no Sistema de Informação do Mais Centro, necessária ao controlo de execução das operações objeto de contratualização, de acordo com o modelo estabelecido pela Autoridade de Gestão, tendo em vista a uniformidade e compatibilização necessárias
- Facultar à Unidade Diretiva toda a documentação e informações por ela solicitadas
- Verificar os elementos de despesa relativos às operações aprovadas
- Recolher e tratar a informação relativa aos indicadores de acompanhamento físicos e financeiros referentes às operações objeto de contratualização
- Preparar os pedidos de pagamento da contribuição comunitária, a enviar ao Mais Centro
- Prestar apoio ao Mais Centro na preparação dos relatórios de execução
- Efetuar o acompanhamento físico e financeiro das candidaturas aprovadas
- Desempenhar outras funções que lhe forem atribuídas pelo Mais Centro, no âmbito do cumprimento do Contrato de Delegação de Competências.

Princípio de Segregação de Funções - O respeito pela separação de funções integra os princípios gerais dos sistemas de gestão e controlo definidos no Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho, de 31 de julho, na sua alínea b) do Artigo 48.º. A CIMRL garante a segregação de funções dado que os elementos da EAT alternam posições nas fases de análise e seleção de operações, e análise de pedidos de pagamento (pp) e são asseguradas verificações no local por técnicos sem qualquer intervenção nas fases de análise de candidaturas e pedidos de pagamento de quaisquer operações.

Gestão das Candidaturas - Após validação da entidade no sistema e dos utilizadores, a EAT procede à seguinte análise: análise de conformidade, análise técnico-financeira, aplicação da fórmula da mo, hierarquização das candidaturas, deliberação, pela AG do Mais Centro, notificação ao promotor, análise de alegações, emissão de contrato (em caso de aprovação).

Pedidos de Pagamento – integra a verificação documental e verificação no local

Pagamentos a Beneficiários - Na sequência da validação da despesa associada ao pp, o sistema calcula o montante e tipo de pagamento, a validar pela Autoridade de Gestão e a efetuar pelo IFDR

Validação de Mercados Públicos - A validação dos requisitos de contratação pública é efetuada por componente da operação através da utilização da “check-list de gestão”, efetuando validação da despesa associada, com confirmação do cumprimento das regras de Mercados Públicos.

Encerramento de operações e atualização de indicadores - Na sequência do último pp e do Relatório Final procede-se à consolidação e atualização da informação de execução relativa a despesa e pagamentos e à atualização dos indicadores de realização física, acompanhamento e resultado.

## 1.5 Copromotores Não Municipais

Não existem copromotores associados a esta candidatura.

## 2. Caracterização do Pacto

### 2.1 Identificação da área de intervenção do Pacto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para a Região de Leiria no período 2014-2020 tem como área de intervenção a **NUTS III – Região de Leiria**, abrangendo os seus dez municípios: Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós.

### 2.2 Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

#### SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO

A análise e diagnóstico da situação territorial corresponde à síntese do trabalho já apresentado na EIDT, focado nas Prioridades de Investimento e respetivos Objetivos Temáticos integrados no Pacto agora apresentado.

##### **A. Eficiência Energética:**

Nos últimos anos têm-se verificado mudanças estruturais e comportamentais com um impacto positivo em termos da eficiência energética, nomeadamente através da crescente aposta na produção energética a partir de fontes renováveis. A Região de Leiria tem registado uma evolução positiva, assente primordialmente na energia eólica e hídrica, havendo contudo um importante caminho a percorrer. O consumo de energia elétrica/habitante tem vindo a diminuir em todos os concelhos da região, com exceção de Pedrógão Grande. Assistiu-se também a uma diminuição do consumo de energia elétrica na indústria, o que pode estar parcialmente relacionado com os projetos de melhoria da eficiência energética apoiados no âmbito do QCA III e do QREN. Neste contexto é relevante salientar a existência de recursos cuja utilização tem potencial para alterar o grau de dependência energética, nomeadamente as inúmeras explorações pecuárias, com potencial para a exploração energética do biogás, e o coberto vegetal, com potencial para a exploração da biomassa.

Destacam-se contudo os seguintes constrangimentos: edificado e redes infraestruturais (água e eletricidade) antigos com perdas significativas que colocam dificuldades à progressão dos indicadores de eficiência energética.

### **B. Alterações climáticas:**

No litoral da região, em virtude de um elevado grau de industrialização, a qualidade do ar apresenta alguns indicadores menos favoráveis. No Verão, em virtude dos incêndios florestais, também os concelhos do interior apresentam este problema. A gestão florestal é aliás uma área problemática, cuja causa e origem está associada a problemas estruturais graves, nomeadamente a falta de cadastro e a utilização das terras. Em relação às emissões de CO<sup>2</sup> destacam-se os seguintes comportamentos:

- Os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande apresentam o melhor desempenho regional
- O concelho de Leiria, o maior polo urbano, destaca-se negativamente
- A principal origem das elevadas emissões de CO<sup>2</sup> é a combustão de combustíveis fósseis (carvão, petróleo)
- No litoral, a agricultura e a pecuária são as responsáveis por níveis acima do desejado nas emissões de NH<sub>3</sub> na atmosfera.

Atendendo ao Índice da Qualidade do Ar, a área do Centro Litoral (Leiria, Pombal, Porto de Mós, Batalha, Marinha Grande e Ansião) e a área Centro Interior (Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Alvaiázere) apresentam níveis de qualidade do ar predominantemente bons.

### **C. Riscos e catástrofes:**

A expressão territorial da perigosidade na Região Centro foi mapeada no âmbito do PROT, sendo de realçar uma maior sustentabilidade do território da Região de Leiria aos seguintes riscos:

- Incêndios florestais: mais elevado no interior da Região de Leiria e que merece atenção em termos de prevenção e intervenção direta de diferentes entidades, nomeadamente a administração local.
- Atividade industrial e comercial com matérias perigosas e transporte e manuseamento de mercadorias perigosas, com forte incidência nos concelhos da antiga unidade territorial do Pinhal Litoral onde a concentração industrial é uma das mais relevantes da Região Centro.

Também de realçar a suscetibilidade à contaminação marítima e erosão costeira, fenómenos do litoral.



**D. Património natural e cultural:**

A Região de Leiria integra duas unidades biofísicas - Beira Litoral e Maciço Calcário | Sicó – Porto de Mós, e as subunidades faixa costeira sul do Mondego e Campos do Lis. Fruto deste contexto existem diferentes realidades paisagísticas e uma elevada riqueza ambiental e natural na região, com destaque para a área protegida da Serra de Aire e Candeeiros, pertencente à RNAP. Destaque para o pinhal de Leiria/mata do rei e as praias litorais e fluviais, espaços qualificados e que têm vindo a ser alvo de uma crescente procura.

No património cultural, destaca-se o Mosteiro da Batalha, Património Mundial da Humanidade, como âncora regional cultural e turística e os castelos erguidos nos pontos-chave de defesa do território - Castelo de Leiria, Castelo de Pombal e Castelo de Porto de Mós. Destacam-se ainda os elementos do património industrial (indústria vidreira) e os museus presentes na região, com acervos patrimoniais assim como os arquivos com papel primordial no estudo, valorização, conservação e divulgação cultural.

Esta diversidade concentrada do património natural e cultural permite a sua afirmação e a competitividade do turismo à escala regional e nacional.

**E. Simplificação administrativa:**

À escala nacional, segundo o INE, a forma de contacto predominante dos indivíduos com a administração local continua a ser via presencial (44,6%), seguindo-se a utilização do telefone (23,4%) e, por fim, via email (13,6%). Quanto ao indicador “Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet formulários oficiais para organismos da administração pública”, a percentagem tem aumentado progressivamente à escala nacional e regional, contudo abaixo dos 30%.

Na Região de Leiria, existem 2 Espaços do Cidadão localizados nos concelhos de Batalha e Pombal, fundamentais para a modernização e simplificação administrativa. Ainda de destacar o projeto “Leiria, Região Digital” (abrange os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós) que permitiu o acesso à Internet nos vários concelhos. Ao nível dos investimentos realizados no anterior quadro comunitário ao abrigo do regulamento SAM-Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa, a operação “LRD-Simplex Autárquico”, promovida pela AMLEI teve um investimento total aprovado de 987.599,04€.

### **F. Emprego:**

Em 2011, a Região de Leiria apresentava uma taxa de desemprego ligeiramente superior ao valor registado no Centro, em parte devido aos valores registados nos concelhos do interior. Neste contexto, a população com níveis médios de escolaridade (1º e 3º CEB e secundário) era, em 2013, a mais atingida por este fenómeno, verificando-se um elevado número de desempregados com ensino superior no concelho de Leiria.

É de realçar a existência de uma elevada percentagem de inscritos nos centros de emprego e de formação profissional há mais de um ano, o que revela uma situação de desemprego de longa duração e a incapacidade do mercado de trabalho em incorporar a população em idade ativa.

A taxa de atividade sofreu um decréscimo no último período intercensitário, com exceção para os concelhos de Alvaiázere, Batalha, Pedrógão Grande e Pombal que registaram um aumento ligeiro. Ainda de referir as disparidades no rendimento por sexo, setor de atividade e nível de habilitações e o ganho médio mensal inferior ao do Centro na maioria dos concelhos.

A análise do indicador densidade de empresas permite identificar duas realidades distintas no que toca à industrialização e densidade empresarial, com alguns municípios a apresentar valores acima da média nacional (Marinha Grande, Leiria e Batalha) contrastando com o restante território com valores relativamente baixos deste indicador. A estrutura empresarial da Região de Leiria é constituída predominantemente por empresas de baixa e média tecnologia direcionadas para mercados exportadores tradicionais ou para o mercado nacional. Destaque para a clara especialização na fileira dos moldes.

### **G. Educação:**

Na Região de Leiria foram realizados investimentos na reorganização e racionalização da rede escolar, nomeadamente no âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar e da Requalificação da Rede Escolar (Mais Centro). Além destes investimentos, destaca-se a aposta em políticas de educação e reforço da qualificação do capital humano, através de modalidades de educação e formação orientadas para adultos (cursos CEFA e RVCC) e medidas de combate ao abandono escolar, fenómeno que registou um aumento em Ansião e Batalha.

De uma forma geral, no que se refere aos indicadores da educação, temos o seguinte panorama:

- Taxas elevadas de escolarização
- Os investimentos efetuados no parque escolar não permitiram ainda eliminar o problema do abandono escolar precoce. O valor médio para os países da UE-27 situou-se nos 13,5%, sendo que a Região Centro ainda se posiciona nos 20,5%, ainda distante do objetivo 2020 dos 10%.
- Taxas retenção e desistência próximas da Região Centro, especialmente favoráveis nos concelhos do antigo Pinhal Litoral.

#### **H. Inclusão social:**

No que se refere aos beneficiários de mecanismos redistributivos, apesar da elevada heterogeneidade interna, a Região de Leiria apresenta uma média semelhante à do Centro. O valor médio anual das pensões sociais é inferior à média portuguesa (pensões por velhice e sobrevivência). Os valores de Marinha Grande e Leiria são os mais elevados e o de Alvaiázere é o mais baixo da sub-região.

O número de beneficiários do RSI apresenta níveis diferenciados nos concelhos da Região de Leiria, com uma maior percentagem nos concelhos de Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, destacando-se o grupo etário dos jovens com menos de 25 anos. A análise sobre a % de população que beneficia de prestações sociais revela que, em 2012, cerca de 39% da população residente (112 891 pessoas) dependia de transferências sociais.

Neste campo têm sido desenvolvidas diversas iniciativas, através da ação social e de parcerias com entidades locais, com vista à inclusão de grupos sociais mais vulneráveis, incentivando redes de apoio social integrado e dinamizando programas de apoio ao desenvolvimento social. São exemplos: a Rede Social (através da criação das Comissões Sociais de Freguesia e/ou Interfreguesia (CSF/CSIF) e dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS+).

## **ANÁLISE SWOT**

### **A. PRINCIPAIS OPORTUNIDADES**

- Projetos inovadores na área da produção e consumo de energia.
- Maior controlo sobre a qualidade da água e do ar regido através de normas europeias.

- Grande potencial energético de fontes que utilizam recursos endógenos (biogás, biomassa, etc.) ainda pouco exploradas.
- Existência de um vasto coberto vegetal em toda a sub-região que serve de matéria para a biomassa.
- Aumento da procura por mão-de-obra especializada em setores estratégicos.
- Apoio da União Europeia à aprendizagem ao longo da vida e às competências humanas.
- Implementação de programas de combate ao insucesso escolar, que garantam a deteção precoce de alunos com dificuldades económicas e/ou de aprendizagem.

## **B. PRINCIPAIS AMEAÇAS**

- Grande pressão urbana e industrial em grande parte do território do “Pinhal Litoral”.
- Impacto das alterações climáticas sobre os recursos naturais do planeta.
- Impacto do aumento do preço da energia nas dinâmicas de investimento.
- As políticas de emprego assumem na sua maioria um carácter macro, sendo definidas no espectro europeu e nacional e implementadas através de ciclos diferenciados. Este facto pode comprometer algumas especificidades locais.
- Aprofundamento das problemáticas de coesão social – nomeadamente pela continuada perda do poder de compra da população portuguesa e a recessão em que se encontra a economia nacional.
- Tendência de envelhecimento nos países desenvolvidos com conseqüente aumento de pressão sobre os sistemas sociais.

## **C. PRINCIPAIS PONTOS FORTES**

- Melhoria do desempenho em termos de eficiência energética.
- Evolução positiva da produção de energia renovável.
- Existência de condições para aproveitamento de energias renováveis: energia eólica, biomassa e biogás.

- Existência de sistemas multimunicipais de gestão de água e resíduos.
- Elevado número de ETAR no território.
- Taxa de desemprego inferior à média nacional e regional.
- Existência de estruturas regionais e locais de apoio ao emprego (Centro de Emprego e GIP).
- Aposta na educação para adultos através dos cursos CEF e RVCC.
- Taxa de retenção e desistência no ensino básico inferior à média regional.
- Posição favorável face ao contexto nacional em termos dos beneficiários de mecanismos redistributivos como subsídio de desemprego e RSI.
- Taxas elevadas de escolarização.
- Planeamento supraconcelhio das respostas sociais.

#### **D. PRINCIPAIS PONTOS FRACOS**

- Forte dependência energética.
- Predominância de edifícios antigos e mal preparados em termos de isolamento de calor.
- Antiguidade e desadequação das redes de distribuição de água e eletricidade.
- Escassa expressão do distrito de Leiria em termos de produção de energia renovável.
- Exposição a riscos naturais e tecnológicos.
- Maior incidência do desemprego na faixa etária dos adultos (35-54 anos).
- Existência de situações de desemprego de longa duração.
- Taxa de emprego abaixo das metas europeias e nacionais.
- Ganho médio mensal inferior à média nacional.
- Disparidades do rendimento por sexo e por grau de habilitação.
- Parcela elevada de indivíduos a receber RSI, destacando-se os jovens com menos de 25 anos.
- Valores de pensões da Segurança Social abaixo da média portuguesa.
- Existência de situações de insucesso e abandono escolar precoce.

## DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A análise e diagnóstico da situação territorial, sintetizada anteriormente, permitiu aferir os seguintes desafios/fatores críticos de sucesso que sustentaram a EIDT reconhecida e que devem ser tidos em consideração na elaboração do Pacto / ITI da Região de Leiria:

- Assegurar modelos de atuação de incremento da info-inclusão e mobilização do potencial dos serviços baseados em TIC para melhorar a prestação de serviços à distância e serviços públicos em particular.
- Criar dinâmicas de cooperação entre os dez municípios e as entidades públicas e privadas.
- Criar uma estratégia energética comum, à escala sub-regional, que permita monitorizar, de forma mais efetiva e articulada, a implementação das medidas já existentes.
- Promover a mobilização da população e da comunidade empresarial para a concretização das metas estabelecidas, o que obriga a um esforço contínuo de sensibilização e capacitação.
- Responsabilizar e integrar as empresas locais na implementação de projetos sub-regionais de eficiência energética.
- Garantir o equilíbrio regional em matéria de desempenho ambiental num território marcado pela heterogeneidade nesta matéria, com claras diferenças entre municípios do litoral e interior.
- Aumentar a taxa de emprego, nomeadamente através de um papel mais ativo de entidades no “terreno” (ex. GIP, CLDS, Centros de Emprego, etc.) e da sua autonomia para cruzar as necessidades de mão-de-obra das empresas e as capacidades do capital humano desempregado.
- Criar dinâmicas de cooperação entre os dez municípios e as entidades públicas e privadas existentes.
- Promover um equilíbrio entre a aposta na educação para adultos e a capacidade produtiva do território, bem como adaptar esses cursos para a promoção de iniciativas de empreendedorismo, não limitando a idade até aos 35 anos.
- Garantir um maior acompanhamento da escola junto da família, responsabilização das escolas e das comunidades educativas pelo seu contributo para a concretização dos objetivos nacionais de melhoria das competências básicas dos alunos e do alargamento da escolaridade obrigatória.

- Aumentar a proximidade das entidades sociais (CLAS) ao território, através de um levantamento efetivo das necessidades sociais da população.
- Aprofundar a articulação litoral/interior na CIM, com a necessidade de preconizar a existência de mecanismos que possam articular dinâmicas contrastadas e situações estruturais diversas.

## 2.3 Estratégia

### OBJETIVOS E VOCAÇÃO ESPECÍFICA DO ITI

A definição da estratégia integrada do ITI da Região de Leiria tem como propósito maximizar a utilização das oportunidades e potencialidades e a superação dos problemas e dificuldades da região analisados e diagnosticados anteriormente. A concretização do **Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, através do ITI da Região de Leiria** está devidamente ancorado na EIDT da Região de Leiria e alinhado e coerente com a estratégia da respetiva NUTS II (Centro 2020) e de nível nacional (Portugal 2020).

Neste sentido, o Pacto abrange as intervenções das entidades de nível municipal e intermunicipal nas PI passíveis de “itizar” e essenciais para a concretização e implementação parcial da EIDT da Região de Leiria, nomeadamente em domínios como eficiência energética, modernização administrativa, prevenção de riscos, valorização do património natural e cultural, empreendedorismo e na reorganização e requalificação da oferta de serviços públicos e coletivos nas áreas da inclusão social, de saúde e da educação.

Assente na visão que em 2020 a Região de Leiria **“será um território aberto ao mundo, caracterizado por oportunidades económicas e de emprego sustentados na simbiose entre ensino/investigação/produção e uma região coesa e inclusiva, reconhecida pela qualidade de vida”** (EIDT Região de Leiria), o ITI da Região de Leiria concorre para a concretização dos seguintes eixos e respetivos objetivos:

- **Eixo I. Gestão dos recursos e alterações climáticas – Leiria + Sustentável:**
  - Reduzir o contributo regional para as alterações climáticas, através da promoção da utilização eficiente de energia proveniente de fontes renováveis e a redução da poluição atmosférica.
  - Promover práticas agrícolas sustentáveis.
- **Eixo II. Coesão social, educação e competências – Leiria + Inclusiva:**

- Garantir educação e formação de elevada qualidade em todas as fases do desenvolvimento da criança e ao longo da vida do adulto, assegurando a aprendizagem e o ajustamento das competências no contexto da sociedade do conhecimento.
- Garantir a articulação das políticas setoriais de inclusão (segurança social, emprego, educação, formação) e o reforço das parcerias locais e do diálogo entre os parceiros sociais, de acordo com os critérios de abordagem atempada, multidisciplinaridade e subsidiariedade da intervenção social.
- **Eixo III. Empreendedorismo e desenvolvimento económico – Leiria + Inteligente:**
  - Criar as condições ótimas para o estabelecimento de um ambiente propício ao surgimento de novas ideias e empresas, em especial nas áreas de especialização inteligente da região: “Moldes e Plásticos”, “Materiais para o Habitat”, “Floresta” e “Turismo”.
  - Reduzir a burocracia e simplificar processos, desde licenciamentos ao acesso a financiamentos e apoios comunitários.
  - Promover a adoção das TIC e de práticas de negócios e prestação de serviços em linha pelas empresas e organizações.

Com base no exposto, a vocação específica do ITI da Região de Leiria é a concretização de um território mais coeso e competitivo, com base na implementação de uma carteira de projetos materiais e imateriais promovidos pelas autarquias e comunidade intermunicipal, mobilizando sempre que necessário diferentes parceiros, e que serão complementares a outros projetos que no decorrer do período de programação se revelem adequados à total concretização da EIDT.

O trabalho de seleção de PI itizáveis teve em consideração a possibilidade da CIM e dos seus municípios assegurarem desde já um conjunto de projetos que garantam a prossecução dos objetivos estabelecidos na EIDT, ainda que nalguns domínios apenas parcialmente. Neste contexto foram selecionadas PI exclusivamente mobilizadas por via do ITI e PI facultativas em domínios em que se assume um compromisso regional de intervenção municipal. Importa salientar a pertinência da maioria das PI contempladas no aviso nº3/2015 para a concretização da EIDT, contudo os montantes disponíveis e medidas itizáveis exigiram um processo de concertação interna para o estabelecimento de prioridades e construção do presente pacto. As PI integradas no ITI da Região de Leiria são a seguir identificadas e justificadas com base no diagnóstico sintético da situação territorial atual.



**PI4.3 (OT4) - Apoio à utilização da eficiência energética em projetos integrados no domínio da eficiência energética com possível utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos da administração local e sub-regional:** a aposta na promoção da eficiência energética e na utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas corresponde a uma prioridade para a Região de Leiria tendo em conta que é necessário alterar os padrões de consumo energético no setor público e, conseqüentemente, obter uma redução dos custos que lhes estão associados. O diagnóstico demonstra que nos últimos anos têm-se verificado mudanças em termos estruturais e comportamentais com um impacto positivo em termos de eficiência energética nacionais e atenuado a dependência energética externa. Apesar de no território de Leiria ter-se registado uma evolução positiva da produção de energia renovável, no contexto da região Centro, Leiria corresponde a um dos distritos com menor expressão em termos de produção de energia renovável. Salienta-se ainda o facto da diminuição dos consumos energéticos poder estar associada a cenários de contenção e não a cenários de eficiência pelo que se revela pertinente a aposta neste domínio.

**PI5.2 (OT5) - Desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil):** a Região de Leiria apresenta uma forte vulnerabilidade e suscetibilidade face aos riscos naturais (incêndios florestais) e aos riscos tecnológicos associados à atividade industrial e comercial com matérias perigosas. Face a este cenário, é relevante a criação de medidas que tenham como objetivo a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos.

**PI9.7 (OT9) - Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais de iniciativa municipal:** os investimentos realizados na área social são de grande importância uma vez que permitem melhorar os níveis de cobertura territorial bem como o acesso e a qualidade dos serviços, contribuindo significativamente para a coesão dos territórios. Atendendo ao crescente envelhecimento populacional, mais acentuado no interior da Região de Leiria, são necessários investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde de modo a dar resposta às reais necessidades da população idosa (problemas de isolamento, etc.).

**PI10.5 (OT10) - Investimentos em infraestruturas educativas do ensino pré-escolar e do ensino básico:** a educação e formação são determinantes na geração de inclusão e igualdade de oportunidades. No caso específico da Região de Leiria, a par com as políticas nacionais, têm sido desenvolvidos esforços significativos na aposta deste setor, nomeadamente na requalificação da rede escolar do 1ºCEB e de Educação Pré-Escolar. Torna-se prioritário dar continuidade à aposta no setor da educação, nomeadamente através da melhoria das

instalações escolares do pré-escolar e do ensino básico, permitindo a conclusão da modernização destes estabelecimentos de ensino. Estas intervenções terão um impacto direto no combate ao insucesso escolar e na promoção da escolarização, permitindo dar continuidade ao caminho desenvolvido até ao momento para a afirmação do capital humano dos municípios pertencentes à Região de Leiria.

**PI2.3 (OT2) - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: apoio à modernização da administração local:** a EIDT da Região de Leiria define a necessidade de se garantir a simplificação de processos e a articulação de competências municipais, nomeadamente através de plataformas e sistemas de informação que facilitem o contacto com o público, através da utilização das tecnologias de informação e comunicação. Esta é uma medida estratégica para a aproximação dos cidadãos e da administração.

**PI6.3 (OT6) - Apoio ao investimento na proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural:** a Região de Leiria possui um grande património natural e cultural cuja missão é a sua proteção/preservação e valorização económica. De facto, os investimentos realizados no âmbito da proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural vão contribuir para a excelência da atividade turística na Região de Leiria, tornando-a numa região mais atrativa.

**PI8.3 e 8.8 (OT8) - Apoio à criação de emprego por conta própria, ao micro empreendedorismo e a criação de empresas:** a taxa de desemprego registada nos municípios da Região de Leiria aumentou drasticamente na última década intercensitária, pelo que é urgente uma resposta eficaz das políticas públicas relativamente a este domínio. Uma das formas de combate ao desemprego corresponde ao apoio ao empreendedorismo, à criação de emprego por conta própria e ao apoio à criação de empresas. A melhoria dos espaços de acolhimento, acompanhados por políticas regionais e municipais de promoção e apoio direto às empresas é fundamental numa das regiões mais industrializadas do país, nomeadamente na sua faixa Leiria–Marinha Grande.

**PI10.1 (OT10) - Intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino:** o nível médio de escolaridade da população da Região de Leiria acompanha o padrão de baixas qualificações de Portugal, advindo daí a importância de se intervir neste domínio. O diagnóstico revela que a evolução da taxa de abandono escolar apresenta uma tendência decrescente, embora dois concelhos da região tenham registado um ligeiro aumento. A estratégia visa promover o sucesso educativo dos alunos que apresentam um percurso de insucesso escolar e a igualdade de acesso ao ensino, principalmente dos alunos com necessidades educativas especiais.

**OT3/ Medida 4 (FEADER) - Investimentos em ativos físicos - Ação 3.4 (PDR 2020) - Infraestruturas coletivas (regadios tradicionais, segurança de barragens, drenagem e estruturação fundiária):** De acordo com a DRAPC, a irregularidade da distribuição da precipitação, associada aos défices hídricos nos meses mais quentes, impõe como investimento estratégico para o desenvolvimento agrícola regional o reforço da capacidade de armazenamento de água e da eficiência de rega. Esta é uma situação que se impõe no território da Região de Leiria onde perto de 200 Ha carecem de intervenção prioritária.

### **MODELO DE PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS ATORES TERRITORIAIS RELEVANTES E PERTINENTES PARA A BOA IMPLEMENTAÇÃO DO PACTO**

À semelhança do processo de construção da EIDT, a construção do ITI da Região de Leiria teve por base um conjunto de sessões/reuniões de trabalho que tiveram como objetivo promover o debate e reflexão sobre prioridades e investimentos a realizar até 2023. Nestas reuniões de trabalho participaram representantes de todos os municípios constituintes da CIM região de Leiria sendo de salientar a realização de reuniões temáticas e reuniões generalistas para definição da estratégia do pacto. Destacam-se reuniões temáticas no domínio da educação, da eficiência energética, equipamento de apoio à qualidade de vida e as seguintes reuniões com a participação de todos os municípios para definição da estratégia e projetos do pacto:

- novembro 2014. Definição das prioridades de investimento a contratuar no âmbito do ITI da Região de Leiria;
- De novembro 2014 a março 2015: Trabalho de identificação de projetos municipais e intermunicipais a integrar no ITI da Região de Leiria;
- janeiro 2015: Discussão da Análise e diagnóstico da situação territorial e definição dos objetivos e vocação específica do ITI;
- março e abril 2015: Elaboração do Programa de Ação com a concertação de projetos, alinhamento de intervenções nos vários municípios e ponderação de escalas de intervenção e abordagens intermunicipais.

Foram vários meses de reuniões intermunicipais com o debate de prioridades, complementadas pelos trabalhos desenvolvidos em cada município com as várias entidades locais com intervenção direta em domínios mobilizados pelos fundos disponíveis no ITI,

nomeadamente no setor social, educação e proteção civil. Destaque também para a concertação junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

### **VALOR ECONÓMICO E SOCIAL DA INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA (PARA ATINGIR OS OBJETIVOS INERENTES AO CRESCIMENTOS SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO)**

Considerando as áreas de intervenção preconizadas, a implementação do presente pacto terá impacto no contexto social e económico da região de Leiria contribuindo para os objetivos associados ao crescimento sustentável e inclusivo:

- O investimento na eficiência energética e nas energias renováveis nas infraestruturas públicas contribuirá de forma significativa para a alteração dos padrões de consumo energético e redução dos custos associados, permitindo que a administração local seja perscrutora na alteração dos padrões energéticos da região (PI4.3 – Eixo I)
- Os investimentos para abordar riscos específicos contribuirão para que a Região de Leiria apresente uma maior resiliência face aos riscos naturais mais evidentes neste território como é o caso dos incêndios florestais (PI5.2 – Eixo I)
- A aposta na valorização do património natural e cultural tem como objetivo tornar a Região de Leiria num destino turístico atrativo, o que contribuirá para o aumento da procura turística neste território e das receitas geradas por esta atividade (PI6.3 – Eixo I)
- Os investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais, contribuirão para a coesão social tendo em vista a atenuação de desequilíbrios internos em matéria de acesso a serviços básicos de suporte à qualidade de vida e de apoio a grupos etários mais fragilizados, nomeadamente no domínio da saúde e apoio social (PI9.7, 9.1 e 9.4 – Eixo II)
- O investimento na educação, através de intervenções de redução e prevenção do abandono escolar, promoção da igualdade de acesso ao ensino e investimentos nas infraestruturas educativas, contribuirá para uma região mais qualificada e coesa, com baixas taxas de insucesso e de abandono escolar (PI 10.5 e 10.1 – Eixo II)
- A modernização da administração local contribuirá para o reforço da competitividade da economia regional, promovendo uma administração pública mais eficiente e orientada para responder às necessidades concretas dos cidadãos e empresas de uma

forma mais célere e eficaz, permitindo ainda a diminuição dos custos de contexto (PI2.3 – Eixo III)

- A promoção de políticas ativas de emprego, nomeadamente através de apoios à criação do próprio emprego e de empresas e o apoio ao empreendedorismo contribuirá para a redução da taxa de desemprego da Região de Leiria e, conseqüentemente, aumentar a qualidade de vida da população residente (PI8.3 e 8.8 – Eixo III)
- Apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e da silvicultura - infraestruturas coletivas que permitam aumentar o nível de produtividade agrícola da região de leiria (OT3/ Medida 4 (FEADER))

### **MODELO DE ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA URBANO E DE ARTICULAÇÃO COM OS PLANOS TERRITORIAIS DE ÂMBITO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL, E METODOLOGIA DO PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL (RECOMENDAÇÕES DA DECISÃO DE RECONHECIMENTO DA EIDT)**

No âmbito do PROT-C, foram definidas quatro unidades territoriais sendo a atual CIM Região de Leiria abrangida por duas unidades territoriais, nomeadamente o Centro Litoral – Subsistema Leiria-Marinha Grande/Pinhal Litoral (abrange os municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós) e Pinhal Interior e Serra da Estrela (abrange os municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande). No que diz respeito a este plano territorial, o modelo de estruturação do sistema urbano aborda estas duas unidades, sendo de salientar, para o **subsistema urbano ancorado em Leiria - Marinha Grande**, as seguintes indicações:

- 1.Reforçar as centralidades do eixo Leiria – Marinha Grande e inovar os serviços em torno da base económica envolvente;
- 2.Organizar este subsistema integrando o centro urbano regional de Leiria e ainda os centros estruturantes de Marinha Grande e Pombal, associando um leque de centros urbanos complementares localizados nas proximidades;
- 3.Afirmar Leiria – Marinha Grande nas redes de articulação com a metrópole de Lisboa, rentabilizando as sinergias funcionais instaladas e potenciais;
- 4.Criar e reforçar redes de articulação com o Oeste e o Médio Tejo nas áreas do património e do turismo (Alcobaça -Batalha - Fátima -Tomar).

Em termos de prioridades de intervenção destaque para a referência à estruturação da aglomeração urbana Leiria – Marinha Grande e, tendo em conta a intensidade de urbanização, para a articulação da malha rodoviária arterial com a rede de Estradas Nacionais através de soluções que valorizem e requalifiquem a rede existente em articulação com as estratégias urbanísticas.

As questões da mobilidade e da urbanização difusa são amplamente referidas no PROT como prioridades neste território, a par da qualificação das zonas de acolhimento empresarial (novas ou expansões) numa lógica de diminuição do conflito com a urbanização envolvente e de aproveitamento máximo da infraestrutura existente. Complementam estas prioridades de intervenção em espaços fortemente urbanizados, as prioridades relacionadas com a preservação a capacidade agrícola produtiva, nomeadamente a preservação das manchas de produção hortícola, frutícola e vitícola e a salvaguarda de utilizações não agrícolas as áreas de aproveitamento hidroagrícola do Lis e garantir a conclusão das obras de reabilitação e de reestruturação fundiária.

Associado ao subsistema urbano **da unidade territorial do Pinhal Interior surgem as seguintes indicações:**

1. Desenvolver serviços, organizados à escala supramunicipal, com características polivalentes e orientados para as zonas rurais de baixa densidade;
2. Reforçar a potencial estruturação linear de centros urbanos complementares localizados ao longo do IC 8;
3. Reforçar as atividades ligadas à gestão integrada dos recursos naturais, com destaque para a floresta e o potencial energético
4. Focar intervenções na população envelhecida e da infância e dar prioridade ao ensino profissional, combinando saberes horizontais (como a informática, as línguas, as tecnologias), com especializações, instituições e saberes localmente enraizados
5. Discriminar positivamente a amarração local das iniciativas explorando os objetivos do desenvolvimento endógeno ou local

Em termos de prioridades de intervenção destaque para a referência à estruturação do sistema urbano, num cenário territorial “centrífugo”, i.e. sem um centro principal de polarização, consagrando a unidade Pinhal Interior como um todo; a discriminação positiva do reforço funcional das sedes de concelho e a necessidade de conjugar “subsistemas” de prestação de serviços e de redes de equipamentos mais ou menos autónomos e articular

serviços, modos de funcionamento e rendibilização de espaços e recursos (p.e. da rede escolar com equipamentos culturais e desportivos), combinando os serviços móveis e fixos;

Este modelo de sistemas urbanos duais está agora agregado na CIM Região de Leiria que, revisitando as prioridades e indicações de intervenção do PROT, integrou na sua EIDT reconhecida as medidas 11. Programa de Requalificação Urbana e Mobilidade Sustentável e 9. Programa +Empresas, preconizando nelas a necessidade de, conforme estabelecido no PO Regional Centro 2020 e Regulamentos aprovados, serem realizados os PEDU nos centros urbanos de 1º e 2º nível do sistema urbano (eixo 9 do PO Regional) e operações de regeneração nos centros urbanos complementares.

Complementarmente à estruturação do sistema urbano por via de processos de reabilitação/regeneração urbana sustentável, importa salientar a identificação da necessidade de desenvolver e implementar o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) (medida 9) no qual se inclui: “Desenvolvimento de avaliação regional de sistemas de mobilidade com identificação de estrangulamentos (exemplo: articulação de sistemas de transportes com os espaços de produção e de conhecimento, nomeadamente a rede escolar de nível profissional e superior), apoio à inter/multimobilidade, com especial ênfase para a valorização da presença de estruturas de transporte aéreo, ferroviário e rodoviário (Base Aérea de Monte Real e transporte ferroviário) ”.

A avaliação das ligações entre este território policêntrico, a sistematização de modos de transporte existentes e do seu impacto ambiental estimado face à procura e uso real, a avaliação da procura e o adequado cruzamento com a oferta são os passos iniciais a desenvolver na metodologia do PMUS, que deverá definir uma estratégia clara (objetivos e metas a alcançar na Região de Leiria e nos seus 10 concelhos nesta matéria) e um plano de ação / sistema de monitorização regional concretos e adequados às necessidades dos 10 concelhos da CIMRL (propostas de intervenção, cronograma de implementação, fontes de financiamento e promotores).

Complementarmente a estas intervenções no sistema urbano, na sua maioria corpóreas, associam-se, à semelhança da abordagem do PROT, as intervenções incorpóreas e que têm em vista colmatar problemas sociais e económicos tendencialmente associados a zonas de maiores concentrações populacionais, nomeadamente no domínio do apoio e acompanhamento social e na definição de instrumentos de apoio à criação de emprego tendo por base as especificidades regionais que se mantêm, apesar da unidade territorial ser agora a Região de Leiria constituída pelos 10 concelhos.



Destaque ainda para a complementaridade da abordagem do ITI ao modelo do sistema urbano com outros instrumentos definidos no quadro 2014-2020, como as intervenções de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, nomeadamente as de vertente urbana.



## 3. Programa de Ação

### 3.1 Programa de Ação

#### EIXOS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ESPECÍFICOS, E PRINCIPAIS RESULTADOS A ATINGIR

O ITI da Região de Leiria está alinhado com a EIDT reconhecida para o mesmo território, de acordo com o seu enquadramento no Portugal 2020 e nas diretrizes Europa 2020. Neste contexto é pertinente reforçar que o ITI é um dos instrumentos de suporte à concretização da EIDT, focado essencialmente no apoio a intervenções das entidades municipais e intermunicipais essenciais à implementação da estratégia reconhecida, com especial ênfase na reorganização da oferta de serviços públicos e coletivos. Pretende-se assim reiterar que o ITI é um dos vários instrumentos e possibilidades de implementação da Estratégia, não se esgotando esta última no presente pacto. O reforço da complementaridade do ITI com outros apoios definidos para o período 2014-2020 é crucial, nomeadamente com os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDU) a desenvolver para Leiria, Marinha Grande Pombal, as operações de regeneração para as vilas e sedes de concelho de pequena dimensão (Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Porto de Mós), e as intervenções de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) nas suas vertentes rural, urbana e costeira que se venham a aprovar.

Face ao exposto o Plano de Ação do ITI da Região de Leiria está estruturado em 3 Eixos que a seguir se descrevem sucintamente, com a preocupação de apresentar a sua estreita correlação com a EIDT:

**EIXO I. GESTÃO DOS RECURSOS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – LEIRIA + SUSTENTÁVEL** (correspondente na EIDT reconhecida ao eixo 5 e, parcialmente, ao eixo 4. Importa ainda reforçar a complementaridade com o eixo relativo à Regeneração Urbana e intervenção nos espaços Urbanos – eixo 9 da EIDT)

Considerando os OT e PI mobilizados pelos ITI e as ações neles enquadráveis, o objetivo deste eixo é a implementação de projetos que contribuam para a melhoria do ambiente e para a mais eficiente e sustentável utilização e gestão dos recursos disponíveis na Região de Leiria. Neste sentido, a este Eixo estão associadas 2 medidas que mobilizam 4 PI itizadas (2

mobilizadas exclusivamente por via deste instrumento e 2 opcionais, mas cuja preponderância regional levou à sua integração no pacto):

**Medida I.1. Programa Regional Energia Eficiente e Renovável (medida 6 da EIDT)**

PI 4.3. (OT4) - Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores: apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos da administração local;

**Medida I.2. Programa Regional de Proteção Ambiental (medida 7 da EIDT)**

PI 5.2. (OT5) - Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes, de acordo com as medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil

PI 6.3. (OT6) - Apoio ao investimento na proteção, na promoção e no desenvolvimento do património natural e cultural

OT3/ Medida 4 (FEADER) - Investimentos em ativos físicos - Ação 3.4 (PDR 2020) - Infraestruturas coletivas (regadios tradicionais, segurança de barragens, drenagem e estruturação fundiária)

**EIXO II. COESÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E COMPETÊNCIAS – LEIRIA + INCLUSIVA** (correspondente na EIDT reconhecida aos eixos 2 e 3)

O objetivo deste eixo do ITI é contribuir para a garantia de articulação das políticas setoriais que concorrem para a inclusão de cada indivíduo na sociedade, através da oferta de respostas em áreas básicas para a qualidade de vida, nomeadamente na saúde, educação e apoio/inclusão social. Estão assim associadas a este Eixo 2 medidas, mobilizadoras de 3 PI (2 PI apenas passíveis de mobilizar por esta via e que, de acordo com os regulamentos e Aviso estão sujeitas a processos de mapeamento e prévia negociação com a CIM – equipamentos de saúde, sociais e educação; e 1 PI facultativa):

**Medida II.1 | Programa + Escola (medida 1 da EIDT)**

PI 10.5 (OT10) - Investimentos em infraestruturas da educação pré-escolar e do ensino básico

PI 10.1 (OT10) – Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida: apoio a

intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino

### **Medida II.2 | Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão (medida 2 da EIDT)**

PI 9.7 (OT9) - Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais (Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitário)

### **EIXO III. EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – LEIRIA + INTELIGENTE** (correspondente na EIDT reconhecida aos eixos 7, 8 e parcialmente ao 1)

Considerando os OT e PI mobilizados pelos ITI, o principal objetivo estratégico associado a este eixo é a criação de condições de base ao crescimento económico da região, nomeadamente através da simplificação e aproximação da administração local aos cidadãos/empresas e instituições e da mobilização de apoios diretos ao empreendedorismo e à criação líquida de postos de trabalho em iniciativas empresariais de base local que potenciem os recursos e o know how regional, nomeadamente nas áreas identificadas na estratégia como as áreas de especialização inteligente da Região de Leiria (moldes, habitat, floresta e turismo) ou noutras complementares que se revelem de especial valia para a supressão de lacunas na base económica da região. Neste contexto, associadas a este Eixo, estão 2 medidas com 2 PI itizadas (ambas de integração facultativa, mas cuja relevância para o desenvolvimento regional determinou que se considerassem neste instrumento):

#### **Medida III.1. Empreendedorismo (medida 7 da EIDT)**

PI 8.3 e 8.8 (OT8) - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores: apoio à criação de emprego por conta própria, ao microempreendedorismo e à criação de empresas

#### **Medida III.2. Leiria Digital 3.0 (medida 8 da EIDT)**

PI 2.3 (OT2) - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: apoio à modernização da administração local

No que se refere aos principais resultados a atingir espera-se a supressão de lacunas ainda evidentes em serviços básicos, nomeadamente nos territórios em que os investimentos infraestruturais ainda não foram realizados ou não responderam satisfatoriamente às necessidades. Neste campo a saúde e a educação são os mais notórios. Pretende-se ainda, numa CIM recentemente criada aprofundar a articulação litoral/interior e as dinâmicas intermunicipais nos domínios de intervenção do ITI.

### 3.2 Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de realização		Indicador	Indicador de resultado		Proposta de Dotação Fundo a Contratar	
			Indicador	Meta 2018		Meta 2023	Meta 2018		Meta 2023
<b>PI4.3</b>	FEDER	Eixo I / Medida I.1	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (kWh/ano)	868.235,00	4.341.177,00	Consumo de energia primária na administração local e regional (tep)	12484,89	9710,47	6.377.505,00 €
			Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública (kWh/ano)	1.406.092,50	4.686.975,00				
<b>PI5.2</b>	FdC	Eixo I / Medida I.2	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	2	2	Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	10	10	1.382.500,00 €
			Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos	1	1	Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação e/ou atuação de riscos específicos	122450	244900	
<b>PI6.3</b>	FEDER	Eixo I / Medida I.2	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio (visitantes/ano)	27.600	46.000	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (milhares)	283.500	297.000	2.927.500,00 €
<b>PI10.5</b>	FEDER	Eixo II/ Medida II.1	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (Nº pessoas)	1071	2143	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	15%	37%	17.187.000,00€
<b>PI10.1</b>	FSE	Eixo II/ Medida II.1	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar (Nº)	1	1	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao	0%	60%	4.420.000,00 €

<b>PI9.7</b>	FEDER	Eixo II//Medida II.2	Equipamentos sociais e de saúde apoiados (N.º)	0	4	Taxa de cobertura da intervenção em equipamentos de saúde	0%	4%	1.264.800,00€										
<b>PI8.3</b>	FSE	Eixo III//Medida III.1	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	96	160	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%)	0%	50%	2.500.000,00€										
<b>PI8.8</b>	FEDER	Eixo III//Medida III.1	Número de empresas que recebem apoio (N.º)	16	27	Postos de trabalho criados (N.º)	0	38	2.000.000,00€										
<b>PI2.3</b>	FEDER	Eixo III//Medida III.2	Serviços da administração pública apoiados (N.º)	10	10	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet no total de câmaras (N.º)	0%	65%	1.800.000,00€										
<b>OT3/Medida 4</b>	FEADER	Eixo I / Medida I.2	Regadios tradicionais	129	161	-	-	-	567.800,00€										

### TOTAL DA PROPOSTA DE CONTRATUALIZAÇÃO POR FUNDO

FUNDO	VALOR DE FUNDO
FEDER	31 556 805,00 €
FSE	6 920 000,00 €
FC	1 382 500,00 €
FEADER	567 800,00 €
<b>Total</b>	<b>40 427 105,00 €</b>

### 3.3 Realização

#### SÍNTESE DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES, INCLUINDO MECANISMOS DE RECOLHA DE DADOS PARA CÁLCULO DOS INDICADORES

**Redução do consumo (edifícios):** cálculos realizados tendo por base o custo médio de redução de cerca de 1.000€ por Mwh e o valor do investimento proposto. O resultado foi convertido para a unidade do indicador, tendo-se extrapolado a meta 2023. Para 2018 considerou-se 30% da meta.

**Redução do consumo (iluminação):** Considerou-se o custo médio de redução de cerca de 1.000€ por Mwh (fonte: CCDRC) e o valor do investimento proposto. Em 2018 considerou-se 30% da meta.

**Consumo de energia primária:** O valor atual da NUTS II Centro é 138.721 (PNAEE). Considerou-se uma divisão equitativa pelos municípios e a mesma meta de redução de 30% (2023) e 10% (2018).

**Sistemas de informação e monitorização:** a meta corresponde a 2 sistemas de informação e de monitorização (Sistema de Videovigilância e Detecção Automática de Incêndios e Sistema de Alerta e avisos de cheias).

**Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização:** a meta refere-se a 10 entidades que correspondem aos 10 municípios da CIMRL.

**Estudos, Cartografia e outros documentos:** a meta refere-se a 1 documento (Cartografia de Risco/Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos).

**Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação e/ou atuação de riscos específicos:** considerou-se a superfície da região de Leiria (NUTS III).

**Equipamentos de saúde apoiados:** Sendo o indicador em número absoluto, considerou-se as 4 intervenções previstas no Pacto.

**Taxa de cobertura em equipamentos de saúde:** Considerando as 95 unidades existentes (ARSC) e as unidades que se propõe sejam apoiadas, foi calculado o valor da meta para 2023.

De destacar que o alcance destas metas não dependem diretamente dos promotores do ITI (CIM e CM).

**Capacidade das infraestruturas de educação apoiadas:** Considerou-se o custo médio unitário dos alunos das escolas intervencionadas entre 2007-2013:7000€/aluno (CCDRC). Admitindo um investimento de cerca de 15M€ foi calculada a meta 2023, assumindo-se 50% da mesma em 2018.

**Taxa de cobertura da requalificação das escolas:** Considerada a meta regional, nível territorial em que o indicador é passível de medição.

**Serviços da administração apoiados:** A meta 2023 é relativa a todos os municípios da CIMRL; para o indicador de realização foi considerada a meta regional (65%).

**Nº de visitantes ao património:** Considerou-se o valor indicado pela CCDRC - custo médio de 95€ por acréscimo de visitante/ano e o valor de investimento proposto. Para 2018 considerou-se 40% da meta final.

**Dormidas:** Atualmente, registam-se 270mil dormidas neste território (INE). Com os investimentos integrados no Pacto prevê-se um aumento de 5% em 2018 e 10% em 2023.

**Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego:** Considerando o nº de desempregados inscritos no IEFP na NUTII (79910) e a meta contratualizada e afeta ao ITI, perspetivou-se uma proporção de 1,8%. Realça-se que o indicador foi definido pelo Centro2020 com base em pressupostos de investimento/projeto muito inferiores aos presentes nesta PI (>100mil€e<235mil€), facto pelo qual se considerou um fator de correção de 40%, pelo que a % utilizada é **de 1,13%**. Com base no valor de desempregados atualmente inscritos na NUTS III (11.874 em 2013) foi calculada a meta. Em 2018, a meta é de 45% do total por se tratar do arranque do projeto.

**Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio:** Considerada a meta regional.

**Nº de empresas que recebem apoio:** Considerando o nº de empresas com menos de 10 trabalhadores existente na NUTS II (221.689) e a meta contratualizada para a mesma escala extrapola-se uma proporção de 0,09% de empresas a recorrer a esta PI. (os cálculos realizados pelo POCentro para estabelecimento da meta considera valores de investimento/projeto



inferiores aos afetos a esta PI no ITI (>100mil€e<235mil€), considerando-se por isso haver aqui a necessidade de ajustes no decorrer da implementação e montante médio dos apoios. Os cálculos para a NUTS III seguiram o modelo da CCDRC com base no valor atual de empresas com menos de 10 trabalhadores – 31597.

**Postos de trabalho criados:** Utilizado o mesmo fator de proporção do Centro 2020.

**Planos de combate ao insucesso escolar:** 1 plano da CIMRL.

**Escolas com projetos de combate ao insucesso:** Atendendo aos valores positivos da NUTIII, considera-se uma meta de melhoria de 60%, conforme a meta regional.

**Regadios tradicionais:** a meta para 2018 refere-se a 129 regadios e para 2023 corresponde a 161.



## 4. Modelo de Governação

### 4.1 Modelo de Governação

#### MODELO DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO QUE ASSEGUREM A PROSECUÇÃO DO PACTO COM EFICÁCIA E EFICIÊNCIA, INCLUINDO DESCRIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA

A implementação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial é da responsabilidade de todos os agentes territoriais. Considerando a multiplicidade de modelos de aplicação e gestão dos FEEI, a existência de estruturas dedicadas permitirá enquadrar a articulação entre os diversos agentes de uma forma coordenada e orientada para a implementação do Pacto.

A estrutura de gestão e organização da parceria é assim constituída por um órgão de direção política (Conselho Intermunicipal) e um órgão de gestão operacional (Secretariado Executivo Intermunicipal). Esta estrutura obedece aos princípios de eficiente alocação e utilização de recursos e respeitando a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprova o estatuto das entidades intermunicipais).

Os órgãos referidos têm as responsabilidades que a seguir se descrevem.

O **Conselho Intermunicipal** é responsável pela eficácia e boa execução do ITI, sendo igualmente encarregue de garantir o cumprimento das obrigações contratualizadas com a Autoridade de Gestão do Centro 2020. O Conselho Intermunicipal é constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos municípios integrantes os quais elegem, de entre si, um presidente e dois vice-presidentes.

O Conselho Intermunicipal tem as seguintes atribuições:

- Coordenar de forma global a implementação do ITI da Região de Leiria, conforme o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e respeitando a articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para a Região de Leiria.
- Assegurar a comunicação e articulação com as autoridades de gestão dos programas operacionais.
- Estabelecer orientações gerais de gestão operacional do Pacto, nomeadamente sob proposta do Secretariado Executivo Intermunicipal.

- Apreciar e aprovar os relatórios anuais de monitorização e avaliação do ITI da Região de Leiria.
- Informar ou sugerir às autoridades de gestão dos programas operacionais aspetos relacionados com candidatura de operações, validação de despesas e abertura de concursos.
- Designar e acompanhar o trabalho do Secretariado Executivo Intermunicipal.

O **Secretariado Executivo Intermunicipal** é responsável por assegurar do ponto de vista técnico a coordenação entre os diversos signatários do Pacto, bem como por apoiar os mesmos na implementação dos seus projetos. Tem as seguintes atribuições:

- Assegurar e prover a eficiência e eficácia da execução dos projetos.
- Assegurar a monitorização operacional e financeira do Pacto.
- Promover a articulação e o valor acrescentado das atividades dos diferentes promotores de projetos, procurando assegurar o cumprimento do descrito.
- Analisar os resultados da monitorização da execução dos projetos e dos indicadores de resultado e realização;
- Elaborar e submeter ao Conselho Intermunicipal, anualmente, um relatório de avaliação dos projetos e da parceria para o cumprimento dos objetivos e dos indicadores.
- Apoiar ao Conselho Intermunicipal e propor alterações às orientações gerais definidas no âmbito do Pacto.
- Divulgar as atividades e os resultados da implementação do Pacto.
- Promover e divulgar o Pacto.

A Estrutura de Apoio Técnico integra uma coordenadora a tempo parcial resultado de uma parceria externa, dois engenheiros, um arquiteto e uma administrativa a meio tempo:

Coordenador – Lic. em Gestão. Experiencia em gestão de fundos e programas comunitários e nacionais, Técnica Oficial de contas. Responsável pela elaboração e análise de candidaturas, análise dos pp, formação em análise financeira de projeto, contratação pública, CPA, gestão da qualidade, planeamento por objetivos, microcrédito, IVA, auditoria financeira, contabilidade pública. Experiência de gestão de fundos desde o 2º QCA. Técnicos analistas – 1 engenheiro eletrotécnico e 1 engenheiro civil e 1 arquiteto. 1 Técnico Administrativo.

Para garantir a monitorização do Pacto, a CIM poderá envolver o seu Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, enquanto órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da CIM.

## MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento e a avaliação da execução do Pacto é da responsabilidade de dois órgãos:

- O **Secretariado Executivo Intermunicipal** colige, analisa e elabora o relatório de monitorização e avaliação do Pacto.
- O **Conselho Intermunicipal** aprecia e emite parecer sobre os relatórios anuais de monitorização e avaliação do Pacto.

Compete ao **Secretariado Executivo Intermunicipal**, com periodicidade anual, reunir e apreciar a informação alcançada num conjunto de indicadores perante os objetivos definidos. Esta análise é realizada com base nos seguintes indicadores de resultado e realizações:

- **Indicadores de monitorização do Eixo I. Gestão dos Recursos e Alterações Climáticas**
  - **Leiria Sustentável:**
    - Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (kWh/ano);
    - Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública (kWh/ano);
    - Consumo de energia primária na administração local e regional (tep);
    - População que beneficia de medidas de proteção e prevenção, nomeadamente população que beneficia de proteção contra incêndios florestais (N.º);
    - Incêndios florestais ativos com duração superior a 24 horas (N.º);
    - Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio (visitantes/ano);
    - Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (milhares).
- **Indicadores de monitorização do Eixo II. Coesão Social, Educação e Competências – Leiria + Inclusiva:**

- Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (N.º pessoas);
  - Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos);
  - Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar (N.º);
  - Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (%).
  - Equipamentos sociais e de saúde apoiados (N.º);
  - Taxa de cobertura da intervenção em equipamentos de saúde (%);
- **Indicadores de monitorização do Eixo III. Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico – Leiria + Inteligente:**
- Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet no total de câmaras (%);
  - Serviços da administração pública apoiados (N.º);
  - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%);
  - Número de empresas que recebem apoio (N.º);
  - Postos de trabalho criados (N.º);
  - Serviços da administração pública apoiados (N.º);

A avaliação acompanhará todo o período de execução, estando prevista a elaboração de 7 relatórios (anuais) de avaliação intercalares e final.

O relatório anual é enviado ao Conselho Intermunicipal, com o intuito de apreciar o percurso efetuado, dar parecer de acordo com o nível e a natureza da prossecução do Pacto e eventualmente introduzir medidas corretivas, que poderão envolver a redefinição do programa de investimentos. O **Conselho Intermunicipal** deverá apreciar cada relatório anual até ao dia 31 de janeiro do ano consecutivo ao período de análise.

O **acompanhamento dos projetos e candidaturas** é da responsabilidade do Secretariado Executivo Intermunicipal, o qual terá como responsabilidade:

- Instruir e apreciar as candidaturas de projetos, verificando, incluindo o seu enquadramento nas regras do respetivo Regulamento Específico;

- Elaborar pareceres técnicos sobre a viabilidade dos projetos, que permitam ao Conselho Intermunicipal apresentar os seus pareceres;
- Garantir que a programação financeira apresentada na candidatura de cada projeto corresponda a uma estimativa dos pagamentos a efetuar pela entidade proponente durante os anos indicados;
- Manter atualizado a informação junto das autoridades de gestão sobre cada projeto;
- Verificar os elementos de despesa relativos às operações aprovadas.
- Preparar pedidos de pagamento.
- Prestar apoio às autoridades de gestão na preparação dos relatórios de execução.
- Efetuar o acompanhamento físico e financeiro das candidaturas aprovadas.

### ENVOLVIMENTO E RESPONSABILIDADES DOS PARCEIROS

As responsabilidades dos parceiros perante o **Conselho Intermunicipal** envolvem (1) a execução dos projetos, (2) prestar contas com uma periodicidade anual e (3) a divulgação dos projetos.

No que se refere à execução dos projetos, os parceiros têm as seguintes responsabilidades:

- Executar as atividades inscritas, de acordo com a descrição e objetivos contidos na respetiva ficha de projeto.
- Velar pela implementação do projeto nos termos e prazos previstos na ficha de projeto, respeitando sempre as normas legais e fiscais aplicáveis aos FEEL.
- Respeitar e fazer respeitar (no caso de parcerias) o Pacto assinado entre todos os promotores.
- Comunicar ao Secretariado Executivo Intermunicipal qualquer decisão ou modificação com influência nas condições definidas no Pacto e na ficha de projeto.
- Coordenar a implementação de atividades com outras entidades, no caso de projetos com parceiros adicionais.
- Informar ao Secretariado Executivo Intermunicipal sobre quaisquer alterações aos objetivos e conteúdo dos projetos aprovados, acompanhado da respetiva justificação.
- Proceder ou participar na divulgação do projeto ou de todo o Pacto.
- Manter toda a informação relativa à elaboração e implementação dos projetos, incluindo de ordem financeira e procedimental, nomeadamente:

- Assegurar que tem os documentos justificativos relativos às despesas efetuadas.
  - Assegurar que mantém contabilidade organizada.
  - Apresentar pedidos de pagamento.
  - Coordenar o pagamento aos restantes beneficiários, de acordo com o definido no projeto.
- Responsabilizar-se pelo cumprimento das mesmas obrigações por parte dos restantes beneficiários do projeto.

No que se refere à tarefa de avaliação, os parceiros/promotores de projetos têm as seguintes responsabilidades:

- Facilitar os mecanismos de acompanhamento por parte o Secretariado Executivo Intermunicipal, entregando ao mesmo toda a informação necessária para a sua monitorização e avaliação a nível técnico e financeiro.
- Elaborar ficha síntese da execução dos projetos, com uma periodicidade anual, tendo por base modelo a entregar pelo Secretariado Executivo Intermunicipal.
- Elaborar e enviar a quantificação dos indicadores do projeto no final de cada ano civil.
- Enviar com periodicidade anual ficha síntese do projeto para o Secretariado Executivo Intermunicipal.

No que se refere à publicidade e informação, os parceiros têm as seguintes responsabilidades:

- Realizar atividades de informação e divulgação do projeto, de acordo com as determinações do Conselho Intermunicipal.
- Prestar apoio em todas as atividades de informação e divulgação do projeto, quando solicitadas pelo Conselho Intermunicipal ou o Secretariado Executivo Intermunicipal.
- Comunicar no final de cada ano civil todas as atividades de disseminação desenvolvidas no âmbito do projeto.
- Guardar e enviar no final de cada ano civil versão em papel ou eletrónica dos materiais de comunicação, publicidade ou informação elaborados no âmbito do projeto.

## 5. Quadro de investimentos

P.I.	Designação	NIF Promotor	Promotor	Investimento Total (FUNDO)	Ano de Início	NUTS III	Concelho	% Imputação
<b>OT4/ PI 4.3</b>								
04.03	Otimização energética das piscinas municipais de Alvaiázere	506605949	Município de Alvaiázere	200.000,00 €	2014	Região de Leiria	Alvaiázere	100
04.03	Promoção da eficiência da rede de iluminação pública municipal e da melhoria da qualidade do serviço	506605949	Município de Alvaiázere	496.655,00 €	2016	Região de Leiria	Alvaiázere	100
04.03	Eficiência Energética: Piscina Municipal Ansião	506605930	Município de Ansião	200.000,00 €	2016	Região de Leiria	Ansião	100
04.03	Gestão e Eficiência Energética na Iluminação Pública	506605930	Município de Ansião	850.000,00 €	2016	Região de Leiria	Ansião	100
04.03	Piscinas + eficientes	501290206	Município da Batalha	200.000,00 €	2016	Região de Leiria	Batalha	100
04.03	Projeto Racionalização Energética - Rede de Iluminação Pública	501290206	Município da Batalha	638.350,00 €	2016	Região de Leiria	Batalha	100
04.03	Eficiência Energética da Iluminação Pública Municipal	506731324	Município de Castanheira de Pera	212.500,00 €	2016	Região de Leiria	Castanheira de Pera	100
04.03	Requalificação Energética da Piscina Municipal	506546381	Município de Figueiró dos Vinhos	200.000,00 €	2016	Região de Leiria	Figueiró dos Vinhos	100
04.03	Remodelação de iluminação pública para tecnologia LED	505181266	Município de Leiria	850.000,00 €	2015	Região de Leiria	Leiria	100
04.03	Melhoria da eficiência energética no Complexo Municipal de Piscinas de Leiria	505181266	Município de Leiria	200.000,00 €	2016	Região de Leiria	Leiria	100
04.03	Eficiência Energética Piscinas Municipais	505776758	Município da Marinha Grande	200.000,00 €	2016	Região de Leiria	Marinha Grande	100
04.03	Eficiência Energética da Piscina Municipal de Pedrógão Grande	507011937	Município de Pedrógão Grande	200.000,00 €	2016	Região de Leiria	Pedrógão Grande	100
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	507011937	Município de Pedrógão Grande	892.500,00 €	2017	Região de Leiria	Pedrógão Grande	100
04.03	Requalificação da Piscina Municipal Coberta com à vista melhoria da eficiência energética	506334562	Município de Pombal	200.000,00 €	2016	Região de Leiria	Pombal	100
04.03	Gestão e eficiência energética em iluminação pública na cidade de Pombal	506334562	Município de Pombal	637.500,00 €	2017	Região de Leiria	Pombal	100
04.03	Melhoria do desempenho da eficiência energética das piscinas Municipais	505586401	Município de Porto de Mós	200.000,00 €	2016	Região de Leiria	Porto de Mós	100

OT5/ PI 5.2



05.02	Sistema de Videovigilância e Detecção Automática de Incêndios como componente de Apoio a Decisão	508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	382 500,00 €	2016	Região de Leiria		100	
05.02	Cartografia de Risco/Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos	508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	575 000,00 €	2016	Região de Leiria		100	
05.02	Sistema de Alerta e avisos de cheias	508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	425 000,00 €	2016	Região de Leiria		100	
<b>OT6/ Pl 6.3</b>									
06.03	Leiria Terra de Maravilhas - Criação e promoção de rotas Turísticas intermunicipais centradas em recursos distintivos, artes, saberes e sabores da Região de Leiria (rota do vidro, rota da cerâmica, rota da gastronomia - Prove Leiria, etc.)	508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	1 020 000,00 €	2016	Região de Leiria		100	
06.03	Musealização do Complexo Monumental de Santiago da Guarda	506605930	Município de Ansião	170 000,00 €	2016	Região de Leiria	Ansião	100	
06.03	Parque Ecológico Gramatinha – Arruques - Serra Pequena - Gamañhos (projeto intermunicipal Alvaiázere / Ansião)	506605930	Município de Ansião	212 500,00 €	2016	Região de Leiria	Ansião	100	
06.03	Igreja Paroquial de Figueiró dos Vinhos (MN)	506546381	Município de Figueiró dos Vinhos	255 000,00 €	2016	Região de Leiria	Figueiró dos Vinhos	100	
06.03	Igreja de São Pedro (MN - protocolo DGFC, diocese de Leiria)	505181266	Município de Leiria	170.000,00 €	2016	Região de Leiria	Leiria	100	
06.03	Castelo de Leiria (MN)	505181266	Município de Leiria	425 000,00 €	2016	Região de Leiria	Leiria	100	
06.03	Sé de Leiria - Torre sineira - arranjos exteriores e musealização (MN - protocolo DGFC, diocese de Leiria)	505181266	Município de Leiria	85.000,00 €	2016	Região de Leiria	Leiria	100	
06.03	Convento do Lourçal (MN)	506334562	Município de Pombal	255 000,00 €	2015	Região de Leiria	Pombal	100	
06.03	Castelo de Porto de Mós (MN)	505586401	Município de Porto de Mós	85.000,00 €	2015	Região de Leiria	Porto de Mós	100	
06.03	Património Natural – Criar percursos pedestres, rotas turísticas e infraestruturas de apoio em áreas e espaços naturais que permitam disponibilizar e facilitar a prática de atividade de trail, running e pedestrianismo	505586401	Município de Porto de Mós	250.000,00 €	2016	Região de Leiria	Porto de Mós	100	
<b>OT3/ Médida 4</b>									
03.M04	Desenvolvimento e melhoria de regadios	508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	567 800,00 €	2016	Região de Leiria		100	
<b>OT10/ Pl 10.5</b>									
10.05	Requalificação da Escola EB1 de Alvorge	506605930	Município de Ansião	212 500,00 €	2016	Região de Leiria	Ansião	100	
10.05	Centro Escolar do Reguengo do Fetal	501290206	Município da Batalha	935 000,00 €	2016	Região de Leiria	Batalha	100	
10.05	EBS Batalha (DGESTE)	501290206	Município da Batalha	2 390 000,00 €	2016	Região de Leiria	Batalha	100	
10.05	Reabilitação e aperfeiçoamento dos edifícios pré-escolares e do ensino básico	506546381	Município de Figueiró dos Vinhos	234 053,45 €	2016	Região de Leiria	Figueiró dos Vinhos	100	

10.05	Centro Escolar de Marrazes	505181266	Município de Leiria	3.584.525,00 €	2016	Região de Leiria	Leiria	100	
10.05	Centro Escolar de Bajouca	505181266	Município de Leiria	350 200,00 €	2016	Região de Leiria	Leiria	100	
10.05	Ampliação e apetrechamento da EB Machados	505181266	Município de Leiria	409 868,73 €	2016	Região de Leiria	Leiria	100	
10.05	Ampliação e apetrechamento da EB Bidoeira	505181266	Município de Leiria	395 155,40 €	2016	Região de Leiria	Leiria	100	
10.05	Ampliação e apetrechamento da EB Caxeira	505181266	Município de Leiria	367 697,42 €	2016	Região de Leiria	Leiria	100	
10.05	Construção do centro escolar da Marinha Grande	505776758	Município da Marinha Grande	2 703 000,00 €	2016	Região de Leiria	Marinha Grande	100	
10.05	EB Guilherme Stephens Marinha Grande (DGESTE)	505776758	Município da Marinha Grande	300 000,00 €	2016	Região de Leiria	Marinha Grande	100	
10.05	Centro Escolar Pombal (Requalificação e ampliação da actual escola básica do 1º ciclo de Pombal e do Jardim-de-infância de Pombal)	506334562	Município de Pombal	1 615 000,00 €	2015	Região de Leiria	Pombal	100	
10.05	Centro Escolar de Vermoill (Construção do novo Centro Escolar de Vermoill)	506334562	Município de Pombal	765 000,00 €	2015	Região de Leiria	Pombal	100	
10.05	EBS Guia (DGESTE)	506334562	Município de Pombal	800 000,00 €	2015	Região de Leiria	Pombal	100	
10.05	Remodelação/ampliação e apetrechamento do Centro Escolar de Porto de Mós	505586401	Município de Porto de Mós	1 870 000,00 €	2015	Região de Leiria	Porto de Mós	100	
10.05	Ampliação e apetrechamento do Jardim de Infância e EB1 de Calvaria de Cima	505586401	Município de Porto de Mós	255 000,00 €	2016	Região de Leiria	Porto de Mós	100	
<b>OT10/ Pl 10.1</b>									
10.01	Programa Intermunicipal de Potenciação do sucesso escolar - CRESCER 2020	508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	1 020 000,00 €	2015	Região de Leiria		100	
10.01	Rede Intermunicipal para a promoção e monitorização do Sucesso Escolar da Região de Leiria	508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	3 400 000,00 €	2015	Região de Leiria		100	
<b>OT9/ Pl 9.7</b>									
09.07	Centro de Saúde Monte Real - Carvide	505181266	Município de Leiria	382.500,00 €	2015	Região de Leiria	Leiria	100	
09.07	Centro de Saúde das Cortes	505181266	Município de Leiria	313.650,00 €	2016	Região de Leiria	Leiria	100	
09.07	Requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande	505776758	Município da Marinha Grande	313.650,00 €	2016	Região de Leiria	Marinha Grande	100	
09.07	Remodelação do Centro de Saúde de Pedrógão Grande	507011937	Município de Pedrógão Grande	255.000,00 €	2016	Região de Leiria	Pedrógão Grande	100	
<b>OT8/ Pl 8.3 e 8.8</b>									
08.03	PROGRAMA + EMPRESAS - Programa Intermunicipal de apoio à criação de emprego por conta própria, ao microempreendedorismo e à criação de empresas -apoio empreendedorismo	508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	2 500 000,00 €	2015	Região de Leiria		100	
08.08	PROGRAMA + EMPRESAS - Programa Intermunicipal de	508035546	Comunidade Intermunicipal da Região	2 000 000,00 €	2015	Região de Leiria		100	

	apoio à criação de emprego por conta própria, ao microempendedorismo e à criação de empresas -apoio micro empresas		de Leiria					
<b>OT2/ PI 2.3</b>								
02.03	Educa@CIMRL	508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	1 275 000,00 €	2015	Região de Leiria		100
02.03	Cloud@CIMRL	508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	525 000,00 €	2016	Região de Leiria		100

## 6. Fichas de Projeto

### 6.1 Eixo I. Gestão dos Recursos e Alterações Climáticas – Leiria + Sustentável

Este Eixo integra as seguintes medidas e prioridades de investimento:

- **Medida I.1. Programa Regional Energia Eficiente e Renovável (medida 6 da EIDT)**

PI 4.3. (OT4) - Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores: apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos da administração local;

- **Medida I.2. Programa Regional de Proteção Ambiental (medida 7 da EIDT)**

PI 5.2. (OT5) - Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes, de acordo com as medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil

PI 6.3. (OT6) - Apoio ao investimento na proteção, na promoção e no desenvolvimento do património natural e cultural

OT3/ Medida 4 (FEADER) - Investimentos em ativos físicos - Ação 3.4 (PDR 2020) - Infraestruturas coletivas (regadios tradicionais, segurança de barragens, drenagem e estruturação fundiária)

### 6.1.1 Medida I.1. Programa Regional Energia Eficiente e Renovável (medida 6 da EIDT)

#### Projetos integrados na PI 4.3.

METAS QUANTIFICADAS / RESULTADOS ESPERADOS (realizações e impactos)			
OT4/ PI 4.3 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores: apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos da administração local			
Indicador	Meta da Região Centro (2023)	Contributo da Região de Leiria (2018)	Contributo da Região de Leiria (2023)
Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (kWh/ano)	43.460.000	868.235,00	4.341.177,00
Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública (kWh/ano)	79.500.000	1.406.092,50	4.686.975,00
Consumo de energia primária na administração local e regional (tep)	97.104	12.484,89	9.710,47
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO PROPOSTO: 7.502.947,08 €</b>			
<b>FUNDO: 6.377.505,00 €</b>			

#### ID | 1. Otimização energética das piscinas municipais de Alvaiázere

##### Enquadramento Regulamentar:

Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii); alínea d):

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

##### RELAÇÃO COM A EIDT

6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Este projeto pretende melhorar a eficiência energética das piscinas municipais de Alvaiázere, contribuir para as metas do pacto de Autarcas, reduzir as emissões de carbono e a fatura energética do Município, através da concretização das seguintes ações:					
AÇÃO 1   Melhoria da eficiência do sistema de circulação e da qualidade da água do complexo de piscinas (obras de beneficiação e renovação de equipamentos);					
AÇÃO 2   Otimização térmica e da qualidade do ar das piscinas cobertas (obras de beneficiação e renovação de equipamentos);					
Espera-se o aumento da sustentabilidade económica e financeira das infraestruturas públicas municipais, a poupança de recursos energéticos e a promoção da sustentabilidade da promoção dos serviços públicos.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Alvaiázere					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			235.294,12 € (investimento)		
			200.000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto		Em execução	X
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	01/06/2014				
Duração prevista	36 meses				

**ID | 2. Promoção da eficiência da rede de iluminação pública municipal e da melhoria da qualidade do serviço**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea c):</b>					
c) Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semaforicos e sistemas de iluminação decorativa, tais como monumentos, jardins, entre outros, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia elétrica associado a estes sistemas.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Este projeto pretende melhorar a eficiência energética da iluminação pública, contribuir para as metas do pacto de Autarcas, reduzir as emissões de carbono e a fatura energética do Município, através da concretização das seguintes ações:					
AÇÃO 1   Elaboração de Plano Diretor Municipal de iluminação pública (IP), incluindo auditoria energética: €9.300,00					
AÇÃO 2   Implementação de sistema de monitorização de energia e dos equipamentos da IP: €325.000,00					
AÇÃO 3   Substituição de sistemas de iluminação convencional por iluminação com tecnologia LED: €250.000,00					
Espera-se o aumento da sustentabilidade económica e financeira das infraestruturas públicas municipais, a poupança de recursos energéticos e a promoção da sustentabilidade da promoção do serviço.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Alvaiázere</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			584.300,00€ (investimento)		
			496.655,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	01/06/2016				

Duração prevista	24 meses
------------------	----------



### ID | 3. Eficiência Energética: Piscina Municipal Ansião

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii) e iii) ; alínea b), subalíneas i) e ii):</b></p> <p>a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;</li> <li>ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;</li> <li>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</li> </ul> <p>b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</li> <li>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</li> </ul>
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p> <p>6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável</p> <p>11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)</p>
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>Piscina para a prática desportiva de natação de aprendizagem, lazer e escolar.</p> <p>O espaço é composto no piso 0 por uma área de piscina (25x8)m e bancadas, área de balneários (masculinos, femininos e crianças), área de atendimento. Piso 1 com gabinetes de apoio às atividades desportiva do concelho, zona sanitários públicos, zona bar e arrumos do mesmo. Piso -1 constitui-se por zona técnica de equipamentos afetos ao funcionamento da piscina e instalações sanitárias dos funcionários.</p> <p>Este projeto pretende:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Beneficiar eficiência do isolamento térmico do edifício;</li> <li>• Beneficiar e ampliar sistema de energia solar térmica;</li> <li>• Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;</li> <li>• Substituição de lâmpadas para iluminação LED;</li> <li>• Substituição de fonte alimentação das caldeiras a gás para biomassa.</li> </ul> <p>Implantada em Ansião, estima-se a população alvo em 15.000 habitantes do concelho e concelhos limítrofes.</p>
<p><b>PROMOTOR</b></p> <p><b>Município de Ansião</b></p>
<p><b>ESCALA/IMPACTO</b></p>

Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			235.294,12 € (investimento) 200.000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2017 / 2018				
Duração prevista	1 ano				
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					

## ID | 4. Gestão e Eficiência Energética na Iluminação Pública

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea c):</b>					
c) Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semaforicos e sistemas de iluminação decorativa, tais como monumentos, jardins, entre outros, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia elétrica associado a estes sistemas;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Iluminação pública com lâmpadas maioritariamente a vapor de sódio de potências de 70W a 250W.					
Iluminação a substituir nos centros urbanos de Ansião, Avelar, Alvorge, Chão Couce e Santiago da Guarda:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Substituição de contadores fotoelétricos para contadores astronómicos de IP (64un)</li> <li>• Substituição de armaduras e lâmpadas de potência igual ou superior a 70w por armaduras com tecnologia LED (2750un)</li> </ul>					
Este projeto abrange a população afeta aos centros urbanos de Ansião, Avelar, Alvorge, Chão de Couce e Santiago da Guarda, estimando-se em 6.250 habitantes.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Ansião</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.000.000,00€ (investimento) / 850.000,00 € (fundo)		
			900.000,00€ (investimento) / 765.000,00€ (fundo) *		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>	<b>x</b>	<b>Projeto</b>		<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2016				
<b>Duração prevista</b>	3 anos				
* valor acordado internamente na reunião de reprogramação interna para abdicar em favor dos projetos de iluminação pública dos municípios de Figueiró dos Vinhos e Porto de Mós, não alterando o valor contratualizado para a Prioridade de Investimento 4.3 de 6.377.505,00 € (fundo).					

## ID | 5. Piscinas + eficientes

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

- i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;
- iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

- i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Trata-se de um projeto que visa reduzir o consumo energético das Piscinas Municipais da Batalha, através das seguintes intervenções/ações:

Ação 1 | Renovação de UTA's

Ação 2 | Instalação de Variadores Eletrónicos de Velocidade

Ação 3 | Plataforma Web - Monitorização

Ação 4 | Instalação de Sistemas de Solar Térmico (AQS)

Ação 5 | Instalação de Caldeiras de Condensação

Ação 6 | Instalação de Coberturas Térmicas para Planos de Água

Ação 7 | Relamping

Ação 8 | Obras de Beneficiação para Melhoria Térmica e da Qualidade do Ar das Piscinas

Ação 9 | Microgeração (Energia Elétrica) nas Piscinas

### PROMOTOR

<b>Município da Batalha</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			235.294,12 € (investimento)		
			200.000,00 € (financiamento)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016/06				
Duração prevista	6 meses				

**ID | 6. Projeto Racionalização Energética - Rede de Iluminação Pública**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea c):</b>					
c) Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semaforicos e sistemas de iluminação decorativa, tais como monumentos, jardins, entre outros, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia elétrica associado a estes sistemas;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Trata-se de um projeto que visa reduzir o consumo energético da Rede de Iluminação Pública do Concelho da Batalha, através das seguintes ações:					
Ação 1   Instalação de Sistemas de Regulação de Fluxo Luminoso					
Ação 2   Substituição de Balastros e Reatâncias ferromagnéticas					
Ação 3   Instalação de Relógios Astronómicos na Rede de IP					
Ação 4   Plataforma Web – Monitorização dos Consumos Energéticos					
Ação 5   Substituição de Luminárias Multidirecionais					
Ação 6   Substituição de Luminárias Vapor de Sódio por Tecnologia LED					
Ação 7   Instalação de Colunas de Iluminação Autónomas em Zonas sem Rede Elétrica					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município da Batalha</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			751.000,00 € (investimento) / 638.350,00 € (fundo)		
			701.000,00 € (investimento) / 595.850,00 € (fundo)*		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016/06				
Duração prevista	6 meses				

\* valor acordado internamente na reunião de reprogramação interna para abdicar em favor dos projetos de iluminação pública dos municípios de Figueiró dos Vinhos e Porto de Mós, não alterando o valor contratualizado para a Prioridade de Investimento 4.3 de 6.377.505,00 € (fundo).

## ID | 7. Eficiência Energética da Iluminação Pública Municipal

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea c):</b>					
c) Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semaforicos e sistemas de iluminação decorativa, tais como monumentos, jardins, entre outros, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia elétrica associado a estes sistemas.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Conceção e aplicação de um sistema energético global, como fator de sustentabilidade económico-financeiro.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Castanheira de Pera</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€ (investimento)		
			212 500,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro de 2016				
Duração prevista	2 anos				



## ID | 8. Requalificação Energética da Piscina Municipal

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.;

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

A Piscina Municipal funciona com equipamento obsoleto, com gastos mensais elevadíssimos em energia (iluminação e aquecimento), com necessidade de requalificação estrutural de modo a minimizar os consumos e as perdas.

Pela sua especificidade, este projeto é autónomo de outros, envolvendo a componente energética e a intervenção na estrutura diretamente relacionada com esta vertente (trabalhos acessórios).

Refere-se à alteração de equipamentos, pequenas obras na estrutura diretamente ligadas à componente energética (vidros, caixilhos, cobertura e trabalhos acessórios).

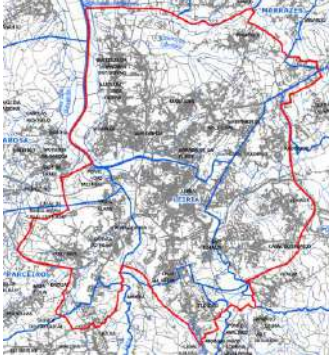
Pela importância que os custos com a energia têm na estrutura global de custos as poupanças que podem ser geradas nos encargos de funcionamento são vitais, associadas à promoção de um melhor ambiente.

### PROMOTOR

**Município de Figueiró dos Vinhos**

ESCALA/IMPACTO					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
FONTE DE FINANCIAMENTO			INVESTIMENTO TOTAL <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			235.294,12 € (investimento) 200.000,00 € (fundo)		
OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

## ID | 9. Remodelação de iluminação pública para tecnologia LED

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea c):</b>					
c) Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semafóricos e sistemas de iluminação decorativa, tais como monumentos, jardins, entre outros, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia elétrica associado a estes sistemas.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Pretende-se remodelar as luminárias existentes na zona urbana de Leiria, destinadas a iluminação viária e pedonal:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Substituir cerca de 4000 luminárias na zona urbana de Leiria, conforme mapa anexo.</li> </ul>					
					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.000.000,00 € (investimento) / 850.000,00 € (fundo)		
			900.000,00€ (investimento) / 765.000,00 € (fundo) *		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2º Semestre de 2015				

Duração prevista	1 ano
<p>* valor acordado internamente na reunião de reprogramação interna para abdicar em favor dos projetos de iluminação pública dos municípios de Figueiró dos Vinhos e Porto de Mós, não alterando o valor contratualizado para a Prioridade de Investimento 4.3 de 6.377.505,00 € (fundo).</p>	

**ID | 10. Melhoria da eficiência energética no Complexo Municipal de Piscinas de Leiria**

**Enquadramento Regulamentar:**

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

- i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;
- iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

- i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

**RELAÇÃO COM A EIDT**

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

**NATUREZA E CARACTERÍSTICAS**

Aumento da eficiência energética e utilização de energias renováveis para autoconsumo, para redução da fatura energética.

Instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo, substituição de vãos de caixilharia com vidro simples e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico por caixilharia com corte térmico e vidro duplo, instalação de dispositivos de sombreamento, substituição da iluminação interior por equipamentos de elevada eficiência, substituição de equipamentos de climatização por unidades mais eficientes, substituição de equipamentos de produção de energia térmica por equipamentos mais eficientes, instalação de sistema de gestão de energia.

- 1 - Instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo – 40.000€
- 2 - Substituição de caixilharia e vidros – 45.000€
- 3 - Instalação de sombreamento – 7.000€
- 4 - Substituição de equipamentos de climatização e tratamento de ar – 75.000€
- 5 - Substituição de caldeiras por caldeiras mais eficientes – 120.000€

6 - Substituição de sistemas de iluminação – 40.000€					
7 - Tratamento térmico das coberturas – 150.000€					
8 - Instalação de sistema de gestão de consumo e operação – 60.000€					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Leiria</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTES DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			235.294,12 € (investimento)		
			200.000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>		<b>Projeto</b>	<b>X</b>	<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2016				
<b>Duração prevista</b>	1 ano				

## ID | 11. Eficiência Energética Piscinas Municipais

### Enquadramento Regulamentar:

Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Eficiência Energética em duas piscinas municipais:

- Intervenção ao nível das infraestruturas de modo a criar condições à melhoria da eficiência energética e utilização de fontes de energia renováveis nas piscinas municipais e reduzindo igualmente na fatura energética.

### PROMOTOR

Município da Marinha Grande

### ESCALA/IMPACTO

Território da CIM		Supra-local		Local	X
-------------------	--	-------------	--	-------	---

### FONTE DE FINANCIAMENTO

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)

### INVESTIMENTO TOTAL (estimado)

235.294,12 € (investimento)  
200.000,00 € (fundo)

### OBJETIVOS

- Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da

eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	Janeiro 2016				
Duração prevista	24 meses				



## ID | 12. Eficiência Energética da Piscina Municipal de Pedrógão Grande

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Promover um conjunto de ações com vista a aumentar a eficiência energética na Piscina Municipal de Pedrógão Grande, tendo como principal objetivo aumentar os níveis de eficiência energética dos equipamentos públicos do concelho, nomeadamente da Piscina Municipal e, conseqüentemente, a redução dos custos associados.

### PROMOTOR

**Município de Pedrógão Grande**

### ESCALA/IMPACTO

Território da CIM		Supra-local		Local	X
-------------------	--	-------------	--	-------	---

### FONTE DE FINANCIAMENTO

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)

### INVESTIMENTO TOTAL (estimado)

235.294,12 € (investimento)

200.000,00 € (fundo)

### OBJETIVOS

- Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da

eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	junho de 2016				
Duração prevista	1 ano				

## ID | 13. Eficiência Energética na Iluminação Pública

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alíneas c) e d):</b>					
c) Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semaforicos e sistemas de iluminação decorativa, tais como monumentos, jardins, entre outros, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia elétrica associado a estes sistemas.					
d) Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, bem como a avaliação « <i>ex-post</i> » independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Dar continuidade ao processo de eficiência energética da iluminação pública no concelho de Pedrógão Grande. Os elevados custos de consumo de energia elétrica, pela iluminação pública aparenta ser um dos problemas de sustentabilidade económica de muitos municípios da CIMRL. É importante incrementar a capacidade de estudar toda a rede e retirar a iluminação fictícia e mudar alguma iluminação por tecnologia energeticamente mais eficiente:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Georreferenciação da rede IP no SIG municipal</li> <li>• Criação de uma base de dados em SIG</li> <li>• Gestão e controle da rede de IP à rede de PT</li> <li>• Estudo da rede pública de iluminação pública</li> <li>• Criação de novos pontos de luz em falta</li> <li>• Eliminação de pontos de luz desnecessários</li> <li>• Aumento da eficiência energética na IP</li> <li>• Otimização das luminárias e armaduras</li> <li>• Instalação de Sistemas de Regulação de Fluxo Luminoso</li> <li>• Substituição de Balastros e Reatâncias ferromagnéticas</li> <li>• Instalação de Relógios Astronómicos na Rede de IP</li> <li>• Plataforma Web – Monitorização dos Consumos Energéticos</li> <li>• Substituição de Luminárias Multidirecionais</li> <li>• Substituição de Luminárias Vapor de Sódio por Tecnologia LED</li> <li>• Ajuste ou diminuição do horário de funcionamento da IP</li> <li>• Eliminação total da iluminação cénica</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pedrógão Grande					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.050.000,00€ (investimento / 892.500,00€ (fundo)		
			850.000,00€ (investimento) / 722.500,00 € (fundo) *		

<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro de 2017				
Duração prevista	2 anos				
<p>* valor acordado internamente na reunião de reprogramação interna para abdicar em favor dos projetos de iluminação pública dos municípios de Figueiró dos Vinhos e Porto de Mós, não alterando o valor contratualizado para a Prioridade de Investimento 4.3 de 6.377.505,00 € (fundo).</p>					

**ID | 14. Requalificação da Piscina Municipal Coberta com à vista melhoria da eficiência energética**

**Enquadramento Regulamentar:**

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

- i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;
- iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

- i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

**RELAÇÃO COM A EIDT**

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

**NATUREZA E CARACTERÍSTICAS**

Melhoria da eficiência energética:

- Requalificação da Cobertura, fachadas, caixilharia;
- Reconversão da Iluminação e sistema de controlo inteligente;
- Instalação de coberturas térmicas para planos de água;
- Implementação de sistemas de produção energia renovável (solar térmica e solar fotovoltaica);
- Implementação de sistemas de produção de calor mais eficientes, com cop mais elevados;
- Implementação de equipamentos que permitam a poupança da água quente sanitária;
- Implementação de sistema de monitorização e controlo de energia.

**PROMOTOR**

**Município de Pombal**

**ESCALA/IMPACTO**

<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	X
--------------------------	--	--------------------	--	--------------	---

<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>		<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>			
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)		235.294,12 € (investimento)			
		200.000,00 € (fundo)			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	2 anos				

**ID | 15. Gestão e eficiência energética em iluminação pública na cidade de Pombal**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea c):</b>					
c) Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semaforicos e sistemas de iluminação decorativa, tais como monumentos, jardins, entre outros, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia elétrica associado a estes sistemas.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Este projeto pretende a diminuição da fatura energética da iluminação pública, aumentando a eficácia da iluminação e aumentando eficiência dos equipamentos, assim como a sua monitorização e controlo.					
A diminuição do consumo energético na Iluminação Pública pretende-se com a implementação de luminárias mais eficientes e a implementação da Monitorização e Controlo contínuo da iluminação.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da eficiência energética da iluminação pública;</li> <li>• Implementação de luminárias mais eficientes;</li> <li>• Implementação e melhoria dos sistemas de gestão da iluminação.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Pombal</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			750.000,00€ (investimento) / 637.500,00€ (fundo)		
			700.000,00€ (investimento) / 595.000,00 € (fundo) *		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>	X	<b>Projeto</b>		<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2017				
<b>Duração prevista</b>	1 ano				
* valor acordado internamente na reunião de reprogramação interna para abdicar em favor dos projetos de iluminação pública dos municípios de Figueiró dos Vinhos e Porto de Mós, não alterando o valor contratualizado para a Prioridade de Investimento 4.3 de 6.377.505,00 € (fundo).					

## ID | 16. Melhoria do desempenho da eficiência energética das piscinas Municipais

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

- i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;
- iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

- i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Pretende-se com esta intervenção atuar ao nível da implementação de ações específicas que visem um aumento da eficiência energética das piscinas Municipais, nomeadamente:

- Intervenções nos sistemas técnicos instalados através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, incluindo sistemas de tratamento da qualidade do ar.
- Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão dos consumos de energia.
- Instalação de cobertura térmica sobre o plano de água para a redução das perdas de calor e consequente redução do consumo energético.
- Implementação de sistema e equipamentos que permitam a gestão dos consumos energéticos.
- Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo, nos quais se inclui a instalação de painéis solares térmicos para produção de águas quentes, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos edifícios públicos e também para a redução da fatura energética bem como emissão dos GEE.

Com esta intervenção espera-se:

- Prestar um serviço de qualidade aos utentes do equipamento;
- Melhorar a eficiência energética dos edifícios;
- Reduzir as emissões de carbono contribuindo desse modo para atingir as metas o Pacto dos



Autarcas; • Contribuir para a sustentabilidade económico-financeira das infraestruturas reduzindo o encargo anual com a energia dos edifícios.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Porto de Mós					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>	X	<b>Local</b>	
<b>FONTES DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			235.294,12 € (investimento)		
			200.000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
• Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>	x	<b>Projeto</b>		<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2016				
<b>Duração prevista</b>	12 Meses				

## ID | 17. Eficiência energética na Iluminação Pública – Figueiró dos Vinhos

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea c):					
c) Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semafóricos e sistemas de iluminação decorativa, tais como monumentos, jardins, entre outros, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia elétrica associado a estes sistemas.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
<p>A Iluminação Pública assume uma importância assinalável na estrutura de consumo e de encargos do Município de Figueiró dos Vinhos, no que se refere ao fornecimento de energia elétrica. A existência de equipamentos obsoleto, pese embora intervenções de modernização já realizadas em algumas áreas/zonas, conduzem a perdas assinaláveis que urge eliminar, quer por razões financeiras, ambientais, de uso eficiente dos recursos, entre outras. O projeto “Eficiência Energética na Iluminação Pública – Figueiró dos Vinhos” prevê a intervenção em algumas zonas de maior consumo/densidade de equipamentos de iluminação pública, designadamente a substituição de lâmpadas existentes por LED’s com base num Diagnóstico de Eficiência Energética na Iluminação Pública (DEEIP) que prevê um encargo total (equipamento e instalação) de <b>100.000 euros</b>. Pela importância que os custos com a energia têm na estrutura global de custos as poupanças que podem ser geradas nos encargos de funcionamento são vitais, associadas à promoção de um melhor ambiente. Esta é uma intervenção integrada numa estratégia mais vastas de eficiência energética, que tem outras componentes já executadas, em execução e previstas para o médio prazo.</p> <p>Este projeto tem como objetivos o aumento da eficiência energética na infraestrutura de iluminação pública, viabilizando a sua sustentabilidade por via da poupança de encargos com energia.</p> <p>Destaca-se o grau de complementaridade com a estratégia de Eficiência Energética. No QREN, foi aprovado um projeto de Iluminação Pública (POVT) referente a uma parte (reduzida) da infraestrutura instalada e projeto de Eficiência na iluminação de edifício (PPEC).</p>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Figueiró dos Vinhos					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			100.000,00 € (investimento)		
			85.000,00€ (fundo) **		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da</li> </ul>					

eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista					
** verba disponibilizada pelos municípios da CIMRL após reunião de reprogramação interna, não alterando o valor contratualizado no âmbito da Prioridade de Investimento 4.3 de 6.377.505,00€ (fundo).					

## ID | 18. Eficiência energética na Iluminação Pública – Porto de Mós

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea c):</b>					
c) Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semafóricos e sistemas de iluminação decorativa, tais como monumentos, jardins, entre outros, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia elétrica associado a estes sistemas.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
A Iluminação Pública assume uma importância assinalável na estrutura de consumo e de encargos do Município de Porto de Mós, no que se refere ao fornecimento de energia elétrica. A existência de equipamentos obsoleto, pese embora intervenções de modernização já realizadas em algumas áreas/zonas, conduzem a perdas assinaláveis que urge eliminar, quer por razões financeiras, ambientais, de uso eficiente dos recursos, entre outras. O projeto “Eficiência Energética na Iluminação Pública – Porto de Mós” prevê:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de Plano Diretor Municipal de Iluminação Pública (IP)</li> <li>• Auditoria Energética à rede de IP</li> <li>• Substituição de iluminação convencional por iluminação LED;</li> <li>• Instalação de sistemas de regulação de fluxo luminoso.</li> </ul>					
Este projeto tem como objetivos o aumento da eficiência energética na infraestrutura de iluminação pública, viabilizando a sua sustentabilidade por via da poupança de encargos com energia; contribuir para as metas do pacto dos autarcas; reduzir as emissões de carbono e reduzir a fatura energética do Município.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Figueiró dos Vinhos</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			400.000,00 € (investimento)		
			340.000,00€ (fundo) **		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	

PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Data de arranque	01/06/2016
Duração prevista	24 meses
<p><b>**</b> verba disponibilizada pelos municípios da CIMRL após reunião de reprogramação interna, não alterando o valor contratualizado no âmbito da Prioridade de Investimento 4.3 de 6.377.505,00€ (fundo).</p> <p>A ficha enviada pelo município apresentava um valor de investimento de 350.000,00€, tendo-se optado pelo valor indicado pela CIMRL de 400.000,00€ de investimento (340.000,00€ de fundo).</p>	

## 6.1.2 Medida I.2. Programa Regional de Proteção Ambiental (medida 7 da EIDT)

### Projetos integrados na PI 5.2.

METAS QUANTIFICADAS / RESULTADOS ESPERADOS (realizações e impactos)			
OT5/ PI 5.2 - A promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes, de acordo com as medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil			
Indicador	Meta Nacional (2023)	Contributo da Região de Leiria (2018)	Contributo da Região de Leiria (2023)
Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	n.d	2	2
Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	n.d	10	10
Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos	n.d	1	1
Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação e/ou atuação de riscos específicos	n.d	122450	244900
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO PROPOSTO: 1.626.470,59€</b>			
<b>FUNDO: 1 382 500,00 €</b>			

### ID | 1. Sistema de Videovigilância e Detecção Automática de Incêndios como componente de Apoio a Decisão

#### Enquadramento Regulamentar:

Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 12, artigo 82º, número 2.1, alínea a) subalínea v); alínea e), subalínea v):

2.1 – Operações localizadas no território do Continente:

a) No domínio de intervenção prioritário “Redução dos Incêndios Florestais”:

v) Reforço da instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios, em terreno não privado, visando a diminuição da carga combustível e de acesso a pontos de água.

e) No domínio de intervenção prioritário “Ações inovadoras para a prevenção e gestão de riscos”:

v) Promoção de novas ações em termos de gestão de informação e monitorização associadas aos riscos, potenciando o uso de tecnologias e metodologias inovadoras, numa dimensão de inteligência territorial que deve ser integrada e articulada com a perspetiva mais tradicional de proteção civil, prevenção de riscos e gestão de recursos naturais.

#### RELAÇÃO COM A EIDT

7 | Programa Regional de Proteção Ambiental

## NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

O Sistema de Videovigilância e Detecção Automática de Incêndios como componente de Apoio à Decisão tem os seguintes objetivos estruturantes:

- Monitorização remota para a proteção de grandes áreas;
- Floresta e outras áreas de interesse ecológico:
  - Incêndios
  - Atividades Ilegais (Caça, pesca, ...)
- Infraestruturas industriais:
  - Segurança/intrusão;
  - Riscos (Incêndios, fugas, ...);
  - Apoio à operação;
- Fronteiras e linhas de costa:
  - Segurança/intrusão;
  - Atividades ilegais (tráfego, pesca);
  - Ferramenta de Apoio à decisão com a capacidade de deteção automática de situações anómalas

De forma a melhorar a vigilância dos espaços florestais e a resposta de combate aos incêndios, propõe-se uma candidatura conjunta para a área de interesse da CIMRL. Esta candidatura engloba câmaras de vídeo de elevada qualidade, sendo o meio mais eficaz de acompanhar e gerir remotamente as ocorrências, oferecendo aos Comandos (CDOS), uma preciosa ferramenta de apoio à decisão. Este sistema permite uma deteção e localização de incêndios florestais com rapidez e precisão, para além de possibilitar um acompanhamento, em tempo real, da sua evolução, bem como garantir durante todo o ano e, não apenas durante o período crítico, a vigilância dos espaços florestais.

Assim, com a vigilância remota é possível avaliar a situação de forma rápida e abrangente, eliminando inevitáveis erros ou omissões na transferência da informação, as quais poderão condicionar as tomadas de decisão.

Por outro lado, o sistema Ciclope proporciona ao comando operacional informação em tempo real, permitindo evitar deslocações ao terreno, muitas vezes desnecessárias devido a falsos alertas. Este sistema é fundamental em situações de múltiplas ocorrências, onde a gestão dos meios de combate e a tomada de decisão são de crucial importância.

A presente proposta, inclui 10 torres de videovigilância, com integração nos Centros de Gestão e Controlo existentes, nomeadamente CDOS Leiria e GNR Leiria, assim como a torre de Candeeiros (Porto de Mós). Quanto às opções de configuração, possui o sistema de videovigilância como ferramenta de apoio à decisão, isto é, configuração base com as funcionalidades atualmente em operação no distrito de Leiria (CDOS/GNR) e por outro lado, possui o sistema de videovigilância e deteção automática de incêndios com componente de apoio à decisão, sendo a configuração topo que acrescenta à configuração base a funcionalidade de deteção automática de Incêndios através da utilização de equipamentos dedicados, sem interferir com a operação da componente de apoio à decisão.

Localização das Torres de Vigilância:

TORRES	MUNICÍPIO
1	Candeeiros (já existente)
2	Pingo Doce
3	PV 44-05 - Maunça
4	Serra do Branco
5	SIRESP - Guia
6	PV 44-07 - Sicó
7	PV 42-07 - Serra de Alvaiázere
8	PV 42-03 - Alto do Pião
9	SIRESP - Pedrógão Grande
10	PV 42-04 - Ortiga

<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>	X	<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (FdC)			450.000,00€ (investimento) 382 500,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas.</li> <li>• Contribuição para o reforço da resiliência nacional face a múltiplos riscos, quer diminuindo as vulnerabilidades territoriais, quer aumentando as capacidades operacionais em termos de antecipação, reação e recuperação face à iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, incluindo os seguintes domínios prioritários de investimento:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Redução dos incêndios florestais;</li> <li>○ Prevenção e gestão de riscos de cheias e inundações;</li> <li>○ Meios de emergência e ações estruturais face a acidentes graves e catástrofes;</li> <li>○ Instrumentos de planeamento, monitorização e comunicação;</li> <li>○ Ações inovadoras para a prevenção e gestão de riscos.</li> </ul> </li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>		<b>Projeto</b>	X	<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2016				
<b>Duração prevista</b>	-				



## ID | 2. Cartografia de Risco/Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 12, artigo 82º, número 2.1, alínea d) subalínea ii):					
2.1 – Operações localizadas no território do Continente:					
d) No domínio de intervenção prioritário “Instrumentos de planeamento monitorização e comunicação”:					
ii) Elaboração de estudos técnicos e cartografia com vista à caracterização de riscos naturais e tecnológicos;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Os planos municipais de emergência existentes, instrumentos nos quais são definidos o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil a nível municipal, deverão permitir antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência.					
Este Plano carece de revisão, pelo que surge a <b>oportunidade de elaborar a respetiva cartografia de riscos naturais, tecnológicos e mistos desta região</b> , tendo como objetivo aumentar o conhecimento dos fatores de risco que afetam o território, identificando a sua localização, gravidade dos danos potenciais e probabilidade de ocorrência. Assim, poderá ser criado também um <b>Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos</b> que abranja toda a área da CIMRL, o qual consiste na elaboração de limites espaciais de fenómenos de risco tendo em conta a perigosidade e vulnerabilidade do território aos fenómenos.					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>	X	<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (FdC)			676.470,59 € (investimento)		
			575 000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas.</li> <li>• Contribuição para o reforço da resiliência nacional face a múltiplos riscos, quer diminuindo as vulnerabilidades territoriais, quer aumentando as capacidades operacionais em termos de antecipação, reação e recuperação face à iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, incluindo os seguintes domínios prioritários de investimento:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Redução dos incêndios florestais;</li> <li>○ Prevenção e gestão de riscos de cheias e inundações;</li> <li>○ Meios de emergência e ações estruturais face a acidentes graves e catástrofes;</li> <li>○ Instrumentos de planeamento, monitorização e comunicação;</li> </ul> </li> </ul>					

○ Ações inovadoras para a prevenção e gestão de riscos.					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

### ID | 3. Sistema de Alerta e avisos de cheias

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 12, artigo 82º, número 2.1, alínea b) subalínea iv); alínea e), subalínea v):</b>					
2.1 – Operações localizadas no território do Continente:					
b) No domínio de intervenção prioritário “Prevenção e Gestão de Riscos de Cheias e Inundações”:					
iv) Intervenções de modernização do Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH).					
e) No domínio de intervenção prioritário “Ações inovadoras para a prevenção e gestão de riscos”:					
v) Promoção de novas ações em termos de gestão de informação e monitorização associadas aos riscos, potenciando o uso de tecnologias e metodologias inovadoras, numa dimensão de inteligência territorial que deve ser integrada e articulada com a perspetiva mais tradicional de proteção civil, prevenção de riscos e gestão de recursos naturais.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
O risco de cheias, causadas sobretudo por chuvas torrenciais ou chuvas prolongadas, representa um risco sério tanto para pessoas como para os bens. O grau de capacidade dos meteorologistas preverem tais situações é, hoje em dia, relativamente alto nos países avançados, no entanto convém salientar que, sobretudo as precipitações intensas a nível local são relativamente difíceis de prever.					
Esta previsão exige equipamento técnico de monitorização do tempo relativamente caro. Contudo, o perigo das torrentes de água costuma surgir muito rapidamente, sendo necessário alertar a população em perigo de uma forma mais rápida e eficiente.					
Assim, propõe-se a integração de um sistema de alerta e aviso com sistemas de monitorização, devendo incluir uma plataforma de fácil visualização e cruzamento de dados, resultando numa ferramenta de controlo e previsão de possíveis catástrofes originadas com a subida dos níveis em linhas de água, possuindo o respetivo sistema de envio de alertas associado.					
Esta plataforma poderá ser integrada numa página de Internet , sendo visível remotamente e podendo ser consultada e visualizada on-line pelas diversas entidades que necessitem desses dados e que para eles contribuam.					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>	X	<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (FdC)			500.000,00€ (investimento)		
			425 000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					

- Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas.
- Contribuição para o reforço da resiliência nacional face a múltiplos riscos, quer diminuindo as vulnerabilidades territoriais, quer aumentando as capacidades operacionais em termos de antecipação, reação e recuperação face à iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, incluindo os seguintes domínios prioritários de investimento:
  - Redução dos incêndios florestais;
  - Prevenção e gestão de riscos de cheias e inundações;
  - Meios de emergência e ações estruturais face a acidentes graves e catástrofes;
  - Instrumentos de planeamento, monitorização e comunicação;
  - Ações inovadoras para a prevenção e gestão de riscos.

**ESTADO DE MATURAÇÃO**

Ideia		Projeto	X	Em execução	
-------	--	---------	---	-------------	--

**PERÍODO DE EXECUÇÃO**

Data de arranque	2016
Duração prevista	-

Projetos integrados na PI 6.3

METAS QUANTIFICADAS / RESULTADOS ESPERADOS (realizações e impactos)			
OT6/ PI 6.3 - Apoio ao investimento na proteção, na promoção e no desenvolvimento do património natural e cultural (conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural)			
Indicador	Meta da Região Centro (2023)	Contributo da Região de Leiria (2018)	Contributo da Região de Leiria (2023)
Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio (visitantes/ano)	255000 (PO 400000)	27.600	46.000
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (milhares)	4100000 – 4300000	283.500	297.000
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO PROPOSTO: 3.444.117,65€</b>			
<b>FUNDO: 2.927.500,00€</b>			

**ID | 1.** Leiria Terra de Maravilhas - Criação e promoção de rotas turísticas intermunicipais centradas em recursos distintivos, artes, saberes e sabores da Região de Leiria (rota do vidro, rota da cerâmica, rota da gastronomia - Prove Leiria, etc.)

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea c), subalínea ii):</p> <p>c) Promoção turística:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>ii) Criação e promoção de novas rotas turísticas, centradas em recursos e produtos endógenos (e. g. vinhos), artes e saberes (e. g. vidro, lanifícios e cerâmica) e na produção cultural (e. g. escritores);</li> <li>iii) Utilização das TICE, sinalética e outros instrumentos de aproximação e visibilidade da região e do seu património nos mercados e junto dos visitantes.</li> </ul>
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p> <p>7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística</p>
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>O projeto “Leiria, Terra de Maravilhas” consiste num projeto de promoção turística da Região de Leiria, através da criação e promoção de rotas turísticas intermunicipais centradas em recursos distintivos, artes, saberes e sabores deste território, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Rota do Vidro;</li> <li>• Rota da Calçada;</li> <li>• Rota da Cerâmica;</li> <li>• Rota da Gastronomia – Prove Leiria;</li> </ul> <p>Para além da criação das rotas, este projeto engloba intervenções ao nível da sinalética, da homologação das rotas/percursos, da criação de materiais promocionais e na adequação de espaços</p>

de visitação.					
Através da criação e promoção destas rotas pretende-se valorizar e promover os recursos, produtos endógenos e a gastronomia da Região de Leiria.					
Este projeto concorre para a valorização da diversidade concentrada e realização do potencial turístico do território nas suas múltiplas facetas – turismo cultural e paisagístico, de bem-estar, de natureza e de negócios, no sentido do acréscimo no seu reconhecimento como um destino atrativo e de qualidade quer a nível nacional como internacional.					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.200.000,00€ (investimento)		
			1 020 000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

**ID | 2. Parque Ecológico Gramatinha - Ariques - Serra Pequena - Gamanhos (projeto intermunicipal Alvaiázere / Ansião)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalíneas i), ii) e iii):					
b) Património Natural:					
i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;					
ii) Organização de iniciativas de comunicação, informação e sensibilização associadas à proteção e conservação da natureza;					
iii) Programas e ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza, incluindo conteúdos digitais, plataformas digitais e planos de marketing específicos, assentes nos recursos naturais e direcionados para o reforço da visibilidade, interna e externa, das Áreas Classificadas e da região, em articulação com a conservação desses recursos;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental					
15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Este projeto pretende a valorização e preservação do Património Natural:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorizar a maior mancha de Carvalho Cerquinho (ou Carvalho Português) da Península Ibérica, através da preservação da área onde está implantado, assim como disponibilizar percursos de observação da Natureza/ biodiversidade;</li> <li>• Criar painéis expositivos/informativos (características do carvalho, espécies animais e vegetais encontradas ao longo do percurso);</li> <li>• Criar material promocional de divulgação;</li> <li>• Sinalizar os percursos.</li> </ul>					
Espera-se com este projeto aumentar o número de visitantes ao espaço e à região, oferecer percursos expositivos de qualidade, valorizando o Património Natural da Região e dinamizar a economia local e regional.					
<b>PROMOTOR</b>					
Municípios de Ansião e Alvaiázere					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			200.000,00€ (investimento)		
			170 000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					

ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				



### ID | 3. Musealização do Complexo Monumental de Santiago da Guarda

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalínea ii); alínea c), subalínea iii):					
a) Património Cultural:					
ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;					
c) Promoção turística:					
iii) Utilização das TICE, sinalética e outros instrumentos de aproximação e visibilidade da região e do seu património nos mercados e junto dos visitantes;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental					
15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Este projeto pretende valorizar o único Monumento Nacional do Concelho de Ansião, inserido na Rota da Romanização que liga Conímbriga (Condeixa), Rabaçal (Penela) e Santiago da Guarda (Ansião), através da Musealização do espaço.					
Elaboração de programa museológico:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de exposição permanente: componente museográfica (criação de conteúdos, elaboração de diversos painéis incluindo painéis interativos, vitrinas, quiosque digital).</li> <li>• Elaboração de conteúdos de comunicação e divulgação do Monumento (conceção de conteúdos digitais informativos, publicações e monografias).</li> <li>• Conservação e Proteção dos bens arqueológicos.</li> </ul>					
Resultados esperados:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar o número de visitantes ao espaço e à Região.</li> <li>• Oferecer percursos expositivos de qualidade, valorizando o Património Romano da Região.</li> <li>• Tornar o Complexo Monumental num Monumento de referência em termos nacionais, no âmbito do Património Romano.</li> <li>• Dinamizar a economia local e regional.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Ansião					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€ (investimento)		
			212 500,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					

Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	12 meses				

**ID | 4. Igreja Paroquial de Figueiró dos Vinhos (MN)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalínea ii):</b>					
a) Património Cultural:					
ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
<p>A Igreja de São João Baptista, paroquial de Figueiró dos Vinhos encontra-se classificada como Monumento Nacional (MN).</p> <p>Da fundação quatrocentista, levada a cabo pelos religiosos do Convento de Santa Cruz de Coimbra, nada resta, e a igreja que hoje conhecemos é o resultado da intervenção manuelina, do século XVI, e da campanha decorativa barroca, que dotou a capela-mor de um conjunto de azulejos dedicados à vida de São João Baptista. A construção da igreja, no século XVI, coincide com o desenvolvimento económico de Figueiró dos Vinhos, depois da renovação do Foral em 1541, também visível no conjunto de habitações dessa época, erguidas na zona mais antiga da vila.</p> <p>Pode observar-se no seu conjunto a acumulação de vários estilos arquitetónicos – Manuelino, Maneirismo, Barroco e Romantismo assim como o valioso património artístico e acervo de arte sacra. Na Capela-mor pode apreciar-se o retábulo em talha dourada estilo D. João V, estando as paredes revestidas de azulejos representando cenas da vida de S. João Baptista datados de 1716. No Altar-mor destaca-se pela sua imponência o quadro «O Batismo de Cristo», de autoria do pintor José Malhoa, datado de 1904. Podem ainda observar-se uma imagem gótica que representa a Santíssima Trindade, a imagem do Senhor Jesus da Agonia esculpida por Simões de Almeida (Tio), o Túmulo em pedra lavrada, de Ruy Vasques Senhor de Figueiró e de sua esposa D.ª Violante de Sousa, várias pinturas do século XVI, e o quadro de Josefa de Óbidos «S. João da Cruz» e ainda uma Pia Batismal totalmente cinzelada por canteiros locais.</p> <p>Neste contexto, a Igreja Paroquial de Figueiró dos Vinhos deve ser alvo de proteção, conservação, valorização e promoção turística, de modo a divulgar este importante património histórico e cultural.</p>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Figueiró dos Vinhos</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			300.000,00€ (investimento) 255 000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				

Duração prevista	24 meses
------------------	----------

**ID | 5. Igreja de São Pedro (MN - protocolo DGPC, diocese de Leiria)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalínea ii):</b>					
a) Património Cultural:					
ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Entre Coimbra e Lisboa, a igreja de São Pedro de Leiria é o único templo românico da cidade e o que melhor evoca os caminhos artísticos das derradeiras oficinas românicas meridionais rumo à sua dissolução. No tempo em que Eça de Queiroz permaneceu em Leiria, esta capela de estilo românico, construída no último quartel do século XII, funcionou como teatro, e mais tarde como celeiro. Ali o escritor escandalizou a sociedade leiriense da época, ao ser visto durante um espetáculo com “indecorosos” olhares e mãos num idílio com a nobre vizinha do lado. O principal interesse do templo vai para a fachada principal e, especialmente, para o seu portal. Enquadrado por um largo alfiz, que termina numa linha de modilhões decorados, a entrada é ladeada por uma série de arquivoltas, onde se esculpiu um dos mais importantes conjuntos de beak-heads do Românico português (DGPC).					
Atendendo à importância deste monumento, este projeto pretende a sua proteção e valorização assim como a promoção deste património com interesse turístico.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Leiria</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			200.000,00€ (investimento) 170 000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista					

**ID | 6. Castelo de Leiria (MN)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalínea ii):</b>					
a) Património Cultural:					
ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Reabilitação, restauro e conservação do Castelo de Leiria (ex-libris da cidade) com vista à sua valorização cultural, que incluirá um conjunto de intervenções de restauro, adaptação para valências culturais e de atendimento e conforto do público, acessibilidades, arranjos exteriores e enquadramento urbano, de forma a potenciar o papel do monumento como equipamento cultural e turístico de excelência da cidade.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caracterização da intervenção (levantamento arquitetónico e levantamento das infraestruturas interna e externas do conjunto).</li> <li>• Avaliação e Diagnóstico (necessidades de conservação e restauro; avaliação das hipóteses de acessibilidades; elaboração de estudo acústico para verificar os efeitos provocados aquando da realização de eventos; elaboração de projeto de rede elétrica que integre os vários sistemas instalados; definição das áreas passíveis de poderem ser utilizadas para espetáculos; intervenções arqueológicas).</li> <li>• Elaboração de projeto para reabilitação do conjunto edificado (Paços Novos, Igreja da Pena, Casa do Guarda e Torre de Menagem) que reorganize os espaços com vista a uma utilização do programa preliminar.</li> <li>• Elaboração de projeto para infraestruturas e materiais de apoio a eventos.</li> <li>• Elaboração de projeto para arranjos interiores com vista à melhoria das condições de segurança e de conforto dos visitantes.</li> <li>• Elaboração do projeto de arranjos exteriores, com vista à melhoria das condições de segurança e acesso, nomeadamente na ligação ao futuro acesso mecânico.</li> <li>• Implementação das propostas de intervenção.</li> </ul>					
Após a execução, pretende-se um aumento em 30% ao ano do número de visitantes.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Leiria</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			500.000,00€ (investimento)		
			425 000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					

Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	3 anos				

**ID | 7. Sé de Leiria - Torre sineira - arranjos exteriores e musealização (MN - protocolo DGPC, diocese de Leiria)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalínea ii):					
a) Património Cultural:					
ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental					
15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
<p>A Sé de Leiria foi construída em 1559, ao tempo do segundo bispo de Leiria, D. Frei Gaspar do Casal, e sob a responsabilidade do Arquiteto Afonso Álvares. As obras ficaram concluídas em 1574, ano em que nasceu o Poeta Francisco Rodrigues Lobo. Apresentando uma arquitetura algo severa, de estilo maneirista e barroco, este imponente templo filia-se nas igrejas-de-salão como as sés de Portalegre e Miranda do Douro. A personagem de Eça de Queiroz, o Padre Amaro era o seu pároco e queixava-se do seu estilo frio e jesuítico. O Poeta Acácio de Paiva foi aqui batizado, brincou quando criança no adro e celebrou na Sé o seu casamento com D. Constança Correia.</p> <p>A Sé de Leiria, incluindo o claustro, o adro envolvente, a torre sineira e a casa do sineiro encontra-se classificada como Monumento Nacional. Tendo em vista a proteção, conservação, valorização e promoção da Sé de Leiria, este projeto pretende a realização de arranjos exteriores necessários e a sua musealização.</p>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			100.000,00€ (investimento)		
			85 000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				



**ID | 8. Convento do Louriçal (MN)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalínea ii):</b>					
a) Património Cultural:					
ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
A Igreja do Convento do Louriçal, classificada como Monumento Nacional, iniciada em 1690, depois do primitivo recolhimento, fundado cerca de sessenta anos antes pela Madre Maria do Lado, ter sido transformado em convento de clarissas por D. Pedro II. O projeto estaria a cargo de João Antunes, a quem é atribuída a traça inicial do templo. As obras arrastaram-se durante dezoito longos anos, estando concluídas em 1708 graças ao empenho do príncipe D. João V, que tomou a seu cargo o convento como forma de agradecimento pela cura de uma doença, em 1700. Este monumento caracteriza-se pela austeridade do exterior (um volume regular e compacto), pela abertura de janelas simétricas, e pelo portal rematado por um frontão curvo, cujo tímpano oval é preenchido por motivos eucarísticos. Contrasta fortemente com a dinâmica e os reflexos luminosos do interior do templo, para os quais contribuem decisivamente os azulejos azuis e brancos, de fabrico lisboeta, muito possivelmente, obra da oficina de Bartolomeu Antunes. Depois da extinção das ordens religiosas, o edifício foi vendido em hasta pública (em 1925), mas logo recuperado pelas clarissas, que ainda hoje aí permanecem (Fonte: DGPC). Neste contexto, este projeto pretende promover a valorização do Convento do Louriçal, enquanto monumento nacional através da sua valorização e promoção turística.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Pombal</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			300.000,00€ (investimento) 255 000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATUREZAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2015				
Duração prevista	-				

**ID | 9. Castelo de Porto de Mós (MN)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalínea ii):					
a) Património Cultural:					
ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
<p>O Castelo de Porto de Mós, classificado como Monumento Nacional, apresenta uma evidente racionalidade arquitetónica, ao alicerçar-se numa planta pentagonal, cujos vértices são reforçados por torreões (três de seção quadrangular e um outro pentagonal). A fachada principal, voltada a Sul, é de feição harmónica, com corpo central ladeado por duas torres coroadas com terminações piramidais. O portal é de arco de volta perfeita, encimado por elegante loggia panorâmica, mais característica da arquitetura palaciana que da militar. O interior apresenta um pátio central (onde se escavou a cisterna), a partir do qual se acede a todos os espaços do conjunto. A loggia corrida ao longo do andar nobre do paço e o coroamento piramidal das duas torres que ladeiam a entrada fazem com que este castelo seja uma das mais importantes peças de cenografia arquitetónica do século XV português (Fonte: DGPC).</p> <p>Este projeto tem como objetivo a valorização turística do Castelo de Porto de Mós através de intervenções que promovam a sua proteção, conservação e valorização deste importante monumento nacional.</p>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Porto de Mós					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			100.000,00€ (investimento) 85 000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

**ID | 10. Património Natural – Criar percursos pedestres, rotas turísticas e infraestruturas de apoio em áreas e espaços naturais que permitam disponibilizar e facilitar a prática de atividade de trail, running e pedestrianismo (viagem virtual ao património histórico e natural)**

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalínea i):</b></p> <p>b) Património Natural:</p> <p>i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;</p>
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p> <p>7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística</p>
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>Porto de Mós tem uma parte da sua história ligada ao comboio e á utilização dos recursos naturais, sendo hoje um marco importante de entrada de visitantes a recuperação desta antiga linha de caminho-de-ferro transformada em ecopista, contribuindo significativamente para potenciar o turismo de Natureza e turismo ativo.</p> <p>O que pretendemos nesta logica de potenciar o património histórico e natural é criar uma carruagem do comboio, em que os visitantes podem simular uma viagem, uma experiência imersiva e interativa de um tour Virtual em 360°, permitindo a sua visita virtual, onde o utilizador consegue ver tudo o que está à sua volta. Sendo por certo uma excelente oportunidade de conhecer repositórios da História local que se comunicam e lugares incríveis nesta viagem ao concelho de Porto de Mós.</p> <p>A visita virtual ao património histórico e natural do concelho de Porto de Mós, consiste no desenvolvimento de uma aplicação multimédia interativa com conteúdos que ilustram a riqueza do património natural, humano e cultural, valorizando-se a biodiversidade do Parque Natural das serras de Aire e candeeiros, e os valores ambientais. Vocacionado para ajudar o visitante a tirar o máximo partido da descoberta do nosso concelho. o Centro virtual oferece infinitas possibilidades de melhor poder partir á descoberta do património natural e ambiental.</p> <p>Recorrendo a elementos audiovisuais, como fotografia, vídeo e áudio, em várias línguas o património natural, cultural, humano e os aspetos diferenciadores desta região serão caracterizados, contextualizados cientificamente e enquadrados, através de um interface de navegação intuitivo e simples. Desta forma, pretende-se que a aplicação seja acessível a qualquer utilizador podendo escolher qual o percurso, oferecendo uma experiência de visita virtual, única e o mais completa possível.</p> <p>Para a concretização deste projeto planeámos 4 circuitos virtuais</p> <p>1º Circuito, Viagem ao centro da terra, com visualização da Pena de Alcaria, Fauna, flora, Fornea e cova da velha. Passando pelo interior das Grutas de STº António, Alvados e Mira de Aire, recolhendo os sons dos tocadores de concertinas da Barrenta e deliciando-se com a gastronomia da tasca da Dº Maria e a morcela, tortulhos e molinhos característicos de Mira de Aire. Grutas, algares e cavernas, serão por certo motivos de descoberta, imaginação e sonho.</p> <p>2º Circuito , Serras com vida, Percorrendo toda uma região serrana, desde Serro Ventoso, Mendiga, Arrimal onde homem, moldou a paisagem e dotou-a de vida, usando o esforço e engenho para utilizar a pedra. Supostamente inútil, numa ferramenta de vida e num modo de sustento. O rendilhado dos muros de pedra solta, marca a paisagem ,os campos de Lapiás constituindo grandes extensões de superfície com calcário modelado pelos elementos. Uma população rodeada de calcário desde cedo</p>

arranjou forma de transformar “pedras em pão, os moinhos de vento ou os lagares de azeite, as ervas aromáticas, associados a uma paisagem deslumbrante, o arco da memória ou as lagoas, serão um dos percursos de excelência.

3º Circuito, Rota dos saberes ancestrais, Por terras de Pedreiras, Juncal, Calvaria, fazendo paragem obrigatória na Igreja do juncal onde a secular azulejaria, a cestaria, a extração e transformação do barro em magníficas peças de olaria pintadas á mão e os saberes ancestrais e a elegância do design estão em perfeita comunhão. É o saber acumulado de várias gerações de mestres oleiros e canteiros, tal arte faz deste circuito um marco na nossa cultura e memória coletiva e da utilização racional e sustentável dos recursos naturais

4º Circuito Rota Histórica e da Independência, daqui partiu Nuno Alvares Pereira para a batalha Real, que garantiu a independência de Portugal. Partindo do local de acampamento, das tropas, destaque para o lindo castelo

de traça palaciana de porto de Mós, a sua fonte ou a estrada romana, sentindo-se o tilintar dos martelos de transformação da pedra em calçada á portuguesa. Passando pela ponte Romana até ao campo Militar de São Jorge. A Fundação Batalha de Aljubarrota garantiu a salvaguarda deste património com a criação de um Centro de Interpretação, que apresenta a Batalha de Aljubarrota ao público, de uma forma rigorosa, instrutiva e cativante.

Com este projeto Viagem virtual ao património histórico e natural, queremos estimular a vontade de partir á descoberta e vivenciarem uma região natural que tem características únicas. Para tal os percursos poderão ser descarregados para aplicações móveis e GPS, paralelamente e Outra vantagem da viagem virtual é que pode ser atualizada graças à colaboração dos viajantes, que podem incluir suas fotos de viagens no site para gerar novas panorâmicas.

**PROMOTOR**

**Município de Porto de Mós**

**ESCALA/IMPACTO**

Território da CIM		Supra-local	X	Local	
-------------------	--	-------------	---	-------	--

**FONTE DE FINANCIAMENTO**

**INVESTIMENTO TOTAL (estimado)**

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)

294.117,65€ (investimento)  
250.000,00 € (fundo)

**OBJETIVOS**

- Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.

**ESTADO DE MATURAÇÃO**

Ideia		Projeto	X	Em execução	
-------	--	---------	---	-------------	--

**PERÍODO DE EXECUÇÃO**

Data de arranque	2016
Duração prevista	24 meses

Projetos integrados na Medida 4 (FEADER)

METAS QUANTIFICADAS / RESULTADOS ESPERADOS (realizações e impactos)			
OT3/ Medida 4 (FEADER) - Investimentos em ativos físicos - Ação 3.4 (PDR 2020) - Infraestruturas coletivas (regadios tradicionais, segurança de barragens, drenagem e estruturação fundiária)			
Indicador	Meta Nacional (2023)	Contributo da Região de Leiria (2018)	Contributo da Região de Leiria (2023)
Regadios tradicionais	n.d.	129	161
<b>FUNDO: 567 800,00€</b>			

**ID | 1. Desenvolvimento e melhoria de regadios**

**Enquadramento Regulamentar:**

**Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020, Ação 3.4, Operação 3.4.2):**

Ação 3.4. Infraestruturas coletivas:

Operação 3.4.2 – Melhoria da Eficiência dos Regadios Existentes

**Despesas elegíveis:**

- Elaboração de estudos, projetos e consultoria;
- Execução de obras de hidráulica agrícola para retenção, captação, transporte e distribuição de água, de defesa, respetivos equipamentos, implementação de outras infraestruturas associadas aos perímetros de rega e ações de estruturação fundiária;
- Demarcação e titulação de novos lotes em ações de emparcelamento;
- Elaboração e atualização de cadastro;
- Execução de obras de adaptação ao regadio;
- Instalação de dispositivos de controlo da quantidade e da qualidade da água, e ainda da degradação do solo;
- Instalação de dispositivos de controlo volumétrico de água;
- Execução de medidas de compensação, minimização de impactos ambientais, testagem das obras e segurança;
- Outras construções associadas ao funcionamento e gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas, nomeadamente edifícios para o funcionamento das respetivas entidades gestoras, centrais hidroelétricas integradas nas infraestruturas de captação ou distribuição de água, implementação de novas tecnologias ou sistemas, acompanhamento, fiscalização, expropriações e indemnizações;
- Frequência de ações de especialização técnica profissional com relevância para a gestão do aproveitamento hidroagrícola e da obra;
- Processos de gestão dos regadios mais inovadores e eficientes, privilegiando esquemas de gestão comuns a vários regadios.

*Nota: A portaria referente à operação 3.4.2 da Ação 3.4 – Infraestruturas coletivas ainda não se encontra publicada.*

**RELAÇÃO COM A EIDT**

7 | Programa Regional de Proteção Ambiental

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

De acordo com a DRAPC, a irregularidade da distribuição da precipitação, associada aos défices hídricos nos meses mais quentes, impõe como investimento estratégico para o desenvolvimento agrícola regional o reforço da capacidade de armazenamento de água e da eficiência de rega. Os grandes desafios que se colocam no próximo período de programação para a Região Centro, deverão ser:

- a conclusão dos projetos em curso, cuja avaliação ex-post, relativa ao funcionamento da área já beneficiada, confirme ou supere os resultados técnicos e económicos inicialmente previstos;
- o estímulo do investimento privado e a introdução de novas tecnologias nos aproveitamentos infraestruturados;
- o aumento da área cultivada dos regadios coletivos da Região Centro;
- a dinamização e a reconversão das áreas abandonadas e subaproveitadas para atividades que proporcionem valor acrescentado e utilizem sistemas de rega eficientes.

Na implementação dos investimentos de regadio devem ser devidamente considerados nas diferentes fases de execução os seguintes princípios:

- Capacidade de gestão;
- Criação de valor;
- Eficiência hídrica;
- Eficiência energética;
- Resposta aos problemas decorrentes das alterações climáticas;
- Resposta ao abandono da atividade agrícola.

Nos termos do Acordo de Parceria (Portugal 2020) e do texto aprovado dos programas financiadores, os investimentos a propor pelas CIM no âmbito dos pactos para o desenvolvimento e coesão territorial devem contribuir para a prossecução dos vários objetivos temáticos (OT), como os investimentos em ativos físicos (OT3/Medida 4 (FEADER) que se articula com a Ação 3.4 do PDR 2020 – Infraestruturas coletivas), nomeadamente em regadios tradicionais, segurança de barragens, drenagem e estruturação fundiária (Operação 3.4.2 e Operação 3.4.3, respetivamente).

Concretamente, a seleção dos objetivos e prioridades do pacto da CIM da Região de Leiria deverá ser compatível com as opções tomadas no âmbito de cada programa financiador, de acordo com as elegibilidades, os montantes e os indicadores de realização e de resultado apresentados no quadro seguinte:

- Intervir em AH em exploração para reforço de segurança de barragens e melhoria da gestão:
  - Execução ou reabilitação de obras de hidráulica agrícola (operações que visem a melhoria da eficiência dos regadios coletivos tradicionais sem exploração);
- Criar novas áreas regadas e reservas de água:
  - Melhorar a eficiência de utilização da água (operações que visem a beneficiação ou construção de infraestruturas de captação, armazenamento, redes de rega, drenagem, caminhos, etc. – beneficiação de regadios coletivos tradicionais).

Reforça-se que as obras de reabilitação hidráulica do Aproveitamento Hidroagrícola do Lis são consideradas pela DRAPC como uma intervenção prioritária a nível regional, encontrando-se por isso previstas no documento nacional “Estratégia para o Regadio Público 2014- 2020” da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

### PROMOTOR

**Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria**

### ESCALA/IMPACTO

Território da CIM	X	Supra-local		Local	
-------------------	---	-------------	--	-------	--

<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>		<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>			
Programa de Desenvolvimento Rural (FEADER)		567.800,00€ (fundo)			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento do Regadio Eficiente                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Disponibilizar água aos prédios rústicos, privilegiadamente através da retenção de recursos hídricos superficiais, da implementação de sistemas de transporte e de distribuição eficientes e de métodos de rega adequados, de forma integrada com outras infraestruturas;</li> <li>○ Promover melhores acessibilidades, através da construção e requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;</li> <li>○ Dotar de energia elétrica as infraestruturas coletivas nas áreas de regadio;</li> <li>○ Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as infraestruturas associadas ao regadio;</li> <li>○ Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.</li> </ul> </li> <li>• Melhoria da Eficiência dos Regadios Existentes                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Promover o uso mais eficiente da água e da energia nos aproveitamentos hidroagrícolas existentes, através de:</li> <li>○ Reabilitação e modernização das infraestruturas primárias e secundárias (captação, transporte e distribuição de água);</li> <li>○ Reabilitação e modernização das estações elevatórias e centrais hidroelétricas;</li> <li>○ Melhoria da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas;</li> <li>○ Melhoria da segurança das infraestruturas;</li> <li>○ Incentivo à introdução de tecnologias mais eficientes.</li> </ul> </li> <li>• Drenagem e estruturação fundiária                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Melhorar as condições de drenagem e prevenir a salinização dos solos, através do controle do nível freático e da defesa contra cheias;</li> <li>○ Combater a erosão dos solos agrícolas;</li> <li>○ Promover a melhoria da estrutura fundiária, através da reorganização da propriedade e das explorações.</li> </ul> </li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>	X	<b>Projeto</b>		<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2016				
<b>Duração prevista</b>	-				



## 6.2 Eixo II. Coesão Social, Educação e Competências – Leiria + Inclusiva

Este Eixo integra as seguintes medidas e prioridades de investimento:

- **Medida II.1 | Programa + Escola (medida 1 da EIDT)**

PI 10.5 (OT10) - Investimentos em infraestruturas da educação pré-escolar e do ensino básico

PI 10.1 (OT10) – Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida: apoio a intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino

- **Medida II.2 | Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão (medida 2 da EIDT)**

PI 9.7 (OT9) - Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais (Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitário)



## 6.2.1 Medida II.1. Programa + Escola (medida 1 da EIDT)

### Projetos integrados na PI10.5

METAS QUANTIFICADAS / RESULTADOS ESPERADOS (realizações e impactos)			
OT10/PI10.5- Investimentos em infraestruturas da educação pré-escolar e do ensino básico (investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas)			
Indicador	Meta da Região Centro (2023)	Contributo da Região de Leiria (2018)	Contributo da Região de Leiria (2023)
Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (Nº pessoas)	8.400	1.071	2.143
Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	37%	15%	37%
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO PROPOSTO: 20.220.000,00 €</b>			
<b>FUNDO: 17.187.000,00 €</b>			

### ID | 1. Requalificação da Escola EB1 de Alvorge

#### Enquadramento Regulamentar:

Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):

a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;

#### RELAÇÃO COM A EIDT

1 | Programa + Escola

#### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Escola do ensino básico.

O piso 0 é composto por 2 salas do ensino básico, 1 refeitório, 1 área de cozinha, sanitários (masculinos, femininos e professores), átrio entrada, arrumos, área técnica da caldeira.

O piso 1 compõe-se por 1 sala de atividades complementares.

Pretende-se com o projeto:

- Beneficiação geral de edifício centenário.
- Melhoria de condições físicas das salas de aulas e sala de atividades complementares.
- Requalificação das instalações sanitárias (masculinos, femininos e professores).
- Requalificação do átrio de entrada e zonas de circulação.
- Criação de espaços cobertos de recreio.
- Substituição mobiliário e equipamentos de apoio.

#### PROMOTOR

Município de Ansião

ESCALA/IMPACTO					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
FONTE DE FINANCIAMENTO			INVESTIMENTO TOTAL <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€ (investimento) 212.500,00€ (fundo)		
OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	6 meses				

## ID | 2. Centro Escolar do Reguengo do Fetal

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):</b>					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
<p>Pretende-se a construção de raiz do Centro Escolar EB1 do Reguengo do Fetal, com capacidade para 4 salas de aula do 1º CEB e instalações de apoio, incluindo sala de refeições/polivalente, sala destinada a docentes e atendimento, zona administrativa e social, em conformidade com a legislação em vigor. O edifício beneficiará de rede de equipamentos complementares, uma vez que será instalado na proximidade de um recinto desportivo ao ar livre. O projeto permitirá a concentração das escolas do 1º CEB da Torre e da escola do 1º CEB do Reguengo do Fetal, e ainda o acolhimento das crianças dos lugares de Torrinhãs, Alcaidaria, Garruchas, e Rio Seco cujos estabelecimentos escolares foram encerrados, a partir de 2004. Considera-se que a oferta solidária ao nível do pré-escolar, contratualizada com Centro Paroquial de Assistência do Reguengo do Fetal (JI do Trevo), ao dispor de 3 salas de atividades, assegura as necessidades da freguesia nesta componente de ensino. Este estabelecimento funciona nas imediações do novo Centro Escolar a edificar.</p>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município da Batalha</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.100.000,00€ (investimento)		
			935.000,00€ (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	03/2016				
Duração prevista	12 meses				

**ID | 3. EBS Batalha (DGESTE)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea b):</b>					
b) Intervenções na rede do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou ensino secundário no âmbito de programas específicos de intervenção em infraestruturas escolares;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
<p>Pretende-se intervir o Agrupamento de Escolas da Batalha, composto pela EB 2 e 3 Mouzinho de Albuquerque e Ensino Secundário, com capacidade para cerca de 1.400 alunos. A operação consiste na ampliação das instalações existentes (9.437 m2), incluindo a criação de 1 bloco para acolhimento de 35 salas de aulas e laboratórios de apoio aos 2º e 3º ciclos; a interligação de blocos administrativos de apoio aos diferentes níveis de ensino através de edifício único que permita a centralização de balcão de atendimento e a disponibilização de biblioteca, centro de recursos e centro de formação; a demolição de 2 blocos pré-fabricados que dispõem atualmente de 14 salas (com área total de 2.638 m2); e outras intervenções de requalificação (cerca de 5.292 m2) que integram os recintos cobertos, balneários, construção de polivalente para prática desportiva e reabilitação de zonas envolventes, total substituição das infraestruturas de apoio às redes de abastecimento público de águas e de águas residuais domésticas.</p>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município da Batalha					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			2.811.764,71€ (investimento)		
			2.390.000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	03/2016				
Duração prevista	12 meses				

**ID | 4. Reabilitação e apetrechamento dos edifícios pré-escolares e do ensino básico**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):</b>					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
<p>A antiguidade dos edifícios pré-escolares e do ensino básico em funcionamento no concelho, a sua dispersão geográfica e a sua utilização, implicam a realização de intervenções de conservação a ser executadas numa lógica global, de intervenção geral, visando a melhoria das condições de funcionamento, a rentabilização das infraestruturas existentes, a prestação de um melhor serviço, o combate ao abandono escolar e a satisfação da comunidade escolar (professores, funcionários, alunos e pais). Relativamente às necessidades de intervenção, genericamente referem-se a obras de beneficiação, também por razões de eficiência energética, aquisição de material de apoio, mobiliário, equipamento informático e parque infantil, em projeto/orçamento específico já realizado.</p> <p>Os objetivos são a rentabilização de equipamentos, redução de encargos de funcionamento, melhoria da qualidade do serviço prestado e a procura de igualdade de oportunidades, observada a Carta Educativa (revista).</p> <p>O projeto concorre para o combate ao abandono escolar e melhoria das condições de ensino nos estabelecimentos do concelho, procura de igualdade de oportunidades, através de intervenções globais, pontuais, mas de elevada importância no contexto socioeconómico na razão da rentabilização de equipamentos, redução de encargos de funcionamento e melhoria da qualidade do serviço prestado observada a Carta Educativa (revista).</p>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Figueiró dos Vinhos</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			275.357,00€ (investimento)		
			234.053,45€ (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	1 ano				

**ID | 5. Centro Escolar de Marrazes**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):</b>					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Com vista à universalização da acessibilidade à rede regional de ensino pré-escolar e à qualificação de infraestruturas do ensino básico propõe-se a construção de infraestruturas novas que permitam resolução de alguns problemas que permanecem no atual parque escolar do concelho de Leiria, nomeadamente, escolas em desdobramento de horário e falta de espaços para a garantir a qualidade da “Escola a tempo inteiro” e espaços adaptados para o pré-escolar.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares;</li> <li>• Aumentar a capacidade de oferta dos diferentes estabelecimentos de ensino, tendo em conta a rede escolar existente (pública, privada ou IPSS), numa lógica de gestão e integração dos recursos existentes, independentemente da tipologia;</li> <li>• Promover a articulação de níveis de ensino diferentes, permitindo o desenvolvimento de atividades importantes e necessárias para a educação e formação dos alunos do ensino básico.</li> </ul>					
Espera-se eliminar 100% das turmas em desdobramento de horário no território educativo de Marrazes e dos espaços provisórios para garantir a “escola a tempo inteiro” e pré-escolar. Todas as turmas do território de Marrazes em horário normal e com espaços adequados à dinamização da “escola a tempo inteiro” com qualidade; Todas as turmas de pré-escolar integradas em espaços construídos de raiz e que permitam o pleno desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			4.217.088,24 € (investimento)		
			3.584.525,00 € (financiamento)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro/2016				

Duração prevista	24 meses
------------------	----------

**ID | 6. Centro Escolar de Bajouca**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):</b>					
a) Intervenções na rede da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Com vista à universalização da acessibilidade à rede regional de ensino pré-escolar e à qualificação de infraestruturas do ensino básico propõe-se a construção de infraestruturas novas que permitam resolução de alguns problemas que permanecem no atual parque escolar do concelho de Leiria, nomeadamente, escolas de lugar único, escolas com duas salas de atividades (2 turmas) e reduzida população escolar e instalações degradadas que não permitem o desenvolvimento de qualidade da “escola a tempo inteiro.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares;</li> <li>• Aumentar a capacidade de oferta dos diferentes estabelecimentos de ensino, tendo em conta a rede escolar existente (pública, privada ou IPSS), numa lógica de gestão e integração dos recursos existentes, independentemente da tipologia;</li> <li>• Promover a articulação de níveis de ensino diferentes, permitindo o desenvolvimento de atividades importantes e necessárias para a educação e formação dos alunos do ensino básico.</li> </ul>					
Espera-se que todos os alunos da Freguesia de Bajouca estejam integrados num único espaço escolar, (do pré-escolar e 1º ciclo) e a melhoria das condições de funcionamento do pré-escolar e 1.º ciclo da Freguesia de Bajouca, bem como das atividades de Animação de Apoio à Família.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			412.000,00 € (investimento)		
			350.200,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro/2016				
Duração prevista	24 meses				



## ID | 7. Ampliação e apetrechamento da EB Machados

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):</b>					
a) Intervenções na rede da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Com vista à universalização da acessibilidade à rede regional de ensino pré-escolar e à qualificação de infraestruturas do ensino básico, não previstas no programa de reabilitação do parque escolar, ou seja em infraestruturas cujo encerramento não se vislumbra no horizonte a médio e longo prazo, propõe-se intervenção em EB Machados para que possa num único espaço escolar receber toda a população escolar de Boa Vista e lugares limítrofes.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares;</li> <li>• Colmatar falhas ainda existentes na rede regional de equipamentos escolares;</li> <li>• Qualificar e modernizar Jardins-de-infância e Escolas Básicas do 1.º Ciclo para que possam oferecer condições para o cumprimento da “escola a tempo inteiro”, através de infraestruturas adequadas.</li> </ul>					
Espera-se agregar num único equipamento educativo toda a população escolar de Boa Vista do pré-escolar e 1.º ciclo (Concentração da população escolar num único espaço educativo), eliminar escolas com reduzida população escolar e aumentar a qualidade da oferta educativa, nomeadamente da “escola a tempo inteiro”.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			482.198,50 € (investimento)		
			409.868,73 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro/2016				
Duração prevista	18 meses				

## ID | 8. Ampliação e apetrechamento da EB Bidoeira de Cima

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):</b>					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Com vista à universalização da acessibilidade à rede regional de ensino pré-escolar e à qualificação de infraestruturas do ensino básico, não previstas no programa de reabilitação do parque escolar, ou seja em infraestruturas cujo encerramento não se vislumbra no horizonte a médio e longo prazo, propõe-se intervenção em EB Bidoeira de Cima para que possam ser criadas condições para a garantia da “escola a tempo inteiro”.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares;</li> <li>• Colmatar falhas ainda existentes na rede regional de equipamentos escolares;</li> <li>• Qualificar e modernizar Escolas Básicas do 1.º Ciclo para que possam oferecer condições para o cumprimento da “escola a tempo inteiro”, através de infraestruturas adequadas.</li> </ul>					
Espera-se aumentar a qualidade da oferta educativa, nomeadamente da “escola a tempo inteiro”					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			464.888,70 € (investimento)		
			395.155,40 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro/2016				
Duração prevista	18 meses				

## ID | 9. Ampliação e apetrechamento da EB Caxieira

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):</b>					
a) Intervenções na rede da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Com vista à universalização da acessibilidade à rede regional de ensino pré-escolar e à qualificação de infraestruturas do ensino básico, não previstas no programa de reabilitação do parque escolar, ou seja em infraestruturas cujo encerramento não se vislumbra no horizonte a médio e longo prazo, propõe-se intervenção em EB Caxieira para que possam ser criadas condições para receber toda a população escolar do 1.º Ciclo de Santa Eufémia e garantir a qualidade da “escola a tempo inteiro”.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares;</li> <li>• Colmatar falhas ainda existentes na rede regional de equipamentos escolares;</li> <li>• Qualificar e modernizar Escolas Básicas do 1.º Ciclo para que possam oferecer condições para o cumprimento da “escola a tempo inteiro”, através de infraestruturas adequadas.</li> <li>• Eliminar escolas com reduzida população escolar.</li> </ul>					
Espera-se eliminar escolas com reduzida população escolar (menos de 25 alunos), aumentar a qualidade da oferta educativa, nomeadamente da “escola a tempo inteiro”, eliminar espaços provisórios, fora da escola, para garantir a “escola a tempo inteiro” (refeitórios) e concentrar todo o 1.º ciclo do território de Santa Eufémia num único espaço escolar.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			432.585,20€ (investimento)		
			367.697,42 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro/2016				
Duração prevista	18 meses				

## ID | 10. Construção do centro escolar da Marinha Grande

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):</b>					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Construção de Centro Educativo: Desenvolvimento de infraestruturas de ensino e a melhoria da formação das crianças pela modernização das instalações escolares.					
Concentração de níveis de ensino pré-escolar 1º ciclo abrangendo as crianças dos 3 aos 10 anos da freguesia da Marinha Grande promovendo a igualdade de acesso a um ensino infantil e primário de boa qualidade. Pretende-se melhorar o sucesso educativo e a eficiência do sistema de educação.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município da Marinha Grande</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			3.180.000,00 € (investimento)		
			2.703.000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro de 2016				
Duração prevista	24 meses				

**ID | 11. EB Guilherme Stephens Marinha Grande (DGESTE)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea b):</b>					
b) Intervenções na rede do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou ensino secundário no âmbito de programas específicos de intervenção em infraestruturas escolares;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Requalificação da EB Guilherme Stephens em termos de edifícios e infraestruturas.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município da Marinha Grande					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			352.941,18 € (investimento)		
			300.000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

**ID | 12. Centro Escolar Pombal (Requalificação e ampliação da atual escola básica do 1º ciclo de Pombal e do Jardim-de-infância de Pombal)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Requalificação e ampliação da atual escola básica do 1º ciclo de Pombal e do Jardim-de-infância de Pombal. Este projeto tem os seguintes objetivos:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar condições capazes de proporcionar igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao sucesso escolar.</li> <li>• Aliar todas as valências necessárias para o desenvolvimento integral dos alunos.</li> <li>• Dotar a localidade de melhores condições físicas e de recursos humanos e tecnológicos associados.</li> <li>• Melhorar a qualidade de edifícios antigos que apresentam fortes carências.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pombal					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.900.000,00 € (investimento)		
			1.615.000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2015				
Duração prevista	1 ano				

**ID | 13. Centro Escolar de Vermoil (Construção do novo Centro Escolar de Vermoil)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Construção do novo Centro Escolar de Vermoil. Pretende-se a centralização de alunos dispersos em vários edifícios escolares:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jardim-de-infância de Vermoil</li> <li>• Jardim-de-infância de Matos da Ranha</li> <li>• Jardim-de-infância de Outeiro da Ranha</li> <li>• 1º ciclo de Vermoil</li> <li>• 1º ciclo de Matos da Ranha</li> <li>• 1º ciclo de Outeiro da Ranha</li> </ul>					
Este projeto tem os seguintes objetivos:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Combater o isolamento educativo e relacional.</li> <li>• Criar condições capazes de proporcionar igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao sucesso escolar.</li> <li>• Aliar todas as valências necessárias para o desenvolvimento integral dos alunos.</li> <li>• Dotar a localidade de condições físicas e de recursos humanos e tecnológicos associados.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pombal					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			900.000,00 € (investimento)		
			765.000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto		Em execução	X
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2015				
Duração prevista	1 ano				

**ID | 14. EBS Guia (DGESTE)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):</b>					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Requalificação e ampliação da do Agrupamento de Escolas da Guia. Pretende-se a centralização de alunos dispersos em vários edifícios escolares.					
Este projeto tem os seguintes objetivos:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Combater o isolamento educativo e relacional.</li> <li>• Criar condições capazes de proporcionar igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao sucesso escolar.</li> <li>• Aliar todas as valências necessárias para o desenvolvimento integral dos alunos.</li> <li>• Dotar a localidade de condições físicas e de recursos humanos e tecnológicos associados.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Pombal</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			941.176,47 € (investimento)		
			800.000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				



**ID | 15. Remodelação/ampliação e apetrechamento do Centro Escolar de Porto de Mós**

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):</b></p> <p>a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;</p>
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p>
<p>1   Programa + Escola</p>
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>A construção do Centro Escolar de Porto de Mós está prevista na Carta Educativa do Município de Porto de Mós, relativamente ao processo de reordenamento da rede educativa deste concelho, uma vez que a criação desta infraestrutura se apresenta como premente, tendo em conta as necessidades e a falta de condições que o edifício atual dispõe. Assim, com a construção do Centro Escolar de Porto de Mós, a Câmara Municipal pretende requalificar e modernizar a rede escolar existente, dotando a freguesia de Porto de Mós - S. João Batista e S. Pedro de um equipamento único, moderno, contribuindo, desta forma, para a melhoria da qualidade de ensino prestada. Pretende-se, igualmente, fazer a integração de níveis de ensino distintos, nomeadamente, o 1º ciclo do ensino básico e o pré-escolar, acolhendo esta nova infraestrutura, os alunos provenientes das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, bem como, as crianças do Jardim-de-infância desta área.</p> <p>Esta candidatura surge tendo, sobretudo, em conta a realidade da escola existente, localizada na sede do concelho, já que esta não oferece condições que permitam acolher todos os alunos inscritos.</p> <p>Como tal, o novo Centro Escolar contempla o aumento de salas de 8 para 10 quer ao nível do 1º ciclo, de 3 para 4 quer ao nível dos Jardins-de-infância, permitindo a frequência e a concentração das crianças e alunos que, neste momento, não têm vaga, recebendo os que serão provenientes das diferentes escolas que se preveem vir a encerrar, dentro da mesma freguesia. O projeto contempla, também, visando colmatar a ausência ou a deficiência destas valências, um refeitório, uma biblioteca, bem como áreas destinadas à prática de atividades lúdicas e/ou desportivas.</p> <p>Pretende-se com o projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade no acolhimento aos alunos de escolas limítrofes, com um n.º reduzido de inscritos e que estão previstas encerrar;</li> <li>• Oferta de novos recursos educativos com resultados efetivos no processo de ensino/aprendizagem, garantindo o sucesso escolar da comunidade educativa</li> <li>• Igualdade de oportunidades no acesso a espaços educativos condignos;</li> <li>• As propostas de reordenamento da rede escolar do concelho de Porto de Mós surgem no sentido de adequar a oferta educativa e os próprios equipamentos às diretivas emanadas do Ministério da Educação, através de intervenções ao nível da requalificação das escolas com maiores valores de população escolar, assim como da construção de Centros Escolares</li> <li>• Cumprimento do estipulado na Carta Educativa</li> </ul> <p><b>Objetivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenir precocemente o insucesso escolar, instruindo uma oferta e condições físicas necessárias para que se generalize a “escola a tempo inteiro” no 1.º Ciclo do Ensino Básico, contribuindo, assim, para a diminuição do insucesso escolar, assim como para a melhoria do sistema educativo, nomeadamente, garantindo melhores condições pedagógicas a alunos com dificuldades económicas e de aprendizagem;</li> <li>• Garantir educação, criando e fortalecendo qualidades de excelência para um melhor conhecimento do ensino básico a partir da 1ª fase do ciclo de ensino, crucial para o</li> </ul>

desenvolvimento do aluno, assegurando uma aprendizagem adequada ao contexto atual da sociedade, dotando a escola com os mecanismos, espaços e equipamentos que facilitem e impulsionam uma maior aprendizagem, nomeadamente, através das respetivas tecnologias a incluir no projeto;

- Melhorar o apoio a crianças e alunos com necessidades educativas especiais com a criação de espaços adequados e respetivo equipamento essencial ao apoio e, conseqüentemente, ao seu desenvolvimento intelectual e físico;
- Promover o aumento do acesso e frequência à educação pré-escolar, com a criação de novas salas;
- Garantir recursos de satisfação de necessidades imperativas na qualidade das infraestruturas para um ensino de excelência, adequando a taxa necessária de equipamentos, periodizando, assim, a reorganização da rede;
- Melhorar das condições pedagógicas pelo uso da tecnologia como ferramenta de apoio à aprendizagem e de estímulo, na área da matemática e das ciências;
- Dotar a infraestrutura, quer a nível tecnológico (rede informática, internet, quadros interativos, etc.) quer a nível das acessibilidades, permitindo o usufruto dos espaços, em pleno, a pessoas com mobilidade condicionada.

**Resultados esperados:**

- Dar cumprimento às orientações da Carta Educativa, devidamente aprovada;
- Incentivar os jovens a obter e a prosseguir a sua formação para além da escolaridade obrigatória, tornando as aprendizagens a partir do pré-escolar e 1º ciclo mais atrativas;
- Adequar os projetos educativos das escolas a novas oportunidades de aprendizagem e formação;
- Combater, em fase precoce, do insucesso e o abandono escolar, em ciclos de ensino subsequentes;
- Aumentar o apoio a crianças e alunos com necessidades educativas especiais, proporcionando a adequação dos espaços;
- Contribuir para o cumprimento dos nos objetivos nacionais de melhoria das competências básicas;
- Contribuir para a permanência e para a fixação dos alunos no concelho, oferecendo-lhes condições de excelência que tornam a opção de ficar, como a mais adequada;
- Garantir condições de acolhimento que, prevendo já a factualidade dos encerramentos, se destaquem pela qualidade;
- Garantir aos alunos igualdade de oportunidades no acesso a espaços educativos condignos, assentando na correlação entre um melhor funcionamento das escolas, o sucesso dos alunos, a reestruturação, manutenção e a construção de edifícios escolares. Esta simbiose traduzir-se-á na melhoria das condições de trabalho nas escolas e na oferta de recursos educativos o que, por sua vez, se refletirá nos meios utilizados para atingir o sucesso escolar;

**PROMOTOR**

**Município de Porto de Mós**

**ESCALA/IMPACTO**

Território da CIM		Supra-local		Local	X
-------------------	--	-------------	--	-------	---

<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>	<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)	2.200.000,00€ (investimento)
	1.870.000,00 € (fundo)

**OBJETIVOS**

- Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.

ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	agosto de 2015				
Duração prevista	18 meses				

## ID | 16. Ampliação e Apetrechamento da EB1 e JI de Calvaria de Cima

### Enquadramento Regulamentar:

Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):

a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;

### RELAÇÃO COM A EIDT

1 | Programa + Escola

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

O JI de Calvaria de Cima funciona, atualmente, com duas salas, fisicamente separadas entre si, sendo que uma delas se situa no mesmo recinto da EB1 e a outra, se localiza em espaço autónomo (a cerca de 300m).

Além disto, esta é a única escola do concelho (EB e JI) que não tem, englobado no próprio edifício, ou próximo dele, um espaço para refeitório, obrigando à deslocação diária das crianças e alunos para um local, fora da escola.

Pretende-se com o projeto:

- Cumprimento condigno das competências no âmbito da Ação social escolar, nomeadamente na vertente de refeições;
- Oferta de novos recursos educativos com resultados efetivos no processo de ensino/aprendizagem, garantindo o sucesso escolar da comunidade educativa;
- Igualdade de oportunidades no acesso a espaços educativos condignos;
- Cumprimento do estipulado na Carta Educativa.

### Objetivos:

- Adotar de soluções mitigadoras que passam pela requalificação estrutural das instalações atuais, designadamente, através da sua ampliação com a criação de mais duas salas de aulas para o 1º ciclo, aumentando um piso, e ampliação do edifício mais recentemente construído, o que possibilitará a criação de uma segunda sala para o pré-escolar e de um espaço para refeitório, e consequentemente:
- Prevenir, precocemente, o insucesso escolar, facultando uma oferta e as condições físicas necessárias para que se generalize a “escola a tempo inteiro” no 1.º Ciclo do Ensino Básico contribuindo, assim, para a diminuição do insucesso escolar, assim como para a melhoria do sistema educativo, nomeadamente, garantindo, desta forma, melhores condições pedagógicas;
- Promover o aumento do acesso e frequência à educação pré-escolar com a criação de novas salas dentro do mesmo espaço;
- Melhorar as condições pedagógicas pelo uso da tecnologia como ferramenta de apoio à aprendizagem e estímulo na área da matemática e das ciências;
- Dotar a infraestrutura, quer a nível tecnológico (rede informática, internet, quadros interativos, etc.) quer a nível das acessibilidades, permitindo o usufruto dos espaços, em pleno, a pessoas com mobilidade condicionada;
- Colmatar as necessidades atuais da escola, dotando-a infraestruturas condignas, nomeadamente, cozinha e refeitório; instalações sanitárias, salas de aulas em conformidade com a taxa de alunos, segurança dos equipamentos e oferta de espaços para atividades complementares;

### Resultados esperados:

- Dar cumprimento às orientações da Carta Educativa, devidamente aprovada.
- Adequar os projetos educativos das escolas a novas oportunidades de aprendizagem e formação;
- Combater, em fase precoce, o insucesso e o abandono escolar, em ciclos de ensino subsequentes;
- Contribuir para o cumprimento dos objetivos nacionais de melhoria das competências básicas;

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuir para a permanência e para a fixação dos alunos no concelho, oferecendo-lhes condições de excelência que tornam a opção de ficar, como a mais adequada;</li> <li>• Garantir condições de acolhimento que, prevendo já a factualidade dos encerramentos, se destaquem pela qualidade;</li> <li>• Garantir aos alunos igualdade de oportunidades no acesso a espaços educativos condignos, assentando na correlação entre um melhor funcionamento das escolas, o sucesso dos alunos, a reestruturação, manutenção e a construção de edifícios escolares.;</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Porto de Mós					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			300.000,00€ (investimento)		
			255.000,00 € (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	18 meses				

Projetos integrados na PI10.1

METAS QUANTIFICADAS / RESULTADOS ESPERADOS (realizações e impactos)			
OT10/PI10.1 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida: apoio a intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino			
Indicador	Meta da Região Centro (2023)	Contributo da Região de Leiria (2018)	Contributo da Região de Leiria (2023)
Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar (Nº)	8	1	1
Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (%)	60%	0%	60%
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO PROPOSTO: 5.200.000,00€</b>			
<b>FUNDO: 4.420.000,00€</b>			

**ID | 1. Programa Intermunicipal de Potenciação do sucesso escolar - CRESCER 2020**

**Enquadramento Regulamentar:**

Portaria n.º 60-B/2015, de 02 de março – artigo 30º, número 1, alínea d):

d) Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão, do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar;

**RELAÇÃO COM A EIDT**

1 | Programa + Escola

**NATUREZA E CARACTERÍSTICAS**

Projeto-piloto para a **promoção do sucesso escolar ao nível do 1º ciclo do Ensino Básico**, nos concelhos da Região de Leiria, incluindo a constituição de uma **rede multidisciplinar de mediadores de capacitação para o sucesso escolar**.

Este projeto pretende:

**1. Aplicar metodologias de potenciação de sucesso escolar** - a rede de mediadores/coordenadores municipais, em colaboração com os agrupamentos de escolas, docentes titulares de turma, encarregados de educação, técnicos de saúde e de serviço social, garantirá apoio integrado ao universo de alunos selecionados em função do risco de insucesso identificado e de acordo com os recursos disponíveis;

**2. Promover a formação de docentes e mediadores/coordenadores alocados pelas autarquias** - a triagem de alunos em risco e a aplicação de metodologias de potenciação para o sucesso escolar em todas as EB, implica a aplicação de rastreios periódicos com vista à definição de estratégias e técnicas específicas na promoção das aprendizagens. A intervenção seletiva consistirá no treino de tarefas ou de determinadas práticas dirigidas a competências, comportamentos ou hábitos/rotinas (em défice ou potenciadas) que, podem prejudicar/facilitar as aprendizagens. Estas tarefas ou práticas serão complementares às didáticas e tecnologias de ensino, sem as substituir, incluindo estratégias de

comunicação e motivação congruentes com o nível desenvolvimento dos alunos do 1.º ciclo;					
<b>3. Monitorizar e acompanhar em proximidade os docentes e as famílias</b> – o processo de construção de um Plano de Ação na área da Educação, com medidas de inclusão/formação à medida, pressupõe um trabalho de base, no terreno, baseado numa metodologia de investigação-ação, em função das necessidades sentidas, envolvendo todos os parceiros da comunidade educativa, sem exceção.					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FSE)			1.200.000,00€ (investimento)		
			1.020.000,00€ (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para o reforço da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2015				
Duração prevista	-				

**ID | 2. Rede Intermunicipal para a promoção e monitorização do Sucesso Escolar da Região de Leiria**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 02 de março – artigo 30º, número 1, alínea d):</b>					
d) Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão, do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
<p>No sentido da criação de uma Rede Intermunicipal para a promoção e monitorização do Sucesso Escolar da região, importa desenvolver e dinamizar, estrategicamente, um conjunto de ações, atividades e materiais que promovam o envolvimento dos vários atores e parceiros educativos e favoreçam as condições para uma efetiva igualdade de oportunidades no acesso ao ensino e no reforço à qualidade da educação.</p> <p>Para além da constituição de um observatório para a monitorização do sucesso escolar da Região de Leiria, este projeto pretende diagnosticar, perspetivar e atuar/executar (apresentação de projetos em várias áreas) medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão, do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar.</p> <p>Pretende-se com o projeto a identificação das necessidades de cada município para, com base neste diagnóstico, promover a motivação dos alunos e desenvolver projetos ao nível: rede de bibliotecas intermunicipal, educação para a saúde, educação pelas artes, educação para o ambiente, educação patrimonial, educação vocacional e profissional, educação para a segurança, educação para a cidadania, educação para a inclusão digital.</p> <p>Este projeto envolve as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diagnóstico</li> <li>• Identificação das necessidades por município</li> <li>• Intervenção por município</li> <li>• Monitorização e avaliação de resultados: Observatório</li> </ul> <p>São objetivos do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuir para a qualidade da educação e formação ao longo da vida, valorizando a inclusão, a cooperação, a criatividade e o empreendedorismo, promovendo o desenvolvimento da Região de Leiria.</li> <li>• Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação/formação;</li> <li>• Apoiar a articulação e funcionamento em rede de ofertas educativas e formativas, numa lógica de educação e formação ao longo da vida;</li> <li>• Apoiar projetos de divulgação, de forma apelativa e criativa, do conhecimento científico que fomentem o interesse e a motivação dos alunos para os conteúdos escolares;</li> <li>• Prevenir o abandono escolar;</li> <li>• Promover a igualdade de acesso ao ensino e o sucesso escolar.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	



<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>		<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>			
Programa Operacional Regional do Centro (FSE)		4.000.000,00€ (investimento)			
		3.400.000,00€ (fundo)			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para o reforço da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2015				
Duração prevista	-				

## 6.2.2 Medida II.2. Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão (medida 2 da EIDT)

### Projetos integrados na PI9.7

METAS QUANTIFICADAS / RESULTADOS ESPERADOS (realizações e impactos)			
<b>OT9/PI9.7 - Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais (Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitário)</b>			
Indicador	Meta da Região Centro (2023)	Contributo da Região de Leiria (2018)	Contributo da Região de Leiria (2023)
Equipamentos sociais e de saúde apoiados (N.º)	85	0	4
Taxa de cobertura da intervenção em equipamentos de saúde	72,30%	0%	4%
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO PROPOSTO: 1.488.000,00€</b>			
<b>FUNDO: 1.264.800,00€</b>			

### ID | 1. Centro de Saúde Monte Real - Carvide

#### Enquadramento Regulamentar:

Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março – Capítulo IX, Secção III, artigo 258º, alínea d):

d) Construção, ampliação, requalificação e apetrechamento de unidades prestadoras de cuidados de saúde primários, nomeadamente Unidades de Saúde Familiar (USF) e de Unidades de Cuidados Continuados, consolidando a rede.

#### RELAÇÃO COM A EIDT

3 | Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão

#### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Obras de construção e apetrechamento do Centro de Saúde de Monte Real:

- Obra;
- Apetrechamento para o equipamento.

Este projeto irá contribuir para o reequipamento e consolidação infraestrutural do Serviço Nacional de Saúde (SNS), viabilizando a promoção de respostas de qualidade aos utentes dos serviços, a adoção de soluções do foro energético, tecnológico, ambiental, assegurando igualmente a acessibilidade dos equipamentos a pessoas com mobilidade condicionada.

#### PROMOTOR

Município de Leiria

ESCALA/IMPACTO					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
FONTE DE FINANCIAMENTO			INVESTIMENTO TOTAL <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			450.000,00€ (investimento) 382.500,00€ (fundo)		
OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde.</li> </ul>					
ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

## ID | 2. Centro de Saúde das Cortes

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março – Capítulo IX, Secção III, artigo 258º, alínea d):</b>					
d) Construção, ampliação, requalificação e apetrechamento de unidades prestadoras de cuidados de saúde primários, nomeadamente Unidades de Saúde Familiar (USF) e de Unidades de Cuidados Continuados, consolidando a rede.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
3   Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Obras de construção e apetrechamento do Centro de Saúde de Cortes:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obra;</li> <li>• Apetrechamento para o equipamento.</li> </ul> <p>Este projeto irá contribuir para o reequipamento e consolidação infraestrutural do Serviço Nacional de Saúde (SNS), viabilizando a promoção de respostas de qualidade aos utentes dos serviços, a adoção de soluções do foro energético, tecnológico, ambiental, assegurando igualmente a acessibilidade dos equipamentos a pessoas com mobilidade condicionada.</p>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Leiria</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			369.000,00€ (investimento)		
			313.650,00€ (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

### ID | 3. Requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março – Capítulo IX, Secção III, artigo 258º, alínea d):</b>					
d) Construção, ampliação, requalificação e apetrechamento de unidades prestadoras de cuidados de saúde primários, nomeadamente Unidades de Saúde Familiar (USF) e de Unidades de Cuidados Continuados, consolidando a rede.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
3   Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
O projeto consiste na requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande permitindo a prestação de cuidados de saúde primários de qualidade.					
São objetivos do projeto a requalificação da rede de equipamentos de saúde do concelho da Marinha Grande, com reforço da prestação dos serviços de cuidados de saúde primários, contribuindo para o reequipamento e consolidação infraestrutural do Serviço Nacional de Saúde (SNS), viabilizando a promoção de respostas de qualidade aos utentes dos serviços, a adoção de soluções do foro energético, tecnológico, ambiental e assegurando igualmente a acessibilidade dos equipamentos a pessoas com mobilidade condicionada.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município da Marinha Grande</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			369.000,00€ (investimento)		
			313.650,00€ (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

## ID | 4. Remodelação do Centro de Saúde de Pedrógão Grande

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março – Capítulo IX, Secção III, artigo 258º, alínea d):**

d) Construção, ampliação, requalificação e apetrechamento de unidades prestadoras de cuidados de saúde primários, nomeadamente Unidades de Saúde Familiar (USF) e de Unidades de Cuidados Continuados, consolidando a rede.

### RELAÇÃO COM A EIDT

3 | Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

À luz do Objetivo Específico do POR Centro de reforço da rede de infraestruturas sociais e de saúde, bem como dos objetivos do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego (REDISE), previstos para o Investimento na Saúde de “apoiar o reequipamento e consolidação infraestrutural do Serviço Nacional de Saúde (SNS), viabilizando a promoção de respostas de qualidade aos utentes dos serviços, a adoção de soluções do foro energético, tecnológico, ambiental, assegurando igualmente a acessibilidade dos equipamentos a pessoas com mobilidade condicionada”, o Programa de Remodelação do Centro de Saúde de Pedrógão Grande tem como objetivo requalificar esta infraestrutura antiga (é um pré-fabricado com dezenas de anos), muito carente em reparações e conservação interna e externa, correspondendo assim à tipologia de Ação d) prevista no art.º 258.º do REDISE.

Seguindo uma lógica indutiva, a conjuntura económica atual parece estar a condicionar perniciosamente a Saúde, designadamente o SNS, em três aspetos: no implícito compromisso ou contracto psicológico com o cidadão de universalidade tendencial do acesso; na sustentabilidade financeira; na busca pela aplicação eficiente dos recursos públicos. Neste sentido, a Câmara Municipal de Pedrógão Grande pretende, com o Programa de Remodelação do seu Centro de Saúde: contribuir para o cumprimento do compromisso implícito cidadão-Estado; colaborar na sustentabilidade financeira do SNS ajudando a Administração Central; permitir, pela inerente proximidade à realidade local, a melhor e mais eficiente aplicação dos recursos públicos para que se obtenham ganhos nos resultados para a população.

Em linha com o fenómeno de diminuição da população residente, o aumento do índice de dependência de idosos, a diminuição do índice de dependência de jovens, o aprofundamento das problemáticas de coesão social (continuada perda de poder de compra, fruto da recessão) e a tendência de envelhecimento do Concelho que pressiona os sistemas sociais, todos verificados em análise SWOT do Plano Estratégico de Pedrógão Grande, verifica-se a premência crescente de satisfazer as necessidades de saúde requalificando a antiga e pré-fabricada infraestrutura do Centro de Saúde que, além do mais, ainda possui uma cobertura em amianto que deverá ser substituída. Outro fator fundamental a ter em linha no contexto deste Programa de Remodelações do Centro de Saúde de Pedrógão Grande é que este tem mais utentes que os residentes registados no Concelho, na medida em que recebe muitos utentes do SNS dos Concelhos de Pampilhosa da Serra, de Góis e de Sertã, por exemplo. Atendendo a esta afluência e às ameaças ao nível social verificadas em análise SWOT, revela-se fulcral que o Centro de Saúde requalifique a sua capacidade de resposta aos cidadãos.

As pontuais remodelações do Centro de Saúde, para salvaguarda da manutenção da qualidade do serviço prestado, têm sido efetuadas pela Câmara Municipal de Pedrógão Grande. Com este Programa de Remodelações do Centro de Saúde visa-se dar continuidade mais aprofundada às necessidades de Saúde do Concelho, que se revelam cada vez mais necessidades de supraconcelhia, dada a afluência de utentes de Concelhos próximos. Pretende-se assim dar resposta a uma área identificada como necessária no apoio à população, dando vida e sustentabilidade às infraestruturas existentes e consolidando a capacitação institucional, ambas prioridades nucleares estabelecidas no documento estratégico regional do Centro.

Considerando o suprarreferido:

<b>Ação 1</b> – Intervenções internas de conservação e reparação:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Cobertura;</li> <li>b) Impermeabilizações de caleiras;</li> <li>c) Rebocos e pinturas;</li> <li>d) Envidraçados;</li> <li>e) Pavimentos e rodapés;</li> <li>f) Portas interiores;</li> <li>g) Rede de águas;</li> <li>h) Rede de esgotos;</li> <li>i) Eletricidade;</li> <li>j) Louças sanitárias;</li> <li>k) AVAC.</li> </ul>					
<b>Ação 2</b> – Intervenções externas de conservação e reparação:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Terraplanagem e Pavimentação (reparação de pavimentos);</li> <li>b) Drenagem de águas pluviais;</li> <li>c) Sinalização (estacionamento);</li> <li>d) Cobertura de estacionamento.</li> </ul>					
São objetivos deste projeto:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dotar o Centro de Saúde de requisitos condignos, à luz dos padrões mínimos de qualidade exigíveis para a prestação de cuidados de saúde primários e unidades de saúde familiar;</li> <li>• Quebrar o processo de degradação do edifício do Centro de Saúde;</li> <li>• Desenvolver a envolvente do edifício para condições mínimas de acessibilidade universal, (piso desnivelado, pouco seguro, em areia, fraca acessibilidade para os de deficiência motora e cognitivo-motora);</li> <li>• Melhorar a satisfação do utente do Centro de Saúde e consequentemente do SNS.</li> </ul>					
A melhoria das condições interiores, exteriores e circundantes do Centro de Saúde (necessidade há muito verificada pela ARS Centro em conjunto com o Município de Pedrógão Grande) permitirão uma melhoria na capacidade e condições de atendimento a todos os utentes do Centro de Saúde, os quais residem em Pedrógão Grande e vários Concelhos vizinhos.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Pedrógão Grande</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			300.000,00€ (investimento)		
			255.000,00€ (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

## 6.3 Eixo III. Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico – Leiria + Inteligente

Este Eixo integra as seguintes medidas e prioridades de investimento:

- **Medida III.1. Empreendedorismo (medida 7 da EIDT)**

PI 8.3 e 8.8 (OT8) - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores: apoio à criação de emprego por conta própria, ao microempreendedorismo e à criação de empresas

- **Medida III.2. Leiria Digital 3.0 (medida 8 da EIDT)**

PI 2.3 (OT2) - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: apoio à modernização da administração local



### 6.3.1 Medida III.1. Empreendedorismo (medida 7 da EIDT)

#### Projetos integrados na PI8.3 e 8.8

METAS QUANTIFICADAS / RESULTADOS ESPERADOS (realizações e impactos)			
<b>OT8/ PI 8.3 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores: apoio à criação de emprego por conta própria, ao microempreendedorismo e à criação de empresas</b>			
Indicador	Meta da Região Centro (2023)	Contributo da Região de Leiria (2018)	Contributo da Região de Leiria (2023)
Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (N.º)	1.500	96	160
Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%)	50%	0%	50%
<b>OT8/ PI 8.8 - Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas</b>			
Indicador	Meta da Região Centro (2023)	Contributo da Região de Leiria (2018)	Contributo da Região de Leiria (2023)
Número de empresas que recebem apoio (N.º)	200	16	27
Postos de trabalho criados (N.º)	280	0	38
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO PROPOSTO: 5.294.117,65 €</b>			
<b>FUNDO: 4.500.000,00€</b>			

#### PROGRAMA + EMPRESAS - Programa Intermunicipal de apoio à criação de emprego por conta própria, ao microempreendedorismo e à criação de empresas - apoio empreendedorismo

##### Enquadramento Regulamentar:

Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março – secção II, artigo 74º, número 2, alíneas e) e g):

2 - No âmbito da presente secção são elegíveis, no âmbito dos POR, projetos de empreendedorismo com vista à criação de emprego, nomeadamente nas seguintes áreas:

- e) Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais;
- g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.

##### RELAÇÃO COM A EIDT

9   Programa + Empresas					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
<p>O PROGRAMA + EMPRESAS - Programa Intermunicipal de apoio à criação de emprego por conta própria, ao microempreendedorismo e à criação de empresas - apoio empreendedorismo, tem como objetivo criar condições para aumentar a criação de emprego sustentável através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas. Este Programa visa assim a consolidação de um ambiente propício ao surgimento de novas ideias de negócio através do reforço/ estímulo ao empreendedorismo com base em serviços de proximidade e na dinamização de ações regulares de capacitação e acompanhamento.</p> <p>Considerando a elegibilidade dos municípios e CIM como beneficiários das seguintes tipologias de ações:</p> <p><i>“e) Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais;</i></p> <p><i>g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.”</i></p> <p>o presente programa está orientado para a criação de condições de base a nível regional, nomeadamente pela execução de ações de informação, sensibilização e capacitação para o empreendedorismo.</p> <p>Considerando os princípios expressos, serão implementadas as seguintes ações:</p> <p><b>Ação 1.</b> Estabelecimento de um sistema regional de apoio ao empreendedor e ao empresário, a partir do capital relacional e de conhecimento originado pela Rede de Empreendedorismo – rede de gabinetes de apoio ao desenvolvimento económico com pontos nos 10 concelhos – definição de serviços, capacitação de RH e disponibilização de serviços de apoio;</p> <p><b>Ação 2.</b> Ações regulares de sensibilização e capacitação para empreendedores e empresários, enfoque em grupos específicos, por ex. mulheres.</p> <p><b>Ação 3.</b> Disponibilização de espaços para localização empresarial – dinamização de viveiros de empresas para criação e expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde.</p>					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FSE)			2.941.176,47 € (investimento)		
			2.500.000,00€ (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					

- Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas.
- Apoiar a criação do próprio posto de trabalho e de empresas, o empreendedorismo social e a economia social.

**ESTADO DE MATURAÇÃO**

Ideia	X	Projeto		Em execução	
-------	---	---------	--	-------------	--

**PERÍODO DE EXECUÇÃO**

Data de arranque	2015
Duração prevista	-

**PROGRAMA + EMPRESAS - Programa Intermunicipal de apoio à criação de emprego por conta própria, ao microempreendedorismo e à criação de empresas - apoio a microempresas**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março – secção II, artigo 74º, número 2, alíneas e) e g):					
2 - No âmbito da presente secção são elegíveis, no âmbito dos POR, projetos de empreendedorismo com vista à criação de emprego, nomeadamente nas seguintes áreas:					
e) Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais;					
g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
9   Programa + Empresas					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
O presente programa tem como objetivo apoiar diretamente os empreendedores e empresários com vista à criação de emprego por conta própria, ao microempreendedorismo e à criação de empresas.					
Destaca-se como prioritário o apoio às empresas e à criação do próprio posto de trabalho, em especial nas áreas de especialização inteligente da região: moldes e plásticos, materiais para o habitat, floresta e turismo, sendo contudo relevante a avaliação de outras áreas económicas, nomeadamente o setor social.					
Neste contexto e em alinhamento com o Reg ISE, é implementado o seguinte:					
<b>Ação 1.</b> Concessão de apoio direto a projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.					
Os apoios a conceder pelo POR revestem a natureza de subvenção não reembolsável e os limites máximos dos apoios a conceder bem como as majorações, nomeadamente para os territórios de baixa densidade, constam dos respetivos diplomas normativos enquadradores e ou dos avisos para apresentação de candidaturas, sem prejuízo das regras de aplicação do FSE e do FEDER.					
No POR Centro, o limite do investimento varia entre 100.000 euros e 235.000 euros para os projetos apoiados no âmbito de Investimentos Territoriais Integrados (ITI).					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			2.352.941,18 € (investimento)		
			2.000.000,00€ (fundo)		

OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas.</li> <li>• Apoiar a criação do próprio posto de trabalho e de empresas, o empreendedorismo social e a economia social.</li> </ul>					
ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	2015				
Duração prevista	-				

### 6.3.2 Medida III.2. Leiria Digital 3.0 (medida 8 da EIDT)

#### Projetos integrados na PI2.3

METAS QUANTIFICADAS / RESULTADOS ESPERADOS (realizações e impactos)			
OT2/ PI 2.3 - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: apoio à modernização da administração local			
Indicador	Meta da Região Centro (2023)	Contributo da Região de Leiria (2018)	Contributo da Região de Leiria (2023)
Serviços da administração pública apoiados (N.º)	42	10	10
Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet no total de câmaras	60-70%	0%	65%
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO PROPOSTO: 2 117 647,06 €</b>			
<b>FUNDO: 1.800.000,00€</b>			

#### ID | 1. Educa@CIMRL

##### Enquadramento Regulamentar:

Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro – Parte III, artigo 83º, alínea a), subalínea iii); alínea d):

a) Promoção de uma administração em rede, através das seguintes ações:

iii) Reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos, internos e externos à Administração, que promovam ganhos de eficácia e eficiência, uma melhor integração multissetorial, multinível e ou entre diferentes entidades da administração local, assim como uma maior eficácia na interação da Administração com cidadãos e empresas;

d) Ações de experimentação e divulgação da utilização inovadoras de TIC na prestação de serviços públicos.

##### RELAÇÃO COM A EIDT

10 | Programa Leiria Digital 3.0

##### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Sistema de Informação web multiplataforma para dar suporte aos intervenientes (beneficiários, gestores e fornecedores), nas estratégias articuladas dos Municípios na Educação, nomeadamente: i) na gestão de serviços e apoios complementares às famílias (refeições, atividades complementares, transportes, etc.); ii) no apoio ao funcionamento dos estabelecimentos escolares (e.g. instalações, equipamentos, consumíveis, etc.); e iii) na mobilização das comunidades para as estratégias municipais de Educação. Disponibilizará ainda às Escolas e Agrupamentos de Escolas (AEs) funcionalidades (a definir pelas direções) de comunicação com as comunidades e de gestão de fluxos de informação com os respetivos estabelecimentos.

Disponibilização de conteúdos pedagógicos de suporte ao processo ensino/aprendizagem.

Criação de Rede comum de conhecimento.

Este projeto tem como objetivos:

- Reduzir os custos operacionais e administrativos, com ganhos de produtividade, resultantes da normalização das comunicações, informação em tempo real, desmaterialização e automatização de processos;
- Promover o trabalho cooperativo entre todos os intervenientes na Educação, reforçando a identidade e as dinâmicas locais, no desenvolvimento dos Projetos Educativos Municipais e dos serviços de apoio às populações no acesso à Educação;
- Facilitar os processos de comunicação nas Escolas e Agrupamentos de Escolas , bem como na relação com as comunidades educativas e estabelecimentos associados.
- Facilitar a disponibilização de conteúdos pedagógicos de forma a procurar incrementar o sucesso escolar.
- Criação de rede comum de conhecimento envolvendo as comunidades educativas de Escolas que ministrem todos os graus de ensino.

Este projeto irá contribuir para a melhoria da comunicação entre os Municípios e as escolas, e entre as comunidades educativas; para serviços municipais mais eficazes na prestação de apoios às populações, para um acesso mais equitativo à Educação; e para a melhoria das comunicações intra e interescolas e agrupamentos de escolas da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

**PROMOTOR**

**Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria**

**ESCALA/IMPACTO**

Território da CIM	X	Supra-local		Local	
-------------------	---	-------------	--	-------	--

**FONTE DE FINANCIAMENTO**

	<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)	1.500.000,00€ (investimento)
	1.275.000,00€ (fundo)

**OBJETIVOS**

- Reduzir os custos de contexto através do reforço da disponibilidade e fomento da utilização de serviços em rede da Administração Pública e melhorar a sua eficiência.
- Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer através da formação dos trabalhadores em funções públicas.

**ESTADO DE MATURAÇÃO**

Ideia		Projeto	X	Em execução	
-------	--	---------	---	-------------	--

**PERÍODO DE EXECUÇÃO**

Data de arranque	1 de setembro de 2015
Duração prevista	5 anos

## ID | 2. Cloud@CIMRL

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro – Parte III, artigo 83º, alínea a), subalínea i); alínea b), subalíneas i), iii) e iv):**

a) Promoção de uma administração em rede, através das seguintes ações:

i) Digitalização, desmaterialização e ou prestação digital de serviços públicos de forma integrada e totalmente desmaterializada, com recurso à identificação eletrónica e à plataforma de integração, tendo em vista o suporte à prestação de serviços eletrónicos multicanal;

b) Cooperação e articulação entre serviços em rede e serviços TIC, através das seguintes ações:

i) Fomento da utilização de plataformas transversais de suporte à prestação de serviços eletrónicos, designadamente através da implementação de mecanismos que assegurem a interoperabilidade entre os vários sistemas de informação da Administração Pública, em particular através da integração na iAP e no âmbito da implementação da regra “uma só vez” tendo em vista o suporte à prestação de serviços eletrónicos multicanal;

iii) Implementação de iniciativas integradas de racionalização das TIC na Administração Pública, nomeadamente ao nível da redução de custos, da implementação de soluções TIC comuns, da implementação de soluções de comunicação integradas que assegurem a conectividade entre serviços da Administração Pública, da criação e disseminação de serviços partilhados e da melhoria dos correspondentes mecanismos de governabilidade;

iv) Outras ações indispensáveis no âmbito das demais prioridades definidas a nível europeu para a área da administração eletrónica;

### RELAÇÃO COM A EIDT

10 | Programa Leiria Digital 3.0

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Este projeto compreende as seguintes ações:

- Criação de uma cloud interna para todos os parceiros do projeto (municípios da CIMRL) por forma a permitir a centralização e a partilha de recursos tecnológicos no centro de dados da CIMRL;
- Utilização de centros de dados dispersos por várias localidades para recuperação de falhas (disaster/recovery).
- Desmantelamento de servidores obsoletos (com mais de 10 anos).
- Preparação das infraestruturas de 3 parceiros para a utilização da cloud.
- Incremento dos locais com acesso a redes sem fios para a submissão de processos.

São objetivos do projeto:

- Racionalização dos Centros de Dados, e respetiva gestão e exploração, reduzindo centros de dados na mesma localidade e preparando os dispersos por várias localidades para a recuperação de falhas (disaster/recovery).
- Redução de custos com licenciamento de programas e com linhas de comunicação de dados.
- Adoção de soluções de virtualização para reduzir custos com equipamentos e programas;
- Preparação das infraestruturas tecnológicas dos Municípios de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande para utilizarem a Cloud interna;
- Incremento dos locais com acesso a redes sem fios para a submissão de processos online.
- Redução de custos com licenciamento de programas e com linhas de comunicação de dados.



<ul style="list-style-type: none"> <li>• Salvaguarda do arquivo digital de cada entidade;</li> </ul> <p>Este projeto irá contribuir para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução de custos na gestão e exploração de centros de dados;</li> <li>• Redução de custos com comunicação de dados;</li> <li>• Redução de custos com racionalização e partilha de infraestruturas tecnológicas (servidores e dispositivos de armazenamento).</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			617 647,06 € (investimento)		
			525.000,00€ (fundo)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir os custos de contexto através do reforço da disponibilidade e fomento da utilização de serviços em rede da Administração Pública e melhorar a sua eficiência.</li> <li>• Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer através da formação dos trabalhadores em funções públicas.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	1 de setembro de 2015				
Duração prevista	5 anos				

## 7. Anexos

### 7.1 Anexo 1. Projetos em carteira: PI 4.3 – Apoio à utilização da eficiência energética

#### LISTA DE PROJETOS:

P.I.	Promotor	Designação	Investimento Total
04.03	Município de Alvaiázere	Microgeração de energia	236.500,00 €
04.03	Município de Alvaiázere	Otimização energética dos edifícios públicos municipais	910.167,54 €
04.03	Município de Ansião	Eficiência Energética Parque Escolar Municipal	500.000,00 €
04.03	Município de Ansião	Eficiência Energética em Edifícios Públicos	500.000,00 €
04.03	Município de Ansião	Eficiência Energética em Equipamentos Desportivos (Estádio Municipal e Pavilhões)	500.000,00 €
04.03	Município da Batalha	Projeto Racionalização Energética em Edifícios Públicos	494.000,00 €
04.03	Município de Castanheira de Pera	Requalificação Energética do edifício sede da Câmara Municipal	250.000,00 €
04.03	Município de Castanheira de Pera	Eficiência Energética das Infraestruturas Públicas Municipais	282.750,00 €
04.03	Município de Figueiró dos Vinhos	Projeto global de requalificação energética de edifícios municipais	350.000,00 €
04.03	Município de Leiria	Melhoria da Eficiência Energética do Edifício dos Paços de Concelho	1.140.700,00 €
04.03	Município de Leiria	Melhoria da Eficiência Energética da Biblioteca Municipal de Leiria	527.980,00 €
04.03	Município de Leiria	Auditorias de eficiência energética nas instalações municipais	133.400,00 €
04.03	Município de Leiria	Substituição de caixilharias em edifícios escolares	204.764,23€
04.03	Município de Leiria	Melhoria da eficiência energética na Piscina Municipal de Caranguejeira, Leiria	209.000,00 €
04.03	Município de Leiria	Melhoria da eficiência energética na Piscina Municipal de Maceira, Leiria	184.000,00 €
04.03	Município da Marinha Grande	Eficiência Energética Escolas 1º Ciclo e JI do concelho da Marinha Grande	795.000,00 €
04.03	Município da Marinha Grande	Eficiência Energética Pavilhões Gimnodesportivos Municipais	318.000,00 €
04.03	Município da Marinha Grande	Eficiência Energética Cineteatro Ator Álvaro - Vieira Leiria	265.000,00 €
04.03	Município da Marinha Grande	Eficiência Energética Estádio Municipal	160.000,00 €
04.03	Município da Marinha Grande	Eficiência Energética Edifício dos Paços do Concelho	265.000,00 €
04.03	Município da Marinha Grande	Auditorias Energéticas	200.000,00 €
04.03	Município de Pedrógão Grande	Requalificação dos Edifícios Públicos (Câmara Municipal, Biblioteca, Edifício dos Serviços Municipais; Armazém Municipal e Pavilhão Gimnodesportivo) com vista à melhoria da eficiência energética	500.000,00€
04.03	Município de Pombal	Reconversão energética dos equipamentos desportivos municipais (Pavilhão Eduardo Gomes, Estádio Municipal de Pombal, Campo de Flandres, Pavilhão Gimnodesportivo de Meirinhas, Expocentro )	500.000,00 €
04.03	Município de Pombal	Requalificação energética (melhoria do comportamento térmico a vários níveis: Alvenaria, Cobertura, Caixilharia, Iluminação) de edifícios municipais (Paços do Concelho, Museu, Arquivo, Biblioteca, Serviços Técnicos, Teatro Cine)	800.000,00 €
04.03	Município de Pombal	Auditorias energéticas a todos os edifícios municipais	150.000,00 €
04.03	Município de Porto de Mós	Melhoria do desempenho da eficiência energética dos edifícios da Câmara Municipal, Solar dos Gorjões e Biblioteca Municipal	250.000,00 €

**FICHAS DE PROJETO:**

**ID | 1. Microgeração de energia**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea b) subalíneas i) e ii); alínea d):					
b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:					
i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;					
ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.					
d) Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, bem como a avaliação «ex-post» independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Este projeto pretende melhorar a eficiência energética, contribuir para as metas do pacto de Autarcas, reduzir as emissões de carbono e a fatura energética do Município, através da concretização das seguintes ações:					
AÇÃO 1   Auditoria aos sistemas fotovoltaicos e sistemas solares térmicos existentes e elaboração de estudo para reforço do número de sistemas de microgeração de energia existentes nos edifícios municipais, como painéis fotovoltaicos ou outras fontes de energia renovável: €4.500,00					
AÇÃO 2   Manutenção e otimização dos sistemas fotovoltaicos e dos painéis solares térmicos existentes: €12.000,00					
AÇÃO 3   Instalação de sistemas de microgeração de energia nos edifícios municipais: €220.000,00					
Espera-se contribuir para a poupança dos recursos energéticos e promover a sustentabilidade e melhoria do serviço.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Alvaiázere					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			236.500,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto		Em execução	X

PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Data de arranque	01/06/2014
Duração prevista	36 meses

## ID | 2. Otimização energética dos edifícios públicos municipais

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii); alínea d):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

d) Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, bem como a avaliação «*ex-post*» independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Este projeto pretende melhorar a eficiência energética dos edifícios municipais, contribuir para as metas do pacto de Autarcas, reduzir as emissões de carbono e a fatura energética do Município, através da concretização das seguintes ações:

AÇÃO 1 | Melhoria da eficiência do sistema de circulação e da qualidade da água do complexo de piscinas (obras de beneficiação e renovação de equipamentos): €435.250,00

AÇÃO 2 | Otimização térmica e da qualidade do ar das piscinas cobertas (obras de beneficiação e renovação de equipamentos): €190.650,00

AÇÃO 3 | Auditoria energética aos seguintes edifícios e infraestruturas coletivas municipais (edifício dos Paços do Concelho, edifício da UOAF, complexo das piscinas municipais, estádio municipal): €4.955,94

AÇÃO 4 | Substituição de iluminação convencional por iluminação LED: €45.947,63

AÇÃO 5 | Implementação de sistema de monitorização de energia: €6.396,00

AÇÃO 6 | Instalação de baterias de condensadores e de filtros ativos: €21.297,45

AÇÃO 7 | Instalação de sistemas de climatização centralizados: €199.764,16

AÇÃO 8 | Certificação energética dos edifícios: €4.897,76

AÇÃO 9 | Programa de formação especializada para os colaboradores do município: €1.008,60

Espera-se o aumento da sustentabilidade económica e financeira das infraestruturas públicas

municipais, a poupança de recursos energéticos e a promoção da sustentabilidade da promoção dos serviços públicos.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Alvaiázere					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			910.167,54 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto		Em execução	X
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	01/06/2014				
Duração prevista	36 meses				

### ID | 3. Eficiência Energética Parque Escolar Municipal

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):</b></p> <p>a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;</li> <li>ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;</li> <li>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</li> <li>iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.</li> </ul> <p>b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</li> <li>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</li> </ul>
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p>
<p>6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável</p>
<p>11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)</p>
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p>
<p>Este projeto pretende implementar ações que visem aumentar a eficiência energética no Parque Escolar Municipal, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• EB1 de Alvorge (ficha de projeto 5.1) – 50.000,00€</li> <li>• EB1 de Ansião (ficha de projeto 5.2) – 65.000,00€</li> <li>• Centro Escolar de Avelar (ficha de projeto 5.3) – 55.000,00€</li> <li>• Centro Escolar de Chão Couce (ficha de projeto 5.4) – 60.000,00€</li> <li>• Centro Escolar da Lagarteira (ficha de projeto 5.5) – 55.000,00€</li> <li>• Centro Escolar de Santiago da Guarda (ficha de projeto 5.6) – 55.000,00€</li> <li>• Jardim de Infância de Alvorge (ficha de projeto 5.7) – 55.000,00€</li> <li>• Jardim de Infância de Ansião (ficha de projeto 5.8) – 50.000,00€</li> <li>• Jardim de Infância Lagoa Parada (ficha de projeto 5.9) – 55.000,00€</li> </ul>
<p><b>PROMOTOR</b></p>
<p><b>Município de Ansião</b></p>
<p><b>ESCALA/IMPACTO</b></p>

Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			500.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	1 ano				



### ID | 3.1. Eficiência Energética: EB1 de Alvorge

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):</b></p> <p>a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;</li> <li>ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;</li> <li>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</li> <li>iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.</li> </ul> <p>b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</li> <li>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</li> </ul>
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p> <p>6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável</p> <p>11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)</p>
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>Escola do ensino básico.</p> <p>O piso 0 é composto por 2 salas do ensino básico, 1 refeitório, 1 área de cozinha, sanitários (masculinos, femininos e professores), átrio entrada, arrumos, área técnica da caldeira.</p> <p>O piso 1 compõe-se por 1 sala de leitura e reuniões.</p> <p>Este projeto prevê a concretização das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de sistema AQS solar térmico;</li> <li>• Substituição de lâmpadas para iluminação LED;</li> <li>• Substituição de fonte alimentação da caldeira de gasóleo para biomassa;</li> <li>• Substituição de caixilharia dos vãos.</li> </ul> <p>Implantada em Alvorge, estima-se a população alvo em 1.100 habitantes da freguesia.</p>
<p><b>PROMOTOR</b></p> <p><b>Município de Ansião</b></p>

ESCALA/IMPACTO					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
FONTE DE FINANCIAMENTO			INVESTIMENTO TOTAL <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			50.000,00€		
OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	2017				
Duração prevista	6 meses				

## ID | 3.2. Eficiência Energética: EB1 de Ansião

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Escola do ensino básico.

O piso 0 é composto por 3 salas do ensino básico, 1 biblioteca, 1 refeitório, 1 área de cozinha, sanitários (masculinos, femininos e professores), sala de reuniões, sala de atendimento, átrio entrada, arrumos, área técnica da caldeira.

O piso 1 compõe-se por 5 salas do ensino básico, sala professores, instalações sanitárias (masculinos, femininos, professores) corredores.

Este projeto prevê a concretização das seguintes ações:

- Instalação de sistema AQS solar térmico
- Instalação de sistema produção energia fotovoltaica
- Substituição de lâmpadas para iluminação LED
- Substituição de fonte alimentação da caldeira de gasóleo para biomassa

Implantada em Ansião, estima-se a população alvo em 3.500 habitantes da freguesia e freguesias limítrofes

### PROMOTOR

<b>Município de Ansião</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Implantada em Ansião, estimando-se população alvo em 3.500 habitantes da freguesia e freguesias limítrofes					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			65.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>	<b>X</b>	<b>Projeto</b>		<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2016				
<b>Duração prevista</b>	6 meses				

### ID | 3.3. Eficiência Energética: Centro Escolar de Avelar

#### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

#### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

#### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Escola do ensino pré-primário e ensino básico.

O piso 0 é composto por 2 salas do pré-primário, 1 sala do ensino básico, 1 biblioteca, 1 refeitório, 1 área de cozinha, sanitários (masculinos, femininos e professores), sala de reuniões, sala de atendimento, átrio entrada, arrumos, área técnica da caldeira.

O piso 1 compõe-se por 5 salas do ensino básico e instalações sanitárias (masculinos, femininos, professores).

Este projeto prevê a concretização das seguintes ações:

- Instalação de sistema produção energia fotovoltaica
- Substituição de lâmpadas para iluminação LED
- Substituição de fonte alimentação da caldeira de gás para biomassa

Implantada em Avelar, estima-se a população alvo em 2.500 habitantes da freguesia e freguesias limítrofes.

#### PROMOTOR

**Município de Ansião**

ESCALA/IMPACTO					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
FONTE DE FINANCIAMENTO			INVESTIMENTO TOTAL <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			55.000,00€		
OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	2018				
Duração prevista	6 meses				

### ID | 3.4. Eficiência Energética: Centro Escolar de Chão Couce

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalínea iii); alínea b), subalíneas i) e ii):					
a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</li> </ul>					
b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</li> <li>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</li> </ul>					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Escola do ensino pré-primário e ensino básico.					
O piso 0 é composto por 2 salas do pré-primário, 1 biblioteca, 1 refeitório, 1 área de cozinha, sanitários (masculinos, femininos e professores), sala de atendimento, átrio entrada, corredor, arrumos material didático, arrumos, área técnica da caldeira.					
O piso 1 compõe-se por 4 salas do ensino básico e instalações sanitárias (masculinos, femininos, professores), sala de reuniões, sala de trabalho, corredor, arrumação de material didático e arrumos.					
Este projeto prevê a concretização das seguintes ações:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;</li> <li>• Substituição de lâmpadas para iluminação LED.</li> </ul>					
Implantada em Chão de Couce, estima-se a população alvo de 2.000 habitantes da freguesia e freguesias limítrofes.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Ansião					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			60.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					

- Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.

**ESTADO DE MATURAÇÃO**

Ideia	X	Projeto		Em execução	
-------	---	---------	--	-------------	--

**PERÍODO DE EXECUÇÃO**

Data de arranque	2018
Duração prevista	6 meses



### ID | 3.5. Eficiência Energética: Centro Escolar de Lagarteira

#### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

- i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;
- iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

- i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

#### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

#### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Escola do ensino pré-primário e ensino básico.

O piso é composto por 1 sala do ensino pré-primário, 2 salas do ensino básico, 1 sala de leitura, 1 refeitório, 1 área de cozinha, sanitários (masculinos, femininos e professores), sala de atendimento, zona de circulação, área técnica da caldeira.

Este projeto prevê a concretização das seguintes ações:

- Instalação de sistema AQS solar térmico;
- Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;
- Substituição de lâmpadas para iluminação LED;
- Substituição de fonte alimentação da caldeira de gasóleo para biomassa.

Implantada na freguesia de Ansião, lugar da Lagarteira, estima-se a população alvo em 1.000 habitantes parcialmente da freguesia.

#### PROMOTOR

**Município de Ansião**

ESCALA/IMPACTO					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
FONTE DE FINANCIAMENTO			INVESTIMENTO TOTAL <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			55.000,00€		
OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	2018				
Duração prevista	6 meses				

### ID | 3.6. Eficiência Energética: Centro Escolar de Santiago da Guarda

#### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

#### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

#### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Escola do ensino pré-primário e ensino básico.

O piso 0 é composto por 2 salas do ensino pré-primário, 2 sala do ensino básico, 1 sala de expressão plástica, 1 refeitório, 1 área de cozinha, sanitários (masculinos, femininos e professores), sala de atendimento, átrio entrada, arrumos, área técnica da caldeira e zonas de circulação.

O piso 1 compõe-se por 4 salas do ensino básico, 2 salas de expressão plástica, sala professores, sala trabalho professores, biblioteca com sala polivalente, instalações sanitárias (masculinos, femininos, professores), corredores, arrumos e zonas de circulação.

Este projeto prevê a concretização das seguintes ações:

- Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;
- Substituição de lâmpadas para iluminação LED;
- Substituição de fonte alimentação da caldeira de gás para biomassa.

Implantada na freguesia de Santiago da Guarda, estima-se a população alvo em 3.000 habitantes da freguesia.

#### PROMOTOR

<b>Município de Ansião</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			55.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>	<b>X</b>	<b>Projeto</b>		<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2018				
<b>Duração prevista</b>	6 meses				

### ID | 3.7. Eficiência Energética: Jardim de Infância Alvorge

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):</b></p> <p>a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;</li> <li>ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;</li> <li>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</li> <li>iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.</li> </ul> <p>b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</li> <li>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</li> </ul>
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p> <p>6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável</p> <p>11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)</p>
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>Escola do ensino pré-primário.</p> <p>O piso é composto por 1 sala do ensino pré-primário, 1 sala polivalente, refeitório, área de copa, sanitários (alunos e professores), sala de atendimento, zona de circulação, área técnica da caldeira.</p> <p>Este projeto prevê a concretização das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de sistema AQS solar térmico;</li> <li>• Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;</li> <li>• Substituição de lâmpadas para iluminação LED;</li> <li>• Substituição de fonte alimentação da caldeira de gasóleo para biomassa.</li> </ul> <p>Implantada em Alvorge, estima-se a população alvo em 1.100 habitantes da freguesia</p>
<p><b>PROMOTOR</b></p> <p><b>Município de Ansião</b></p>
<p><b>ESCALA/IMPACTO</b></p>

<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			55.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>	X	<b>Projeto</b>		<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2016				
<b>Duração prevista</b>	6 meses				

### ID | 3.8. Eficiência Energética: Jardim de Infância Ansião

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):</b></p> <p>a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;</li> <li>ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;</li> <li>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</li> <li>iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.</li> </ul> <p>b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</li> <li>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</li> </ul>
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p> <p>6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável</p> <p>11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)</p>
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>Escola do ensino pré-primário.</p> <p>O piso 0 é composto por 2 sala do ensino pré-primário, 1 refeitório, área de cozinha, sanitários (alunos e professores), zona atividades lúdicas, zona de circulação, área técnica da caldeira.</p> <p>O piso 1 é composto 1 sala do ensino pré-primário, 1 sala reuniões, 1 sala trabalho e sanitários (alunos e professores).</p> <p>Este projeto prevê a concretização das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;</li> <li>• Substituição de lâmpadas para iluminação LED;</li> <li>• Substituição de fonte alimentação da caldeira de gasóleo para biomassa.</li> </ul> <p>Implantada em Ansião, estima-se a população alvo em 3.500 habitantes da freguesia e freguesias limítrofes</p>
<p><b>PROMOTOR</b></p> <p><b>Município de Ansião</b></p>

ESCALA/IMPACTO					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
FONTE DE FINANCIAMENTO			INVESTIMENTO TOTAL <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			50.000,00€		
OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	6 meses				



### ID | 3.9. Eficiência Energética: Jardim Infância Lagoa Parada

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):</b></p> <p>a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;</li> <li>ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;</li> <li>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</li> <li>iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.</li> </ul> <p>b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</li> <li>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</li> </ul>
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p> <p>6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável</p> <p>11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)</p>
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>Escola do ensino pré-primário.</p> <p>O piso é composto por 1 sala do ensino pré-primário, 1 sala polivalente, área de cozinha, sanitários (alunos e professores), sala de atendimento, zona de circulação, área técnica da caldeira.</p> <p>Este projeto prevê a concretização das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de sistema AQS solar térmico;</li> <li>• Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;</li> <li>• Substituição de lâmpadas para iluminação LED;</li> <li>• Substituição de fonte alimentação da caldeira de gasóleo para biomassa.</li> </ul> <p>Implantada em Lagoa Parada, freguesia de Santiago da Guarda, estima-se a população alvo em 1.000 habitantes da freguesia.</p>
<p><b>PROMOTOR</b></p> <p><b>Município de Ansião</b></p>
<p><b>ESCALA/IMPACTO</b></p>

<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			55.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>	X	<b>Projeto</b>		<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2016				
<b>Duração prevista</b>	6 meses				

## ID | 4. Eficiência Energética em Edifícios Públicos

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

- i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;
- iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

- i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Este projeto pretende a implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética nos edifícios públicos, nomeadamente:

- Paços do Concelho (ficha de projeto 7.1) – 150.000,00€
- Centro Cultural de Ansião (ficha de projeto 7.2) – 90.000,00€
- Biblioteca Municipal (ficha de projeto 7.3) – 70.000,00€
- Centro de Negócios – PE Camporês (ficha de projeto 7.4) – 120.000,00€
- Parque Logístico Municipal (ficha de projeto 7.5) – 35.000,00€
- Casa da Amizade (ficha de projeto 7.6) – 35.000,00€

### PROMOTOR

**Município de Ansião**

### ESCALA/IMPACTO

Território da CIM		Supra-local		Local	X
-------------------	--	-------------	--	-------	---

<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>		<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>			
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)		500.000,00€			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	x	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2018				
Duração prevista	3 anos				

## ID | 4.1. Eficiência Energética: Paços de Concelho

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>				
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas ii) e iii):</b>				
a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:				
ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;				
iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);				
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>				
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável				
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)				
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>				
Edifício de serviços onde se encontram instalados cerca de 50% dos serviços municipais. O piso 0 é composto por área de atendimento, 9 salas/gabinetes de trabalho, instalações sanitárias (masculino, feminino), 1 bar, 1 auditório, 1 arquivo, 2 arrumos, 2 áreas técnicas com servidores. O piso 1 compõe-se por 18 salas/gabinetes, 1 salão nobre, 1 zona de estar, instalações sanitárias (masculinos, femininos), zonas de circulação. O projeto prevê a concretização das seguintes ações:				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Substituição de lâmpadas para iluminação LED;</li> <li>• Alteração de caixilharias dos vãos;</li> <li>• Substituição aparelhos AVAC mais eficientes.</li> </ul> Implantado em Ansião, estima-se a população alvo em 13.250 habitantes do concelho.				
<b>PROMOTOR</b>				
<b>Município de Ansião</b>				
<b>ESCALA/IMPACTO</b>				
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>
				<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>	
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			150.000,00€	
<b>OBJETIVOS</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>				
<b>ESTADO DE MATUREZAÇÃO</b>				
<b>Ideia</b>	<b>X</b>	<b>Projeto</b>		<b>Em execução</b>
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>				
<b>Data de arranque</b>	2019			
<b>Duração prevista</b>	1 ano			

## ID | 4.2. Eficiência energética: Centro Cultural Ansião

### Enquadramento Regulamentar:

Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas ii) e iii); alínea b), subalíneas i) e ii):

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Edifício de atividades artísticas (música, teatro, cinema e exposições).

O piso 0 é composto por sala de cinema, sala polivalente, sala trabalho, bar e zona de circulação.

O piso 1 é composto por 4 salas de trabalho / ensaio e instalações sanitárias

O piso -1 é composto por 3 salas de ensaio, arrumos, camarins, arquivo, instalações sanitárias e zona de circulação.

O projeto prevê a concretização das seguintes ações:

- Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;
- Substituição de lâmpadas para iluminação LED;
- Alteração de caixilharias dos vãos;
- Substituição aparelhos AVAC mais eficientes;

Implantado em Ansião, estima-se a população alvo em 13.250 habitantes do concelho.

### PROMOTOR

Município de Ansião

### ESCALA/IMPACTO

Território da CIM		Supra-local		Local	X
-------------------	--	-------------	--	-------	---

<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>		<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>			
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)		90.000,00€			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2019				
Duração prevista	1 ano				

### ID | 4.3. Eficiência Energética: Biblioteca Municipal

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas ii) e iii); alínea b), subalíneas i) e ii):</b>					
a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:					
ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;					
iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);					
b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:					
i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;					
ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Edifício de atividades literárias.					
O piso é composto por sala de leitura, sala multimédia, 2 salas de trabalho, instalações sanitárias e zona de circulação.					
O projeto prevê a concretização das seguintes ações:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;</li> <li>• Substituição de lâmpadas para iluminação LED;</li> <li>• Alteração de caixilharias dos vãos;</li> <li>• Substituição aparelhos AVAC mais eficientes.</li> </ul>					
Implantado em Ansião, estima-se a população alvo em 13.250 habitantes do concelho.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Ansião</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>				<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>	
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)				70.000,00€	



<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2019				
Duração prevista	1 ano				

#### ID | 4.4. Eficiência Energética: Centro Negócios - PE Camporês

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalínea iii); alínea b), subalíneas i) e ii):</b></p> <p>a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:</p> <p>    iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</p> <p>b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:</p> <p>    i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</p> <p>    ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</p>					
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p> <p>6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável</p> <p>11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)</p>					
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>Edifício de atividades económicas e exposições.</p> <p>O piso 0 é composto por átrio de entrada, zona de atendimento, auditório, sala de exposições, bar, 3 áreas comerciais, 3 salas de formação, sala técnica e arrumos.</p> <p>O piso 1 é composto por 9 salas de trabalho/ninho de empresas, instalações sanitárias, gabinete da administração do edifício e zonas de circulação.</p> <p>O projeto prevê a concretização das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;</li> <li>• Substituição de lâmpadas para iluminação LED;</li> <li>• Substituição aparelhos AVAC mais eficientes.</li> </ul> <p>Implantado no Parque Empresarial do Camporês, freguesia de Chão de Couce, estima-se a população alvo em 15.000 habitantes do concelho e concelhos limítrofes.</p>					
<p><b>PROMOTOR</b></p> <p><b>Município de Ansião</b></p>					
<p><b>ESCALA/IMPACTO</b></p> <p>Implantado no Parque Empresarial do Camporês, freguesia de Chão de Couce, estimando-se a população alvo em 15.000 habitantes do concelho e concelhos limítrofes</p>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			120.000,00€		

<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2019 / 2020				
Duração prevista	1 ano				

## ID | 4.5. Eficiência Energética: Parque Logístico Municipal

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalínea iii); alínea b), subalíneas i) e ii):</b>					
a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</li> </ul>					
b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</li> <li>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</li> </ul>					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Edifício de serviços onde se encontram instalados cerca de 30% dos serviços municipais.					
O piso 0 é composto por oficinas, área de refeitório, 3 gabinetes de trabalho, instalações sanitárias (masculinos, femininos), zonas de circulação e armazém.					
O piso 1 destina-se a zona de armazém.					
O projeto prevê a concretização das seguintes ações:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Substituição de lâmpadas para iluminação LED;</li> <li>• Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;</li> <li>• Instalação de AQS termo solar.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Ansião</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Implantado em Ansião, estimando-se a população alvo em 13.250 habitantes do concelho					
<b>Território da CIM</b>	Região Centro	<b>Supra-local</b>	CIMRL	<b>Local</b>	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			35.000€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>	X	<b>Projeto</b>		<b>Em execução</b>	

PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Data de arranque	2020
Duração prevista	6 meses
RELAÇÃO COM A EIDT	
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável	
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)	

## ID | 4.6. Eficiência Energética: Casa da Amizade

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas ii) e iii); alínea b), subalíneas i) e ii):</b>					
a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:					
ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;					
iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);					
b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:					
i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;					
ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Edifício de atividades turísticas.					
O piso 0 é composto por sala polivalente, refeitório, cozinha, 4 camaratas, 4 quartos, instalações sanitárias (masculinos, femininos) e zona de circulação.					
O piso -1 é composto por zona de arrumos, lavandaria e sala polivalente.					
O projeto prevê a concretização das seguintes ações:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de sistema produção energia fotovoltaica</li> <li>• Substituição de lâmpadas para iluminação LED</li> <li>• Alteração de caixilharias dos vãos</li> <li>• Substituição de fonte alimentação da caldeira de gasóleo para biomassa</li> </ul>					
Implantado em Ansião, estima-se a população alvo em 13.250 habitantes do concelho.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Ansião</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)		35.000,00€			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2019				
Duração prevista	6 meses				

## ID | 5. Eficiência Energética em Equipamentos Desportivos

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):</b>					
a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:					
i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;					
ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;					
iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);					
iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.					
b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:					
i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;					
ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Este projeto pretende a implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética nos equipamentos desportivos do concelho, nomeadamente:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estádio Municipal de Ansião (ficha de projeto 8.1) – 200.000,00€</li> <li>• Pavilhão Gimnodesportivo de Ansião (ficha de projeto 8.2) – 100.000,00€</li> <li>• Pavilhão Gimnodesportivo de Avelar (ficha de projeto 8.3) – 100.000,00€</li> <li>• Pavilhão Gimnodesportivo de Santiago da Guarda (ficha de projeto 8.4) – 100.000,00€</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Ansião</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		



Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)		500.000,00€			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2017				
Duração prevista	6 meses				

## ID | 5.1. Eficiência Energética: Estádio Municipal Ansião

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalínea iii); alínea b), subalíneas i) e ii):					
a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</li> </ul>					
b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</li> <li>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</li> </ul>					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Estádio para a prática desportiva de futebol e atletismo.					
O espaço de jogo é composto por um campo de jogo de futebol 11, com espaço envolvente para a prática de atletismo. Um edifício com 6 balneários, um posto médico, área técnica, arrumos e sala de aquecimento.					
Uma edificação com bancada coberta, acrescida de zona de bar, instalações sanitárias públicas e arrumos.					
O projeto prevê a concretização das seguintes ações:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação de sistema de energia solar térmica;</li> <li>• Substituição de fonte alimentação da caldeira de gasóleo para biomassa;</li> <li>• Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;</li> <li>• Substituição de lâmpadas de mercúrio para iluminação LED.</li> </ul>					
Implantado em Ansião, estima-se uma população alvo de 13.250 habitantes do concelho.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Ansião					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>				<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>	
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)				200.000,00€	

<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2017				
Duração prevista	6 meses				

## ID | 5.2. Eficiência Energética: Pavilhão Gimnodesportivo de Ansião

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalínea iii); alínea b), subalíneas i) e ii):					
a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</li> </ul>					
b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</li> <li>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</li> </ul>					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Pavilhão para a prática desportiva diversa em recinto fechado e desporto escolar.					
O edifício é composto um espaço de jogos (futsal, andebol, vólei, basquetebol, ténis e outros), área prática de ginástica, área de balneários diferenciados por sexos, uma arrecadação, uma área técnica, um gabinete e balneário de professores e por último uma zona de bancada.					
O projeto prevê a concretização das seguintes ações:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de sistema de energia solar térmica;</li> <li>• Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;</li> <li>• Substituição de lâmpadas de mercúrio para iluminação LED;</li> <li>• Substituição de fonte alimentação das caldeiras a gás para biomassa.</li> </ul>					
Implantado em Ansião, estima-se a população alvo em 4000 habitantes da freguesia e parcialmente de Pousaflores.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Ansião					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	CIMRL	Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			100.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					

<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2020				
Duração prevista	6 meses				

### ID | 5.3. Eficiência Energética: Pavilhão Gimnodesportivo de Avelar

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalínea iii); alínea b), subalíneas i) e ii):</b></p> <p>a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:</p> <p>    iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</p> <p>b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:</p> <p>    i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</p> <p>    ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</p>					
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p>					
<p>6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável</p> <p>11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)</p>					
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p>					
<p>Pavilhão para a prática desportiva diversa em recinto fechado e desporto escolar.</p> <p>O edifício é composto um espaço de jogos (futsal, andebol, vólei, basquetebol, ténis e outros), uma área de balneários diferenciados por sexos, uma arrecadação, uma área técnica, um gabinete e balneário de professores e por último uma zona de bancada.</p> <p>O projeto prevê a concretização das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de sistema de energia solar térmica;</li> <li>• Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;</li> <li>• Substituição de lâmpadas de mercúrio para iluminação LED;</li> <li>• Substituição de fonte alimentação das caldeiras a gás para biomassa.</li> </ul> <p>Implantado em Avelar, estima-se população alvo de 5000 habitantes das freguesias de Avelar, Chão de Couce, parcialmente das freguesias de Pousaflores, Cumeeira e Aguda.</p>					
<p><b>PROMOTOR</b></p>					
<p><b>Município de Ansião</b></p>					
<p><b>ESCALA/IMPACTO</b></p>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			100.000,00€		
<p><b>OBJETIVOS</b></p>					

<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2020				
Duração prevista	6 meses				

## ID | 5.4. Eficiência Energética: Pavilhão Gimnodesportivo de Santiago da Guarda

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalínea iii); alínea b), subalíneas i) e ii):</b>					
a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</li> </ul>					
b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</li> <li>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</li> </ul>					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Pavilhão para a prática desportiva diversa em recinto fechado e desporto escolar.					
O edifício é composto por um espaço de jogos (futsal, andebol, vólei, basquetebol, ténis e outros), uma área para a prática de ginástica uma área de balneários diferenciados por sexos, uma arrecadação, uma área técnica, um gabinete e balneário de professores e por último duas zonas de bancadas.					
O projeto prevê a concretização das seguintes ações:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de sistema de energia solar térmica;</li> <li>• Instalação de sistema produção energia fotovoltaica;</li> <li>• Substituição de lâmpadas de mercúrio para iluminação LED;</li> <li>• Substituição de fonte alimentação das caldeiras a gás para biomassa.</li> </ul>					
Implantado em Santiago da Guarda, estima-se uma população alvo de 4250 habitantes das freguesias de Santiago da Guarda e Alvorge.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Ansião</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			100.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					



- Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética

ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	2020				
Duração prevista	6 meses				

## ID | 6. Projeto Racionalização Energética em Edifícios Públicos

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii); alínea d):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

- i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;
- iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

- i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

d) Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, bem como a avaliação «ex-post» independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Trata-se de um projeto que visa reduzir o consumo energético dos Edifício Públicos do Município da Batalha, designadamente:

- Edifício Paços do Concelho;
- Estabelecimentos Escolares (Batalha, Reguengo, Golpilheira e S. Mamede);
- Pavilhões Desportivos (Gimnodesportivos da Golpilheira e Batalha).

As intervenções a realizar serão concretizadas através das seguintes ações:

Ação 1 | Realização de Auditorias Energéticas aos edifícios;

Ação 2 | Relamping

Ação 3 | Melhoria das Condições de Climatização e Qualidade do Ar;

Ação 4 | Microgeração (Energia Elétrica)

Ação 5   Instalação de Condensadores					
Ação 6   Plataforma Web – Monitorização dos Consumos Energéticos.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município da Batalha</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			494.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>	<b>X</b>	<b>Projeto</b>		<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2016/06				
<b>Duração prevista</b>	6 meses				

## ID | 7. Requalificação Energética do edifício sede da Câmara Municipal

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii); alínea d):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

d) Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, bem como a avaliação «*ex-post*» independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Conceção e aplicação de um sistema de eficiência energética global como fator de sustentabilidade económico-financeiro, com o objetivo de reduzir os consumos energéticos do edifício sede da Câmara Municipal e melhorar a sustentabilidade.

### PROMOTOR

Município de Castanheira de Pera

### ESCALA/IMPACTO

Território da CIM		Supra-local		Local	X
-------------------	--	-------------	--	-------	---

### FONTE DE FINANCIAMENTO

INVESTIMENTO TOTAL (*estimado*)

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)		250.000,00€			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	Janeiro 2016				
Duração prevista	1 ano				

## ID | 8. Eficiência Energética das Infraestruturas Públicas Municipais

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii); alínea d):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

d) Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, bem como a avaliação «*ex-post*» independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento.

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Conceção e aplicação de um sistema de eficiência energética global como fator de sustentabilidade económico-financeiro.

### PROMOTOR

**Município de Castanheira de Pera**

### ESCALA/IMPACTO

Território da CIM		Supra-local		Local	X
-------------------	--	-------------	--	-------	---

### FONTE DE FINANCIAMENTO

### INVESTIMENTO TOTAL *(estimado)*

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)

282.750,00€

### OBJETIVOS

- Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da

eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro 2016				
Duração prevista	2 anos				

## ID | 9. Projeto global de requalificação energética de edifícios municipais

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):</b>					
a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:					
i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;					
ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;					
iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);					
iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.					
b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:					
i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;					
ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Prevê a intervenção na Biblioteca Municipal, Casa da Cultura e edifício Paços Concelho, ao nível de equipamentos de energia (iluminação, climatização, entre outros) bem como alguns trabalhos acessórios que se verificam necessários diretamente relacionados com a componente de eficiência energética.					
O estudo efetuado identifica claramente cada uma das áreas a intervir, nomeadamente ao nível da climatização, fundamentais na razão da poupança energética, redução de encargos e melhor gestão energética nos edifícios potencialmente mais “gastadores”, na razão do seu estado atual, grau de utilização e perspectivas de evolução futura.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Figueiró dos Vinhos</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>



<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>		<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>			
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)		350.000,00 €			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	1 ano				

## ID | 10. Melhoria da Eficiência Energética do Edifício dos Paços de Concelho

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

- i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;
- iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

- i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Aumento da eficiência energética e utilização de energias renováveis para autoconsumo, para redução da fatura energética:

- 1 – Substituição da cobertura degradada existente por cobertura aligeirada específica para obras de reabilitação de edifícios antigos, com morfologia e aspeto tradicional, constituída por estrutura metálica em aço leve, duas camadas de isolamento térmico (painéis de poliestireno extrudido “XPS” e de lã de rocha), duas placas de gesso cartonado, chapa de sub-telha, ripado e telha cerâmica, incluindo o respetivo sistema de recolha e escoamento de águas pluviais, bem como todos os acessórios e peças que garantam o correto e bom funcionamento da cobertura no seu conjunto - Substituição da cobertura, com uma área aproximada de 1700m<sup>2</sup> - € 255.000,00.
- 2 – Nas paredes exteriores, pintura de acabamento acetinado/texturado, baseada em copolímeros e pigmentada com dióxido de titânio rútilo e cargas inertes, proporcionando filmes espessos (boa capacidade de enchimento), dotados de boas propriedades de elasticidade, impermeabilização e isolamento térmico - Tratamento térmico das paredes exteriores, com uma área aproximada de 1700m<sup>2</sup> - € 25.500,00.
- 3 – Substituição de caixilharia existente, em madeira, com vidro duplo e corte térmico - € 155.200,00.
- 4 – Instalação de painéis fotovoltaicos - € 80.000,00.

5 – Instalação de climatização nos espaços destinados a gabinetes - € 250.000,00.					
6 – Instalação de luminárias, com tecnologia LED, adequadas aos espaços de gabinetes, incluindo a ligação ao sistema de gestão existente no espaço - € 175.000,00.					
7 – Instalação de um sistema de gestão técnica centralizada - € 50.000,00.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.140.700,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2º Semestre de 2015				
Duração prevista	1 ano				

## ID | 11. Melhoria da Eficiência Energética da Biblioteca Municipal de Leiria

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Aumento da eficiência energética e utilização de energias renováveis para autoconsumo, para redução da fatura energética:

1 – Substituição da cobertura degradada existente por cobertura aligeirada específica para obras de reabilitação de edifícios antigos, com morfologia e aspeto tradicional, constituída por isolamento térmico (painéis de poliestireno extrudido “XPS”) e telha cerâmica, incluindo o respetivo sistema de recolha e escoamento de águas pluviais, bem como todos os acessórios e peças que garantam o correto e bom funcionamento da cobertura no seu conjunto - Substituição da cobertura, com uma área aproximada de 1045m<sup>2</sup> - € 52.250,00.

2 – Aplicação de Sistema Compósito de Isolamento Térmico nas paredes exteriores, suportado por perfis metálicos específicos e constituído por placas rígidas e impermeáveis de poliestireno extrudido (XPS) com 50mm de espessura, revestidas em ambas as faces com rede de fibra de vidro embebida em argamassa sintética com acabamento em RPE (Revestimento Plástico Espesso) para paredes exteriores, com elevada capacidade de enchimento e textura fina de acabamento, constituída por cargas minerais, resinas acrílicas em dispersão aquosa, pigmentos (pré-colorida) e aditivos específicos - Tratamento térmico das paredes exteriores, com uma área aproximada de 962m<sup>2</sup> - € 38.480,00

3 – Nas paredes exteriores, pintura de acabamento acetinado/texturado, baseada em copolímeros e pigmentada com dióxido de titânio rútilo e cargas inertes, proporcionando filmes espessos (boa

capacidade de enchimento), dotados de boas propriedades de elasticidade, impermeabilização e isolamento térmico.					
4 – Substituição de caixilharia existente, por outra em madeira e alumínio, com vidro duplo e corte térmico - € 117.250,00					
5 – Instalação de painéis fotovoltaicos - € 55.000,00					
6 – Instalação de climatização nos espaços destinados a gabinetes - € 200.000,00					
7 – Instalação de luminárias, com tecnologia LED, adequadas aos espaços de gabinetes, incluindo a ligação ao sistema de gestão existente no espaço - € 50.000,00					
8 – Instalação de um sistema de gestão técnica centralizada - € 15.000,00					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Leiria</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			527.980,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>		<b>Projeto</b>	<b>X</b>	<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2016				
<b>Duração prevista</b>	1 ano				

## ID | 12. Auditorias de eficiência energética nas instalações municipais

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea d):					
d) Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, bem como a avaliação «ex-post» independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Estudo de desempenho energético das diversas instalações municipais:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Execução de auditorias energéticas aos edifícios municipais com elaboração de projeto e caderno de encargos de medidas de melhoria da eficiência energética.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			133.400,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	Segundo semestre de 2015				
Duração prevista	1 ano				

## ID | 13. Substituição de caixilharias em edifícios escolares

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalínea ii):</b>					
a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:					
ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Aumento da eficiência energética, para redução da fatura energética.					
Substituição de caixilharia existente, por outra em alumínio, com vidro duplo e corte térmico:					
1 – EB / JI de Capuchos - € 18.218,25					
2 – EB de Colmeias - € 18.316,30					
3 – EB de Barreiros - € 14.758,13					
4 – JI de Santa Catarina da Serra - € 14.500,00					
5 – EB / JI de Agodim - € 17.355,30					
6 – EB de Quinta do Alçada - € 17.964,60					
7 – JI de A dos Pretos - € 12.395,00					
8 – EB de Amor - € 9.347,15					
9 – EB de Casal dos Claros - € 9.367,71					
10 – EB de Coucinheira - € 11.056,54					
11 – JI de Colmeias - € 8.179,50					
12 – EB Amarela - € 17.869,25					
13 – EB / JI de Cruz de Areia - € 18.818,25					
14 – EB de Courelas - € 16.618,25					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Leiria</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			204.764,23€		
<b>OBJETIVOS</b>					

- Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética

**ESTADO DE MATURAÇÃO**

Ideia		Projeto	X	Em execução	
-------	--	---------	---	-------------	--

**PERÍODO DE EXECUÇÃO**

Data de arranque	2º Semestre de 2015
Duração prevista	1 ano



**ID | 14. Melhoria da eficiência energética na Piscina Municipal de Caranguejeira, Leiria**

**Enquadramento Regulamentar:**

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

- i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;
- iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

- i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

**RELAÇÃO COM A EIDT**

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

**NATUREZA E CARACTERÍSTICAS**

Aumento da eficiência energética e utilização de energias renováveis para autoconsumo, para redução da fatura energética.

Instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo, substituição de vãos de caixilharia com vidro simples e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico por caixilharia com corte térmico e vidro duplo; proteção térmica nas pontes térmicas da nave, substituição da iluminação interior por equipamentos de elevada eficiência, substituição de equipamentos de climatização por unidades mais eficientes, substituição de equipamentos de produção de energia térmica por equipamentos mais eficientes, instalação de sistema de gestão de energia.

- 1 - Instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo – 40.000€
- 2 - Substituição de caixilharia e vidros – 85.000€
- 3 – Proteção térmica nas caleiras e pilares – 8.000€
- 4 - Substituição de equipamentos de climatização e tratamento de ar – 40.000€
- 5 - Substituição de caldeiras por caldeiras mais eficientes – 25.000€

6 - Substituição de sistemas de iluminação – 5.000€					
7 - Instalação de sistema de gestão de consumo e operação – 6.000€					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Leiria</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	<b>X</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			209.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>		<b>Projeto</b>	<b>X</b>	<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2016				
<b>Duração prevista</b>	1 ano				

**ID | 15. Melhoria da eficiência energética na Piscina Municipal de Maceira, Leiria**

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):</b></p> <p>a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;</li> <li>ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;</li> <li>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);</li> <li>iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.</li> </ul> <p>b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</li> <li>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</li> </ul>
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p>
<p>6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável</p>
<p>11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)</p>
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p>
<p>Aumento da eficiência energética e utilização de energias renováveis para autoconsumo, para redução da fatura energética.</p> <p>Instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo, substituição de vãos de caixilharia com vidro simples e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico por caixilharia com corte térmico e vidro duplo; proteção térmica nas pontes térmicas da nave, substituição da iluminação interior por equipamentos de elevada eficiência, substituição de equipamentos de climatização por unidades mais eficientes, instalação de sistema de gestão de energia.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 - Instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo – 40.000€</li> <li>2 - Substituição de caixilharia e vidros – 85.000€</li> <li>3 – Proteção térmica nas caleiras e pilares – 8.000€</li> <li>4 - Substituição de equipamentos de climatização e tratamento de ar – 40.000€</li> <li>6 - Substituição de sistemas de iluminação – 5.000€</li> <li>7 - Instalação de sistema de gestão de consumo e operação – 6.000€</li> </ul>

<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			184.000,00 € (investimento)		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	1 ano				

**ID | 16. Eficiência Energética Escolas 1º Ciclo e JI Concelho**

**Enquadramento Regulamentar:**

Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º:

Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

**RELAÇÃO COM A EIDT**

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

**NATUREZA E CARACTERÍSTICAS**

Eficiência Energética em escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande:

- Intervenção ao nível das infraestruturas de modo a criar condições à melhoria da eficiência energética e utilização de fontes de energia renováveis nas escolas do 1º ciclo e jardins de Infância do concelho da Marinha Grande e reduzindo igualmente na fatura energética.

**PROMOTOR**

**Município da Marinha Grande**

**ESCALA/IMPACTO**

Território da CIM		Supra-local		Local	X
-------------------	--	-------------	--	-------	---

**FONTE DE FINANCIAMENTO**

**INVESTIMENTO TOTAL (estimado)**

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)

795.000,00€

**OBJETIVOS**

- Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética

ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	Janeiro 2016				
Duração prevista	24 meses				

## ID | 17. Eficiência Energética Pavilhões Gimnodesportivos Municipais

### Enquadramento Regulamentar:

Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Eficiência Energética em dois pavilhões gimnodesportivos municipais:

- Intervenção ao nível das infraestruturas de modo a criar condições à melhoria da eficiência energética e utilização de fontes de energia renováveis nos pavilhões gimnodesportivos do concelho e reduzindo igualmente na fatura energética.

### PROMOTOR

Município da Marinha Grande

### ESCALA/IMPACTO

Território da CIM		Supra-local		Local	X
-------------------	--	-------------	--	-------	---

### FONTES DE FINANCIAMENTO

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)

### INVESTIMENTO TOTAL (estimado)

318.000,00€

### OBJETIVOS

- Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da

eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	Janeiro 2016				
Duração prevista	24 meses				



**ID | 18. Eficiência Energética Cineteatro Ator Álvaro - Vieira Leiria**

**Enquadramento Regulamentar:**

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

**RELAÇÃO COM A EIDT**

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

**NATUREZA E CARACTERÍSTICAS**

Prevê-se a intervenção ao nível das infraestruturas do edifício Cineteatro Ator Álvaro em Vieira de Leiria:

- Intervenção ao nível das infraestruturas de modo a criar condições à melhoria da eficiência energética e utilização de fontes de energia renováveis no Cineteatro Ator Álvaro em Vieira de Leiria

**PROMOTOR**

**Município da Marinha Grande**

**ESCALA/IMPACTO**

Território da CIM		Supra-local		Local	X
-------------------	--	-------------	--	-------	---

**FONTE DE FINANCIAMENTO**

**INVESTIMENTO TOTAL (estimado)**

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)

265.000,00€

**OBJETIVOS**

- Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética

**ESTADO DE MATURAÇÃO**

Ideia		Projeto	X	Em execução	
-------	--	---------	---	-------------	--

**PERÍODO DE EXECUÇÃO**

Data de arranque	janeiro 2016
Duração prevista	24 meses

## ID | 19. Eficiência Energética Estádio Municipal

### Enquadramento Regulamentar:

Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Eficiência energética no Estádio Municipal:

- Intervenção ao nível das infraestruturas de modo a criar condições à melhoria da eficiência energética e utilização de fontes de energia renováveis, e reduzindo igualmente na fatura energética.

### PROMOTOR

Município da Marinha Grande

### ESCALA/IMPACTO

Território da CIM		Supra-local		Local	X
-------------------	--	-------------	--	-------	---

### FONTES DE FINANCIAMENTO

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)

### INVESTIMENTO TOTAL (estimado)

160.000,00€

### OBJETIVOS

- Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da

eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro 2016				
Duração prevista	24 meses				

## ID | 20. Eficiência Energética Edifício dos Paços do Concelho

### Enquadramento Regulamentar:

Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

### RELAÇÃO COM A EIDT

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Prevê-se a intervenção ao nível das infraestruturas do edifício dos Paços de Concelho ao nível do aumento da eficiência energética:

- Intervenção ao nível das infraestruturas de modo a criar condições à melhoria da eficiência energética e utilização de fontes de energia renováveis no edifício dos Paços do Concelho.

### PROMOTOR

Município da Marinha Grande

### ESCALA/IMPACTO

Território da CIM		Supra-local		Local	X
-------------------	--	-------------	--	-------	---

### FONTE DE FINANCIAMENTO

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)

### INVESTIMENTO TOTAL (estimado)

265.000,00€

### OBJETIVOS

- Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da

eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro 2016				
Duração prevista	24 meses				

**ID | 21. Auditorias Energéticas**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea d):</b>					
d) Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, bem como a avaliação « <i>ex-post</i> » independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Auditorias a efetuar em espaços públicos municipais no âmbito da eficiência energética: Estudo dos consumos energéticos em edifícios municipais.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município da Marinha Grande</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			200.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro 2016				
Duração prevista	24 meses				

**ID | 22. Requalificação dos Edifícios Públicos (Câmara Municipal, Biblioteca, Edifício dos Serviços Municipais; Armazém Municipal e Pavilhão Gimnodesportivo) com vista à melhoria da eficiência energética**

**Enquadramento Regulamentar:**

**Portaria nº. 57-B/2015 de fevereiro, secção 4, artigo 36.º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

- i. Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- ii. Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidros simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;
- iii. Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- iv. Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem eficiência energética, nos quais se inclui:

- i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

**RELAÇÃO COM A EIDT**

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

**NATUREZA E CARACTERÍSTICAS**

A maioria dos Serviços Públicos do Município de Pedrógão Grande tem uma eficiência energética muito má devido à falta de obras de manutenção, tendo sido intervencionados há mais de 2 ou 3 décadas, como é o caso da Câmara Municipal ou da Biblioteca.

Para além do consumo de energia ser elevado, também as condições físicas do serviço público prestado se refletem negativamente na qualidade do atendimento ao Município.

Assim, este projeto tem como objetivo tornar os edifícios energeticamente mais eficientes e garantir ganhos de qualidade em termos de condições de atendimento nos edifícios com mais necessidades. Esta consonância entre duas problemáticas carentes de resolução nuns casos, bem como as necessidades de somente buscar qualidade energética mais eficiente noutros, levam o Município de Pedrógão Grande a considerar o edifício-sede da Câmara Municipal, a Biblioteca, o edifício dos Serviços Municipais, o Armazém Municipal, e o Pavilhão Gimnodesportivo, como aqueles onde é premente encetar as seguintes ações, no contexto desta prioridade de investimento:

Ação 1 – Auditoria e Simulação Energética (necessária para comprovar melhorias para efeito de candidatura);

Ação 2 – Melhoria das Condições de Climatização e Qualidade do Ar;

Ação 3 – Obras de requalificação de paredes e coberturas incluindo novos isolamentos substituição de portas, janelas e pinturas;



<p>Ação 4 – Substituição de luminárias interiores e exteriores.</p> <p>Câmara Municipal: iluminação interior, substituição de vãos (portas e janelas) com melhor isolamento e isolamento interior de paredes e tetos.                  Biblioteca: iluminação interior e exterior, substituição de vãos (portas e janelas) com melhor isolamento.                  Pavilhão Gimnodesportivo: iluminação interior e exterior.                  Armazém: Iluminação Interior e exterior.                  Edifício dos Serviços Municipais: iluminação interior e exterior, substituição de vãos (portas e janelas) com melhor isolamento, AVAC, obras de construção civil para isolamento de paredes exteriores, interiores e coberturas.</p>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Pedrógão Grande</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			500.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	Junho de 2016				
Duração prevista	1 ano				

**Reconversão energética dos equipamentos desportivos municipais  
ID | 23. (Pavilhão Eduardo Gomes, Estádio Municipal de Pombal, Campo de  
Flandes, Pavilhão Gimnodesportivo de Meirinhas, Expocentro )**

**Enquadramento Regulamentar:**

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

- i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;
- iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

- i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

**RELAÇÃO COM A EIDT**

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

**NATUREZA E CARACTERÍSTICAS**

Reconversão energética dos equipamentos desportivos municipais (Pavilhão Eduardo Gomes, Estádio Municipal de Pombal, Campo de Flandes, Pavilhão Gimnodesportivo de Meirinhas, Expocentro), através da melhoria do comportamento térmico com intervenção a vários níveis: cobertura, caixilharia, bem como da iluminação e instalação de equipamentos de produção energia solar térmica e fotovoltaica.

Este projeto pretende:

- Diminuição da dependência energética do edifício;
- Implementação de auto produção de energia limpa;
- Diminuição do consumo e desperdício energia e água;
- Implementação de medidas para diminuição das necessidades térmicas do edifício;
- Aumentar eficiência dos sistemas transformação da energia primária em energia térmica, e da iluminação;
- Monitorização e Controlo contínuo do edifício.

**PROMOTOR**

<b>Município de Pombal</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>		<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			500.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>	X	<b>Projeto</b>		<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2017				
<b>Duração prevista</b>	1 ano				

**ID | 24. Requalificação energética (melhoria do comportamento térmico a vários níveis: Alvenaria, Cobertura, Caixilharia, Iluminação) de edifícios municipais (Paços do Concelho, Museus, Arquivo, Biblioteca, Serviços Técnicos, Teatro Cine)**

**Enquadramento Regulamentar:**

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

- i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;
- iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

- i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

**RELAÇÃO COM A EIDT**

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

**NATUREZA E CARACTERÍSTICAS**

Requalificação energética nos edifícios: Paços do Concelho, Museus, Arquivo, Biblioteca, Serviços Técnicos, Teatro Cine.

Melhoria do comportamento térmico com intervenção a vários níveis: Alvenaria, Cobertura, Caixilharia, Iluminação de edifícios municipais, instalação de equipamentos de produção de calor/frio mais eficientes, bem como de produção de energia.

Com este projeto pretende-se:

- Diminuição da dependência energética do edifício;
- Implementação de auto produção de energia limpa;
- Diminuição das necessidades térmicas do edifício;
- Aumentar eficiência dos sistemas de produção de calor e de iluminação;
- Monitorização e Controlo contínuo do edifício.

<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pombal					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			800.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	2 anos				

**ID | 25. Auditorias energéticas a todos os edifícios municipais**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea d):					
d) Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, bem como a avaliação «ex-post» independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
6   Programa Regional Energia Eficiente e Renovável					
11   Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Este projeto tem como objetivos avaliar o consumo energético, classificar energeticamente o edifício, identificar e avaliar oportunidades de melhoria da eficiência, elaborar o Plano de racionalização energética (quando aplicável), bem com elaborar os projetos de execução das medidas propostas.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de Auditorias energéticas;</li> <li>Elaboração de planos de racionalização de energia e respetivos projetos de execução necessários para a implementação das medidas de melhoria em todos os edifícios municipais.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pombal					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			150.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2015				
Duração prevista	2 anos				

**ID | 26. Melhoria do desempenho da eficiência energética dos edifícios da Câmara Municipal, Solar dos Gorjões e Biblioteca Municipal**

**Enquadramento Regulamentar:**

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 4, artigo 36º, alínea a) subalíneas i), ii), iii) e iv); alínea b), subalíneas i) e ii):**

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local, nos quais se inclui:

- i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;
- iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nos quais se inclui:

- i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

**RELAÇÃO COM A EIDT**

6 | Programa Regional Energia Eficiente e Renovável

11 | Programa de Requalificação Urbana e da Mobilidade Sustentável (parcial)

**NATUREZA E CARACTERÍSTICAS**

Este projeto tem como objetivos a implementação de ações que visam aumentar eficiência energética nos edifícios e, também, a redução da fatura energética, bem como redução de emissão de GEE; mudanças estruturais para a melhoria do desempenho em termos de eficiência energética; melhoria das infraestruturas que levem a um aumento da qualidade da climatização dos edifícios; criação de um sistema de gestão que permita uma monitorização do desempenho e da eficiência energética dos sistemas existente e a melhorar/criar; implementação de medidas corretivas com vista à certificação dos edifícios.

Pretende-se com esta intervenção atuar ao nível da implementação de ações específicas que visem um aumento da eficiência energética dos edifícios municipais, nomeadamente:

- Instalação de isolamento térmico nas coberturas.
- Substituição da caixilharia existente por caixilharia com vidro duplo e corte térmico e respetivos dispositivos de sombreamento.
- Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência.
- Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão dos consumos de energia.

Com esta intervenção espera-se:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prestação de um serviço de qualidade aos utentes do equipamento e garantia de conforto aos trabalhadores nos diversos espaços e consequente aumento da produtividade;</li> <li>• Melhoria da eficiência energética dos edifícios;</li> <li>• Redução das emissões de carbono contribuindo desse modo para atingir as metas o Pacto dos Autarcas;</li> <li>• Contribuição para a sustentabilidade económico-financeira das infraestruturas reduzindo o encargo anual com a energia dos edifícios.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Porto de Mós					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	x	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração local, contribuindo assim para um aumento da eficiência energética dos equipamentos públicos e, também, para a redução da fatura energética</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	24 Meses				



## 7.2 Anexo 2. Projetos em carteira: PI 5.2 – Desenvolver sistemas de gestão de catástrofes

### LISTA DE PROJETOS:

P.I.	Promotor	Designação	Investimento Total
05.02	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Intervenções estruturais de desobstrução, regularização fluvial e controle de cheias, em zonas de inundações frequentes e danos elevados/reduzir caudais de cheia e melhorar o tempo de resposta da bacia hidrográfica dos rios Arunca, Liz e Lena	6.000.000,00 €
05.02	Município de Leiria	Remodelação do Quartel de Bombeiros Municipais de Leiria	400.000,00 €
05.02	Município de Leiria	Aquisição de veículos operacionais de proteção e socorro (combate a incêndios e autoescada)	800.000,00 €

**FICHAS DE PROJETO:**

**ID | 1. Intervenções estruturais de desobstrução, regularização fluvial e controle de cheias, em zonas de inundações frequentes e danos elevados/reduzir caudais de cheia e melhorar o tempo de resposta da bacia hidrográfica dos rios Arunca, Liz e Lena**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 12, artigo 36º, número 2.1, alínea b), subalíneas i) e ii):					
2.1 — Operações localizadas no território do Continente:					
b) No domínio de intervenção prioritário “Prevenção e Gestão de Riscos de Cheias e Inundações”:					
i) Intervenções estruturais de desobstrução, regularização fluvial e controlo de cheias, em zonas de inundações frequentes e danos elevados;					
ii) Intervenções para diminuir a impermeabilização dos solos em zonas críticas, de forma a reduzir os caudais de cheia e melhorar o tempo de resposta da bacia hidrográfica;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Tendo como objetivo aumentar a resiliência da Região de Leiria face a fenómenos extremos como as cheias e inundações, este projeto prevê intervenções estruturais de desobstrução, regularização fluvial e controle de cheias assim como intervenções para reduzir os caudais de cheia e melhorar o tempo de resposta das bacias hidrográficas dos rios Arunca, Liz e Lena.					
Neste contexto, este projeto será fundamental para evitar a ocorrência de cheias nas zonas de inundações frequentes e, conseqüentemente, com danos elevados na Região de Leiria.					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
<b>Território da CIM</b>	X	<b>Supra-local</b>		<b>Local</b>	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (FdC)			6.000.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas.</li> <li>• Contribuição para o reforço da resiliência nacional face a múltiplos riscos, quer diminuindo as vulnerabilidades territoriais, quer aumentando as capacidades operacionais em termos de antecipação, reação e recuperação face à iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, incluindo os seguintes domínios prioritários de investimento:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Redução dos incêndios florestais;</li> <li>○ Prevenção e gestão de riscos de cheias e inundações;</li> </ul> </li> </ul>					

<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Meios de emergência e ações estruturais face a acidentes graves e catástrofes;</li> <li>○ Instrumentos de planeamento, monitorização e comunicação;</li> <li>○ Ações inovadoras para a prevenção e gestão de riscos.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
<b>Ideia</b>		<b>Projeto</b>	X	<b>Em execução</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
<b>Data de arranque</b>	2016				
<b>Duração prevista</b>	-				

## ID | 2. Remodelação do Quartel dos Bombeiros Municipais de Leiria

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 12, artigo 82º, número 2.1, alínea a), subalínea iv):</b></p> <p>2.1 – Operações localizadas no território do Continente:</p> <p>a) No domínio de intervenção prioritário “Redução dos Incêndios Florestais”:</p> <p>iv) Intervenções na rede de infraestruturas para reforço da operacionalidade, especificamente em edificação nova ou ampliação ou remodelação de edifícios operacionais de bombeiros, que visem a refuncionalização das áreas operacionais dos edifícios, em áreas de elevada suscetibilidade a incêndios florestais, não abrangendo obras de beneficiação nem intervenções em infraestruturas já cofinanciadas no período de programação anterior;</p>					
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p>					
<p>7   Programa Regional de Proteção Ambiental</p>					
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>A remodelação do edifício prende-se com a necessidade de refuncionalizar áreas operacionais, dotar o quartel de infraestruturas com capacidade de resistência adequada face à ocorrência de catástrofes, assegurar a redundância da fonte de alimentação elétrica de emergência (alternativa à rede pública), dos meios de iluminação e de comunicação.</p> <p>O Serviço Municipal de Proteção Civil de Leiria tem como função primordial a coordenação das operações de proteção, prevenção, socorro e assistência, em especial em situações de catástrofe e calamidade pública. O Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria tem como objetivo a implementação conjunta de um centro de coordenação e controlo, com a integração das comunicações, gestão de ocorrências e meios no terreno, em que toda a informação é apresentada num contexto geográfico, permite uma melhor integração entre os vários intervenientes na emergência e socorro.</p> <p>Em caso de catástrofe o edifício do quartel dos bombeiros municipais de Leiria, com mais de duas décadas, possui espaços de trabalho e operacionalidade que não se adequam às necessidades contemporâneas. Encontra-se no referido edifício implementados os serviços da Divisão de Proteção Civil e Bombeiros, bem como do Centro Municipal de Operações de Socorro. Outra preocupação é a não existência de um sistema alimentação elétrica de emergência redundante, que em caso de falha dos meios existentes, coloca em causa operacionalidade dos meios de proteção civil existentes no edifício. Assim, com a remodelação proposta haverá um forte contributo na resiliência dos meios operacionais, o uso eficiente dos espaços do edifício no sistema de gestão de catástrofes.</p> <p>Pretende-se com os objetivos e metas apresentados promover a refuncionalização das áreas operacionais e capacitar a resiliência do edifício face à ocorrência de catástrofes, de modo assegurar a operacionalidade dos meios existentes.</p>					
<p><b>PROMOTOR</b></p>					
<p>Município de Leiria</p>					
<p><b>ESCALA/IMPACTO</b></p>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<p><b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b></p>			<p><b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b></p>		
<p>Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (FdC)</p>			<p>400.000,00€</p>		

OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas.</li> <li>• Contribuição para o reforço da resiliência nacional face a múltiplos riscos, quer diminuindo as vulnerabilidades territoriais, quer aumentando as capacidades operacionais em termos de antecipação, reação e recuperação face à iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, incluindo os seguintes domínios prioritários de investimento:               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Redução dos incêndios florestais;</li> <li>○ Prevenção e gestão de riscos de cheias e inundações;</li> <li>○ Meios de emergência e ações estruturais face a acidentes graves e catástrofes;</li> <li>○ Instrumentos de planeamento, monitorização e comunicação;</li> <li>○ Ações inovadoras para a prevenção e gestão de riscos.</li> </ul> </li> </ul>					
ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	1 ano				

### ID | 3. Aquisição de veículos operacionais de proteção e socorro

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 12, artigo 82º, número 2.1, alínea a), subalínea iii):					
2.1 – Operações localizadas no território do Continente:					
a) No domínio de intervenção prioritário “Redução dos Incêndios Florestais”:					
iii) Aquisição de Veículos Operacionais de Proteção e Socorro;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Este projeto visa a aquisição de veículos operacionais de proteção e socorro, nomeadamente veículo de combate a incêndios e autoescada. Este procedimento contribuirá significativamente para a redução de despesas de manutenção e consumo face à longevidade dos veículos bem como para o aumento da eficácia dos agentes de proteção civil municipal pela sua utilização em ações de socorro no concelho de Leiria.					
O município de Leiria deverá alcançar a médio prazo uma redução das despesas de manutenção e consumo dos veículos operacionais de proteção e socorro afetos à proteção civil municipal e deverá de imediato garantir uma diminuição no tempo de resposta do meio em ações de socorro à população do concelho de Leiria (com cerca de 128 000 habitantes).					
Neste contexto, pretende-se que a presente proposta promova a redução do ónus sobre a despesa pública e incremente a eficácia do meio em ações de socorro à população do concelho de Leiria.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (FdC)			800.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas.</li> <li>• Contribuição para o reforço da resiliência nacional face a múltiplos riscos, quer diminuindo as vulnerabilidades territoriais, quer aumentando as capacidades operacionais em termos de antecipação, reação e recuperação face à iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, incluindo os seguintes domínios prioritários de investimento:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Redução dos incêndios florestais;</li> <li>○ Prevenção e gestão de riscos de cheias e inundações;</li> <li>○ Meios de emergência e ações estruturais face a acidentes graves e catástrofes;</li> <li>○ Instrumentos de planeamento, monitorização e comunicação;</li> <li>○ Ações inovadoras para a prevenção e gestão de riscos.</li> </ul> </li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

### 7.3 Anexo 3. Projetos em carteira: PI 6.3 – Proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural

#### LISTA DE PROJETOS:

P.I.	Promotor	Designação	Investimento Total
06.03	Município de Alvaiázere	Alvaiázere – destino turístico diferenciado	250.000,00 €
06.03	Município de Alvaiázere	Musealização do Património e Implementação de Rede Museológica e Modernização do museu municipal	275.500,00 €
06.03	Município de Alvaiázere	Programa de animação e dinamização de ações culturais	251.500,00 €
06.03	Município de Alvaiázere	Desenvolvimento de infraestrutura verde em meio urbano – valorização da Mata do Carrascal	242.500,00 €
06.03	Município de Alvaiázere	Ecoturismo – valorização do património natural	250.000,00 €
06.03	Município de Alvaiázere	Valorização do património natural – criação de rotas BTT e organização de prova desportiva	386.500,00 €
06.03	Município de Alvaiázere	Valorização do corredor ribeirinho da Ribª d'Alge (projeto complementar com o de Figueiró dos Vinhos)	275.000,00 €
06.03	Município da Batalha	Programa de Exposições Temporárias "Museu Comunidade Concelhia da Batalha"	250.000,00 €
06.03	Município da Batalha	Valorização das Pedreiras Históricas do Mosteiro da Batalha (Valinho Rei e Piodiogo)	250.000,00 €
06.03	Município da Batalha	Valorização do Viaduto conhecido por Ponte da Boutaca (MN)	350.000,00 €
06.03	Município da Batalha	Eco-Turismo - Dinamização do turismo natureza	250.000,00 €
06.03	Município de Castanheira de Pera	Plano Integrado Circuitos Pedestres e Circuitos de BTT e respetivas infraestruturas de apoio	250.000,00 €
06.03	Município de Figueiró dos Vinhos	PR2 - "Rota de Malhoa – Turismo Cultural"	250.000,00 €
06.03	Município de Figueiró dos Vinhos	ALJIA – Valorização Turística do Património Natural da Ribeira de Alge (projeto complementar com o de Alvaiázere)	250.000,00 €
06.03	Município de Leiria	Igreja da Misericórdia/Rota das Judiarias	500.000,00 €
06.03	Município de Leiria	Vale do Lapedo	730.000,00 €
06.03	Município de Leiria	Salinas da Junqueira	795.000,00 €
06.03	Município de Leiria	Lagoa da Ervedeira	958.000,00 €
06.03	Município de Leiria	Rotas e eventos culturais em Leiria	300.000,00 €
06.03	Município da Marinha Grande	Parque Interpretação Ambiental Moita	264.000,00 €
06.03	Município da Marinha Grande	Bienal Internacional de Artes e Design Industrial e Engenharia do Produto	250.000,00 €
06.03	Município da Marinha Grande	Património Natural e Cultural de São Pedro Moel	453.000,00 €
06.03	Município de Pedrógão Grande	Igreja de Nossa Senhora da Assunção, paroquial de Pedrógão Grande (MN)	250.000,00 €
06.03	Município de Pedrógão Grande	Valorização da albufeira Cabril Bouçã - Programa Náutico	282.545,15 €
06.03	Município de Pombal	Evento - Festival Sete Sóis Sete Luas	250.000,00 €
06.03	Município de Pombal	Bioparque	350.000,00 €
06.03	Município de Pombal	Corredor Ribeirinho do Arunca	250.000,00 €

**FICHAS DE PROJETO:**

**ID | 1. Alvaiázere – destino turístico diferenciado**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalíneas i) e iv); alínea b), subalínea iii); alínea c), subalínea i):					
a) Património Cultural:					
i) Inventariação, divulgação e animação do património e da rede de equipamentos culturais;					
iv) Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais, com elevado impacte em termos de projeção da imagem da região, através da programação em rede a nível intermunicipal e ou regional sempre que adequado;					
b) Património Natural:					
iii) Programas e ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza, incluindo conteúdos digitais, plataformas digitais e planos de marketing específicos, assentes nos recursos naturais e direcionados para o reforço da visibilidade, interna e externa, das Áreas Classificadas e da região, em articulação com a conservação desses recursos;					
c) Promoção Turística:					
i) Promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico; bem como promoção do turismo da natureza, do turismo aventura ou de práticas mais tradicionais de turismo cultural e turismo religioso					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental					
15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Dinamizar o território do concelho de Alvaiázere enquanto destino turístico diferenciado:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar um plano de divulgação e afirmação do território alvaiazerense;</li> <li>• Promover o património natural do concelho e o turismo de natureza;</li> <li>• Promover o património cultural (etnográfico, arqueológico e arquitetónico);</li> <li>• Divulgar os produtos endógenos;</li> <li>• Promover eventos culturais e desportivos;</li> <li>• Promover uma rota associada ao turismo de natureza e religioso (promover a ligação entre os Caminhos de Santiago, o Caminho de Fátima e a sede do concelho);</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Alvaiázere					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					



<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	24 meses				

**ID | 2. Musealização do Património e Implementação de Rede Museológica e Modernização do Museu Municipal**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalínea iii); alínea b), subalínea iii); alínea c), subalínea iii):					
a) Património Cultural:					
iii) Modernização e dinamização de museus e de outros equipamentos culturais de divulgação do Património e de elevado interesse turístico;					
b) Património Natural:					
iii) Programas e ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza, incluindo conteúdos digitais, plataformas digitais e planos de marketing específicos, assentes nos recursos naturais e direcionados para o reforço da visibilidade, interna e externa, das Áreas Classificadas e da região, em articulação com a conservação desses recursos;					
c) Promoção turística:					
iii) Utilização das TICE, sinalética e outros instrumentos de aproximação e visibilidade da região e do seu património nos mercados e junto dos visitantes.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
<b>1. Musealização do Património e Implementação de Rede Museológica</b>					
Pretende-se com esta ação musealizar o património natural, arqueológico, religioso (igrejas e capelas), pré-industrial (azenhas, moinhos de vento, entre outros), arquitetónico (casas rurais e senhoriais), etnográfico e gastronómico e também organizar e implementar uma rede museológica que apresente e divulgue as especificidades territoriais:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Musealizar espaços, monumentos, imóveis, espécies naturais, entre outros;</li> <li>• Estruturar e organizar uma rede museológica do concelho de Alvaiázere;</li> <li>• Conceber e criar suportes diversos para divulgação da rede museológica;</li> <li>• Conceber e dinamizar roteiros de visita autónoma aos espaços musealizados que integram a rede.</li> </ul>					
<b>2. Modernização do Museu Municipal de Alvaiázere</b>					
Pretende-se com esta ação modernizar e dinamizar o Museu Municipal para potenciar a interatividade dos visitantes com o espólio patente nas exposições e com os locais de que integram a rede museológica por forma a divulgar o património e alavancar o turismo no território:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a valorização do património natural e cultural através da criação de plataformas multimédia (hardware e software) e de material promocional, afirmando a região como um destino turístico de excelência.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Alvaiázere					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X

<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>		<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>			
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)		275.500,00€			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	24 meses				

### ID | 3. Programa de animação e dinamização de ações culturais

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalínea iv):					
a) Património Cultural:					
iv) Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais, com elevado impacte em termos de projeção da imagem da região, através da programação em rede a nível intermunicipal e ou regional sempre que adequado;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Pretende-se conceber um programa estruturado de animação e dinamização de ações que contribuam para a salvaguarda da identidade alvaiazerense, que potenciem o património e cultura locais, contribuindo para o desenvolvimento do comércio local:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar um plano de animação e ações imateriais para o concelho de Alvaiázere no âmbito da dinamização de eventos, feiras de produtos e dias temáticos (como sendo o dia Internacional dos Museus, o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, Jornadas Europeias do Património, entre outros);</li> <li>• Potenciar a animação do território através de ações que contribuam para:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ a salvaguarda da identidade do território;</li> <li>○ a afirmação e divulgação das especificidades culturais do concelho;</li> <li>○ alavancar o comércio local.</li> </ul> </li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Alvaiázere					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			251.500,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	36 meses				

**ID | 4. Desenvolvimento de infraestrutura verde em meio urbano – valorização da Mata do Carrascal**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalínea vi):					
b) Património Natural:					
vi) Desenvolvimento de infraestruturas verdes, em meio urbano ou rural, incluindo o estabelecimento de corredores ecológicos, de forma a assegurar a proteção e, quando relevante, a reposição dos serviços dos ecossistemas, incluindo a fruição.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Reposição do serviço do ecossistema da Mata do Carrascal, através da sua valorização por via da potenciação da respetiva fruição, conciliando a preservação dos recursos naturais, a requalificação do ecótipo, a valorização ambiental do mesmo e a promoção do bem-estar e a socialização de toda a comunidade:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requalificação ambiental de espaço em meio urbano/rural;</li> <li>• Sensibilização ambiental da comunidade;</li> <li>• Aumentar o sentimento de pertença da comunidade, oferecendo respostas que promovam a coesão social.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Alvaiázere					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			242.500,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	36 meses				

**ID | 5. Ecoturismo – valorização do património natural**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalínea i):</b>					
b) Património Natural:					
i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Este projeto pretende potenciar a divulgação do património natural do concelho – fauna, através da implementação de um centro de interpretação ambiental associado a uma mini unidade de alojamento local.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Alvaiázere</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	36 meses				

**ID | 6. Valorização do património natural – criação de rotas BTT e organização de prova desportiva**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalíneas i) e iii); alínea c, subalínea i):					
b) Património Natural:					
i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;					
iii) Programas e ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza, incluindo conteúdos digitais, plataformas digitais e planos de marketing específicos, assentes nos recursos naturais e direcionados para o reforço da visibilidade, interna e externa, das Áreas Classificadas e da região, em articulação com a conservação desses recursos;					
c) Promoção turística:					
i) Promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico; bem como promoção do turismo da natureza, do turismo aventura ou de práticas mais tradicionais de turismo cultural e turismo religioso.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental					
15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
<b>1. Criação de rotas BTT e organização de prova desportiva:</b>					
Este projeto pretende valorizar o património natural do concelho, potenciar o setor turístico, desenvolver a economia local e promover a prática de desportos de natureza, através das seguintes ações:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planeamento e implementação das rotas e percursos de BTT, através da colocação de sinalética e de trilhos GPS;</li> <li>• Conceção, planeamento e organização de um evento desportivo de carácter suprarregional, relacionado com a modalidade de BTT;</li> </ul>					
Espera-se com este projeto o aumento do número de turistas no concelho, um impacto positivo ao nível da economia local e o aumento da notoriedade do concelho enquanto destino de desportos de natureza.					
<b>2. Dinamização e valorização da rede de percursos pedestres existente</b>					
Promover a dinamização e valorização da rede de percursos pedestres existente, por forma a potenciar o património e recursos naturais que afirmam o território enquanto destino turístico diferenciado. Pretende-se a manutenção da rede de percursos pedestres existentes, a reposição de sinalética e a criação de suportes de divulgação da rede.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Alvaiázere</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	

<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>		<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>			
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)		386.500,00€			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	12 meses				



**ID | 7. Valorização do corredor ribeirinho da Rib<sup>a</sup> d'Alge (projeto complementar com o de Figueiró dos Vinhos)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalíneas i) e vi):					
b) Património Natural:					
i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;					
vi) Desenvolvimento de infraestruturas verdes, em meio urbano ou rural, incluindo o estabelecimento de corredores ecológicos, de forma a assegurar a proteção e, quando relevante, a reposição dos serviços dos ecossistemas, incluindo a fruição.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Requalificação e intervenção das margens, ao longo do respetivo corredor ribeirinho, da Ribeira d'Alge, potenciando a preservação e conservação dos recursos naturais e a valorização do ecossistema, incluindo a criação de um trilho temático com respetivas estruturas de informação.					
Pretende-se com o projeto:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorizar o património natural do concelho;</li> <li>• Sensibilizar a comunidade para a biodiversidade local;</li> <li>• Aumentar o número de visitas turísticas;</li> <li>• Promover o desenvolvimento da economia local.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Alvaiázere</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			275.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	12 meses				

**ID | 8. Programa de Exposições Temporárias "Museu Comunidade Concelhia da Batalha"**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalíneas iii) e iv):					
a) Património Cultural:					
iii) Modernização e dinamização de museus e de outros equipamentos culturais de divulgação do Património e de elevado interesse turístico;					
iv) Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais, com elevado impacte em termos de projeção da imagem da região, através da programação em rede a nível intermunicipal e ou regional sempre que adequado;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Eleito o melhor Museu Português em 2012 e vencedor do conceituado Prémio Europeu Kenneth Hudson, no Fórum Europeu dos Museus, em 2013, o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha assume-se para os mais de 500 mil visitantes anos que a Batalha recebe como um importante equipamento cultural e gerador da qualificação turística.					
Para além da exposição permanente que exhibe, que compreende espólio da Idade do Ferro e do Bronze, Período Romano, Época Medieval até à atualidade, o MCCB pretende realizar diversas exposições temporárias, relacionadas com temas do interesse do grande público e transversais no seu âmbito. O Sistema de Ensino, a Emigração ou a Exploração carbonífera no território da região de Leiria são apenas alguns dos temas sobre os quais recaem a atenção museológica para a concretização das tais exposições temporárias, através das seguintes intervenções / ações:					
<b>Ação 1</b>   Readaptação da sala afeta às exposições temporárias;					
<b>Ação 2</b>   Produção, realização e monitorização dos projetos museológicos e museográficos das exposições;					
<b>Ação 3</b>   Produção dos materiais gráficos (legendas, folhas de sala, brochuras, aplicações; multimédia, filmes tridimensionais, legendagem, entre outros elementos) das exposições;					
<b>Ação 4</b>   Produção dos materiais de comunicação das exposições;					
<b>PROMOTOR</b>					
Município da Batalha					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					

ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia		Projeto		Em execução	X
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	março de 2015				
Duração prevista	março de 2017				

**ID | 9. Valorização das Pedreiras Históricas do Mosteiro da Batalha (Valinho Rei e Piodiogo)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalínea ii):					
a) Património Cultural:					
ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Classificadas como “Sítio de Interesse Municipal” as Pedreiras Históricas de Valinho do Rei e de Piodiogo, no Concelho da Batalha, revestem-se do máximo interesse quanto à perpetuação da memória construtiva do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, cuja construção se iniciou no Século XIV. De acordo com estudos e diversas publicações científicas, não restam quaisquer dúvidas quanto à proveniência do calcário destas duas pedreiras, localizadas na Freguesia de Reguengo do Fetal, na primeira fase de construção do referido monumento, classificado pela UNESCO. O projeto consiste na criação de uma rota pedonal, com cerca de 8 km, com diversos elementos informativos de contextualização histórica e geológica, capaz de transmitir aos visitantes diversa informação sobre o processo de extração da pedra, o seu transporte e as principais técnicas associadas a este trabalho. Pretende-se com este projeto criar mais um elemento/ estratégia de fixação de turistas no território, num domínio de interesse que, estamos certos, suscitará elevado interesse e procura. Os trabalhos a encetar compreendem as seguintes intervenções / ações:					
<b>Ação 1</b>   Limpeza dos escombros das duas pedreiras;					
<b>Ação 2</b>   Instalação de elementos de segurança (corrimões e barreiras) para a observação das pedreiras;					
<b>Ação 3</b>   Conceção dos elementos informativos a constar em torno da rota;					
<b>Ação 4</b>   Conceção dos materiais promocionais.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município da Batalha</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	06/2016				
Duração prevista	6 meses				

## ID | 10. Valorização do Viaduto conhecido por Ponte da Boutaca

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalínea ii):</b>					
a) Património Cultural:					
ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
A Ponte de Boutaca refere-se a um viaduto construído na segunda metade do século XIX em estilo revivalista e traço neo-gótico. Localiza-se sobre a ribeira da Calvaria, a oeste da vila da Batalha e encontra-se classificada como imóvel de interesse público, estando incluída na zona especial de proteção do Mosteiro da Batalha.					
A ponte de Boutaca está assente em seis arcos quebrados, intercalados por contrafortes com vários esbarros. A armadura é em cantaria de pedra com grilhagem em quadrifólios, rematada a espaços por pináculos no topo dos contrafortes. Os pavilhões que se encontram à entrada e à saída da ponte têm uma planta rectangular rematada por grilhagem de flor-de-lis em cantaria, com pináculos nos vértices.					
Este projeto tem como objetivo a proteção, valorização, conservação e promoção deste património histórico e cultural.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município da Batalha</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			350.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

**ID | 11. Eco-Turismo - Dinamização do turismo natureza**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalínea i):</b>					
b) Património Natural:					
i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Trata-se de um projeto que visa reabilitar duas antigas escolas básicas localizadas no Concelho da Batalha, estando atualmente desativadas e convertendo-as em pequenas unidades de alojamento low-cost, vocacionadas para fomentar o chamado Eco-Turismo, bastante em voga e com enorme potencial de crescimento, através das seguintes intervenções/ações:					
<b>Ação 1</b>   Readaptação dos edifícios, de acordo com os preceitos legais;					
<b>Ação 2</b>   Aquisição de mobiliário e diverso equipamento;					
<b>Ação 3</b>   Sinalização dos edifícios.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município da Batalha					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	03/2016				
Duração prevista	8 meses.				

**ID | 12. Plano Integrado Circuitos Pedestres e Circuitos de BTT e respetivas infraestruturas de apoio**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalínea i):					
b) Património Natural:					
i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Este projeto concorre para a dinamização do turismo de natureza no concelho de Castanheira de Pera e para a valorização do património natural do território/região.					
Pretende-se com a implementação dos circuitos pedestres e de BTT, um aumento dos utilizadores em 50% do Turismo de Natureza (Serra da Lousã) e da Praia Fluvial (Rocas) bem como a consolidação e afirmação da Serra da Lousã – Castanheira de Pera no panorama Turístico Nacional.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Castanheira de Pera					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro 2016				
Duração prevista	3 anos				

## ID | 13. Rota de Malhoa – Turismo Cultural

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalíneas ii), iv), vi) e vii):</b></p> <p>a) Património Cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;</li> <li>iv) Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais, com elevado impacte em termos de projeção da imagem da região, através da programação em rede a nível intermunicipal e ou regional sempre que adequado;</li> <li>vi) Divulgação e integração territorial, através de iniciativas de cooperação territorial e institucional que permitam integrar a programação cultural, as visitas guiadas e a divulgação de equipamentos, bens culturais e serviços prestados;</li> <li>vii) Programas de dinamização do património cultural, criação de redes de gestão de bens patrimoniais;</li> </ul>					
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p>					
<p>7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística</p>					
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p>					
<p>Figueiró dos Vinhos, Caldas da Rainha, Alpiarça e Lisboa constituem quatro indiscutíveis polos ligados a José Malhoa e ao Naturalismo, e que serão os pontos da Rota de Malhoa na ótica da captação de fluxos turísticos associados ao Turismo Cultural.</p> <p>Visando a concretização em Figueiró dos Vinhos, o projeto consiste em articular, através de uma rota, estes quatro polos essenciais, prevendo visitas remissivas, de modo a que o visitante possa fazer a itinerância entre eles e encontre, em qualquer um dos polos, informações e atrativos sobre os outros restantes.</p> <p>Consiste na criação de várias condições, seja a existência de espaços identificáveis, um trabalho integrado de promoção e sinalética com uma marca comum, um programa de atividades de animação, em síntese um Plano de Marketing e uma linha comum.</p> <p>Este projeto pretende aumentar o número de turistas no âmbito do Turismo Cultural, através da criação de uma rota temática associada a José Malhoa e à Escola Naturalista, prevendo visitas remissivas, de modo a que o visitante possa fazer a itinerância entre eles e encontre, em qualquer um dos polos, informações e atrativos sobre os outros polos.</p> <p>Espera-se um forte acréscimo do número de turistas, associados ao Turismo Cultural, rentabilização de recursos existentes, inserção em rotas Regionais, geração de valor associado ao turismo e atividades inerentes (alojamento, restauração, animação).</p> <p>Este é um projeto complementar à “Recuperação do Casulo de Malhoa” apoiada pelo PRODER e à construção do “Museu e Centro de Artes de Figueiró dos Vinhos” apoiada pelo QREN/MaisCentro.</p>					
<p><b>PROMOTOR</b></p>					
<p><b>Município de Figueiró dos Vinhos</b></p>					
<p><b>ESCALA/IMPACTO</b></p>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	



<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>		<b>INVESTIMENTO TOTAL</b> <i>(estimado)</i>			
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)		250.000,00€			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

**ID | 14. ALJIA – Valorização Turística do Património Natural da Ribeira de Alge (projeto complementar com o de Alvaiázere)**

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalíneas i) e iii) :</b></p> <p>b) Património Natural:</p> <p>i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;</p> <p>iii) Programas e ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza, incluindo conteúdos digitais, plataformas digitais e planos de marketing específicos, assentes nos recursos naturais e direcionados para o reforço da visibilidade, interna e externa, das Áreas Classificadas e da região, em articulação com a conservação desses recursos;</p>
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p> <p>7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística</p>
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>Trata-se de uma componente de um projeto de intervenção global na Ribeira de Alge (ALJIA), que está ser enquadrado em diversos eixos de intervenção e recorrendo aos instrumentos adequados em termos de financiamento. É um projeto nuclear, de fortíssimo impacto na região, pela atratividade turística que potenciará, face à riqueza do património natural que constitui a Ribeira de Alge. É o curso de água mais importante, ao longo do qual existe um conjunto de recursos (naturais e outros) de forte atratividade turística: ribeira, margens, fauna, flora, biodiversidade, viveiro de trutas devoluto, uma aldeia (Casal S. Simão) que integra a Rede das Aldeias do Xisto, a confluência com o rio Zêzere e um conjunto de equipamentos e serviços turísticos (alojamento, restauração, pista de pesca, parque de campismo) que carecem de uma intervenção integrada. Estas potencialidades tornam a Ribeira de Alge um verdadeiro eixo estratégico de desenvolvimento e do uso e preservação dos seus recursos para fins diversos, essencialmente turísticos.</p> <p>O projeto global integrado prevê a recuperação de margens, de património ao longo da ribeira, dinamização de viveiros piscícolas, interligação com alojamento, restauração, percursos pedestres, uma Aldeia integrada na Rede das Aldeias do Xisto (Casal S. Simão) numa perspetiva de desenvolvimento, assente no Turismo de Natureza, sustentabilidade, biodiversidade em parceria com instituições de ensino.</p> <p>Nesta componente, o investimento será em sinalética, homologação de percursos, marketing digital/multimédia ligado à atratividade turística, qualificação da oferta, dinâmica turística associada, entre outros.</p> <p>Pretende-se promover a captação de turistas por via da aposta no Património Natural, associando recursos naturais, património existente, agentes privados, rede de parceiros, instituições de ensino, tendo o binómio turismo natureza/biodiversidade associado.</p> <p>Em relação à complementaridade deste projeto com outros investimentos, refere-se o projeto de Valorização Ambiental e parte da Ribeira de Alge no âmbito do PRODER, e o PROVERE da Rede das Aldeias de Xisto enquanto projeto abrangente.</p>
<p><b>PROMOTOR</b></p> <p><b>Município de Figueiró dos Vinhos</b></p>

ESCALA/IMPACTO					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
FONTE DE FINANCIAMENTO			INVESTIMENTO TOTAL <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€		
OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	2 anos (com sustentabilidade subsequente)				

## ID | 15. Igreja da Misericórdia/Rota das Judiarias

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalínea ii):</b>					
a) Património Cultural:					
ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental					
15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
<p>A Rota das Judiarias refere-se a um percurso geográfico e cultural sobre a presença judaica no território tendo como objetivo a valorização do património arquitetónico, histórico e cultural relacionado com a herança judaica. A rede inclui os municípios de Belmonte - onde existe uma forte presença da cultura judaica e onde se situa o Museu Judaico -, Guarda, Freixo de Espada à Cinta, Tomar, Penamacor, Vila Nova de Foz Côa, Torre de Moncorvo, Lamego, Penedono, Freixo de Espada à Cinta, Trancoso, Fornos de Algodres, Sabugal, Porto, Castelo Branco, Tomar, Castelo de Vide, Elvas, Évora, Lisboa, Alenquer, Torres Vedras e Leiria.</p> <p>Em Leiria, destaca-se a Igreja da Misericórdia, classificada como Monumento de Interesse Público, erguida em 1544, no local da sinagoga medieval da cidade, situada na então denominada Rua Nova dos Judeus. Porém, o templo atual resulta de uma reconstrução integral, iniciada em 1707, e da qual resultou a sua singela estrutura chã, com decoração austera, integrável no panorama do tardo-maneirismo nacional. No interior destacam-se o coro-alto, assente em três arcos de pedra, as tribunas das galerias superiores, as microarquiteturas dos nichos que abrigam as imagens dos quatro Evangelistas e, sobretudo, o conjunto do património integrado, já de filiação tardo-barroca, nomeadamente o teto pintado, os medalhões em tela e o retábulo da capela-mor, em talha dourada e mármore policromos, os retábulos dos altares colaterais, os púlpitos da nave, e ainda o arcaz em madeira e o lavabo marmóreo da sacristia (Fonte: DGPC).</p> <p>Para além do seu interesse patrimonial, a igreja afirma-se como um espaço com grande simbolismo, conservando a memória judaica e cristã-nova de Leiria, cuja importância histórica é acrescida pelo facto de na antiga judiaria, junto à sinagoga, ter funcionado a tipografia, de fundação quatrocentista, de onde saiu em 1495 o célebre Almanaque Perpétuo de Abraão Zacuto, a primeira obra científica impressa em Portugal.</p> <p>Este projeto tem como objetivo a valorização e proteção deste património histórico e cultural assim como a sua divulgação no contexto da rota das judiarias ao nível nacional.</p>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Leiria</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			500.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					

<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

## ID | 16. Vale do Lapedo

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalínea i) e ii):**

b) Património Natural:

i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;

ii) Organização de iniciativas de comunicação, informação e sensibilização associadas à proteção e conservação da natureza;

### RELAÇÃO COM A EIDT

7 | Programa Regional de Proteção Ambiental

15 | Programa de Diversificação de Oferta Turística

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

No Vale do Lapedo (área de 47,7 ha) é visível uma paisagem marcada por um canhão fluvio-cársico, limitado por encostas muito íngremes e paredes rochosas verticais ou subverticais, que se estende 2Km ao longo da ribeira da Carrasqueira, na freguesia de S.ta Eufémia. Resulta do encaixe da linha de água, meandrizada, sendo visíveis formações de origem fluvial (terraços) e processos cársicos (buracas, abrigos sobre rocha, entradas de gruta e paredes verticalizadas). Possui valores geológicos, morfológicos, arqueológicos, culturais, paisagísticos, ecossistémicos e biológicos notáveis.

O Abrigo do Lagar Velho, localizado neste vale, corresponde a um sítio arqueológico excecional nos domínios da biologia evolutiva humana e da arqueologia pré-histórica mundiais, nomeadamente pela descoberta do fóssil do menino do Lapedo. Esta é uma das mais relevantes descobertas do Paleolítico Superior Português, a par do complexo de gravuras rupestres do Vale do Côa, classificado como Património Mundial pela UNESCO.

**A relevância cultural do sítio arqueológico Abrigo do Lagar Velho garantiu a sua classificação como Monumento Nacional** (Decreto-Lei n.º 17/2013, de 24 de junho) e a **publicação da sua Zona Especial de Proteção (ZEP)** (Portaria n.º 630/2013, de 20 de setembro). A classificação do sítio arqueológico reflete os critérios relativos ao seu interesse como testemunho simbólico, ao seu interesse como testemunho notável de vivências e factos históricos, à sua extensão e ao que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva e à sua importância do ponto de vista da investigação histórica e científica. Os valores naturais e paisagísticos que o vale alberga justificam a sua classificação, também, como Monumento Natural, ou similar, de modo a salvaguardar as espécies, habitats, ecossistemas e o geossítio, sendo que o Vale do Lapedo se encontra integrado no inventário de património geológico de relevância nacional.

No vale encontram-se inventariados mais de uma dezena de sítios arqueológicos, incluindo um abrigo com pinturas rupestres pré-históricas, encontrando-se reportados mais de meia centena de outros locais com potencial valor, até à data. Estes revelam a existência de uma longa e complexa diacronia de ocupação humana (ao longo de 30 000 anos), bem como, da presença de distintas estratégias de exploração do mesmo, com ocupações em abrigo sob rocha e em contextos de ar livre.

O valor paisagístico é basilar, uma vez que são as características da paisagem, enquanto produto da interação dos sistemas geológico, climático e vegetal existentes que permitiram a ocupação humana na área, nos moldes em que foi feita e, como tal, lhe confere a identidade e razão de ser.

Também o valor ecossistémico do vale é consideravelmente elevado, havendo registo da presença de 8 habitats e 6 espécies de animais cuja conservação exige a designação de Zona Especial de Conservação, sendo 2 dos primeiros prioritários. Possui também 7 espécies de animais que exigem conservação rigorosa e 7 espécies de aves que exigem a designação de Zona de Proteção Especial, para

além de 2 espécies constantes do Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal.

Pretende-se com o projeto:

- Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;
- Ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza;
- Informação e sensibilização associadas à proteção e conservação da natureza;
- Conservação, proteção, promoção, desenvolvimento, valorização e divulgação do património natural e cultural do Vale do Lapedo;
- Promoção da investigação científica e do conhecimento sobre o património natural e cultural, incluindo os sítios arqueológicos e contextos antrópicos, bem como, a monitorização de espécies, habitats, ecossistemas e geossítio e a adoção de medidas corretivas;
- Promoção da adaptação às alterações climáticas.
- Prevenção e gestão de riscos;
- Proteção e reabilitação da biodiversidade, da paisagem e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos;
- Promoção da educação e da formação da sociedade civil em matéria de conservação da natureza, da biodiversidade e da salvaguarda do património cultural;
- Informação, sensibilização e participação do público, incentivando a visitação, a comunicação, o interesse e o contacto dos cidadãos com a natureza, o seu património e história;
- Promoção do reconhecimento pela sociedade do valor patrimonial, intergeracional, económico e social da Biodiversidade, da Paisagem e do Património Geológico, Arqueológico e Antropológico.

**Linhas de ação do projeto:**

- Elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda abrangendo toda a ZEP- 80 000 €;
- Elaboração de estudos de base de paisagem, ecossistemas e geologia - 40 000 €;
- Estudo, conceção e implementação de ligação de modos de circulação suaves – 65 000 €;
- Estudo, conceção e implementação de projeto de salvaguarda e musealização do Abrigo do Lagar Velho – 300 000 €;
- Criação de Circuito Interpretativo integrando o Centro de Interpretação do Abrigo do Lagar Velho – 35 000 €;
- Monitorização da água, solo e biodiversidade, capacitação e formação de trabalhadores da administração local para monitorização, divulgação, comunicação e implementação de medidas de correção – 75 000 €;
- Implementação de Projeto de Valorização e Investigação Arqueológica do Monumento e ZEP – 100 000 €;
- Produção de material e ações de divulgação, informação e educação não formal – 35 000 €.

Espera-se com o projeto aumentar a resiliência do território e da biodiversidade e a mitigação de riscos (poluição, cheias e secas, erosão); incrementar o volume de visitantes do Vale do Lapedo, Centro Interpretativo do Abrigo do Lagar Velho e dos demais espaços naturais e culturais da zona, garantindo a salvaguarda dos recursos patrimoniais e a qualificação dos produtos turísticos; promover a democratização da acessibilidade ao sítio arqueológico e dotar o território com condições para a prática de ecoturismo e do turismo cultural; aumentar o conhecimento e reconhecimento dos valores do território por parte da população e a capacitação técnica e cívica com vista à adoção de políticas e ações de conservação e valorização sustentável do espaço; Estabelecer as orientações estratégicas de atuação e as regras de uso e ocupação do solo e edifícios necessárias à preservação e valorização do património cultural existente na sua área de intervenção, desenvolvendo as restrições e os efeitos estabelecidos pela classificação do bem imóvel e pela zona especial de proteção.

**PROMOTOR**

**Município de Leiria**

ESCALA/IMPACTO					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
FONTE DE FINANCIAMENTO			INVESTIMENTO TOTAL <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			730.000,00€		
OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				



## ID | 17. Salinas da Junqueira

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalínea i), ii) e iii):**

b) Património Natural:

- i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;
- ii) Organização de iniciativas de comunicação, informação e sensibilização associadas à proteção e conservação da natureza;
- iii) Programas e ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza, incluindo conteúdos digitais, plataformas digitais e planos de marketing específicos, assentes nos recursos naturais e direcionados para o reforço da visibilidade, interna e externa, das Áreas Classificadas e da região, em articulação com a conservação desses recursos;

### RELAÇÃO COM A EIDT

7 | Programa Regional de Proteção Ambiental  
15 | Programa de Diversificação de Oferta Turística

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Área de 4,6 ha localizada no troço inferior do vale do rio Lis, entre as povoações de Sesmarias e Carreira. Trata-se de um ecossistema raro e precioso, dado ser uma antiga salina de interior e uma turfeira de baixa altitude, em clima de transição entre atlântico temperado e mediterrânico.

Possui elevado valor regional, uma vez que presta um conjunto significativo de serviços ambientais essenciais à sustentabilidade das atividades humanas (nas quais se destaca a agrícola) no norte dos concelhos de Leiria e Marinha Grande, designadamente controlo de poluição, controlo de cheias e secas e de pragas e doenças.

Possui valor internacional, designadamente: pela ocorrência potencial de dois habitats prioritários (91E0 e 4020); por estar inserida na rota das aves migratórias do arco atlântico (África Ocidental - Norte da Europa); e por estar incluída na Rota do Sal Atlântico.

#### Linhas de ação do projeto:

- Potenciação da biodiversidade do espaço, através do alargamento e aumento da conectividade das lagoas e instalação de flora autóctone;
- Estudo, conceção e instalação de sistema de aproveitamento do potencial energético endógeno (biometano) com vista à autonomia energética do sítio;
- Estudo hidrogeológico para compreensão do funcionamento do sítio e fundamentação das soluções a implementar;
- Estudo, conceção e implementação de ligação de modos de circulação suaves entre o espaço e a ciclovia do rio Lis e a da Estrada Atlântica;
- Reconstrução da Casa dos Salineiros, com base nos princípios de construção sustentável, para Centro de Interpretação (Memórias e tradições locais), incluindo projeto de museologia e museografia, em parceria com associações locais;
- Implementação de unidade demonstrativa de produção de sal;
- Monitorização da água, solo e biodiversidade, capacitação e formação de trabalhadores da administração local para monitorizar, divulgar, comunicar e implementar de medidas de correção;
- Produção de material e ações de divulgação e informação.

<b>Objetivos:</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação</li> <li>• Ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza;</li> <li>• Informação e sensibilização associadas à proteção e conservação da natureza;</li> <li>• Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos;</li> <li>• Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos;</li> <li>• Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural;</li> <li>• Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas.</li> </ul>					
<b>Resultados esperados:</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservação do Património Natural;</li> <li>• Preservação e Reabilitação do património cultural associado;</li> <li>• Aumento de resiliência do território. Aumento da biodiversidade. Mitigação de riscos (poluição, cheias e secas, doenças e pragas).</li> <li>• Aumentar o consumo final bruto de energia associado a fontes de energia renováveis; Diversificar fontes de energia; Promover políticas de transição para uma economia de baixo carbono; Contribuir para a autonomia energética do sítio e aumentar o número de serviços ecossistémicos prestados pelo espaço;</li> <li>• Aumentar o número e tipo de visitantes do sítio e dos demais espaços naturais e culturais da zona. Democratização da acessibilidade ao sítio. Dotação do território com condições para a prática de ecoturismo.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			795.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATUREZAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

## ID | 18. Lagoa da Ervedeira

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalínea i), ii), iii) e vi):**

b) Património Natural:

- i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;
- ii) Organização de iniciativas de comunicação, informação e sensibilização associadas à proteção e conservação da natureza;
- iii) Programas e ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza, incluindo conteúdos digitais, plataformas digitais e planos de marketing específicos, assentes nos recursos naturais e direcionados para o reforço da visibilidade, interna e externa, das Áreas Classificadas e da região, em articulação com a conservação desses recursos;
- vi) Desenvolvimento de infraestruturas verdes, em meio urbano ou rural, incluindo o estabelecimento de corredores ecológicos, de forma a assegurar a proteção e, quando relevante, a reposição dos serviços dos ecossistemas, incluindo a fruição.

### RELAÇÃO COM A EIDT

7 | Programa Regional de Proteção Ambiental  
15 | Programa de Diversificação de Oferta Turística

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

A Lagoa da Ervedeira localiza-se junto da povoação da Ervedeira, no extremo norte do Concelho de Leiria, freguesia de Coimbra, possuindo uma área de 44.5 ha. A sua formação deve-se à inserção da topografia da superfície com um aquífero livre, integrando-se num sistema dunar, entre as Matas Nacionais do Urso e do Pedrógão. A ocupação do solo atual compreende a agrícola (cuja fertilidade resultou das inundações periódicas proporcionadas pela lagoa no inverno, em tempos idos), a florestal pública de conservação, a florestal privada, com exploração de recursos cinegéticos e a recreativa, em toda a envolvente imediata ao espelho de água. Para este efeito, possui um conjunto de estruturas, equipamentos e mobiliário de apoio, mas o qual apresenta, à data atual, necessidade de reparação/manutenção. A sua localização garante, nos verões instáveis frequentes que ocorrem na região, uma alternativa mais abrigada à atividade banhar junto ao mar. É acessível pela Estrada Atlântica e sua ciclovia, que liga todo o litoral desde a Nazaré até à Figueira da Foz, numa extensão de cerca de 80 km, que atravessa 6 concelhos.

Compreende habitats e espécies protegidas de valor internacional.

Possui uma grande riqueza ecossistémica, paisagística e histórica e um grande potencial para o ecoturismo e atividades complementares socioeconómicas para as populações mais desfavorecidas desta região. A Lagoa está classificada como Biótopo Corine.

#### Linhas de ação do projeto:

- Estudos sobre o funcionamento ecológico e hidrogeológico da Lagoa, conceção e implementação de medidas e soluções conducentes à sua sustentabilidade (melhoria da qualidade da água, combate à eutrofização e definição de usos, atividades e capacidades de carga);
- Reabilitação, readaptação e colmatação de mobiliário, sinalética e informação, equipamento recreativo e estruturas existentes;
- Criação de circuito de manutenção na envolvente à lagoa e ampliação e fecho (circular) do percurso pedonal e interpretativo;
- Alteração do traçado da estrada, com trajeto por detrás da Casa do Guarda, com vista à

<p>pedonalização da área de recreio principal;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitação paisagística e ambiental da Lagoa e da sua envolvente e implementação das soluções resultantes do estudo;</li> <li>• Reabilitação da antiga casa do guarda e respetiva autonomização energética através de painéis solares;</li> <li>• Criação de uma zona balnear, a implementar caso este uso seja viabilizado pelo estudo (valor para 2 piscinas biológicas públicas flutuantes);</li> <li>• Monitorização da água, solo e biodiversidade, capacitação e formação de trabalhadores da administração local para monitorizar, divulgação, comunicação e implementação de medidas de correção;</li> <li>• Produção de material e ações de divulgação e informação, incluindo um Regulamento;</li> <li>• Aquisição e instalação de equipamento de vigilância balnear, a implementar caso o uso balnear seja viabilizado pelo estudo;</li> <li>• Implementação de um parque de campismo rural;</li> </ul> <p><b>Objetivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação</li> <li>• Ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza;</li> <li>• Informação e sensibilização associadas à proteção e conservação da natureza;</li> <li>• Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos;</li> <li>• Proteção, reabilitação e valorização da Lagoa e da biodiversidade e promoção de sistemas de serviços ecológicos, a eficiência dos recursos e infraestruturas verdes;</li> <li>• Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural;</li> <li>• Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zona rural assim como promoção de emprego e atividades económicas complementares;</li> <li>• Conservação, gestão, ordenamento e conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos.</li> </ul> <p><b>Resultados esperados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservação do Património Natural;</li> <li>• Conhecer para preservar;</li> <li>• Aumento de resiliência do território. Aumento da biodiversidade. Mitigação de riscos (poluição e segurança de bens e pessoas, nomeadamente prevenindo acidentes balneares graves);</li> <li>• Aumento do consumo final bruto de energia associado a fontes de energia renováveis; Diversificar fontes de energia; autonomia energética do sítio;</li> <li>• Aumento do número de serviços ecossistémicos e socioeconómicos prestados pelo espaço;</li> <li>• Dotação do território com condições para a prática de ecoturismo;</li> <li>• Exploração económica de novas ideias e criação de emprego;</li> <li>• Aumento dos rendimentos e condições de vida da população rural da zona envolvente;</li> <li>• Turismo da Natureza.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)		958.000,00€			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

## ID | 19. Rotas e eventos culturais em Leiria

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalíneas iv) e v); alínea b), subalínea i); alínea c), subalíneas ii) e iii):**

a) Património Cultural:

iv) Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais, com elevado impacte em termos de projeção da imagem da região, através da programação em rede a nível intermunicipal e ou regional sempre que adequado;

v) Organização e promoção de eventos com impacte internacional;

b) Património Natural:

i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;

c) Promoção turística:

ii) Criação e promoção de novas rotas turísticas, centradas em recursos e produtos endógenos (e. g. vinhos), artes e saberes (e. g. vidro, lanifícios e cerâmica) e na produção cultural (e. g. escritores);

iii) Utilização das TICE, sinalética e outros instrumentos de aproximação e visibilidade da região e do seu património nos mercados e junto dos visitantes.

### RELAÇÃO COM A EIDT

7 | Programa Regional de Proteção Ambiental

15 | Programa de Diversificação de Oferta Turística

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

#### 1. Entremuralhas: Festival de Música Gótica

Organização, produção e promoção do Festival de música gótica a realizar no Castelo de Leiria. Iniciativa única no mundo. Verdadeiro catalisador de públicos de vários pontos do mundo. A realizar nos anos de 2016 e 2017. Este projeto tem como objetivos: Dar a conhecer a cidade, a região e o país ao mundo; Proporcionar ao público uma experiência única (um festival de música gótica num castelo com ambiente gótico); Apresentar um cartaz com várias correntes de música gótica com artistas de renome; Apresentar um programa cultural complementar muito diversificado; Promover a economia local (hotelaria, restauração e comércio).

#### 2. Leiria Sobre Rodas

Organização, produção e promoção de uma iniciativa que promova o gosto dos Leirienses, e do público em geral, em torno dos veículos motorizados nas vertentes desportivas, evolução histórica das marcas, ciência e tecnologia associadas, indústria e investigação científica. Evento com potencial para atrair público internacional, a realizar nos anos de 2016 e 2017. Este projeto tem como objetivos: Dar a conhecer a cidade, a região e o país ao mundo, através de um ponto de interesse transversal a vários públicos; Aumentar o número de “atrações”; Apresentar um programa muito variado, de forma a satisfazer o interesse dos públicos; Promover a economia local (hotelaria, restauração e comércio).

#### 3. Recriação Histórica Leiria Antiga

Evento de recriação histórica que permita promover de forma lúdica aspetos mais recentes, séc. XIX e XX, da história de Leiria, promovendo, desta forma, a imagem da cidade, do concelho e da região. Evento a realizar em 2016 e 2017. Este projeto tem como objetivos: Aprofundar o conhecimento da história local dos séculos XIX e XX; Promover a imagem de Leiria e da Região; Diversificar a oferta cultural de Leiria e da Região; Promover, a nível local e regional, a criação de grupos de animação que

se enquadrem na tipologia do evento; Divulgar e promover aspetos da vida rural.

#### 4. Mercado Medieval

Evento de recriação histórica que permita promover o Castelo de Leiria através da divulgação lúdica da sua história. Tendo em conta o número crescente de apreciadores desta tipologia de animação, este será certamente um fator impactante na projeção da imagem da cidade, do concelho e da região. Evento a realizar em 2016 e 2017. Este projeto tem como objetivos: Aprofundar o conhecimento da história local; Promover a imagem de Leiria e da Região; Diversificar a oferta cultural de Leiria e da Região; Promover, a nível local e regional, a criação de grupos de animação que se enquadrem na tipologia do evento; Promover, a nível local e regional, o ressurgimento de mesteres tradicionais.

#### 5. Rotas literárias

Criação e promoção de rotas literárias baseadas em escritores Leirienses ou em escritores que “passaram” por Leiria.

Este projeto tem como objetivos: Promover as rotas literárias através da produção de suportes tradicionais e com recurso a novas tecnologias; Desenvolver eventos que diferenciem cada uma das rotas de forma a atrair e fidelizar públicos; Construir suportes com recurso a vários idiomas.

#### 6. Rede de Percursos Pedestres de Leiria

Definição e sinalização de percursos pedestres que promovam o património natural, cultural e histórico do concelho de Leiria. Desenvolvimento das respetivas estruturas de apoio ao visitante e de informação. Desenvolvimento de suportes de comunicação e divulgação. Este projeto tem como objetivos: Incrementar a oferta para a prática de exercício físico associado à conservação de recursos naturais, no concelho de Leiria; Aliar a prática de exercício físico à exploração e conhecimento do património natural, cultural e histórico de Leiria; Definir e sinalizar 5 percursos em 2016; Definir e sinalizar 4 percursos em 2017; Desenvolvimento dos suportes de comunicação adequados.

#### 7. Marca Leiria

Promoção turística do concelho de Leiria: Desenvolvimento e produção de um conjunto de suportes que permitam promover turisticamente o concelho de Leiria; Aproveitar um espaço cultural de Leiria para dar a conhecer aos visitantes o potencial turístico do concelho e da região; Promover o concelho e a região através da presença de Leiria em eventos adequados; Comunicação eficaz de Leiria utilizando canais adequados e alternativos.

#### PROMOTOR

Município de Leiria

#### ESCALA/IMPACTO

Território da CIM	X	Supra-local		Local	
-------------------	---	-------------	--	-------	--

#### FONTE DE FINANCIAMENTO

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)	INVESTIMENTO TOTAL <i>(estimado)</i>
	300.000,00€

#### OBJETIVOS

- Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.

#### ESTADO DE MATURAÇÃO

Ideia		Projeto	X	Em execução	
-------	--	---------	---	-------------	--

#### PERÍODO DE EXECUÇÃO

Data de arranque	2016
Duração prevista	-



## ID | 20. Parque Interpretação Ambiental - Moita

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalíneas i) e ii):					
b) Património Natural:					
i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;					
ii) Organização de iniciativas de comunicação, informação e sensibilização associadas à proteção e conservação da natureza;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Requalificação Ambiental: Criação de um espaço que ajude a divulgar o património municipal e dinamizar atividades de sensibilização ambiental e pedagógicas de educação para a sustentabilidade. Espera-se com este projeto promover a educação ambiental e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município da Marinha Grande					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			264.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro 2016				
Duração prevista	24 meses				



**ID | 21. Bienal Internacional de Artes e Design Industrial e Engenharia do Produto**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalíneas iv) e v):					
a) Património Cultural:					
iv) Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais, com elevado impacte em termos de projeção da imagem da região, através da programação em rede a nível intermunicipal e ou regional sempre que adequado;					
v) Organização e promoção de eventos com impacte internacional;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
O principal objetivo da Bienal Internacional de Artes e Design Industrial e Engenharia do Produto é dar a conhecer ao público a arte e cultura nas mais diversas vertentes, tal como a pintura, escultura, fotografia, entre outros, bem como promover o design e a engenharia do produto no concelho. Espera-se com este projeto atrair cerca de 10 000 visitantes e promover o concelho como um centro de referência no design industrial e engenharia do produto.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município da Marinha Grande					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro 2016				
Duração prevista	24 meses				

**ID | 22. Património Natural e Cultural de São Pedro Moel**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalínea i):</b>					
b) Património Natural:					
i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Promoção Turística da Praia de S. Pedro de Moel: Remodelação de infraestruturas existentes e criação de outras tendo em vista a promoção da Praia de São Pedro de Moel. Este projeto tem como objetivo a valorização do Património Natural e Cultural de São Pedro de Moel.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município da Marinha Grande</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			453.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro 2016				
Duração prevista	24 meses				

**ID | 23. Igreja de Nossa Senhora da Assunção, paroquial de Pedrógão Grande (MN)**

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalínea ii):</b></p> <p>a) Património Cultural:</p> <p>ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;</p>
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p> <p>7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística</p>
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>O Projeto de Remodelações/Conservação na Igreja de Nossa Senhora da Assunção em Pedrógão Grande, vulgo Igreja Matriz, visa recuperar este monumento nacional de elevado interesse turístico, em linha com os ditames proclamados no Regulamento do POSEUR, sobretudo o art.º 7.º e a sua Secção 17.</p> <p>A sua arquitetura funde traçados e influências de diferentes períodos históricos, sendo o Renascentista aquele que mais se destaca no seu figurino atual. É marcada por uma invulgaridade estrutural face às restantes igrejas, o que desperta interesse e visita de muitos turistas do Concelho.</p> <p>Além disso, o seu interior encontra-se repleto de altares interiores, retábulos, estátuas e pinturas de artistas de nomeada histórica como João de Ruão.</p> <p>Todavia, vários elementos interiores encontram-se em progressiva degradação e carência urgente de restauro. Inclusivamente, algumas estátuas tiveram de ser retiradas do olhar público e protegidas em salas fechadas, de forma a evitar potenciais danos e atenuar a progressão da degradação. A maioria das pinturas em parede e madeira estão igualmente num avanço preocupante de deterioração, sendo urgente a intervenção sob pena de uma incalculável e irremediável perda cultural, histórica, religiosa e da identidade nacional herdada.</p> <p>Os arranjos interiores e exteriores visam não apenas restituir valor e beleza histórica esbatida pelo tempo, mas também permitir que a Igreja sustente um clima interior apraz à preservação do património inerente (altares, estátuas, retábulos, pinturas), na medida em que existem infiltrações e humidade em considerável escala, que deterioram não apenas a estrutura da Igreja, mas também o seu valioso interior.</p> <p>Efetivar-se-ão assim duas ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Ação 1</b> – Arranjos interiores e exteriores sobre a Igreja;</li> <li>• <b>Ação 2</b> – Restauro de altares, estátuas, retábulos, pinturas.</li> </ul> <p>Este projeto tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar condições favoráveis à contemplação da identidade cultural nacional herdada;</li> <li>• Quebrar o ciclo de degradação da infraestrutural da Igreja.</li> <li>• Nobilitar o edifício da Igreja para a melhor conservação possível do seu interior, dadas as infiltrações e humidade profundas.</li> <li>• Restaurar altares, estátuas, retábulos e pinturas degradadas.</li> <li>• Restituir ao olhar público, por via do restauro, as várias estátuas sacras protegidas em sala fechada, potenciando assim a capacidade turística deste património nacional.</li> <li>• Potenciar as características identificativas da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, um dos ex-libris do Concelho de Pedrógão Grande, restituindo-lhe a beleza o mais próxima possível do original, o que potenciará a atratividade turística.</li> </ul>

Este projeto concorre para o aumento do tempo de estadia (mais de três dias até 2023); para o aumento do número de dormidas estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (mais de trezentas dormidas até 2023); e para o aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio (mais de trinta visitantes/ano até 2023).

**Resultados esperados:**

- A Igreja de Nossa Senhora da Assunção terá restituídas as estátuas protegidas aos seus locais originais, ficando disponíveis ao olhar contemplativo do público, atraindo mais visitantes.
- A Igreja de Nossa Senhora da Assunção, enquanto ex-libris do Concelho restituído de alguma da sua muita beleza original, demonstrará ao olhar do turista cuidado patrimonial nacional e local para com a identidade cultural herdada.
- A Igreja de Nossa Senhora da Assunção restaurada contribuirá para o fomento do Turismo Religioso português, no cenário nacional e internacional.
- A Igreja de Nossa Senhora da Assunção, com o seu rico interior salvaguardado e preservado, gozará de um interior com maior potencial de divulgação formal e informal nas redes sociais.
- A Igreja de Nossa Senhora da Assunção, com um exterior revitalizado aliado ao seu desenho suis generis, propiciará maior potencialidade de divulgação formal e informal da Região de Leiria e do Concelho.
- A Igreja de Nossa Senhora da Assunção será um atrativo turístico revitalizado que contribuirá sinergicamente, com os restantes atrativos turísticos, para um aumento do número de visitantes e do seu período de estadia, o que revitalizará a economia local e da Região de Leiria, num sector que lhe é estratégico.

**PROMOTOR**

**Município de Pedrógão Grande**

**ESCALA/IMPACTO**

Território da CIM		Supra-local	X	Local	
-------------------	--	-------------	---	-------	--

**FONTE DE FINANCIAMENTO**

**INVESTIMENTO TOTAL (estimado)**

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)

250.000,00€

**OBJETIVOS**

- Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.

**ESTADO DE MATURAÇÃO**

Ideia	X	Projeto		Em execução	
-------	---	---------	--	-------------	--

**PERÍODO DE EXECUÇÃO**

Data de arranque	maio de 2016
Duração prevista	Um ano (até maio de 2017)

## ID | 24. Valorização da albufeira Cabril Bouçã - Programa Náutico

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalínea i):**

b) Património Natural:

- i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;

### RELAÇÃO COM A EIDT

7 | Programa Regional de Proteção Ambiental  
15 | Programa de Diversificação de Oferta Turística

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Em linha com os ditames proclamados no Regulamento do POSEUR, sobretudo o art.º 7.º e a sua Secção 17, o Programa Náutico Cabril Bouçã, Pedrógão Grande pretende colocar em Ação a mudança de visão estratégica erigida ao longo do último ano, de forma a focar definitivamente o Concelho nas potencialidades turísticas, na medida em que os seus recursos endógenos neste setor económico têm sido amiúde e fracamente explorados ao longo dos tempos. Apesar de a segunda atividade económica mais representativa no Concelho abranger as atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (10,75%), verifica-se que as oportunidades auferidas estão subaproveitadas, não se garantindo assim usufruto económico e criação de postos de trabalho a partir de vantagens competitivas praticamente impares no sector do Turismo.

A Visão de Pedrógão Grande é de que “Em 2020, Pedrógão Grande será um território reconhecido pelo seu dinamismo e capacidade de atração de pessoas e projetos inovadores com base na valorização dos seus recursos e dinâmicas diferenciadoras associadas à floresta, ao turismo e à indústria de diversões”. O Turismo é encarado como uma área fulcral de revitalização. A partir da análise efetuada ao Concelho e da SWOT, verificamos que é fundamental que a economia do território comece a ancorar especialidades de atividade nos seus focos de atração turística – património natural e paisagístico, tais como a floresta, o Rio Zêzere, várias ribeiras, praias fluviais e albufeiras de Cabril e Bouçã, bem como património histórico-cultural – aproximando-se assim de abordagens estratégicas e concertadas, capazes de inibir o apanágio gestor de apostas isoladas em produtos turísticos de natureza, cultura, desporto e paisagem. É inegável que os recursos endógenos que podem, e devem, ser mais valorizados, de forma a implementar a Estratégia e almejar a Visão, são a floresta e a água. Porém, pouca expressão têm na estrutura económica do Concelho de Pedrógão Grande. Além disso, as empresas do Concelho não se encontram, na sua maioria, em concorrência com o resto do mundo e as suas opções de localização estão exclusivamente relacionadas com os benefícios inerentes a essa localização.

Neste contexto, o Programa Náutico Cabril Bouçã visa o aproveitamento de dois marcos do património natural da Região, os espelhos de água permitidos pelas Barragens do Cabril e da Bouçã. Presentemente, a Barragem do Cabril dispõe de uma piscina flutuante e de um cais caduco e em processo de degradação acelerado que, para além de não oferecer condições para atracagem de embarcações de maior porte, também apresenta fragilidades em termos de segurança. Quanto à Barragem da Bouçã, esta não detém qualquer capital físico de aproveitamento turístico.

Na medida em que ambas Barragens permitem uma navegação de largas dezenas de quilómetros num constante rodeio natural verde intacto, que equipas internacionais de remo do Norte Europeu têm optado por estes espelhos de água para estagiar, que torneios nacionais e internacionais de pesca embarcada têm crescentemente buscado estas águas, que vários turistas realçam a necessidade infraestrutural para poderem usufruir plenamente das potencialidades náuticas torna-se premente aproveitar com lógica empreendedora sustentada os valores naturais turísticos que se podem

oferecer.

O objetivo do Programa Náutico Cabril Bouçã é responder aos indicadores nucleares de aumento do número de turistas e do seu tempo de estadia no Concelho. Para tal, pretendem-se executar as seguintes ações:

- **Ação 1** – Colocação de novo cais na Barragem do Cabril, capaz de receber embarcações de passeio e recreio, embarcações privadas, equipas e torneios nacionais e internacionais dos desportos náuticos suprarreferidos.
- **Ação 2** – Adaptação da abandonada Estação de Tratamento de Águas da Barragem do Cabril para Centro Náutico – espaço de acolhimento de equipas de desportos náuticos nacionais e internacionais (p.e., remo, caiaque) e manutenção e limpeza de embarcações.
- **Ação 3** – Restauro do degradado Posto de Apoio e Vigilância Náutica da Barragem do Cabril.
- **Ação 4** – Colocação de pequeno cais na Barragem da Bouçã, capaz de receber embarcações de pequeno porte e equipas de desportos náuticos de remo e caiaque.

A concretização deste potencial turístico através do Programa Náutico Cabril Bouçã permitirá a vinda de empresas de embarcações de passeio e recreio que, após conversações, aguardam apenas pela implementação do cais novo na Barragem do Cabril. Criar-se-ão novos postos de trabalho diretos e indiretos, aumentar-se-á o combate à base económica estreita e baixa densidade empresarial de Pedrógão Grande (muito abaixo da média nacional) e reduzir-se-á a clivagem acentuada de diminuição da população residente dada à atratividade proporcionada por novos empregos. Verifica-se portanto que esta aposta no turismo ajudará também a combater indicadores referentes ao mercado de trabalho, na medida em que Pedrógão Grande apresenta uma taxa de atividade de 36,04%, inferior à média nacional (47,56%), regional (45,38%) e sub-regional (41,6%).

No contexto de promover a dormida e prolongamento dos períodos de estadia turísticos, o Programa Náutico Cabril Bouçã aumenta de sobremaneira as potencialidades de atração de investimentos hoteleiros para o Concelho, um ponto fraco verificado e presentemente em resolução com um potencial investimento (inserido no Quadro Comunitário de Apoio) hoteleiro em Pedrógão Grande, o qual sairá engrandecido pela atratividade turística proporcionada pelo Programa Náutico Cabril Bouçã, contribuindo portanto indiretamente para a sustentabilidade económica do número de postos de trabalho criados por um estabelecimento hoteleiro de dimensão.

Assim, existe o objetivo geral de iniciar o processo de integração de Pedrógão Grande no quadro competitivo e concorrencial nacional e (por consequência) internacional do Turismo, seguindo assim as premissas estratégicas proactivas de afirmação portuguesa do Turismo de Portugal e do Turismo do Centro. No seu plano estratégico, Pedrógão Grande tem como objetivo “Potenciar atividades de lazer complementares que valorizem a diversidade de produtos locais e proporcionem ao turista/visitante uma experiência única e diferente”. O Programa Náutico Cabril Bouçã é então o basilar primeiro passo para valorizar o turismo associado aos elementos identitários do Concelho, na medida em que estrutura e oferece integração de experiências ligadas ao património natural e elementos associados, tal como a gastronomia.

E no contexto da EIDT da CIMRL, o setor turístico constitui uma atividade económica de largo espectro, mas com escasso aproveitamento na Região. A sua afirmação como área prioritária na EIDT resulta da constatação da capacidade de contribuir para o PIB regional, a partir de necessidades relativas de investimento. Por isso, a CIMRL estabelece como objetivo estratégico a valorização da diversidade concentrada e realização do potencial turístico do território nas suas múltiplas facetas – turismo cultural, paisagístico, de bem-estar, de natureza e de negócios – no sentido do acréscimo no seu reconhecimento como um destino atrativo e de qualidade a nível nacional e internacional. Correlacionando os eixos estratégicos Leiria 2020 e as áreas temáticas do convite PT 2020, verifica-se que a Especialização Inteligente no Turismo da EIDT de Leiria poderá ter um impacto muito elevado na competitividade económica local, porque incrementará a diversificação da oferta turística, dando aqui o Programa Náutico Cabril Bouçã um extraordinário contributo.

**Objetivos:**

- Nobilitar os dois espelhos de água do Concelho para a receção de torneios dos circuitos nacionais



e internacionais de Pesca da Associação Portuguesa de Pesca ao Achigã, Federação Portuguesa de Pesca Desportiva e Bass Master Elite e Bass Master Academy.

- Atrair os profissionais, praticantes e adeptos de modalidades da pesca desportiva para assistir e/ou participar nos torneios nacionais e internacionais, de forma a dinamizar económica e turisticamente o Concelho, satisfazendo assim os indicadores de resultado pretendidos através de eventos desportivos de nomeada.
- Desenvolver as infraestruturas requeridas e complementares às nobilitações naturais para torneios nacionais e internacionais e estágios de equipas e seleções nacionais e internacionais de modalidades de Remo.
- Organizar, conjuntamente com a Federação Portuguesa de Remos e Federações Internacionais das vertentes/modalidades desta prática profissional desportiva, torneios e estágios nacionais e internacionais.
- Atrair os profissionais, praticantes e adeptos de modalidades de Remo para assistir e/ou participar nos torneios nacionais e internacionais, de forma a dinamizar económica e turisticamente o Concelho, satisfazendo assim os indicadores de resultado pretendidos através de eventos desportivos de nomeada.
- Atrair turismo desportivo, de bem-estar e de natureza, com infraestruturas de qualidade que permitem embarcações de porte adequado ao passeio, lazer e recreio, permitem a prática, estágio profissional e competição nacional/internacional segura e confortável das modalidades de Remo, permitem a prática profissional e competitiva nacional/internacional de pesca embarcada.
- Fidelizar equipas de modalidades de Remo e de Pesca Embarcada para estágios de treino.
- Fidelizar a realização de competições dos circuitos nacionais e internacionais das modalidades de Remo e de Pesca Embarcada.
- Complementar a qualidade do turismo náutico com o restante património natural e património cultural (gastronómico inclusive), histórico e religioso.
- Fidelizar os turistas da vertente desportiva, de bem-estar e de natureza, sobretudo ligadas à náutica, garantindo a sua complementaridade com o restante património natural, cultural (gastronómico inclusive), histórico e religioso.
- Fomentar a sustentabilidade de empreendimentos hoteleiros e de restauração em perspetiva.
- Nobilitar a atratividade do Concelho para novos empreendimentos hoteleiros, de restauração e serviços turísticos ligados ao náutico e natureza.
- Edificar as condições favoráveis para aproveitamento das vantagens competitivas no setor náutico-turístico, de modo a responder às solicitações de empresas ligadas a embarcações de passeio, lazer e recreio para estabelecimento da sua atividade no Concelho.
- Criar as condições favoráveis para a criação de postos de trabalho diretos e indiretos no Concelho, numa área com patente potencial e em efervescência como o Turismo.

Em termos de metas específicas, espera-se:

- Novos postos de trabalho diretos e indiretos criados pela potenciação do turismo náutico: quarenta postos de trabalho criados até 2023.
- Aumento do tempo de estadia: mais três dias até 2023.
- Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio (O.06.03.01.C): mais sessenta visitantes/ano até 2023.
- Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (R.06.03.01.E): mais trezentas dormidas até 2023.
- N.º de eventos desportivos anuais de Remo ou Pesca Embarcada (nacionais ou internacionais): Um por ano até 2023.
- N.º de estágios de equipas de Remo (nacionais ou internacionais): Dois por ano até 2023.

**Resultados esperados:**

- Pedrógão conseguirá afirmar-se nacionalmente e internacional como localidade, por excelência, para adeptos e profissionais de Remo e de Pesca Embarcada, dinamizando a divulgação internacional de Portugal, da Região de Leiria e do Concelho de Pedrógão no Mundo.
- Pedrógão Grande tornar-se-á referência nacional para eventos desportivos de circuitos nacionais e

internacionais de competição de topo.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pedrógão Grande será referência turística nacional obrigatória enquanto ponto nevrálgico do turismo náutico, diferenciando-se pela qualidade do serviço, pelo património natural, extenso espelho de água navegável e praias fluviais do Concelho.</li> <li>• Pedrógão Grande contribuirá para que a Região Centro se afirme definitivamente como a Região onde se poderá desfrutar de todo o género de turismo náutico, da Costa Atlântica aos Rios das Serras.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pedrógão Grande					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			282.545,15€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	maio de 2016				
Duração prevista	Um ano (até maio de 2017)				



## ID | 25. Evento - Festival Sete Sóis Sete Luas

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea a), subalíneas iv) e v):					
a) Património Cultural:					
iv) Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais, com elevado impacte em termos de projeção da imagem da região, através da programação em rede a nível intermunicipal e ou regional sempre que adequado;					
v) Organização e promoção de eventos com impacte internacional;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental					
15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
O Festival Sete Sóis Sete Luas é um evento promovido em 33 cidades de 13 países do mediterrâneo e mundo lusófono: Brasil, Cabo Verde, Croácia, Eslovénia, Espanha, França, Grécia, Israel, Itália, Marrocos, Portugal, Roménia e Tunísia.					
Realiza a sua programação no âmbito da música popular contemporânea e das artes plásticas, com a participação de grandes figuras da cultura mediterrânea e lusófona.					
<b>Objetivos:</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o diálogo intercultural;</li> <li>• Incentivar a mobilidade cultural entre os países da rede;</li> <li>• Criar formas originais de produção artística com a participação dos criadores vindos dos vários países da rede;</li> <li>• Oferecer uma programação cultural diversificada com intervenção artísticas distintas, nomeadamente: concertos de música popular contemporânea, Teatro de Rua, Experiência de Sabores do Mediterrâneo e Artes plásticas;</li> <li>• Promover a cidade de Pombal (nacional e internacionalmente) enquanto parceiro do Festival;</li> <li>• Proporcionar a internacionalização de artistas Pombalenses.</li> </ul>					
<b>Resultados esperados:</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar novos públicos;</li> <li>• Ampliar a oferta cultural municipal;</li> <li>• Potenciar a visitação ao território;</li> <li>• Alavancar a cidade de Pombal enquanto promotor cultural;</li> <li>• Internacionalização da oferta cultural da cidade.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pombal					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					

<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto		Em execução	X
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	junho 2015				
Duração prevista	2020				

## ID | 26. Bioparque

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalíneas i) e vi):					
b) Património Natural:					
i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;					
vi) Desenvolvimento de infraestruturas verdes, em meio urbano ou rural, incluindo o estabelecimento de corredores ecológicos, de forma a assegurar a proteção e, quando relevante, a reposição dos serviços dos ecossistemas, incluindo a fruição.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Restauro e requalificação ambiental e paisagística de um terreno com 4 ha situado numa zona de cabeceira de linha de água criando simultaneamente condições para o recreio e lazer da população:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plantação de espécies autóctones de mata e linha de água</li> <li>• Sementeira de prados à base de sementes de espécies autóctones</li> <li>• Beneficiação de caminhos florestais</li> <li>• Limpeza e regularização da linha de água</li> <li>• Recuperação de poços</li> </ul>					
Este projeto pretende:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Salvaguarda e revitalização dos habitats e da biodiversidade existente;</li> <li>• Restauro da paisagem, incluindo a reposição da flora autóctone;</li> <li>• Melhorar a acessibilidade às propriedades florestais adjacentes, diminuindo o risco de incêndio;</li> <li>• Criação de espaços adequados para o lazer, recreio e desporto da população;</li> <li>• Criar condições para o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental.</li> </ul>					
Resultados esperados:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do número de espécies autóctones presentes;</li> <li>• Recuperação dos habitats e reforço da biodiversidade;</li> <li>• Criação de condições para o usufruto da população;</li> <li>• Aumento da área de espaços livres destinados ao lazer, recreio e desporto da população;</li> <li>• Melhorar a educação e interpretação ambiental da população, em especial da que se encontra em idade escolar;</li> <li>• Diminuição do risco de incêndio nas propriedades adjacentes.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pombal					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		

Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)		350.000,00€			
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto		Em execução	X
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2015				
Duração prevista	1 ano				

**ID | 27. Corredor Ribeirinho do Rio Arunca**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º57-B/2015 de 27 de fevereiro, secção 17, artigo 114º, número 1, alínea b), subalíneas i) e vi):					
b) Património Natural:					
i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;					
vi) Desenvolvimento de infraestruturas verdes, em meio urbano ou rural, incluindo o estabelecimento de corredores ecológicos, de forma a assegurar a proteção e, quando relevante, a reposição dos serviços dos ecossistemas, incluindo a fruição.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental 15   Programa de Diversificação de Oferta Turística					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Esta pretende ser uma intervenção de valorização das margens do rio Arunca ao longo de mais de 20km, criando um percurso pedonal de perfil naturalizado, aproveitando os troços e caminhos agrícolas já existentes, de forma a facilitar a fruição deste património natural. Pretende-se, deste modo, a criação e valorização de percurso pedonal e a promoção e proteção do rio Arunca.					
Espera-se com o projeto, facilitar a manutenção e limpeza do rio Arunca e aumentar a prática do desporto de natureza.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pombal					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			250.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	1 ano				

## 7.4 Anexo 4. Projetos em carteira: OT3/Medida 4 (FEADER) – Infraestruturas coletivas

### LISTA DE PROJETOS:

P.I.	Promotor	Designação	Investimento Total
03.M04	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Projeto de gestão parcelária	2.000.000,00€
03.M04	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Drenagem e estruturação fundiária	3.000.000,00 €

**FICHAS DE PROJETO:**

**ID | 1. Projeto de gestão parcelária**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020, Ação 3.4, Operação 3.4.3:</b>					
Ação 3.4. Infraestruturas coletivas:					
Operação 3.4.3 – Drenagem e estruturação fundiária					
<b>Despesas elegíveis:</b>					
<b>Estruturação Fundiária:</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de novas tecnologias ou sistemas, acompanhamento, fiscalização, indemnizações e ainda os estudos ambientais exigidos a projetos tecnicamente aprovados.</li> <li>• Execução de obras que incluam:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Acessibilidades às explorações agrícolas e florestais – rede de caminhos;</li> <li>○ Eletrificação fora das explorações agrícolas ou florestais – Rede elétrica exterior às explorações;</li> <li>○ Rede de transporte e distribuição de água para rega;</li> <li>○ Obras de despedrega e correção dos solos;</li> <li>○ Limpeza e/ou regularização de linhas de água naturais ou artificiais;</li> <li>○ Sistematização de terrenos;</li> <li>○ Construção/melhoramento de redes de enxugo e drenagem;</li> <li>○ Plantações e movimentações de solo visando a conservação do solo e da água;</li> <li>○ Execução de medidas de compensação e de minimização de impactos ambientais;</li> <li>○ Arroteamento de incultos suscetíveis de serem utilizados como pastagens ou como terrenos de cultura;</li> <li>○ Adaptação e conversão de terrenos a regadio;</li> <li>○ Construção de muros e vedações;</li> <li>○ Valorização e integração paisagística;</li> <li>○ Atualização do cadastro;</li> <li>○ Planos de monitorização ambiental.</li> </ul> </li> </ul>					
<i>Nota: A portaria referente à operação 3.4.3 da Ação 3.4 – Infraestruturas coletivas ainda não se encontra publicada.</i>					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
7   Programa Regional de Proteção Ambiental					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Este projeto pretende, ao nível do território da CIMRL, promover uma maior eficiência e eficácia em relação à gestão parcelária contribuindo para o objetivo de reordenar o espaço de produção agrícola em áreas de grande potencial, mas onde a deficiente estrutura fundiária, a grande fragmentação e dispersão da propriedade e as carências acentuadas de infraestruturas limitam a sua utilização rentável.					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		

Programa de Desenvolvimento Rural (FEADER)		2.000.000,00€	
<b>OBJETIVOS</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento do Regadio Eficiente                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Disponibilizar água aos prédios rústicos, privilegiadamente através da retenção de recursos hídricos superficiais, da implementação de sistemas de transporte e de distribuição eficientes e de métodos de rega adequados, de forma integrada com outras infraestruturas;</li> <li>○ Promover melhores acessibilidades, através da construção e requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;</li> <li>○ Dotar de energia elétrica as infraestruturas coletivas nas áreas de regadio;</li> <li>○ Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as infraestruturas associadas ao regadio;</li> <li>○ Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.</li> </ul> </li> <li>• Melhoria da Eficiência dos Regadios Existentes                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Promover o uso mais eficiente da água e da energia nos aproveitamentos hidroagrícolas existentes, através de:</li> <li>○ Reabilitação e modernização das infraestruturas primárias e secundárias (captação, transporte e distribuição de água);</li> <li>○ Reabilitação e modernização das estações elevatórias e centrais hidroelétricas;</li> <li>○ Melhoria da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas;</li> <li>○ Melhoria da segurança das infraestruturas;</li> <li>○ Incentivo à introdução de tecnologias mais eficientes.</li> </ul> </li> <li>• Drenagem e estruturação fundiária                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Melhorar as condições de drenagem e prevenir a salinização dos solos, através do controle do nível freático e da defesa contra cheias;</li> <li>○ Combater a erosão dos solos agrícolas;</li> <li>○ Promover a melhoria da estrutura fundiária, através da reorganização da propriedade e das explorações.</li> </ul> </li> </ul>			
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>			
Ideia	X	Projeto	Em execução
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>			
Data de arranque	2016		
Duração prevista	-		



## ID | 2. Drenagem e estruturação fundiária

### Enquadramento Regulamentar:

#### Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020, Ação 3.4, Operação 3.4.3:

Ação 3.4. Infraestruturas coletivas:

Operação 3.4.3 – Drenagem e estruturação fundiária

#### Despesas elegíveis:

##### 1. Defesa, Drenagem e Conservação do Solo:

- Elaboração de estudos, projetos e consultoria;
- Implementação de novas tecnologias ou sistemas, acompanhamento, fiscalização, expropriações e indemnizações;
- Execução de obras que incluam:
  - Construção de diques de defesa contra cheias;
  - Limpeza e/ou regularização de linhas de água naturais ou artificiais;
  - Construção de valas de drenagem e de redes de drenos subterrâneos;
  - Construção de passagens hidráulicas e passagens a vau;
  - Construção de estações elevatórias;
  - Construção de comportas e açudes;
  - Construção de estruturas de queda de água e de dissipação de energia;
  - Construção de caminhos de apoio à rede de drenagem;
  - Plantações e movimentações de solo visando a conservação do solo e da água;
  - Execução de medidas de compensação e de minimização de impactos ambientais;

##### 2. Estruturação Fundiária:

- Implementação de novas tecnologias ou sistemas, acompanhamento, fiscalização, indemnizações e ainda os estudos ambientais exigidos a projetos tecnicamente aprovados.
- Execução de obras que incluam:
  - Acessibilidades às explorações agrícolas e florestais – rede de caminhos;
  - Eletrificação fora das explorações agrícolas ou florestais – Rede elétrica exterior às explorações;
  - Rede de transporte e distribuição de água para rega;
  - Obras de despedrega e correção dos solos;
  - Limpeza e/ou regularização de linhas de água naturais ou artificiais;
  - Sistematização de terrenos;
  - Construção/melhoramento de redes de enxugo e drenagem;
  - Plantações e movimentações de solo visando a conservação do solo e da água;
  - Execução de medidas de compensação e de minimização de impactos ambientais;
  - Arroteamento de incultos suscetíveis de serem utilizados como pastagens ou como terrenos de cultura;
  - Adaptação e conversão de terrenos a regadio;
  - Construção de muros e vedações;
  - Valorização e integração paisagística;
  - Atualização do cadastro;
  - Planos de monitorização ambiental.

*Nota: A portaria referente à operação 3.4.3 da Ação 3.4 – Infraestruturas coletivas ainda não se encontra publicada.*

#### RELAÇÃO COM A EIDT

7 | Programa Regional de Proteção Ambiental

#### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Este projeto inclui intervenções ao nível da defesa, drenagem e conservação do solo e ações de estruturação fundiária no território da CIMRL, com o objetivo de melhorar a competitividade das explorações agrícolas, tendo em conta as seguintes linhas de ação:

<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria as condições de drenagem e prevenção da salinização dos solos, através do controle do nível freático e da defesa contra cheias;</li> <li>Combate da erosão dos solos agrícolas;</li> <li>Melhoria da estrutura fundiária, através da reorganização da propriedade e das explorações.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa de Desenvolvimento Rural (FEADER)			3.000.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento do Regadio Eficiente                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilizar água aos prédios rústicos, privilegiadamente através da retenção de recursos hídricos superficiais, da implementação de sistemas de transporte e de distribuição eficientes e de métodos de rega adequados, de forma integrada com outras infraestruturas;</li> <li>Promover melhores acessibilidades, através da construção e requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;</li> <li>Dotar de energia elétrica as infraestruturas coletivas nas áreas de regadio;</li> <li>Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as infraestruturas associadas ao regadio;</li> <li>Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.</li> </ul> </li> <li>Melhoria da Eficiência dos Regadios Existentes                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o uso mais eficiente da água e da energia nos aproveitamentos hidroagrícolas existentes, através de:                                     <ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitação e modernização das infraestruturas primárias e secundárias (captação, transporte e distribuição de água);</li> <li>Reabilitação e modernização das estações elevatórias e centrais hidroelétricas;</li> <li>Melhoria da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas;</li> <li>Melhoria da segurança das infraestruturas;</li> <li>Incentivo à introdução de tecnologias mais eficientes.</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>Drenagem e estruturação fundiária                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar as condições de drenagem e prevenir a salinização dos solos, através do controle do nível freático e da defesa contra cheias;</li> <li>Combater a erosão dos solos agrícolas;</li> <li>Promover a melhoria da estrutura fundiária, através da reorganização da propriedade e das explorações.</li> </ul> </li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

## 7.5 Anexo 5. Projetos em carteira: PI 10.5 – Investimentos em infraestruturas educativas

### LISTA DE PROJETOS:

P.I.	Promotor	Designação	Investimento Total
10.05	Município de Alvaiázere	Obras de beneficiação do Edifício da Escola Básica do 2º e 3º ciclos e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira	2.000.000,00 €
10.05	Município de Leiria	Reabilitação do parque Escolar: substituição das coberturas de fibrocimento e intervenções nos espaços exteriores para melhoria da segurança e acessibilidade universal (edifícios escolares)	408.190,00 €
10.05	Município de Leiria	EB 2/3 Caranguejeira	2.000.000,00 €
10.05	Município de Leiria	EB 2/3 Santa Catarina da Serra	2.000.000,00 €
10.05	Município de Leiria	EB 2/3 Colmeias	1.500.000,00 €
10.05	Município de Leiria	EB 2/3 Marrazes	2.000.000,00 €
10.05	Município de Leiria	EB 2/3 e secundário Maceira	2.500.000,00 €
10.05	Município de Leiria	EB 3 e secundário Afonso Lopes Vieira	6.000.000,00 €
10.05	Município de Leiria	EB2/3 D. Dinis	3.000.000,00 €
10.05	Município da Marinha Grande	Construção do centro escolar de Vieira de Leiria	2.120.000,00 €
10.05	Município da Marinha Grande	Reabilitação de equipamentos e infraestruturas do ensino básico e pré-escolar	925.000,00 €
10.05	Município de Pombal	Centro Escolar do Louriçal (Requalificação e ampliação da atual escola básica do 1º ciclo do Louriçal)	1.800.000,00 €
10.05	Município de Pombal	Centro Escolar de Meirinhas (construção do novo Centro Escolar de Meirinhas)	1.500.000,00 €
10.05	Município de Pombal	Centro Escolar de Santiago de Litém (Requalificação e ampliação da atual escola básica do 1º ciclo de Santiago de Litém)	700.000,00 €
10.05	Município de Pombal	Centro Escolar de Vila Cã (Requalificação e ampliação da atual escola básica do 1º ciclo de Vila Cã)	1.000.000,00 €
10.05	Município de Pombal	Centro Escolar da Guia (construção do novo centro escolar da Guia)	1.400.000,00 €

**FICHAS DE PROJETO:**

**ID | 1. Obras de beneficiação do Edifício da Escola Básica do 2º e 3º ciclos e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea b):</b>					
b) Intervenções na rede do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou ensino secundário no âmbito de programas específicos de intervenção em infraestruturas escolares;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
<p>A Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira de Alvaiázere dá resposta às necessidades de ensino público no concelho de Alvaiázere através do 2º ciclo do ensino básico, 3º ciclo do ensino básico, cursos Humanísticos do Ensino Secundário e Cursos Profissionais. Funciona nas instalações construídas para a Escola Preparatória de Alvaiázere, que foram inauguradas em 1980 e destinadas aos alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. As instalações iniciais eram constituídas por três blocos construídos em pré-fabricado pesado. Em 1997 foi construído um bloco de aulas destinado à lecionação das disciplinas práticas do Ensino Secundário.</p> <p>A escola funciona em três blocos de betão pré-fabricado que já ultrapassaram em muito o seu período de validade, na medida em que já ultrapassaram os trinta anos de utilização, pelo que a garantia de condições de salubridade mínimas só são possíveis graças a um grande esforço de manutenção que passa por reparações sucessivas.</p> <p>Os edifícios existentes são insuficientes, impedindo o desenvolvimento regular de múltiplas atividades. Faltam nomeadamente os seguintes espaços: uma sala de alunos, um salão polivalente, gabinetes de trabalho para os professores, salas de atendimento para os diretores de turma, espaço para a Associação de Pais, espaço para a Associação de Estudantes, gabinete de Psicologia e Orientação Escolar, gabinete de saúde/posto de socorros, salas específicas para a Educação Especial, sala de projeções, sala de reuniões e uma biblioteca com dimensões adequadas ao número de utilizadores.</p> <p>Neste momento são necessárias obras urgentes para reparação da instalação elétrica, pintura de todos os edifícios, reconstrução dos sanitários e substituição de alguns equipamentos. Refira-se ainda que o tipo de construção não possui qualquer isolamento térmico ou sonoro, obrigando a elevados desperdícios de energia.</p>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Alvaiázere					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			2.000.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo</li> </ul>					

responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2017				
Duração prevista	-				

**ID | 2. Reabilitação do Parque Escolar: substituição das coberturas de fibrocimento e intervenções nos espaços exteriores para melhoria da segurança e acessibilidade universal (edifícios escolares)**

**Enquadramento Regulamentar:**

**Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alíneas a), b), d) e):**

- a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;
- b) Intervenções na rede do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou ensino secundário no âmbito de programas específicos de intervenção em infraestruturas escolares;
- d) Intervenções que permitem dar cumprimento à Resolução da Assembleia da República n.º 24/2003, de 2 de abril, e à Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, para a remoção de fibrocimento e conferir ao edifício maior conforto térmico e condições de estanquidade;
- e) Aquisição e instalação de equipamentos que substituam outros, degradados ou sem as necessárias condições, em todos os casos devidamente justificados tendo em conta as cartas educativas municipais e as prioridades intermunicipais, considerando a procura efetiva atual e o impacto da entrada em rede dos equipamentos novos ou renovados;

**RELAÇÃO COM A EIDT**

1 | Programa + Escola

**NATUREZA E CARACTERÍSTICAS**

- Aumento da eficiência energética, para redução da fatura energética: Substituição da cobertura existente por cobertura de telha de perfil de cobertura, com canal de 25cm, em painel sanduiche de chapa de aço, pré-lacada (250m) poliéster, na cor cinza RAL 9006 e correspondentes acessórios. A espessura do isolamento em poliuretano, dentro da telha de perfil metálico de painel sanduiche, deverá ter 50mm de modo a garantir Uref 0,50 W/m2ºC, incluindo a verificação e substituição de peças degradadas existentes na estrutura de suporte da cobertura, eventual substituição da estrutura existente por perfis  $\Omega$  em aço galvanizado, todos os remates metálicos, cumeeira e topos do mesmo material, caleiras e tubos de queda onde for necessário, todos os isolamentos com material adequado, remates de reboco e pintura, todos os acessórios, materiais e trabalhos necessários para a execução da cobertura.
  1. JI de Capuchos - 20.073,00€
  2. 1º CEB da Cruz da Areia - 18.157,00€
  3. JI de Barracão - 15.417,00€
  4. JI de Gândara dos Olivais - 2.437,50€
  5. 1º CEB de Carvide - 3.342,50€
  6. JI de Marinheiros - 20.605,50€
  7. 1º CEB de Moita da Roda - 4.657,50€
- Requalificação dos recreios dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico de modo a promover estilos de vida saudáveis, combater o sedentarismo e estimular a prática desportiva junto da comunidade escolar. Este projeto visa a aquisição de equipamento infantil de recreio, piso adequado para o impacto, construção de campos de jogo com pisos e equipamentos adequados à prática desportiva, aquisição de mobiliário de exterior (mesas, bancos, papelreira, etc.) e jogos de exterior. Inclui aquisição e instalação de equipamentos de jogo e recreio adaptados para crianças portadoras de deficiência. Este projeto tem os seguintes objetivos:
  - Universalização da acessibilidade à rede regional de ensino pré-escolar;
  - Apoio à qualificação de infraestruturas do ensino básico;
  - Colmatar falhas ainda existentes na rede regional de equipamentos escolares, alguns

<p>espaços escolares são autênticos “desertos pedagógicos”, sem equipamentos de jogo e recreio e sem espaços com pisos adequados ao jogo e à prática desportiva (espaços onde apenas existe areia e pó de pedra);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Qualificar e modernizar Jardins-de-infância e Escolas Básicas do 1.º Ciclo para que possam oferecer condições para a prática da atividade lúdica e física adequada numa lógica de combate ao sedentarismo, propondo equipamentos e espaços de recreio apelativos;</li> <li>○ Promover a atividade lúdica e física ao ar livre, contribuindo para uma vida mais saudável;</li> <li>○ Transformar os recreios exteriores em verdadeiros espaços de socialização;</li> <li>○ Promover a igualdade e inclusão de todas as crianças independentemente da sua condição física.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Leiria</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			408.190,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2º Semestre de 2015				
Duração prevista	-				

**ID | 3. EB 2/3 Caranguejeira**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea b):</b>					
b) Intervenções na rede do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou ensino secundário no âmbito de programas específicos de intervenção em infraestruturas escolares;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Com vista à universalização da acessibilidade à rede regional de ensino básico e à qualificação de infraestruturas educativas do ensino básico, propõe-se intervenção na EB 2/3 Caranguejeira para que possam ser criadas condições para a garantia da “escola a tempo inteiro”.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares;</li> <li>• Colmatar falhas ainda existentes na rede regional de equipamentos escolares;</li> <li>• Qualificar e modernizar as escolas do ensino básico para que possam oferecer condições para o cumprimento da “escola a tempo inteiro”, através de infraestruturas adequadas.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			2.000.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				



**ID | 4. EB 2/3 Santa Catarina da Serra**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea b):</b>					
b) Intervenções na rede do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou ensino secundário no âmbito de programas específicos de intervenção em infraestruturas escolares;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Com vista à universalização da acessibilidade à rede regional de ensino básico e à qualificação de infraestruturas educativas do ensino básico, propõe-se intervenção na EB 2/3 Santa Catarina da Serra para que possam ser criadas condições para a garantia da “escola a tempo inteiro”.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares;</li> <li>• Colmatar falhas ainda existentes na rede regional de equipamentos escolares;</li> <li>• Qualificar e modernizar as escolas do ensino básico para que possam oferecer condições para o cumprimento da “escola a tempo inteiro”, através de infraestruturas adequadas.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Leiria</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			2.000.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

**ID | 5. EB 2/3 Colmeias**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea b):</b>					
b) Intervenções na rede do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou ensino secundário no âmbito de programas específicos de intervenção em infraestruturas escolares;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Com vista à universalização da acessibilidade à rede regional de ensino básico e à qualificação de infraestruturas educativas do ensino básico, propõe-se intervenção na EB 2/3 Colmeias para que possam ser criadas condições para a garantia da “escola a tempo inteiro”.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares;</li> <li>• Colmatar falhas ainda existentes na rede regional de equipamentos escolares;</li> <li>• Qualificar e modernizar as escolas do ensino básico para que possam oferecer condições para o cumprimento da “escola a tempo inteiro”, através de infraestruturas adequadas.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Leiria</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.500.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

**ID | 6. EB 2/3 Marrazes**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea b):</b>					
b) Intervenções na rede do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou ensino secundário no âmbito de programas específicos de intervenção em infraestruturas escolares;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Com vista à universalização da acessibilidade à rede regional de ensino básico e à qualificação de infraestruturas educativas do ensino básico, propõe-se intervenção na EB 2/3 Marrazes para que possam ser criadas condições para a garantia da “escola a tempo inteiro”.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares;</li> <li>• Colmatar falhas ainda existentes na rede regional de equipamentos escolares;</li> <li>• Qualificar e modernizar as escolas do ensino básico para que possam oferecer condições para o cumprimento da “escola a tempo inteiro”, através de infraestruturas adequadas.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			2.000.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

**ID | 7. EB 2/3 e Secundário Maceira**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea b):</b>					
b) Intervenções na rede do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou ensino secundário no âmbito de programas específicos de intervenção em infraestruturas escolares;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Com vista à universalização da acessibilidade à rede regional de ensino básico e à qualificação de infraestruturas educativas do ensino básico, propõe-se intervenção na EB 2/3 e Secundário de Maceira para que possam ser criadas condições para a garantia da “escola a tempo inteiro”.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares;</li> <li>• Colmatar falhas ainda existentes na rede regional de equipamentos escolares;</li> <li>• Qualificar e modernizar as escolas do ensino básico e secundário para que possam oferecer condições para o cumprimento da “escola a tempo inteiro”, através de infraestruturas adequadas.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Leiria</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			2.500.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

**ID | 8. EB 3 e Secundário Afonso Lopes Vieira**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea b):</b>					
b) Intervenções na rede do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou ensino secundário no âmbito de programas específicos de intervenção em infraestruturas escolares;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Com vista à universalização da acessibilidade à rede regional de ensino básico e à qualificação de infraestruturas educativas do ensino básico, propõe-se intervenção na EB 2/3 e Secundário Afonso Lopes Vieira para que possam ser criadas condições para a garantia da “escola a tempo inteiro”.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares;</li> <li>• Colmatar falhas ainda existentes na rede regional de equipamentos escolares;</li> <li>• Qualificar e modernizar as escolas do ensino básico e secundário para que possam oferecer condições para o cumprimento da “escola a tempo inteiro”, através de infraestruturas adequadas.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Leiria</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			6.000.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

**ID | 9. EB2/3 D. Dinis**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea b):</b>					
b) Intervenções na rede do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou ensino secundário no âmbito de programas específicos de intervenção em infraestruturas escolares;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Com vista à universalização da acessibilidade à rede regional de ensino básico e à qualificação de infraestruturas educativas do ensino básico, propõe-se intervenção na EB 2/3 D. Dinis para que possam ser criadas condições para a garantia da “escola a tempo inteiro”.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares;</li> <li>• Colmatar falhas ainda existentes na rede regional de equipamentos escolares;</li> <li>• Qualificar e modernizar as escolas do ensino básico para que possam oferecer condições para o cumprimento da “escola a tempo inteiro”, através de infraestruturas adequadas.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			3.000.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

**ID | 10. Construção do centro escolar de Vieira de Leiria**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):</b>					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Construção de Centro Educativo: Desenvolvimento de infraestruturas de ensino e a melhoria da formação das crianças pela modernização das instalações escolares.					
Concentração de níveis de ensino pré-escolar 1º ciclo abrangendo as crianças dos 3 aos 10 anos da freguesia de Vieira de Leiria promovendo a igualdade de acesso a um ensino infantil e primário de boa qualidade. Pretende-se melhorar o sucesso educativo e a eficiência do sistema de educação.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município da Marinha Grande</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			2.120.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro de 2016				
Duração prevista	24 meses				

**ID | 11. Reabilitação de equipamentos e infraestruturas do ensino básico e pré-escolar**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a) e e):					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
e) Aquisição e instalação de equipamentos que substituam outros, degradados ou sem as necessárias condições, em todos os casos devidamente justificados tendo em conta as cartas educativas municipais e as prioridades intermunicipais, considerando a procura efetiva atual e o impacto da entrada em rede dos equipamentos novos ou renovados;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Este projeto tem como propósito criar condições para a frequência escolar e pré-escolar, promovendo a igualdade de acesso a um ensino infantil e de 1º ciclo de boa qualidade e a promoção do sucesso escolar através da requalificação de Parque Escolar ao nível dos JI e Pré-Escolar por forma a abranger toda a população residente no concelho (cerca de 1000 crianças abrangidas).					
<b>PROMOTOR</b>					
Município da Marinha Grande					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			925.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	janeiro de 2016				
Duração prevista	24 meses				



**ID | 12. Centro Escolar do Louriçal (Requalificação e ampliação da atual escola básica do 1º ciclo do Louriçal)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Requalificação e ampliação da atual escola básica do 1º ciclo do Louriçal. Pretende-se a centralização de alunos dispersos em vários edifícios escolares:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jardim-de-infância de Louriçal</li> <li>• Jardim-de-infância de Castelhanas</li> <li>• Jardim-de-infância de Matas do Louriçal</li> <li>• 1º Ciclo de Casal da Rola</li> <li>• 1º Ciclo de Outeiro do Louriçal</li> <li>• 1º Ciclo de Louriçal</li> </ul>					
Este projeto tem os seguintes objetivos:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Combater o isolamento educativo e relacional.</li> <li>• Criar condições capazes de proporcionar igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao sucesso escolar.</li> <li>• Aliar todas as valências necessárias para o desenvolvimento integral dos alunos.</li> <li>• Dotar a localidade de condições físicas e de recursos humanos e tecnológicos associados.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pombal					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.800.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	1 ano				

**ID | 13. Centro Escolar de Meirinhas (construção do novo Centro Escolar de Meirinhas)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Construção do novo Centro Escolar de Meirinhas. Pretende-se a centralização de alunos dispersos nos seguintes edifícios escolares:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1º Ciclo de Meirinhas</li> <li>• Jardim-de-infância de Meirinhas</li> </ul>					
Este projeto tem os seguintes objetivos:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Combater o isolamento educativo e relacional.</li> <li>• Criar condições capazes de proporcionar igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao sucesso escolar.</li> <li>• Aliar todas as valências necessárias para o desenvolvimento integral dos alunos.</li> <li>• Dotar a localidade de condições físicas e de recursos humanos e tecnológicos associados.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pombal					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.500.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2017				
Duração prevista	1 ano				

**ID | 14. Centro Escolar de Santiago de Litém (Requalificação e ampliação da atual escola básica do 1º ciclo de Santiago de Litém)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Requalificação e ampliação da atual escola básica do 1º ciclo de Santiago de Litém. Pretende-se a centralização de alunos dispersos nos seguintes edifícios escolares:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Jardim-de-infância de Santiago de Litém</li> <li>1º Ciclo de Santiago de Litém</li> </ul>					
Este projeto tem os seguintes objetivos:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Combater o isolamento educativo e relacional.</li> <li>Criar condições capazes de proporcionar igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao sucesso escolar.</li> <li>Aliar todas as valências necessárias para o desenvolvimento integral dos alunos.</li> <li>Dotar a localidade de condições físicas e de recursos humanos e tecnológicos associados.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pombal					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			700.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2015				
Duração prevista	1 ano				

**ID | 15. Centro Escolar de Vila Cã (Requalificação e ampliação da atual escola básica do 1º ciclo de Vila Cã)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Requalificação e ampliação da atual escola básica do 1º ciclo de Vila Cã. Pretende-se a centralização de alunos dispersos em vários edifícios escolares.					
Este projeto tem os seguintes objetivos:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Combater o isolamento educativo e relacional.</li> <li>• Criar condições capazes de proporcionar igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao sucesso escolar.</li> <li>• Aliar todas as valências necessárias para o desenvolvimento integral dos alunos.</li> <li>• Dotar a localidade de condições físicas e de recursos humanos e tecnológicos associados.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pombal					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.000.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	1 ano				

**ID | 16. Centro Escolar da Guia (construção do novo centro escolar da Guia)**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 60-B/2015, de 2 de março – Parte III, Título I, artigo 38º, alínea a):</b>					
a) Intervenções na rede da educação pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
1   Programa + Escola					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Construção do novo Centro Escolar da Guia. Pretende-se a centralização de alunos dispersos em vários edifícios escolares.					
Este projeto tem os seguintes objetivos:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Combater o isolamento educativo e relacional.</li> <li>• Criar condições capazes de proporcionar igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao sucesso escolar.</li> <li>• Aliar todas as valências necessárias para o desenvolvimento integral dos alunos.</li> <li>• Dotar a localidade de condições físicas e de recursos humanos e tecnológicos associados.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Pombal</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.400.000,00 €		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitar e modernizar as instalações escolares e de formação, assegurando que as intervenções se restringem a casos devidamente fundamentados, aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da educação, ensino superior e emprego e com aceitação por parte da Comissão Europeia.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATUREZAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2017				
Duração prevista	1 ano				

## 7.6 Anexo 6. Projetos em carteira: PI 9.7 – Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde

### LISTA DE PROJETOS:

P.I.	Promotor	Designação	Investimento Total
09.07	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Projeto intermunicipal de requalificação da rede de infraestruturas em função da alteração das realidades sociais verificadas - teleassistência	2.000.000,00 €
09.07	Município da Batalha	Remodelação da extensão de saúde de Reguengo de Fetal	400.000,00 €
09.07	Município de Leiria	Estrutura de Apoio para Famílias com Doentes Hospitalizados	210.000,00 €
09.07	Município da Marinha Grande	Equipamento social - Recuperação e qualificação Colónia Férias Afonso Lopes Vieira São Pedro Moel	400.000,00 €
09.07	Município de Pombal	Unidade de Saúde Familiar Sul do Concelho	400.000,00 €
09.07	Município de Porto de Mós	Remodelação e ampliação da extensão de saúde de Calvaria de Cima	400.000,00 €

**FICHAS DE PROJETO:**

**ID | 1. Projeto intermunicipal de requalificação da rede de infraestruturas em função da alteração das realidades sociais verificadas - teleassistência**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março – Capítulo IX, Secção II, artigo 254º, alínea d):					
d) Promovam a requalificação de infraestruturas e da sua rede em função da alteração das realidades sociais verificadas e que se justifiquem.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
3   Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Tendo como principal objetivo a promoção da inclusão social na Região de Leiria através de um melhor acesso aos serviços sociais, este projeto, de cariz intermunicipal, abrange intervenções ao nível da requalificação de infraestruturas em função das realidades sociais verificadas, nomeadamente, um maior envelhecimento populacional neste território, com a existência de situações de isolamento. Neste contexto, este projeto pretende a adoção de soluções capazes de garantir um serviço de qualidade e uma resposta eficiente às novas necessidades sociais presentes no território da CIMRL.					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			2.000.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

## ID | 2. Remodelação da extensão de saúde de Reguengo de Fetal

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março – Capítulo IX, Secção III, artigo 258º, alínea d):</b>					
d) Construção, ampliação, requalificação e apetrechamento de unidades prestadoras de cuidados de saúde primários, nomeadamente Unidades de Saúde Familiar (USF) e de Unidades de Cuidados Continuados, consolidando a rede.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
3   Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
O projeto consiste na remodelação da extensão de saúde de Reguengo de Fetal permitindo a prestação de cuidados de saúde primários de qualidade.					
São objetivos do projeto a requalificação da rede de equipamentos de saúde do concelho da Batalha, com reforço da prestação dos serviços de cuidados de saúde primários, contribuindo para o reequipamento e consolidação infraestrutural do Serviço Nacional de Saúde (SNS), viabilizando a promoção de respostas de qualidade aos utentes dos serviços, a adoção de soluções do foro energético, tecnológico, ambiental, assegurando igualmente a acessibilidade dos equipamentos a pessoas com mobilidade condicionada.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município da Batalha</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			400.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				



### ID | 3. Estrutura de Apoio para Famílias com Doentes Hospitalizados

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março – Capítulo IX, Secção II, artigo 254º, alínea d):					
d) Promovam a requalificação de infraestruturas e da sua rede em função da alteração das realidades sociais verificadas e que se justifiquem.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
3   Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Obras de requalificação e remodelação de um apartamento propriedade do Município, para criação de resposta inovadora para acolher familiares de doentes hospitalizados.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requalificação do edificado;</li> <li>• Apetrechamento com equipamento com vista à melhoria das condições de acolhimento e conforto;</li> <li>• Criação de estrutura de apoio e acolhimento temporário para familiares de doentes internados no Centro Hospitalar de Leiria;</li> <li>• Fomentar e reforçar as relações familiares;</li> <li>• Melhorar as condições de vida das famílias com doentes.</li> </ul>					
O projeto que visa a criação de apartamento para acolhimento temporário para pessoas, não residentes na cidade de Leiria, que possuam familiares internados no Centro Hospitalar de Leiria, necessitando estes do seu apoio, pretende:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar o apoio familiar aos doentes com necessidade de hospitalização;</li> <li>• Promover o relacionamento familiar;</li> <li>• Dinamizar a participação da família no processo terapêutico;</li> <li>• Criar postos de trabalho.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local	X	Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			210.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

**ID | 4. Equipamento social - Recuperação e qualificação Colónia Férias Afonso Lopes Vieira São Pedro Moel**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março – Capítulo IX, Secção II, artigo 254º, alínea d):					
d) Promovam a requalificação de infraestruturas e da sua rede em função da alteração das realidades sociais verificadas e que se justifiquem.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
3   Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
Intervenção social – Infância: Requalificação de edifício existente como espaço de Colónia de Férias em São Pedro Moel enquanto instrumento de combate às desigualdades sociais.					
Este projeto irá contribuir para a melhoria das condições físicas do espaço para acolher Crianças, inclusive Crianças com necessidades especiais.					
Complementarmente, pretende-se a criação de Biblioteca de Verão (extensão da Biblioteca Municipal) que funcionará como serviço de apoio complementar à Colónia de Férias Afonso Lopes Vieira, prestando serviços de ATL para Crianças da Colónia e outras.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município da Marinha Grande					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			400.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATUREZAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto		Em execução	X
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	abril de 2015				
Duração prevista	24 meses				

**ID | 5. Unidade de Saúde Familiar Sul do Concelho**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março – Capítulo IX, Secção III, artigo 258º, alínea d):					
d) Construção, ampliação, requalificação e apetrechamento de unidades prestadoras de cuidados de saúde primários, nomeadamente Unidades de Saúde Familiar (USF) e de Unidades de Cuidados Continuados, consolidando a rede.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
3   Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
O projeto refere-se à Unidade de Saúde Familiar do Concelho permitindo a prestação de cuidados de saúde primários de qualidade.					
São objetivos do projeto reforço da prestação dos serviços de cuidados de saúde primários do concelho de Pombal, contribuindo para o reequipamento e consolidação infraestrutural do Serviço Nacional de Saúde (SNS), viabilizando a promoção de respostas de qualidade aos utentes dos serviços, a adoção de soluções do foro energético, tecnológico, ambiental e assegurando igualmente a acessibilidade dos equipamentos a pessoas com mobilidade condicionada.					
<b>PROMOTOR</b>					
Município de Pombal					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			400.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

**ID | 6. Remodelação e ampliação da extensão de saúde de Calvaria de Cima**

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
<b>Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março – Capítulo IX, Secção III, artigo 258º, alínea d):</b>					
d) Construção, ampliação, requalificação e apetrechamento de unidades prestadoras de cuidados de saúde primários, nomeadamente Unidades de Saúde Familiar (USF) e de Unidades de Cuidados Continuados, consolidando a rede.					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
3   Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
O projeto consiste na remodelação e ampliação da extensão de saúde de Calvaria de Cima permitindo a prestação de cuidados de saúde primários de qualidade.					
São objetivos do projeto a requalificação da rede de equipamentos de saúde do concelho de Porto de Mós, com reforço da prestação dos serviços de cuidados de saúde primários, contribuindo para o reequipamento e consolidação infraestrutural do Serviço Nacional de Saúde (SNS), viabilizando a promoção de respostas de qualidade aos utentes dos serviços, a adoção de soluções do foro energético, tecnológico, ambiental e assegurando igualmente a acessibilidade dos equipamentos a pessoas com mobilidade condicionada.					
<b>PROMOTOR</b>					
<b>Município de Porto de Mós</b>					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM		Supra-local		Local	X
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			400.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia	X	Projeto		Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	2016				
Duração prevista	-				

## 7.7 Anexo 7. Projetos em carteira: PI 2.3 – Melhorar o acesso às TIC, bem como à sua utilização e qualidade

### LISTA DE PROJETOS:

P.I.	Promotor	Designação	Investimento Total
02.03	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Serviços on line@CIMRL	1.500.000,00 €
02.03	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Arquivo histórico@CIMRL	1.500.000,00 €
02.03	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Projeto de Apoio ao cidadão e serviços Municipais de Apoio ao Cidadão	1.050.000,00 €

**FICHAS DE PROJETO:**

**ID | 1. Serviços online@CIMRL**

<p><b>Enquadramento Regulamentar:</b></p> <p><b>Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro – Parte III, artigo 83º, alínea a), subalínea i); alínea b), subalínea i):</b></p> <p>a) Promoção de uma administração em rede, através das seguintes ações:</p> <p>i) Digitalização, desmaterialização e ou prestação digital de serviços públicos de forma integrada e totalmente desmaterializada, com recurso à identificação eletrónica e à plataforma de integração, tendo em vista o suporte à prestação de serviços eletrónicos multicanal;</p> <p>b) Cooperação e articulação entre serviços em rede e serviços TIC, através das seguintes ações:</p> <p>i) Fomento da utilização de plataformas transversais de suporte à prestação de serviços eletrónicos, designadamente através da implementação de mecanismos que assegurem a interoperabilidade entre os vários sistemas de informação da Administração Pública, em particular através da integração na iAP e no âmbito da implementação da regra “uma só vez” tendo em vista o suporte à prestação de serviços eletrónicos multicanal;</p>
<p><b>RELAÇÃO COM A EIDT</b></p>
<p>10   Programa Leiria Digital 3.0</p>
<p><b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>Este projeto compreende as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização dos sistemas de informação municipais para disponibilização de serviços eletrónicos a cidadãos e a chave móvel digital, o cartão de cidadão e o sistema de certificação de atributos profissionais e empresariais.</li> <li>• Atualização de todos os sistemas de informação municipais para interoperarem com a plataforma de Interoperabilidade da AP.</li> <li>• Disponibilização de serviços online municipais através Plataforma Multicanal. da Administração Pública, nomeadamente no âmbito do "Licenciamento Zero".</li> <li>• Levantamento e atualização do cadastro digital das redes de infraestruturas municipais e sinalética.</li> <li>• Integração de sistemas de informação autárquicos com plataformas de SIG.</li> <li>• Continuidade do incremento dos serviços online disponibilizados a cidadãos e empresas, juntamente com a desmaterialização dos respetivos processos</li> <li>• Disponibilização de serviços eletrónicos em sistemas de balcão único (presencial e eletrónico).</li> <li>• Suporte à prestação de serviços em postos de atendimento mediado, de cariz local ou regional.</li> <li>• Suporte à desmaterialização de informação – digitalização (processos submetidos presencialmente) e armazenamento de dados.</li> </ul> <p>São objetivos do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a melhoria do serviço público prestado aos cidadãos e às empresas, e a redução dos respetivos custos;</li> <li>• Potenciar a utilização pelas entidades beneficiárias das plataformas de interoperabilidade e de publicação de serviços eletrónicos desenvolvidas pela AMA (Agência para a Modernização</li> </ul>

Administrativa); <ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização dos serviços com autenticação utilizando a chave móvel digital, o cartão de cidadão e o sistema de certificação de atributos profissionais e empresariais;</li> <li>• Utilização da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (AP) para troca de informação e para disponibilização de serviços que possam a vir utilizador por outras entidades, designadamente um serviço online contendo o cadastro das infraestruturas;</li> <li>• Utilização da plataforma de pagamentos, do gateway de SMS e do fornecedor de autenticação disponibilizados através da plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (AP);</li> <li>• Flexibilização do atendimento através de balcões únicos (presenciais e eletrónicos), o que facilitará a descentralização dos locais de atendimento e o acesso dos utentes à informação.</li> <li>• Fornecimento de serviços eletrónicos municipais através da Plataforma Multicanal da Administração Pública. Continuidade da integração com outros serviços disponibilizados nessas plataformas a cidadãos e a empresas, designadamente no âmbito do "Licenciamento Zero";</li> <li>• Continuidade da progressiva, e sustentada, integração entre os principais sistemas de informação autárquicos (ERP, Gestão Documental e Sistema de Informação Geográfico);</li> <li>• Obtenção de indicadores de desempenho de forma a melhorar o processo de tomadas de decisão, o planeamento e na gestão de recursos ao nível municipal e regional;</li> <li>• Continuidade da desmaterialização de processos/procedimentos para aumentar a celeridade na circulação, processamento e pesquisa de informação, bem como para reduzir os respetivos custos;</li> <li>• Continuidade da desmaterialização dos processos urbanísticos;</li> </ul>					
Este projeto irá contribuir para: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria do relacionamento com os cidadãos e empresas ao evitar que um mesmo processo tenha de interagir diretamente com vários organismos públicos, e maior facilidade no acompanhamento dos processos;</li> <li>• Redução de custos através da reutilização de serviços disponibilizados por vários organismos da Administração Pública;</li> <li>• Utilização de soluções de TIC (Plataformas) desenvolvidas para a Administração Pública;</li> <li>• Redução de custos e desmaterialização de processos na interoperabilidade com plataformas de compras públicas e com plataformas de SIG;</li> <li>• Redução dos Recursos Humanos afetos a tarefas de suporte ao atendimento;</li> <li>• Disponibilização da informação territorial (cadastro digital e sinalética) como serviço online.</li> <li>• Aumento da celeridade das tramitações processuais, e correspondente diminuição nos tempos de execução dos processos;</li> <li>• Incentivo económico ao mercado nacional das TIC;</li> <li>• Melhoria do fluxo de informação (acesso mais fácil e imediato às informações);</li> <li>• Eliminação de redundância de atividades (em sistemas não integrados).</li> <li>• Diminuição de erros/desperdícios.</li> </ul>					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.500.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					

- Reduzir os custos de contexto através do reforço da disponibilidade e fomento da utilização de serviços em rede da Administração Pública e melhorar a sua eficiência.
- Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer através da formação dos trabalhadores em funções públicas.

**ESTADO DE MATURAÇÃO**

Ideia		Projeto	X	Em execução	
-------	--	---------	---	-------------	--

**PERÍODO DE EXECUÇÃO**

Data de arranque	1 de setembro de 2015
Duração prevista	5 anos



## ID | 2. Arquivo histórico@CIMRL

### Enquadramento Regulamentar:

**Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro – Parte III, artigo 83º, alínea a), subalínea i) e iii); alínea b), subalíneas iii) e iv); alínea d):**

a) Promoção de uma administração em rede, através das seguintes ações:

i) Digitalização, desmaterialização e ou prestação digital de serviços públicos de forma integrada e totalmente desmaterializada, com recurso à identificação eletrónica e à plataforma de integração, tendo em vista o suporte à prestação de serviços eletrónicos multicanal;

iii) Reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos, internos e externos à Administração, que promovam ganhos de eficácia e eficiência, uma melhor integração multissetorial, multinível e ou entre diferentes entidades da administração local, assim como uma maior eficácia na interação da Administração com cidadãos e empresas;

b) Cooperação e articulação entre serviços em rede e serviços TIC, através das seguintes ações:

iii) Implementação de iniciativas integradas de racionalização das TIC na Administração Pública, nomeadamente ao nível da redução de custos, da implementação de soluções TIC comuns, da implementação de soluções de comunicação integradas que assegurem a conectividade entre serviços da Administração Pública, da criação e disseminação de serviços partilhados e da melhoria dos correspondentes mecanismos de governabilidade;

iv) Outras ações indispensáveis no âmbito das demais prioridades definidas a nível europeu para a área da administração eletrónica;

d) Ações de experimentação e divulgação da utilização inovadoras de TIC na prestação de serviços públicos.

### RELAÇÃO COM A EIDT

10 | Programa Leiria Digital 3.0

### NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Este projeto visa disponibilizar online o acesso a documentos que constituem o Arquivo dos Municípios da CIMRL, que detenham um interesse relevante para os municípios.

Num primeiro momento pretende-se disponibilizar as descrições do fundo na interface de gestão de arquivo (normalizado) e posteriormente disponibilizar as representações digitais de uma coleção específica\_ atas.

Este projeto tem os seguintes objetivos:

- Dotar os municípios da CIMRL de uma infraestrutura de gestão de arquivo normalizado;
- Permitir a pesquisa e a recuperação da informação on line;
- Divulgar e preservar a memória local.

Este projeto irá contribuir para:

- Disponibilização on–line da documentação existente em Arquivo à comunidade local e nacional.
- Simplicidade e rapidez da recuperação de informação.
- Integração com o Portal Português de Arquivos.

### PROMOTOR

**Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria**

ESCALA/IMPACTO					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
FONTE DE FINANCIAMENTO			INVESTIMENTO TOTAL <i>(estimado)</i>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.500.000,00€		
OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir os custos de contexto através do reforço da disponibilidade e fomento da utilização de serviços em rede da Administração Pública e melhorar a sua eficiência.</li> <li>• Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer através da formação dos trabalhadores em funções públicas.</li> </ul>					
ESTADO DE MATURAÇÃO					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
PERÍODO DE EXECUÇÃO					
Data de arranque	1 de setembro de 2015				
Duração prevista	5 anos				

### ID | 3. Projeto de Apoio ao cidadão e serviços Municipais de Apoio ao Cidadão

<b>Enquadramento Regulamentar:</b>					
Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro – Parte III, artigo 83º, alínea c):					
c) Implementação de novos modelos integrados de atendimento descentralizado na Administração Pública, designadamente lojas do cidadão, espaços do cidadão e serviços itinerantes;					
<b>RELAÇÃO COM A EIDT</b>					
10   Programa Leiria Digital 3.0					
<b>NATUREZA E CARACTERÍSTICAS</b>					
O Projeto de Apoio ao cidadão e serviços municipais de Apoio ao Cidadão tem como objetivo prestar um atendimento digital assistido ao cidadão em relação com a Administração Pública.					
Este projeto visa a disponibilização de vários serviços de diversas entidades, onde o cidadão também beneficia de um atendimento digital assistido, que lhe permite conhecer as várias opções disponibilizadas pelos serviços online. Este projeto é desenvolvido no âmbito das políticas de modernização administrativa, tendo em vista a simplificação de procedimentos administrativos com a Administração Pública e a redução da burocracia.					
<b>PROMOTOR</b>					
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria					
<b>ESCALA/IMPACTO</b>					
Território da CIM	X	Supra-local		Local	
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>			<b>INVESTIMENTO TOTAL (estimado)</b>		
Programa Operacional Regional do Centro (FEDER)			1.050.000,00€		
<b>OBJETIVOS</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir os custos de contexto através do reforço da disponibilidade e fomento da utilização de serviços em rede da Administração Pública e melhorar a sua eficiência.</li> <li>• Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer através da formação dos trabalhadores em funções públicas.</li> </ul>					
<b>ESTADO DE MATURAÇÃO</b>					
Ideia		Projeto	X	Em execução	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>					
Data de arranque	1 de setembro de 2015				
Duração prevista	5 anos				

## 7.8 Anexo 8. Histórico da Candidatura EIDT-99-2015-02-002 (Balcão 2020)



### Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-002 Versão 6

#### Caracterização do Promotor

##### Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

##### Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

##### Eixo Prioritário

Não aplicável

##### Objetivo Temático

Não aplicável

##### Prioridade de Investimento

Não aplicável

##### Tipologia de intervenção

Não aplicável

##### Plano Estratégico



### Identificação do Promotor

<b>NIF</b>	<b>Nome ou Designação Social</b>
508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA
<b>Morada (Sede Social)</b>	
EDIFÍCIO MARINGÁ Nº 221, TORRE 2 - 2º ANDAR APARTADO 2904	
<b>Código Postal</b>	<b>Localidade</b>
2400-118	LEIRIA
<b>NUT III</b>	<b>NUT II</b>
Região de Leiria	Centro
<b>Telefone</b>	<b>E-mail</b>
244811133	cimrl@cimregiaodeleiria.pt
<b>Telefax</b>	<b>URL</b>
244822796	<a href="http://www.cimregiaodeleiria.pt">http://www.cimregiaodeleiria.pt</a>
<b>Tipologia de Beneficiário</b>	
Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal	

### Identificação do Responsável Técnico da Operação

<b>Nome Responsável</b>	<b>Telefone Responsável</b>
Alcina Costa	244811133
<b>Cargo Responsável</b>	<b>Telemóvel Responsável</b>
Primeiro Secretário	962356013
<b>Serviço/Departamento</b>	<b>Email Responsável</b>
CIMRL	alcina.costa@cimregiaodeleiria.pt
	<b>Email Alternativo</b>
	cimrl@cimregiaodeleiria.pt

### Experiência do Promotor

#### Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]





A CIMRL, criada no âmbito da Lei 75/2013 de 8/09 sucedeu à CIMPL e à CIMPIN, ambas organismos intermédios no âmbito dos Contratos de Delegações de Competências com subvenção global, assinados entre a Autoridade de Gestão, os quais foram automaticamente transferidos para a CIMRL. A CIMRL tem pois uma longa, sólida e positiva experiência na gestão de fundos e programas, pelo que abaixo se descreve resumidamente, o processo de trabalho neste âmbito. O Organismo Intermédio da CIMRL possui uma estrutura dedicada à gestão do processo de contratualização, designada por EAT – Estrutura de Apoio Técnico, composta por um coordenador e uma Estrutura de Apoio Técnico.

A CIMRL tem capacidade instalada para implementar um processo de contratualização, com provas dadas no âmbito do presente quadro Comunitário de Apoio, sendo de relevar a boa performance quer em termos de análise, quer de acompanhamento, quer de execução dos projetos pelos Municípios. A CIMRL, conseguiu a execução da totalidade dos projetos aprovados, sem que nenhum tenha sido anulado, estando nesta fase em processo de encerramento dos projetos, com a análise de conformidade e verificações físicas e documental no local, com uma elevada taxa de êxito em termos de credibilidade dos PA.

O contrato de delegação de competências firmado com a CIMRL (contratualização) teve por base a aprovação pela CCDRC do PTD. Ao longo do Quadro Comunitário, a execução do programa nas vertentes económica, cultural e social influenciou significativamente e de forma positiva a qualidade de vida das populações deste território. Neste âmbito foram efetuadas as seguintes tarefas pela EAT:

- Organizar os processos relativos a cada projeto de acordo com as normas usuais estabelecidas, com as adaptações e especificidades próprias das tipologias objeto de contratualização
- Instruir e apreciar as candidaturas de projetos, verificando, designadamente, o seu enquadramento nas regras definidas no Regulamento específico das tipologias objeto de contratualização
- Formular pareceres técnicos sobre a viabilidade dos projetos
- Garantir que a programação financeira apresentada na candidatura de cada projeto correspondia a uma estimativa dos pagamentos a efetuar pela entidade proponente durante os anos indicados
- Manter atualizada a informação no Sistema de Informação do Mais Centro, necessária ao controlo de execução das operações objeto de contratualização, de acordo com o modelo estabelecido pela Autoridade de Gestão, tendo em vista a uniformidade e compatibilização necessárias
- Facultar à Unidade Diretiva toda a documentação e informações por ela solicitadas
- Verificar os elementos de despesa relativos às operações aprovadas
- Recolher e tratar a informação relativa aos indicadores de acompanhamento físicos e financeiros referentes às operações objeto de contratualização
- Preparar os pedidos de pagamento da contribuição comunitária, a enviar ao Mais Centro
- Prestar apoio ao Mais Centro na preparação dos relatórios de execução
- Efetuar o acompanhamento físico e financeiro das candidaturas aprovadas
- Desempenhar outras funções que lhe forem atribuídas pelo Mais Centro, no âmbito do cumprimento do Contrato de Delegação de Competências.

**Princípio de Segregação de Funções** - O respeito pela separação de funções integra os princípios gerais dos sistemas de gestão e controlo definidos no Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho, de 31 de julho, na sua alínea b) do Artigo 48.º. A CIMRL garante a segregação de funções dado que os elementos da EAT alternam posições nas fases de análise e seleção de operações, e análise de pedidos de pagamento (pp) e são asseguradas verificações no local por técnicos sem qualquer intervenção nas fases de análise de candidaturas e pedidos de pagamento de quaisquer operações.

**Gestão das Candidaturas** - Após validação da entidade no sistema e dos utilizadores, a EAT procede à seguinte análise: análise de conformidade, análise técnico-financeira, aplicação da fórmula da mo, hierarquização das candidaturas, deliberação, pela AG do Mais Centro, notificação ao promotor, análise de alegações, emissão de contrato (em caso de aprovação).

**Pedidos de Pagamento** – integra a verificação documental e verificação no local

**Pagamentos a Beneficiários** - Na sequência da validação da despesa associada ao pp, o sistema calcula o montante e tipo de pagamento, a validar pela Autoridade de Gestão e a efetuar pelo IFDR

**Validação de Mercados Públicos** - A validação dos requisitos de contratação pública é efetuada por componente da operação através da utilização da "check-list de gestão", efetuando validação da despesa associada, com confirmação do cumprimento das regras de Mercados Públicos.

**Encerramento de operações e atualização de indicadores** - Na sequência do último pp e do Relatório Final procede-se à consolidação e atualização da informação de execução relativa a despesa e pagamentos e à atualização dos indicadores de realização física, acompanhamento e resultado

## Copromotores Não Municipais

Balcão 2020 - Pág. 37/29



NIF	Designação	Prioridade Investimento
000000000	Administração pública local; associações de regantes/beneficiários ou similares	Valorização dos recursos florestais

## Caracterização do Pacto

### Identificação da área de intervenção do Pacto

#### NUTS III

Região de Leiria

#### Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

##### Situação atual do território

A análise e diagnóstico da situação territorial corresponde à síntese do trabalho já apresentado na EIDT, focado nas Prioridades de Investimento e respetivos Objetivos Temáticos integrados no Pacto agora apresentado.

##### Eficiência Energética:

Nos últimos anos têm-se verificado mudanças estruturais e comportamentais com um impacto positivo em termos da eficiência energética, nomeadamente através da crescente aposta na produção energética a partir de fontes renováveis. A Região de Leiria tem registado uma evolução positiva, assente primordialmente na energia eólica e hídrica, havendo contudo um importante caminho a percorrer. O consumo de energia elétrica/habitante tem vindo a diminuir em todos os concelhos da região, com exceção de Pedrógão Grande. Assistiu-se também a uma diminuição do consumo de energia elétrica na indústria, o que pode estar parcialmente relacionado com os projetos de melhoria da eficiência energética apoiados no âmbito do QCA III e do QREN. Neste contexto é relevante salientar a existência de recursos cuja utilização tem potencial para alterar o grau de dependência energética, nomeadamente as inúmeras explorações pecuárias, com potencial para a exploração energética do biogás, e o coberto vegetal, com potencial para a exploração da biomassa.

Destacam-se contudo os seguintes constrangimentos: edificado e redes infraestruturais (água e eletricidade) antigos com perdas significativas que colocam dificuldades à progressão dos indicadores de eficiência energética.

##### Alterações climáticas:

No litoral da região, em virtude de um elevado grau de industrialização, a qualidade do ar apresenta alguns indicadores menos favoráveis. No Verão, em virtude dos incêndios florestais, também os concelhos do interior apresentam este problema. A gestão florestal é aliás uma área problemática, cuja causa e origem está associada a problemas estruturais graves, nomeadamente a falta de cadastro e a utilização das terras. Em relação às emissões de CO2 destacam-se os seguintes comportamentos:

- Os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande apresentam o melhor desempenho regional
- O concelho de Leiria, o maior polo urbano, destaca-se negativamente
- A principal origem das elevadas emissões de CO2 é a combustão de combustíveis fósseis (carvão, petróleo)
- No litoral, a agricultura e a pecuária são as responsáveis por níveis acima do desejado nas emissões de NH3 na atmosfera.

Atendendo ao Índice da Qualidade do Ar, a área do Centro Litoral (Leiria, Pombal, Porto de Mós, Batalha, Marinha Grande e Ansião) e a área Centro Interior (Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Alvaiázere) apresentam níveis de qualidade do ar predominantemente bons.

##### Riscos e catástrofes:

A expressão territorial da perigosidade na Região Centro foi mapeada no âmbito do PROT, sendo de realçar uma maior sustentabilidade do território da Região de Leiria aos seguintes riscos:

- Incêndios florestais: mais elevado no interior da Região de Leiria e que merece atenção em termos de prevenção e intervenção direta de diferentes entidades, nomeadamente a administração local.
- Atividade industrial e comercial com matérias perigosas e transporte e manuseamento de mercadorias perigosas, com forte incidência nos concelhos da antiga unidade territorial do Pinhal Litoral onde a concentração industrial é uma das mais relevantes da Região Centro.

Também de realçar a suscetibilidade à contaminação marítima e erosão costeira, fenómenos do litoral.





**Património natural e cultural:**

A Região de Leiria integra duas unidades biofísicas - Beira Litoral e Maciço Calcário | Sicó – Porto de Mós, e as subunidades faixa costeira sul do Mondego e Campos do Lis. Fruto deste contexto existem diferentes realidades paisagísticas e uma elevada riqueza ambiental e natural na região, com destaque para a área protegida da Serra de Aire e Candeeiros, pertencente à RNAP. Destaque para o Pinhal de Leiria/mata do rei e as praias litorais e fluviais, espaços qualificados e que têm vindo a ser alvo de uma crescente procura. No património cultural, destaca-se o Mosteiro da Batalha, Património Mundial da Humanidade, como âncora regional cultural e turística e os castelos erguidos nos pontos-chave de defesa do território - Castelo de Leiria, Castelo de Pombal e Castelo de Porto de Mós. Destacam-se ainda os elementos do património industrial (indústria vidreira) e os museus presentes na região, com acervos patrimoniais assim como os arquivos com papel primordial no estudo, valorização, conservação e divulgação cultural. Esta diversidade concentrada do património natural e cultural permite a sua afirmação e a competitividade do turismo à escala regional e nacional.

**Simplificação administrativa:**

À escala nacional, segundo o INE, a forma de contacto predominante dos indivíduos com a administração local continua a ser via presencial (44,6%), seguindo-se a utilização do telefone (23,4%) e, por fim, via email (13,6%). Quanto ao indicador “Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet formulários oficiais para organismos da administração pública”, a percentagem tem aumentado progressivamente à escala nacional e regional, contudo abaixo dos 30%.

Na Região de Leiria, existem 2 Espaços do Cidadão localizados nos concelhos de Batalha e Pombal, fundamentais para a modernização e simplificação administrativa. Ainda de destacar o projeto “Leiria, Região Digital” (abrange os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós) que permitiu o acesso à Internet nos vários concelhos. Ao nível dos investimentos realizados no anterior quadro comunitário ao abrigo do regulamento SAM-Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa, a operação “LRD-Simplex Autárquico”, promovida pela AMLEI teve um investimento total aprovado de 987.599,04€.

**Emprego:**

Em 2011, a Região de Leiria apresentava uma taxa de desemprego ligeiramente superior ao valor registado no Centro, em parte devido aos valores registados nos concelhos do interior. Neste contexto, a população com níveis médios de escolaridade (1º e 3º CEB e secundário) era, em 2013, a mais atingida por este fenómeno, verificando-se um elevado número de desempregados com ensino superior no concelho de Leiria. É de realçar a existência de uma elevada percentagem de inscritos nos centros de emprego e de formação profissional há mais de um ano, o que revela uma situação de desemprego de longa duração e a incapacidade do mercado de trabalho em incorporar a população em idade ativa.

A taxa de atividade sofreu um decréscimo no último período intercensitário, com exceção para os concelhos de Alvaiázere, Batalha, Pedrógão Grande e Pombal que registaram um aumento ligeiro. Ainda de referir as disparidades no rendimento por sexo, setor de atividade e nível de habilitações e o ganho médio mensal inferior ao do Centro na maioria dos concelhos.

A análise do indicador densidade de empresas permite identificar duas realidades distintas no que toca à industrialização e densidade empresarial, com alguns municípios a apresentar valores acima da média nacional (Marinha Grande, Leiria e Batalha) contrastando com o restante território com valores relativamente baixos deste indicador. A estrutura empresarial da Região de Leiria é constituída predominantemente por empresas de baixa e média tecnologia direcionadas para mercados exportadores tradicionais ou para o mercado nacional. Destaque para a clara especialização na fileira dos moldes.

**Educação:**

Na Região de Leiria foram realizados investimentos na reorganização e racionalização da rede escolar, nomeadamente no âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar e da Requalificação da Rede Escolar (Mais Centro). Além destes investimentos, destaca-se a aposta em políticas de educação e reforço da qualificação do capital humano, através de modalidades de educação e formação orientadas para adultos (cursos CEFA e RVCC) e medidas de combate ao abandono escolar, fenómeno que registou um aumento em Ansião e Batalha.

De uma forma geral, no que se refere aos indicadores da educação, temos o seguinte panorama:

- Taxas elevadas de escolarização
- Os investimentos efetuados no parque escolar não permitiram ainda eliminar o problema do abandono escolar precoce. O valor médio para os países da UE-27 situou-se nos 13,5%, sendo que a Região Centro ainda se posiciona nos 20,5%, ainda distante do objetivo 2020 dos 10%.
- Taxas retenção e desistência próximas da Região Centro, especialmente favoráveis nos concelhos do antigo Pinhal Litoral.

**Inclusão social:**





No que se refere aos beneficiários de mecanismos redistributivos, apesar da elevada heterogeneidade interna, a Região de Leiria apresenta uma média semelhante à do Centro. O valor médio anual das pensões sociais é inferior à média portuguesa (pensões por velhice e sobrevivência). Os valores de Marinha Grande e Leiria são os mais elevados e o de Alvaiázere é o mais baixo da sub-região.

O número de beneficiários do RSI apresenta níveis diferenciados nos concelhos da Região de Leiria, com uma maior percentagem nos concelhos de Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, destacando-se o grupo etário dos jovens com menos de 25 anos. A análise sobre a % de população que beneficia de prestações sociais revela que, em 2012, cerca de 39% da população residente (112 891 pessoas) dependia de transferências sociais.

Neste campo têm sido desenvolvidas diversas iniciativas, através da ação social e de parcerias com entidades locais, com vista à inclusão de grupos sociais mais vulneráveis, incentivando redes de apoio social integrado e dinamizando programas de apoio ao desenvolvimento social. São exemplos: a Rede Social (através da criação das Comissões Sociais de Freguesia e/ou Interfreguesia (CSF/CSIF) e dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS+).

## Análise SWOT

### Principais Oportunidades

- Projetos inovadores na área da produção e consumo de energia.
- Maior controlo sobre a qualidade da água e do ar regido através de normas europeias.
- Grande potencial energético de fontes que utilizam recursos endógenos (biogás, biomassa, etc.) ainda pouco exploradas.
- Existência de um vasto coberto vegetal em toda a sub-região que serve de matéria para a biomassa.
- Aumento da procura por mão-de-obra especializada em setores estratégicos.
- Apoio da União Europeia à aprendizagem ao longo da vida e às competências humanas.
- Implementação de programas de combate ao insucesso escolar, que garantam a deteção precoce de alunos com dificuldades económicas e/ou de aprendizagem.

### Principais Pontos Fortes

### Principais Ameaças

- Grande pressão urbana e industrial em grande parte do território do "Pinhal Litoral".
- Impacto das alterações climáticas sobre os recursos naturais do planeta.
- Impacto do aumento do preço da energia nas dinâmicas de investimento.
- As políticas de emprego assumem na sua maioria um carácter macro, sendo definidas no espectro europeu e nacional e implementadas através de ciclos diferenciados. Este facto pode comprometer algumas especificidades locais.
- Aprofundamento das problemáticas de coesão social – nomeadamente pela continuada perda do poder de compra da população portuguesa e a recessão em que se encontra a economia nacional.
- Tendência de envelhecimento nos países desenvolvidos com conseqüente aumento de pressão sobre os sistemas sociais.

### Principais Pontos Fracos



- Melhoria do desempenho em termos de eficiência energética.
- Evolução positiva da produção de energia renovável.
- Existência de condições para aproveitamento de energias renováveis: energia eólica, biomassa e biogás.
- Existência de sistemas multimunicipais de gestão de água e resíduos.
- Elevado número de ETAR no território.
- Taxa de desemprego inferior à média nacional e regional.
- Existência de estruturas regionais e locais de apoio ao emprego (Centro de Emprego e GIP).
- Aposta na educação para adultos através dos cursos CEF e RVCC.
- Taxa de retenção e desistência no ensino básico inferior à média regional.
- Posição favorável face ao contexto nacional em termos dos beneficiários de mecanismos redistributivos como subsídio de desemprego e RSI.
- Taxas elevadas de escolarização.
- Planeamento supraconcelhio das respostas sociais.
- Forte dependência energética.
- Predominância de edifícios antigos e mal preparados em termos de isolamento de calor.
- Antiguidade e desadequação das redes de distribuição de água e eletricidade.
- Escassa expressão do distrito de Leiria em termos de produção de energia renovável.
- Exposição a riscos naturais e tecnológicos.
- Maior incidência do desemprego na faixa etária dos adultos (35-54 anos).
- Existência de situações de desemprego de longa duração.
- Taxa de emprego abaixo das metas europeias e nacionais.
- Ganho médio mensal inferior à média nacional.
- Disparidades do rendimento por sexo e por grau de habilitação.
- Parcela elevada de indivíduos a receber RSI, destacando-se os jovens com menos de 25 anos.
- Valores de pensões da Segurança Social abaixo da média portuguesa.
- Existência de situações de insucesso e abandono escolar precoce.

#### Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

A análise e diagnóstico da situação territorial, sintetizada anteriormente, permitiu aferir os seguintes desafios/fatores críticos de sucesso que sustentaram a EIDT reconhecida e que devem ser tidos em consideração na elaboração do Pacto / ITI da Região de Leiria:

- Assegurar modelos de atuação de incremento da info-inclusão e mobilização do potencial dos serviços baseados em TIC para melhorar a prestação de serviços à distância e serviços públicos em particular.
- Criar dinâmicas de cooperação entre os dez municípios e as entidades públicas e privadas.
- Criar uma estratégia energética comum, à escala sub-regional, que permita monitorizar, de forma mais efetiva e articulada, a implementação das medidas já existentes;
- Promover a mobilização da população e da comunidade empresarial para a concretização das metas estabelecidas, o que obriga a um esforço contínuo de sensibilização e capacitação;
- Responsabilizar e integrar as empresas locais na implementação de projetos sub-regionais de eficiência energética.
- Garantir o equilíbrio regional em matéria de desempenho ambiental num território marcado pela heterogeneidade nesta matéria, com claras diferenças entre municípios do litoral e interior.
- Aumentar a taxa de emprego, nomeadamente através de um papel mais ativo de entidades no “terreno” (ex. GIP, CLDS, Centros de Emprego, etc.) e da sua autonomia para cruzar as necessidades de mão-de-obra das empresas e as capacidades do capital humano desempregado.
- Criar dinâmicas de cooperação entre os dez municípios e as entidades públicas e privadas existentes.
- Promover um equilíbrio entre a aposta na educação para adultos e a capacidade produtiva do território, bem como adaptar esses cursos para a promoção de iniciativas de empreendedorismo, não limitando a idade até aos 35 anos.
- Garantir um maior acompanhamento da escola junto da família, responsabilização das escolas e das comunidades educativas pelo seu contributo para a concretização dos objetivos nacionais de melhoria das competências básicas dos alunos e do alargamento da escolaridade obrigatória.
- Aumentar a proximidade das entidades sociais (CLAS) ao território, através de um levantamento efetivo das necessidades sociais da população.
- Aprofundar a articulação litoral/interior na CIM, com a necessidade de preconizar a existência de mecanismos que possam articular dinâmicas contrastadas e situações estruturais diversas.

#### Estratégia

##### Objetivos e vocação específica do ITI

A definição da estratégia integrada do ITI da Região de Leiria tem como propósito maximizar a utilização das

Balcão 2020 - Pág. 7 / 29





oportunidades e potencialidades e a superação dos problemas e dificuldades da região analisados e diagnosticados anteriormente. A concretização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, através do ITI da Região de Leiria está devidamente ancorado na EIDT da Região de Leiria e alinhado e coerente com a estratégia da respetiva NUTS II (Centro 2020) e de nível nacional (Portugal 2020). Neste sentido, o Pacto abrange as intervenções das entidades de nível municipal e intermunicipal nas PI passíveis de "itizar" e essenciais para a concretização e implementação parcial da EIDT da Região de Leiria, nomeadamente em domínios como eficiência energética, modernização administrativa, prevenção de riscos, valorização do património natural e cultural, empreendedorismo e na reorganização e requalificação da oferta de serviços públicos e coletivos nas áreas da inclusão social, de saúde e da educação.

Assente na visão que em 2020 a Região de Leiria "será um território aberto ao mundo, caracterizado por oportunidades económicas e de emprego sustentados na simbiose entre ensino/investigação/produção e uma região coesa e inclusiva, reconhecida pela qualidade de vida" (EIDT Região de Leiria), o ITI da Região de Leiria concorre para a concretização dos seguintes eixos e respetivos objetivos:

• Eixo I. Gestão dos recursos e alterações climáticas – Leiria + Sustentável:

o Reduzir o contributo regional para as alterações climáticas, através da promoção da utilização eficiente de energia proveniente de fontes renováveis e a redução da poluição atmosférica.

o Promover práticas agrícolas sustentáveis.

• Eixo II. Coesão social, educação e competências – Leiria + Inclusiva:

o Garantir educação e formação de elevada qualidade em todas as fases do desenvolvimento da criança e ao longo da vida do adulto, assegurando a aprendizagem e o ajustamento das competências no contexto da sociedade do conhecimento.

o Garantir a articulação das políticas setoriais de inclusão (segurança social, emprego, educação, formação) e o reforço das parcerias locais e do diálogo entre os parceiros sociais, de acordo com os critérios de abordagem atempada, multidisciplinaridade e subsidiariedade da intervenção social.

• Eixo III. Empreendedorismo e desenvolvimento económico – Leiria + Inteligente:

o Criar as condições ótimas para o estabelecimento de um ambiente propício ao surgimento de novas ideias e empresas, em especial nas áreas de especialização inteligente da região: "Moldes e Plásticos", "Materiais para o Habitat", "Floresta" e "Turismo".

o Reduzir a burocracia e simplificar processos, desde licenciamentos ao acesso a financiamentos e apoios comunitários.

o Promover a adoção das TIC e de práticas de negócios e prestação de serviços em linha pelas empresas e organizações.

Com base no exposto, a vocação específica do ITI da Região de Leiria é a concretização de um território mais coeso e competitivo, com base na implementação de uma carteira de projetos materiais e imateriais promovidos pelas autarquias e comunidade intermunicipal, mobilizando sempre que necessário diferentes parceiros, e que serão complementares a outros projetos que no decorrer do período de programação se revelem adequados à total concretização da EIDT.

O trabalho de seleção de PI itizáveis teve em consideração a possibilidade da CIM e dos seus municípios assegurarem desde já um conjunto de projetos que garantam a prossecução dos objetivos estabelecidos na EIDT, ainda que nalguns domínios apenas parcialmente. Neste contexto foram selecionadas PI exclusivamente mobilizadas por via do ITI e PI facultativas em domínios em que se assume um compromisso regional de intervenção municipal. Importa salientar a pertinência da maioria das PI contempladas no aviso nº3/2015 para a concretização da EIDT, contudo os montantes disponíveis e medidas itizáveis exigiram um processo de concertação interna para o estabelecimento de prioridades e construção do presente pacto. As PI integradas no ITI da Região de Leiria são a seguir identificadas e justificadas com base no diagnóstico sintético da situação territorial atual.

PI4.3 (OT4) - Apoio à utilização da eficiência energética em projetos integrados no domínio da eficiência energética com possível utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos da administração local e sub-regional: a aposta na promoção da eficiência energética e na utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas corresponde a uma prioridade para a Região de Leiria tendo em conta que é necessário alterar os padrões de consumo energético no setor público e, consequentemente, obter uma redução dos custos que lhes estão associados. O diagnóstico demonstra que nos últimos anos têm-se verificado mudanças em termos estruturais e comportamentais com um impacto positivo em termos de eficiência energética nacionais e atenuado a dependência energética externa. Apesar de no território de Leiria ter-se registado uma evolução positiva da produção de energia renovável, no contexto da região Centro, Leiria corresponde a um dos distritos com menor expressão em termos de produção de energia renovável. Salienta-se ainda o facto da diminuição dos consumos energéticos poder estar associada a cenários de contenção e não a cenários de eficiência pelo que se revela pertinente a aposta neste domínio.





PI5.2 (OT5) - Desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil): a Região de Leiria apresenta uma forte vulnerabilidade e suscetibilidade face aos riscos naturais (incêndios florestais) e aos riscos tecnológicos associados à atividade industrial e comercial com matérias perigosas. Face a este cenário, é relevante a criação de medidas que tenham como objetivo a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos.

PI9.7 (OT9) - Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais de iniciativa municipal: os investimentos realizados na área social são de grande importância uma vez que permitem melhorar os níveis de cobertura territorial bem como o acesso e a qualidade dos serviços, contribuindo significativamente para a coesão dos territórios. Atendendo ao crescente envelhecimento populacional, mais acentuado no interior da Região de Leiria, são necessários investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde de modo a dar resposta às reais necessidades da população idosa (problemas de isolamento, etc.).

PI10.5(OT10) - Investimentos em infraestruturas educativas do ensino pré-escolar e do ensino básico: a educação e formação são determinantes na geração de inclusão e igualdade de oportunidades. No caso específico da Região de Leiria, a par com as políticas nacionais, têm sido desenvolvidos esforços significativos na aposta deste setor, nomeadamente na requalificação da rede escolar do 1ºCEB e de Educação Pré-Escolar. Torna-se prioritário dar continuidade à aposta no setor da educação, nomeadamente através da melhoria das instalações escolares do pré-escolar e do ensino básico, permitindo a conclusão da modernização destes estabelecimentos de ensino. Estas intervenções terão um impacto direto no combate ao insucesso escolar e na promoção da escolarização, permitindo dar continuidade ao caminho desenvolvido até ao momento para a afirmação do capital humano dos municípios pertencentes à Região de Leiria.

PI2.3 (OT2) - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: apoio à modernização da administração local: a EIDT da Região de Leiria define a necessidade de se garantir a simplificação de processos e a articulação de competências municipais, nomeadamente através de plataformas e sistemas de informação que facilitem o contacto com o público, através da utilização das tecnologias de informação e comunicação. Esta é uma medida estratégica para a aproximação dos cidadãos e da administração.

PI6.3 (OT6) - Apoio ao investimento na proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural: a Região de Leiria possui um grande património natural e cultural cuja missão é a sua proteção/preservação e valorização económica. De facto, os investimentos realizados no âmbito da proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural vão contribuir para a excelência da atividade turística na Região de Leiria, tornando-a numa região mais atrativa.

PI8.3 e 8.8(OT8) - Apoio à criação de emprego por conta própria, ao micro empreendedorismo e a criação de empresas: a taxa de desemprego registada nos municípios da Região de Leiria aumentou drasticamente na última década intercensitária, pelo que é urgente uma resposta eficaz das políticas públicas relativamente a este domínio. Uma das formas de combate ao desemprego corresponde ao apoio ao empreendedorismo, à criação de emprego por conta própria e ao apoio à criação de empresas. A melhoria dos espaços de acolhimento, acompanhados por políticas regionais e municipais de promoção e apoio direto às empresas é fundamental numa das regiões mais industrializadas do país, nomeadamente na sua faixa Leiria-Marinha Grande.

PI10.1(OT10) - Intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino: o nível médio de escolaridade da população da Região de Leiria acompanha o padrão de baixas qualificações de Portugal, advindo daí a importância de se intervir neste domínio. O diagnóstico revela que a evolução da taxa de abandono escolar apresenta uma tendência decrescente, embora dois concelhos da região tenham registado um ligeiro aumento. A estratégia visa promover o sucesso educativo dos alunos que apresentam um percurso de insucesso escolar e a igualdade de acesso ao ensino, principalmente dos alunos com necessidades educativas especiais.

OT3/ Medida 4 (FEADER) - Investimentos em ativos físicos - Ação 3.4 (PDR 2020) - Infraestruturas coletivas (regadios tradicionais, segurança de barragens, drenagem e estruturação fundiária): De acordo com a DRAPC, a irregularidade da distribuição da precipitação, associada aos défices hídricos nos meses mais quentes, impõe como investimento estratégico para o desenvolvimento agrícola regional o reforço da capacidade de armazenamento de água e da eficiência de rega. Esta é uma situação que se impõe no território da Região de Leiria onde perto de 200 Ha carecem de intervenção prioritária.

**Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto**





À semelhança do processo de construção da EIDT, a construção do ITI da Região de Leiria teve por base um conjunto de sessões/reuniões de trabalho que tiveram como objetivo promover o debate e reflexão sobre prioridades e investimentos a realizar até 2023. Nestas reuniões de trabalho participaram representantes de todos os municípios constituintes da CIM região de Leiria sendo de salientar a realização de reuniões temáticas e reuniões generalistas para definição da estratégia do pacto. Destacam-se reuniões temáticas no domínio da educação, da eficiência energética, equipamento de apoio à qualidade de vida e as seguintes reuniões com a participação de todos os municípios para definição da estratégia e projetos do pacto:

- novembro 2014. Definição das prioridades de investimento a contratualizar no âmbito do ITI da Região de Leiria;
- De novembro 2014 a março 2015: Trabalho de identificação de projetos municipais e intermunicipais a integrar no ITI da Região de Leiria;
- janeiro 2015: Discussão da Análise e diagnóstico da situação territorial e definição dos objetivos e vocação específica do ITI;
- março e abril 2015: Elaboração do Programa de Ação com a concertação de projetos, alinhamento de intervenções nos vários municípios e ponderação de escalas de intervenção e abordagens intermunicipais. Foram vários meses de reuniões intermunicipais com o debate de prioridades, complementadas pelos trabalhos desenvolvidos em cada município com as várias entidades locais com intervenção direta em domínios mobilizados pelos fundos disponíveis no ITI, nomeadamente no setor social, educação e proteção civil. Destaque também para a concertação junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

**Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)**

No âmbito do PROT-C, foram definidas quatro unidades territoriais sendo a atual CIM Região de Leiria abrangida por duas unidades territoriais, nomeadamente o Centro Litoral – Subsistema Leiria-Marinha Grande/Pinhal Litoral (abrange os municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós) e Pinhal Interior e Serra da Estrela (abrange os municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueirós dos Vinhos e Pedrógão Grande). No que diz respeito a este plano territorial, o modelo de estruturação do sistema urbano aborda estas duas unidades, sendo de salientar, para o subsistema urbano ancorado em Leiria - Marinha Grande, as seguintes indicações:

1. Reforçar as centralidades do eixo Leiria – Marinha Grande e inovar os serviços em torno da base económica envolvente;
2. Organizar este subsistema integrando o centro urbano regional de Leiria e ainda os centros estruturantes de Marinha Grande e Pombal, associando um leque de centros urbanos complementares localizados nas proximidades;
3. Afirmar Leiria – Marinha Grande nas redes de articulação com a metrópole de Lisboa, rentabilizando as sinergias funcionais instaladas e potenciais;
4. Criar e reforçar redes de articulação com o Oeste e o Médio Tejo nas áreas do património e do turismo (Alcobaça -Batalha - Fátima -Tomar).

Em termos de prioridades de intervenção destaque para a referência à estruturação da aglomeração urbana Leiria – Marinha Grande e, tendo em conta a intensidade de urbanização, para a articulação da malha rodoviária arterial com a rede de Estradas Nacionais através de soluções que valorizem e requalifiquem a rede existente em articulação com as estratégias urbanísticas.

As questões da mobilidade e da urbanização difusa são amplamente referidas no PROT como prioridades neste território, a par da qualificação das zonas de acolhimento empresarial (novas ou expansões) numa lógica de diminuição do conflito com a urbanização envolvente e de aproveitamento máximo da infraestrutura existente. Complementam estas prioridades de intervenção em espaços fortemente urbanizados, as prioridades relacionadas com a preservação a capacidade agrícola produtiva, nomeadamente a preservação das manchas de produção hortícola, frutícola e vitícola e a salvaguarda de utilizações não agrícolas as áreas de aproveitamento hidroagrícola do Lis e garantir a conclusão das obras de reabilitação e de reestruturação fundiária.

Associado ao subsistema urbano da unidade territorial do Pinhal Interior surgem as seguintes indicações:

1. Desenvolver serviços, organizados à escala supramunicipal, com características polivalentes e orientados para as zonas rurais de baixa densidade;
2. Reforçar a potencial estruturação linear de centros urbanos complementares localizados ao longo do IC 8;
3. Reforçar as atividades ligadas à gestão integrada dos recursos naturais, com destaque para a floresta e o potencial energético



4. Focar intervenções na população envelhecida e da infância e dar prioridade ao ensino profissional, combinando saberes horizontais (como a informática, as línguas, as tecnologias), com especializações, instituições e saberes localmente enraizados

5. Discriminar positivamente a amarração local das iniciativas explorando os objetivos do desenvolvimento endógeno ou local

Em termos de prioridades de intervenção destaque para a referência à estruturação do sistema urbano, num cenário territorial "centrífugo", i.e. sem um centro principal de polarização, consagrando a unidade Pinhal Interior como um todo; a discriminação positiva do reforço funcional das sedes de concelho e a necessidade de conjugar "subsistemas" de prestação de serviços e de redes de equipamentos mais ou menos autónomos e articular serviços, modos de funcionamento e rendibilização de espaços e recursos (p.e. da rede escolar com equipamentos culturais e desportivos), combinando os serviços móveis e fixos;

Este modelo de sistemas urbanos duais está agora agregado na CIM Região de Leiria que, revisitando as prioridades e indicações de intervenção do PROT, integrou na sua EIDT reconhecida as medidas 11. Programa de Requalificação Urbana e Mobilidade Sustentável e 9. Programa +Empresas, preconizando nelas a necessidade de, conforme estabelecido no PO Regional Centro 2020 e Regulamentos aprovados, serem realizados os PEDU nos centros urbanos de 1º e 2º nível do sistema urbano (eixo 9 do PO Regional) e operações de regeneração nos centros urbanos complementares.

Complementarmente à estruturação do sistema urbano por via de processos de reabilitação/regeneração urbana sustentável, importa salientar a identificação da necessidade de desenvolver e implementar o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) (medida 9) no qual se inclui: "Desenvolvimento de avaliação regional de sistemas de mobilidade com identificação de constrangimentos (exemplo: articulação de sistemas de transportes com os espaços de produção e de conhecimento, nomeadamente a rede escolar de nível profissional e superior), apoio à inter/multimobilidade, com especial ênfase para a valorização da presença de estruturas de transporte aéreo, ferroviário e rodoviário (Base Aérea de Monte Real e transporte ferroviário)". A avaliação das ligações entre este território policêntrico, a sistematização de modos de transporte existentes e do seu impacto ambiental estimado face à procura e uso real, a avaliação da procura e o adequado cruzamento com a oferta são os passos iniciais a desenvolver na metodologia do PMUS, que deverá definir uma estratégia clara (objetivos e metas a alcançar na região de Leiria e nos seus 10 concelhos nesta matéria) e um plano de ação / sistema de monitorização regional concretos e adequados às necessidades dos 10 concelhos da CIMRL (propostas de intervenção, cronograma de implementação, fontes de financiamento e promotores).

Complementarmente a estas intervenções no sistema urbano, na sua maioria corpóreas, associam-se, à semelhança da abordagem do PROT, as intervenções incorpóreas e que têm em vista colmatar problemas sociais e económicos tendencialmente associados a zonas de maiores concentrações populacionais, nomeadamente no domínio do apoio e acompanhamento social e na definição de instrumentos de apoio à criação de emprego tendo por base as especificidades regionais que se mantêm, apesar da unidade territorial ser agora a Região de Leiria constituída pelos 10 concelhos.

Destaque ainda para a complementaridade da abordagem do ITI ao modelo do sistema urbano com outros instrumentos definidos no quadro 2014-2020, como as intervenções de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, nomeadamente as de vertente urbana.

**Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)**





Considerando as áreas de intervenção preconizadas, a implementação do presente pacto terá impacto no contexto social e económico da região de Leiria contribuindo para os objetivos associados ao crescimento sustentável e inclusivo:

- O investimento na eficiência energética e nas energias renováveis nas infraestruturas públicas contribuirá de forma significativa para a alteração dos padrões de consumo energético e redução dos custos associados, permitindo que a administração local seja percursora na alteração dos padrões energéticos da região (PI4.3 – Eixo I)
- Os investimentos para abordar riscos específicos contribuirão para que a Região de Leiria apresente uma maior resiliência face aos riscos naturais mais evidentes neste território como é o caso dos incêndios florestais (PI5.2 – Eixo I)
- A aposta na valorização do património natural e cultural tem como objetivo tornar a Região de Leiria num destino turístico atrativo, o que contribuirá para o aumento da procura turística neste território e das receitas geradas por esta atividade (PI6.3 – Eixo I)
- Os investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais, contribuirão para a coesão social tendo em vista a atenuação de desequilíbrios internos em matéria de acesso a serviços básicos de suporte à qualidade de vida e de apoio a grupos etários mais fragilizados, nomeadamente no domínio da saúde e apoio social (PI9.7, 9.1 e 9.4 – Eixo II)
- O investimento na educação, através de intervenções de redução e prevenção do abandono escolar, promoção da igualdade de acesso ao ensino e investimentos nas infraestruturas educativas, contribuirá para uma região mais qualificada e coesa, com baixas taxas de insucesso e de abandono escolar (PI 10.5 e 10.1 – Eixo II)
- A modernização da administração local contribuirá para o reforço da competitividade da economia regional, promovendo uma administração pública mais eficiente e orientada para responder às necessidades concretas dos cidadãos e empresas de uma forma mais célere e eficaz, permitindo ainda a diminuição dos custos de contexto (PI2.3 – Eixo III)
- A promoção de políticas ativas de emprego, nomeadamente através de apoios à criação do próprio emprego e de empresas e o apoio ao empreendedorismo contribuirá para a redução da taxa de desemprego da Região de Leiria e, conseqüentemente, aumentar a qualidade de vida da população residente (PI8.3 e 8.8 – Eixo III)
- Apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e da silvicultura - infraestruturas coletivas que permitam aumentar o nível de produtividade agrícola da região de leiria (OT3/ Medida 4 (FEADER))

## Caracterização do Projeto

### Programa de Ação

#### Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

O ITI da Região de Leiria está alinhado com a EIDT reconhecida para o mesmo território, de acordo com o seu enquadramento no Portugal 2020 e nas diretrizes Europa 2020. Neste contexto é pertinente reforçar que o ITI é um dos instrumentos de suporte à concretização da EIDT, focado essencialmente no apoio a intervenções das entidades municipais e intermunicipais essenciais à implementação da estratégia reconhecida, com especial ênfase na reorganização da oferta de serviços públicos e coletivos. Pretende-se assim reiterar que o ITI é um dos vários instrumentos e possibilidades de implementação da Estratégia, não se esgotando esta última no presente Pacto. O reforço da complementaridade do ITI com outros apoios definidos para o período 2014-2020 é crucial, nomeadamente com os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDU) a desenvolver para Leiria, Marinha Grande Pombal, as operações de regeneração para as vilas e sedes de concelho de pequena dimensão (Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Porto de Mós), e as intervenções de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) nas suas vertentes rural, urbana e costeira que se venham a aprovar. Face ao exposto o Plano de Ação do ITI da Região de Leiria está estruturado em 3 Eixos que a seguir se descrevem sucintamente, com a preocupação de apresentar a sua estreita correlação com a EIDT: EIXO I. GESTÃO DOS RECURSOS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – LEIRIA + SUSTENTÁVEL (correspondente na EIDT reconhecida ao eixo 5 e, parcialmente, ao eixo 4. Importa ainda reforçar a complementaridade com o eixo relativo à Regeneração Urbana e intervenção nos espaços Urbanos – eixo 9 da EIDT) Considerando os





OT e PI mobilizados pelos ITI e as ações neles enquadráveis, o objetivo deste eixo é a implementação de projetos que contribuam para a melhoria do ambiente e para a mais eficiente e sustentável utilização e gestão dos recursos disponíveis na Região de Leiria. Neste sentido, a este Eixo estão associadas 2 medidas que mobilizam 4 PI itizadas (2 mobilizadas exclusivamente por via deste instrumento e 2 opcionais, mas cuja preponderância regional levou à sua integração no pacto): Medida I.1. Programa Regional Energia Eficiente e Renovável (medida 6 da EIDT) PI 4.3. (OT4) - Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores: apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos da administração local; Medida I.2. Programa Regional de Proteção Ambiental (medida 7 da EIDT) PI 5.2. (OT5) - Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes, de acordo com as medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil PI 6.3. (OT6) - Apoio ao investimento na proteção, na promoção e no desenvolvimento do património natural e cultural OT3/ Medida 4 (FEADER) - Investimentos em ativos físicos - Ação 3.4 (PDR 2020) - Infraestruturas coletivas (regadios tradicionais, segurança de barragens, drenagem e estruturação fundiária) EIXO II. COESÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E COMPETÊNCIAS – LEIRIA + INCLUSIVA (correspondente na EIDT reconhecida aos eixos 2 e 3) O objetivo deste eixo do ITI é contribuir para a garantia de articulação das políticas setoriais que concorrem para a inclusão de cada indivíduo na sociedade, através da oferta de respostas em áreas básicas para a qualidade de vida, nomeadamente na saúde, educação e apoio/inclusão social. Estão assim associadas a este Eixo 2 medidas, mobilizadoras de 3 PI (2 PI apenas passíveis de mobilizar por esta via e que, de acordo com os regulamentos e Aviso estão sujeitas a processos de mapeamento e prévia negociação com a CIM – equipamentos de saúde, sociais e educação; e 1 PI facultativa): Medida II.1 | Programa + Escola (medida 1 da EIDT) PI 10.5 (OT10) - Investimentos em infraestruturas da educação pré-escolar e do ensino básico PI 10.1 (OT10) – Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida: apoio a intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino Medida II.2 | Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão (medida 2 da EIDT) PI 9.7 (OT9) - Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais (Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitário) EIXO III. EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – LEIRIA + INTELIGENTE (correspondente na EIDT reconhecida aos eixos 7, 8 e parcialmente ao 1) Considerando os OT e PI mobilizados pelos ITI, o principal objetivo estratégico associado a este eixo é a criação de condições de base ao crescimento económico da região, nomeadamente através da simplificação e aproximação da administração local aos cidadãos/empresas e instituições e da mobilização de apoios diretos ao empreendedorismo e à criação líquida de postos de trabalho em iniciativas empresariais de base local que potenciem os recursos e o know how regional, nomeadamente nas áreas identificadas na estratégia como as áreas de especialização inteligente da Região de Leiria (moldes, habitat, floresta e turismo) ou noutras complementares que se revelem de especial valia para a supressão de lacunas na base económica da região. Neste contexto, associadas a este Eixo, estão 2 medidas com 2 PI itizadas (ambas de integração facultativa, mas cuja relevância para o desenvolvimento regional determinou que se considerassem neste instrumento): Medida III.1. Empreendedorismo (medida 7 da EIDT) PI 8.3 e 8.8 (OT8) - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores: apoio à criação de emprego por conta própria, ao microempreendedorismo e à criação de empresas Medida III.2. Leiria Digital 3.0 (medida 8 da EIDT) PI 2.3 (OT2) - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: apoio à modernização da administração local No que se refere aos principais resultados a atingir espera-se a supressão de lacunas ainda evidentes em serviços básicos, nomeadamente nos territórios em que os investimentos infraestruturais ainda não foram realizados ou não responderam satisfatoriamente às necessidades. Neste campo a saúde e a educação são os mais notórios. Pretende-se ainda, numa CIM recentemente criada aprofundar a articulação litoral/interior e as dinâmicas intermunicipais nos domínios de intervenção do ITI.

### Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização	Indicador de Resultado	Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
--	-------	---------------------------------------	-------------------------	------------------------	--





			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	Eixo I. / Medida I.1. Programa Regional Energia Eficiente e Renovável (medida 6 da EIDT)	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	868235,00	4341177,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	0,00	0,00	1 800 000,00€
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	Eixo II. / Medida II.2   Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão (medida 2 da EIDT)	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	0,00	4,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	1 264 800,00€
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	Eixo II. / Medida II.1   Programa + Escola (medida 1 da EIDT)	Capacidade e das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	1071,00	2143,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	15,00	37,00	17 187 000,00€



02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	Eixo III. / Medida III.2. Leiria Digital 3.0 (medida 8 da EIDT)	Serviços da Administração Pública apoiados	1,00	1,00	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	0,00	65,00	1 800 000,00€
06.03 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	FEDER	Eixo I. / Medida I.2. Programa Regional de Proteção Ambiental (medida 7 da EIDT)	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	27600,00	46000,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,00	0,00	2 927 500,00€
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	Eixo III. / Medida III.1. Empreendedorismo (medida 7 da EIDT)	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	96,00	160,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	50,00	2 500 000,00€
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	Eixo III. / Medida III.1. Empreendedorismo (medida 7 da EIDT)	Empresas que beneficiam de apoio	16,00	27,00	Postos de trabalho criados	0,00	38,00	2 000 000,00€



10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	Eixo II. / Medida II.1   Programa + Escola (medida 1 da EIDT)	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1,00	1,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	0,00	60,00	4 420 000,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Eixo I. / Medida I.2. Programa Regional de Proteção Ambiental (medida 7 da EIDT)	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	1 382 500,00€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	Eixo I. / Medida I.1. Programa Regional Energia Eficiente e Renovável (medida 6 da EIDT)	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	4 577 505,00€



03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Eixo I. / Medida I.2. Programa Regional de Proteção Ambiental (medida 7 da EIDT)	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	567 800,00€
--	--------	--	--------------------------------	------	------	--------------------------------	------	------	-------------

**Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)**

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	Eixo II. / Medida II.2   Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão (medida 2 da EIDT)				Taxa de cobertura da intervenção em equipamentos de saúde (a dotação fundo já foi indicada no indicador de realização 9.7)	0,00	4,00	0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Eixo I. / Medida I.2. Programa Regional de Proteção Ambiental (medida 7 da EIDT)	Regadios Tradicionais	129,00	161,00				0,00€





05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Eixo I. / Medida I.2. Programa Regional de Proteção Ambiental (medida 7 da EIDT)	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	2,00	2,00				0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Eixo I. / Medida I.2. Programa Regional de Proteção Ambiental (medida 7 da EIDT)				Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	10,00	10,00	0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Eixo I. / Medida I.2. Programa Regional de Proteção Ambiental (medida 7 da EIDT)	Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimentos produzidos	1,00	1,00				0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Eixo I. / Medida I.2. Programa Regional de Proteção Ambiental (medida 7 da EIDT)				Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação e/ou atuação de riscos específicos	122450,00	244900,00	0,00€



04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	Eixo I. / Medida I.1. Programa Regional Energia Eficiente e Renovável (medida 6 da EIDT)	Redução anual do consumo de energia final na iluminação pública (kWh/ano)	14060 92,50	468697 5,00					0,00€
--	-------	--	---	----------------	----------------	--	--	--	--	-------

**Total da Proposta de Contratualização por Fundo**

Fundo	Valor
FEDER	31 556 805,00€
FSE	6 920 000,00€
FC	1 382 500,00€
FEADER	567 800,00€
<b>Total</b>	<b>40 427 105,00€</b>

**Realização**

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores



Redução do consumo(edifícios):custo médio de redução de cerca de 1000€ por MWH e o valor do investimento proposto de 15047111€, sendo apenas 50% considerado uma vez que estão integrados custos indiretos (auditorias). Em kwh teve de se fazer a conversão em Mwh. Em 2018 considerou-se 30% da meta.

Redução do consumo(iluminação):considerou-se o custo médio de redução de cerca de 1000€ por MWH (CCDRC) e o valor do investimento proposto de 4686975€. Em 2018 considerou-se 30% da meta.

Consumo de energia primária:o valor atual do Centro é 138721 (PNAEE). Considerou-se uma divisão equitativa pelos municípios e a mesma meta de redução de 30% (2023) e 10% (2018).

População com medidas de proteção:considera-se a meta nacional: 10% e 50% da população da subregião.

Incêndios florestais com >24h: meta 2023 inferior a 5 (valor atual 89).

Equipamentos sociais e de saúde apoiados:intervenções previstas no Pacto.

Taxa de cobertura em equipamentos de saúde:considerou-se as 95 unidades existentes (ARSC) e as unidades que devem ser apoiadas, calculando-se as %.

Capacidade das infraestruturas de educação apoiadas:considerou-se o custo médio unitário dos alunos das escolas intervencionadas entre 2007-2013:7000€/aluno. Admitindo um investimento de cerca de 15M€ foi calculada a meta 2023, assumido-se 50% da meta em 2018.

Taxa de cobertura da requalificação das escolas:considera-se a meta regional.

Serviços da administração apoiados e CM que disponibilizam o preenchimento de formulários na Internet: meta 2023 refere-se a todos os municípios da CIMRL.

N.º de visitantes ao património:considerou-se o valor indicado pela CCDRC-custo médio de 95€ por acréscimo de visitante/ano e um valor de investimento de cerca de 8M€ afeto ao ITI. Para 2018 considerou-se 40% da meta.

Dormidas: atual 270mil. Prevê-se um aumento de 5% em 2018 e 10% em 2023.

Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego:considerando o nº de desempregados inscritos no IEFEP na NUTII (79910) e a meta contratualizada e afeta ao ITI, perspetivou-se uma proporção de 1,8%.

Considerando que o indicador foi definido pelo Centro2020 com base em presssupostos de investimento/projeto muito inferiores aos presentes nesta PI (>100mil€<235mil€) considera-se um fator de correção de 40%, pelo que a % utilizada é de 1,13%-considerando o valor de desempregados atualmente inscritos NUTIII (11874)-valor 2023. Em 2018, a meta é de 45% do total por se tratar do arranque do projeto.

Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio: considera-se a meta regional.

N.ºde empresas que recebem apoio:considerando o nºde empresas com <de 10 trabalhadores existente na NUTS II (221689) e a meta contratualizada para a mesma escala extrapola-se uma proporção de 0,09% de empresas a recorrer a esta PI. (os cálculos realizados pelo POCentro para estabelecimento da meta considera valores de investimento/projeto inferiores aos afetos a esta PI no ITI (>100mil€<235mil€), considerando-se por isso haver aqui a necessidade de ajustes no decorrer da implementação e montante médio dos apoios.

Postos de trabalho criados:utilizou-se o mesmo fator de proporção do Centro.

Planos de combate ao insucesso escolar:1 plano CIMRL.

Escolas com projetos de combate ao insucesso:atendendo aos valores positivos da NUTIII, considera-se uma meta de melhoria de 40%.

N.º de operações apoiadas (FEADER):o pacto prevê 3 operações até 2023.

Terras irrigadas:considerou-se a meta regional

## Caracterização do Pacto

### Modelo de Governação

**Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica**





A implementação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial é da responsabilidade de todos os agentes territoriais. Considerando a multiplicidade de modelos de aplicação e gestão dos FEEI, a existência de estruturas dedicadas permitirá enquadrar a articulação entre os diversos agentes de uma forma coordenada e orientada para a implementação do Pacto.

A estrutura de gestão e organização da parceria é assim constituída por um órgão de direção política (Conselho Intermunicipal) e um órgão de gestão operacional (Secretariado Executivo Intermunicipal). Esta estrutura obedece aos princípios de eficiente alocação e utilização de recursos e respeitando a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprova o estatuto das entidades intermunicipais).

Os órgãos referidos têm as responsabilidades que a seguir se descrevem.

O Conselho Intermunicipal é responsável pela eficácia e boa execução do ITI, sendo igualmente encarregue de garantir o cumprimento das obrigações contratualizadas com a Autoridade de Gestão do Centro 2020. O Conselho Intermunicipal é constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos municípios integrantes os quais elegem, de entre si, um presidente e dois vice-presidentes.

O Conselho Intermunicipal tem as seguintes atribuições:

- Coordenar de forma global a implementação do ITI da Região de Leiria, conforme o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e respeitando a articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para a Região de Leiria.

- Assegurar a comunicação e articulação com as autoridades de gestão dos programas operacionais.

- Estabelecer orientações gerais de gestão operacional do Pacto, nomeadamente sob proposta do Secretariado Executivo Intermunicipal.

- Apreciar e aprovar os relatórios anuais de monitorização e avaliação do ITI da Região de Leiria.

- Informar ou sugerir às autoridades de gestão dos programas operacionais aspetos relacionados com candidatura de operações, validação de despesas e abertura de concursos.

- Designar e acompanhar o trabalho do Secretariado Executivo Intermunicipal.

O Secretariado Executivo Intermunicipal é responsável por assegurar do ponto de vista técnico a coordenação entre os diversos signatários do Pacto, bem como por apoiar os mesmos na implementação dos seus projetos. Tem as seguintes atribuições:

- Assegurar e prover a eficiência e eficácia da execução dos projetos.

- Assegurar a monitorização operacional e financeira do Pacto.

- Promover a articulação e o valor acrescentado das atividades dos diferentes promotores de projetos, procurando assegurar o cumprimento do descrito.

- Analisar os resultados da monitorização da execução dos projetos e dos indicadores de resultado e realização;

- Elaborar e submeter ao Conselho Intermunicipal, anualmente, um relatório de avaliação dos projetos e da parceria para o cumprimento dos objetivos e dos indicadores.

- Apoiar ao Conselho Intermunicipal e propor alterações às orientações gerais definidas no âmbito do Pacto.

- Divulgar as atividades e os resultados da implementação do Pacto.

- Promover e divulgar o Pacto.

A Estrutura de Apoio Técnico integra uma coordenadora a tempo parcial resultado de uma parceria externa, dois engenheiros, um arquiteto e uma administrativa a meio tempo:

Coordenador – Lic. em Gestão. Experiência em gestão de fundos e programas comunitários e nacionais, Técnica Oficial de contas. Responsável pela elaboração e análise de candidaturas, análise dos pp, formação em análise financeira de projeto, contratação pública, CPA, gestão da qualidade, planeamento por objetivos, microcrédito, IVA, auditoria financeira, contabilidade pública. Experiência de gestão de fundos desde o 2º QCA. Técnicos analistas – 1 engenheiro eletrotécnico e 1 engenheiro civil e 1 arquiteto. 1 Técnico Administrativo.

Para garantir a monitorização do Pacto, a CIM poderá envolver o seu Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, enquanto órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da CIM.

#### Mecanismos de acompanhamento e avaliação





O acompanhamento e a avaliação da execução do Pacto é da responsabilidade de dois órgãos:

- O Secretariado Executivo Intermunicipal colige, analisa e elabora o relatório de monitorização e avaliação do Pacto.
- O Conselho Intermunicipal aprecia e emite parecer sobre os relatórios anuais de monitorização e avaliação do Pacto.

Compete ao Secretariado Executivo Intermunicipal, com periodicidade anual, reunir e apreciar a informação alcançada num conjunto de indicadores perante os objetivos definidos. Esta análise é realizada com base nos seguintes indicadores de resultado e realizações:

o Indicadores de monitorização do Eixo I. Gestão dos Recursos e Alterações Climáticas – Leiria Sustentável:

- o Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (kWh/ano);
- o Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública (kWh/ano);
- o Consumo de energia primária na administração local e regional (tep);
- o População que beneficia de medidas de proteção e prevenção, nomeadamente população que beneficia de proteção contra incêndios florestais (N.º);
- o Incêndios florestais ativos com duração superior a 24 horas (N.º);
- o Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio (visitantes/ano);

o Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (milhares).

• Indicadores de monitorização do Eixo II. Coesão Social, Educação e Competências – Leiria + Inclusiva:

- o Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (Nº pessoas);
- o Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos);
- o Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar (N.º);
- o Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (%).
- o Equipamentos sociais e de saúde apoiados (N.º);
- o Taxa de cobertura da intervenção em equipamentos de saúde (%);

• Indicadores de monitorização do Eixo III. Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico – Leiria + Inteligente:

- o Serviços da administração pública apoiados (N.º);
- o Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet no total de câmaras (%);
- o Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%);
- o Número de empresas que recebem apoio (N.º);
- o Postos de trabalho criados (N.º);

A avaliação acompanhará todo o período de execução, estando prevista a elaboração de 7 relatórios (anuais) de avaliação intercalares e final.

O relatório anual é enviado ao Conselho Intermunicipal, com o intuito de apreciar o percurso efetuado, dar parecer de acordo com o nível e a natureza da prossecução do Pacto e eventualmente introduzir medidas corretivas, que poderão envolver a redefinição do programa de investimentos. O Conselho Intermunicipal deverá apreciar cada relatório anual até ao dia 31 de janeiro do ano consecutivo ao período de análise.

O acompanhamento dos projetos e candidaturas é da responsabilidade do Secretariado Executivo Intermunicipal, o qual terá como responsabilidade:

- Instruir e apreciar as candidaturas de projetos, verificando, incluindo o seu enquadramento nas regras do respetivo Regulamento Específico;
- Elaborar pareceres técnicos sobre a viabilidade dos projetos, que permitam ao Conselho Intermunicipal apresentar os seus pareceres;
- Garantir que a programação financeira apresentada na candidatura de cada projeto corresponda a uma estimativa dos pagamentos a efetuar pela entidade proponente durante os anos indicados;
- Manter atualizado a informação junto das autoridades de gestão sobre cada projeto;
- Verificar os elementos de despesa relativos às operações aprovadas.
- Preparar pedidos de pagamento.
- Prestar apoio às autoridades de gestão na preparação dos relatórios de execução.
- Efetuar o acompanhamento físico e financeiro das candidaturas aprovadas.

#### Envolvimento e responsabilidades dos parceiros



- As responsabilidades dos parceiros perante o Conselho Intermunicipal envolvem (1) a execução dos projetos, (2) prestar contas com uma periodicidade anual e (3) a divulgação dos projetos.
- No que se refere à execução dos projetos, os parceiros têm as seguintes responsabilidades:
- Executar as atividades inscritas, de acordo com a descrição e objetivos contidos na respetiva ficha de projeto.
  - Velar pela implementação do projeto nos termos e prazos previstos na ficha de projeto, respeitando sempre as normas legais e fiscais aplicáveis aos FEEL.
  - Respeitar e fazer respeitar (no caso de parcerias) o Pacto assinado entre todos os promotores.
  - Comunicar ao Secretariado Executivo Intermunicipal qualquer decisão ou modificação com influência nas condições definidas no Pacto e na ficha de projeto.
  - Coordenar a implementação de atividades com outras entidades, no caso de projetos com parceiros adicionais.
  - Informar ao Secretariado Executivo Intermunicipal sobre quaisquer alterações aos objetivos e conteúdo dos projetos aprovados, acompanhado da respetiva justificação.
  - Proceder ou participar na divulgação do projeto ou de todo o Pacto.
  - Manter toda a informação relativa à elaboração e implementação dos projetos, incluindo de ordem financeira e procedimental, nomeadamente:
    - o Assegurar que tem os documentos justificativos relativos às despesas efetuadas.
    - o Assegurar que mantém contabilidade organizada.
    - o Apresentar pedidos de pagamento.
    - o Coordenar o pagamento aos restantes beneficiários, de acordo com o definido no projeto.
  - Responsabilizar-se pelo cumprimento das mesmas obrigações por parte dos restantes beneficiários do projeto.
- No que se refere à tarefa de avaliação, os parceiros/promotores de projetos têm as seguintes responsabilidades:
- Facilitar os mecanismos de acompanhamento por parte do Secretariado Executivo Intermunicipal, entregando ao mesmo toda a informação necessária para a sua monitorização e avaliação a nível técnico e financeiro.
  - Elaborar ficha síntese da execução dos projetos, com uma periodicidade anual, tendo por base modelo a entregar pelo Secretariado Executivo Intermunicipal.
  - Elaborar e enviar a quantificação dos indicadores do projeto no final de cada ano civil.
  - Enviar com periodicidade anual ficha síntese do projeto para o Secretariado Executivo Intermunicipal.
- No que se refere à publicidade e informação, os parceiros têm as seguintes responsabilidades:
- Realizar atividades de informação e divulgação do projeto, de acordo com as determinações do Conselho Intermunicipal.
  - Prestar apoio em todas as atividades de informação e divulgação do projeto, quando solicitadas pelo Conselho Intermunicipal ou o Secretariado Executivo Intermunicipal.
  - Comunicar no final de cada ano civil todas as atividades de disseminação desenvolvidas no âmbito do projeto.
  - Guardar e enviar no final de cada ano civil versão em papel ou eletrónica dos materiais de comunicação, publicidade ou informação elaborados no âmbito do projeto.

## Classificação dos Investimentos

### Quadro de Investimentos

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Concelho	% Imp.
04.03	Otimização energética dos edifícios públicos municipais	506605949	MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE	200 000,00€	2014	Alvaiázere	100,00
04.03	Promoção da eficiência da rede de iluminação pública municipal e da melhoria da qualidade do serviço	506605949	MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE	496 655,00€	2016	Alvaiázere	100,00





04.03	Piscinas + eficientes	501290206	MUNICÍPIO DA BATALHA	200 000,00€	2016	Batalha	100,00
04.03	Projeto de Racionalização Energética - Rede de Iluminação Pública	501290206	MUNICÍPIO DA BATALHA	638 350,00€	2016	Batalha	100,00
04.03	Eficiência Energética da Iluminação Pública Municipal	506731324	MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA DE PÊRA	212 500,00€	2016	Castanheira de Pêra	100,00
04.03	Requalificação Energética da Piscina Municipal	506546381	MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS	200 000,00€	2016	Figueiró dos Vinhos	100,00
04.03	Remodelação de iluminação pública para tecnologia LED	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	850 000,00€	2015	Leiria	100,00
04.03	Melhoria da eficiência energética no Complexo Municipal de Piscinas de Leiria	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	200 000,00€	2016	Leiria	100,00
04.03	Eficiência Energética Piscinas Municipais	505776758	MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	200 000,00€	2016	Marinha Grande	100,00
04.03	Requalificação da Piscina Municipal Coberta com à vista melhoria da eficiência energética	506334562	MUNICÍPIO DE POMBAL	200 000,00€	2016	Pombal	100,00
04.03	Gestão e eficiência energética em iluminação pública na cidade de Pombal	506334562	MUNICÍPIO DE POMBAL	637 500,00€	2017	Pombal	100,00
04.03	Melhoria do desempenho da eficiência energética das piscinas Municipais	505586401	MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS	200 000,00€	2016	Porto de Mós	100,00
05.02	Sistema de Videovigilância e Detecção Automática de Incêndios como componente de Apoio a Decisão	508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	382 500,00€	2016		100,00
05.02	Cartografia de Risco/Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos	508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	575 000,00€	2016		100,00
05.02	Sistema de Alerta e avisos de cheias	508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	425 000,00€	2016		100,00
10.05	Obras de beneficiação do Edifício da Escola Básica do 2º e 3º ciclos e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira (fora do ITI)	506605949	MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE	0,00€	2017	Alvaiázere	100,00
10.05	Requalificação da Escola EB1 de Alvorge	506605930	MUNICÍPIO DE ANSIÃO	212 500,00€	2016	Ansião	100,00
10.05	Centro Escolar do Reguengo do Fetal	501290206	MUNICÍPIO DA BATALHA	935 000,00€	2016	Batalha	100,00
10.05	EBS da Batalha	501290206	MUNICÍPIO DA BATALHA	2 390 000,00€	2016	Batalha	100,00



10.05	Reabilitação e apetrechamento dos edifícios pré-escolares e do ensino básico	506546381	MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS	234 053,45€	2016	Figueiró dos Vinhos	100,00
10.05	Centro Escolar de Marrazes (1)	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	3 584 525,00€	2016	Leiria	100,00
10.05	Centro Escolar de Bajouca (2)	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	350 200,00€	2016	Leiria	100,00
10.05	Ampliação e apetrechamento da EB Machados	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	409 868,73€	2016	Leiria	100,00
10.05	Ampliação e apetrechamento da EB Bidoeira	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	395 155,40€	2016	Leiria	100,00
10.05	Ampliação e apetrechamento da EB Caxieira	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	367 697,42€	2016	Leiria	100,00
10.05	Reabilitação do parque Escolar: substituição das coberturas de fibrocimento e intervenções nos espaços exteriores para melhoria da segurança e acessibilidade universal (edifícios escolares)	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	0,00€	2015	Leiria	100,00
10.05	EB 2/3 Caranguejeira (fora do ITI)	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	0,00€	2016	Leiria	100,00
10.05	EB 2/3 Santa Catarina da Serra (fora do valor itizado)	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	0,00€	2016	Leiria	100,00
10.05	EB 2/3 Colmeias (fora do valor itizado)	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	0,00€	2016	Leiria	100,00
10.05	EB 2/3 Marrazes (fora do valor itizado)	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	0,00€	2016	Leiria	100,00
10.05	EB 2/3 e secundário Maceira (fora do valor itizado)	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	0,00€	2016	Leiria	100,00
10.05	EB 3 e secundário Afoso Lopes Vieira (fora do valor itizado)	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	0,00€	2016	Leiria	100,00
10.05	EB2/3 D. Dinis (fora do valor itizado)	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	0,00€	2016	Leiria	100,00
10.05	Construção do centro escolar da Marinha Grande	505776758	MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	2 703 000,00€	2016	Marinha Grande	100,00
10.05	Construção do centro escolar de Vieira de Leiria	505776758	MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	0,00€	2016	Marinha Grande	100,00
10.05	rReabilitação de equipamentos e infraestruturas do ensino básico e pré-escolar	505776758	MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	0,00€	2016	Marinha Grande	100,00
10.05	Centro Escolar Pombal (Requalificação e ampliação da actual escola básica do 1º ciclo de Pombal e do Jardim-de-infância de Pombal) - vai a concurso jun15	506334562	MUNICÍPIO DE POMBAL	1 615 000,00€	2015	Pombal	100,00
10.05	Centro Escolar de Vermoil (Construção do novo Centro Escolar de Vermoil) abertura de propostas maio 2015	506334562	MUNICÍPIO DE POMBAL	765 000,00€	2015	Pombal	100,00



10.05	Centro Escolar do Louriçal (Requalificação e ampliação da actual escola básica do 1º ciclo do Louriçal) - abre concurso agosto 2015	506334562	MUNICÍPIO DE POMBAL	0,00€	2016	Pombal	100,00
10.05	Centro Escolar de Meirinhas (construção do novo Centro Escolar de Meirinhas) (FASE2)	506334562	MUNICÍPIO DE POMBAL	0,00€	2017	Pombal	100,00
10.05	Centro Escolar de Santiago de Litém (Requalificação e ampliação da actual escola básica do 1º ciclo de Santiago de Litém) (FASE2)	506334562	MUNICÍPIO DE POMBAL	0,00€	2016	Pombal	100,00
10.05	Centro Escolar de Vila Cã (Requalificação e ampliação da actual escola básica do 1º ciclo de Vila Cã) (FASE2)	506334562	MUNICÍPIO DE POMBAL	0,00€	2016	Pombal	100,00
10.05	Centro Escolar da Guia (construção do novo centro escolar da Guia) (FASE2)	506334562	MUNICÍPIO DE POMBAL	0,00€	2017	Pombal	100,00
10.05	EBS da Guia	506334562	MUNICÍPIO DE POMBAL	800 000,00€	2016	Pombal	100,00
10.05	Remodelação/ampliação e apetrechamento do Centro Escolar de Porto de Mós (abertura propostas maio)	505586401	MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS	1 870 000,00€	2015	Porto de Mós	100,00
10.05	Ampliação e apetrechamento do Jardim de Infância e EB1 de Calvaria de Cima	505586401	MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS	255 000,00€	2016	Porto de Mós	100,00
04.03	Eficiência Energética: Piscina Municipal Ansião	506605930	MUNICÍPIO DE ANSIÃO	200 000,00€	2016	Ansião	100,00
04.03	Gestão e Eficiência Energética na Iluminação Pública	506605930	MUNICÍPIO DE ANSIÃO	850 000,00€	2016	Ansião	100,00
02.03	Educa@CIMRL	508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	1 275 000,00€	2015		100,00
02.03	Cloud@CIMRL	508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	525 000,00€	2016		100,00
08.03	PROGRAMA + EMPRESAS - Programa Intermunicipal de apoio à criação de emprego por conta própria, ao microempreendedorismo e à criação de empresas -apoio empreendedorismo	508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	2 500 000,00€	2015		100,00





08.08	PROGRAMA + EMPRESAS - Programa Intermunicipal de apoio à criação de emprego por conta própria, ao microempreendedorismo e à criação de empresas -apoio micro empresas	508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	2 000 000,00€	2016		100,00
10.01	Programa Intermunicipal de Potenciação do sucesso escolar - CRESCER 2020	508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	1 020 000,00€	2015		100,00
10.01	Rede Intermunicipal para a promoção e monitorização do Sucesso Escolar da Região de Leiria	508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	3 400 000,00€	2015		100,00
06.03	Leiria Terra de Maravilhas - Criação e promoção de rotas Turísticas intermunicipais centradas em recursos distintivos, artes, saberes e sabores da Região de Leiria (rota do vidro, rota da cerâmica, rota da gastronomia -Prove Leiria entre outras atividades)	508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	1 020 000,00€	2016		100,00
06.03	Musealização do Complexo Monumental de Santiago da Guarda	506605930	MUNICÍPIO DE ANSIÃO	212 500,00€	2016	Ansião	100,00
06.03	Valorização das Pedreiras Históricas do Mosteiro da Batalha (Valinho Rei e Piodiogo)	501290206	MUNICÍPIO DA BATALHA	0,00€	2016	Batalha	100,00
06.03	Valorização do Viaduto conhecido por Ponte da Boutaca (MN)	501290206	MUNICÍPIO DA BATALHA	0,00€	2016	Batalha	100,00
06.03	Igreja Paroquial de Figueiró dos Vinhos (MN)	506546381	MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS	255 000,00€	2016	Figueiró dos Vinhos	100,00
06.03	Igreja de São Pedro (MN - protocolo DGPC, diocese de Leiria)	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	170 000,00€	2016	Leiria	100,00
06.03	Sé de Leiria - Torre sineira - arranjos exteriores e musealização (MN - protocolo DGPC, diocese de Leiria)	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	85 000,00€	2016	Leiria	100,00
06.03	Castelo de Leiria (MN)	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	425 000,00€	2016	Leiria	100,00
06.03	Igreja da Misericórdia/Rota das Judiarias	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	0,00€	2016	Leiria	100,00
06.03	Igreja Matriz de Pedrógão Grande (MN)	507011937	MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE	0,00€	2016	Pedrógão Grande	100,00



06.03	Convento do Lourçal (MN)	506334562	MUNICÍPIO DE POMBAL	255 000,00€	2016	Pombal	100,00
06.03	Património Natural – Criar percursos pedestres, rotas turísticas e infraestruturas de apoio em áreas e espaços naturais que permitam disponibilizar e facilitar a prática de atividade de trail, running e pedestrianismo	505586401	MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS	250 000,00€	2016	Porto de Mós	100,00
06.03	Castelo de Porto de Mós (MN)	505586401	MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS	85 000,00€	2015	Porto de Mós	100,00
04.03	Eficiência Energética dos Edifícios Públicos	507011937	MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE	200 000,00€	2016	Pedrógão Grande	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	507011937	MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE	892 500,00€	2017	Pedrógão Grande	100,00
09.07	Projeto intermunicipal de requalificação da rede de infraestruturas em função da alteração das realidades sociais verificadas - teleassistência	508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	0,00€	2016		100,00
09.07	Remodelação da extensão de saúde de Reguengo de Fetal	501290206	MUNICÍPIO DA BATALHA	0,00€	2016	Batalha	100,00
09.07	Centro de Saúde Monte Real - Carvide	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	382 500,00€	2015	Leiria	100,00
09.07	Centro de Saúde das Cortes	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	313 650,00€	2016	Leiria	100,00
09.07	Estrutura de Apoio para Famílias com Doentes Hospitalizados	505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	0,00€	2016	Leiria	100,00
09.07	Requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande	505776758	MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	313 650,00€	2016	Marinha Grande	100,00
09.07	Equipamento Social - Recuperação e qualificação Colónia Férias Afonso Lopes Vieira São Pedro Moel	505776758	MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	0,00€	2016	Marinha Grande	100,00
09.07	Remodelação do Centro de Saúde de Pedrógão Grande	507011937	MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE	255 000,00€	2016	Pedrógão Grande	100,00
09.07	Remodelação e ampliação da extensão de saúde de Calvaria de Cima	505586401	MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS	0,00€	2016	Porto de Mós	100,00
09.07	Unidade de Saúde Familiar Sul do Concelho	506334562	MUNICÍPIO DE POMBAL	0,00€	2016	Pombal	100,00
06.03	Parque Ecológico Gramatinha – Ariques - Serra Pequena - Gamanhos (projeto intermunicipal Alvaizere / Ansião)	506605930	MUNICÍPIO DE ANSIÃO	170 000,00€	2016		100,00





03.M04	Desenvolvimento e melhoria de regadios	000000000	Administração pública local; associações de regantes/beneficiários ou similares	567 800,00€	2016		100,00
10.05	EB Guilherme Stephens	505776758	MUNICIPIO DA MARINHA GRANDE	300 000,00€	0		100,00



**Um Futuro**

**Um Território**

**Um Grupo Regional**

**Uma Estratégia**